



TACIANA SANTOS DE SOUZA

**A Economia das Drogas em uma abordagem
heterodoxa**

**Campinas
2015**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

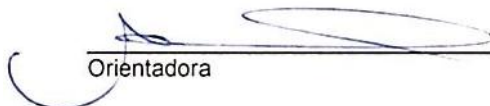
TACIANA SANTOS DE SOUZA

**A Economia das Drogas em uma abordagem
heterodoxa**

**Prof^ª. Dr^ª. Ana Lucia Gonçalves da Silva – Orientadora
Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni – Coorientador**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, área de concentração em Economia Social e do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, na área de concentração em Economia Social e do Trabalho.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA
TACIANA SANTOS DE SOUZA E ORIENTADA PELA
PROF.^ª DR.^ª. ANA LUCIA GONÇALVES DA SILVA E
COORIENTADA PELO PROF. DR. MARCELO
WEISHAUPT PRONI.**


Orientadora

**Campinas
2015**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

So89e Souza, Taciana Santos de, 1986-
A Economia das Drogas em uma abordagem heterodoxa / Taciana Santos de Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Ana Lucia Gonçalves da Silva.
Coorientador: Marcelo Weishaupt Proni.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Economia das drogas. 2. Drogas ilícitas. 3. Ilegalidade. 4. Setor informal (Economia). I. Silva, Ana Lucia Gonçalves da, 1955-. II. Proni, Marcelo Weishaupt, 1964-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The Economy of Drugs in heterodox approach

Palavras-chave em inglês:

Drugs Economy

Street drugs

Illegality

Informal sector (Economics)

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Mestra em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Ana Lucia Gonçalves da Silva [Orientador]

Maria Carolina de Azevedo Ferreira de Souza

Cássio da Silva Calvete

Data de defesa: 27-02-2015

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TACIANA SANTOS DE SOUZA

A Economia das Drogas em uma abordagem heterodoxa

Defendida em 27/02/2015

COMISSÃO JULGADORA



Prof^a. Dr^a. ANA LUCIA GONÇALVES DA SILVA
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof^a. Dr^a. MARIA CAROLINA DE AZEVEDO FERREIRA DE SOUZA
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. CÁSSIO DA SILVA CALVETE
Faculdade de Ciências Econômicas / UFRGS

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta dissertação, o cansaço é tanto que o momento de escrever os agradecimentos proporciona até um alívio, além de uma sensação de conforto, pois percebo que, embora distante da família e da maioria dos amigos, não estive só e contei com muita ajuda. O desgaste após cumprir doze disciplinas – de quatro créditos cada – e escrever uma dissertação ao longo de um semestre, passando por um processo seletivo de doutorado no meio do caminho, não foi fácil. Os obstáculos para concluir um curso de Mestrado e avançar na trajetória da profissão acadêmica são vários: a pouca grana, os prazos, a extensa carga de leitura, os artigos, as provas, a saudade da família e dos amigos, a ansiedade acerca do futuro, bem como os “tropeços” e “tombos” decorrentes das “pedras” cotidianas. Tais desafios jamais seriam superados se eu não tivesse contado com muita ajuda – de muitas pessoas boas.

A primeira delas é a minha mãe, mulher que há aproximadamente 28 anos vem enfrentando “um leão por dia” e não mede esforços para me ajudar. Sou muito grata à vida que ela me proporcionou, bem como por todo amor, incentivo, carinho e suporte – inclusive financeiro, sem o qual jamais conseguiria residir em Campinas. Reconheço também os sacrifícios e valorizo todo o esforço e dedicação, sem os quais não teria conseguido avançar.

Também sou imensamente grata à minha orientadora, Ana Lucia Gonçalves da Silva, que me acolheu em dezembro de 2014 e me ajudou de tal forma que se torna quase impossível de explicitar aqui. A atenção, as orientações e os auxílios com a escrita e a minuciosa revisão dos textos não se limitaram à produção do trabalho, ultrapassando a capacidade técnica e contemplando um suporte emocional, devido à segurança, à tranquilidade e ao respeito que ela conseguiu me passar. Tenho-a como um exemplo de profissionalismo, de dedicação e de superação, dadas as dificuldades pessoais e profissionais decorrentes no período, que não a impediram de contribuir da primeira à última página dessa pesquisa, mesmo que para isso fosse preciso sair à noite da minha casa ou do Instituto de Economia.

Agradeço também ao meu amigo e namorado Guilherme Dias Borgo, que fez toda a diferença na minha estadia em Campinas, me dando apoio emocional e me incentivando, torcendo e vibrando com cada etapa profissional que vivi aqui e me auxiliando de inúmeras formas neste trabalho, tais como na tradução de alguns textos (especialmente os da língua francesa), bem como nas conversas sobre economia e drogas, que “clareavam” as minhas ideias. Sou grata pela parceria, pela paciência – especialmente com meu estresse, ansiedade e nervosismo – e pelo carinho.

Do mesmo modo, agradeço à minha família e aos meus amigos, que sempre me acolheram e me receberam com muito amor nas curtas visitas a Porto Alegre, torcendo pela minha felicidade e vibrando com cada conquista nessa trajetória. Agradeço a compreensão de todos pela minha ausência, especialmente no segundo ano do mestrado, e afirmo que vocês fizeram falta durante muitos momentos na vida em Campinas. Vocês realmente fazem diferença!

A propósito da mudança, contei com muito incentivo de colegas e de professores. Por isso, agradeço aos meus professores do curso de graduação na PUCRS, que tiveram grande participação na minha vida profissional e no orgulho por ser economista. Contei com bons exemplos profissionais e com muito incentivo e apoio, dos quais destaco a influência do meu ex-orientador, professor e amigo, Cássio da Silva Calvete, a quem sou sempre grata pelo apoio na pesquisa do tema drogas e no incentivo em realizar o mestrado. Do mesmo modo, agradeço o professor André Luis Contri, que me mostrou que a teimosia pode não ser tão ruim, além de me direcionar na escolha sobre a vinda para a Unicamp – hoje concordo com ele sobre a posição quanto ao meu perfil ter afinidade com o pensamento da casa. Também aproveito para agradecer mais dois professores, o Jorge Araújo e a Rosa Ângela Chieza, bem como outros colegas que me auxiliaram em estudos nos processos seletivos do mestrado, em especial à Greyce Melanie de Souza.

O momento de chegada em Campinas e, em particular, no primeiro ano do mestrado – quando pude exercer uma vida social de fato – foi extremamente agradável e, por isso, agradeço a receptividade dos meus amigos Lucas Edon de Quadros, Dartanhan Duarte e Carina Scotta, da minha vizinha Gabriela Leão e dos meus colegas do curso, em que destaco os da turma de Economia Social e do Trabalho – Luciana

Bernardes, Delaíde Passos, Beatriz P. Gomes, Joana Biava, Gustavo Monteiro e Guilherme Caldas –, bem como os demais colegas de aula ou de bares, como o Vinícius Figueiredo, a Lilian da Rosa, a Mariana M. Ferreira, o Thomas Conti, o Raul Ventura Neto, o Pietro Aruto, a Anna Ligia Pozzetti, o Diogo Albuquerque, o Henrique Bastos, a Amanda Botelho, o Rodrigo Curi, a Isabela Callegari e o Daniel Drach.

À realização desta pesquisa, foi fundamental o suporte dos meus colegas do LEIPSI – Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos. Nossos encontros semanais, além de interessantes e divertidos, acrescentaram muito e proporcionaram informações fundamentais à construção desta dissertação. Assim, agradeço a todos os membros do grupo, mas ainda quero destacar alguns nomes que participaram mais diretamente, entre eles o Luís Fernando Tófoli, o Maurides de Melo Ribeiro, a Taniele Rui, o Pedro Henrique de Faria, o Luís Fernando “Petty”, a Mariana Takahashi, a Carol Duarte, o Maciel Massa, o Ed Carlos de Faria, a Carina Francischini, o João Mingorance, a Sílvia Cazenave, a Emérita S. Opaleye, o Rodolfo, a Isabella Rocha, o Cássio Pacheco, a Mariana Pedro, a Ana S. de Oliveira, a Eliane Ruas e o Luiz Lippi. Todos me auxiliaram muito com informação, contribuição de material e supervisões acerca do tema. Também agradeço muito à minha amiga Gláucia dos Santos Costa e ao meu amigo Fernando Roman pelo auxílio com traduções em Língua Inglesa.

Também sou muito grata ao seu Pedro Biffi e às meninas da Secretaria da Pós, especialmente a Fátima Dias, a Andréa Tohatti e a Vânia Pires, bem como ao pessoal da biblioteca, sempre prestativo e disposto a ajudar os alunos – inclusive às 22h30 das sextas-feiras –, por isso gostaria de destacar minha gratidão ao Clayton Moreira, à Alexandra Andrade e à Kelly Duarte. Agradeço pelas contribuições para a minha formação dos professores do Instituto de Economia, especialmente ao José Dari Krein, Anselmo Santos, Geraldo Di Giovanni, Eduardo Fagnani, Marcelo W. Proni, Dênis M. Gimenez, Márcio Pochmann, Wilson Cano, Adriana Nunes, Ana Rosa Sarti, Paulo Baltar e Amilton Moretto.

Por último, mas não menos importante, agradeço à banca de defesa desta dissertação e também às contribuições do professor Marcelo Justus na banca de qualificação.

“Eu só acredito em Deus e no dinheiro.”

Valéria,
moradora da Cracolândia de São Paulo

RESUMO

O campo denominado Economia das Drogas engloba complexas relações sociais que consolidam um vigoroso processo de acumulação de capital. Esse setor apresenta especificidades atreladas à clandestinidade, particularidades associadas a cada mercadoria e semelhanças a outras indústrias e setores da economia formal. Esse tema é estudado na presente dissertação, que tem por objetivo contribuir para explicar as razões pelas quais as políticas de proibição às drogas não conseguem cessar este mercado. Para isso, realizou-se o estudo das mercadorias, dos mercados e dos principais atores, bem como da dinâmica e da lógica inerente ao narconegócio, sendo utilizadas referências bibliográficas, avaliações empíricas (apoiadas em estimativas e dados disponibilizados pelo Escritório de Drogas e Crimes da Organização das Nações Unidas – UNODC) e associações das informações disponíveis sobre o narconegócio com teorias e conceitos da abordagem econômica heterodoxa. Os principais resultados mostraram que a demanda global por drogas tem permanecido estável, que as políticas de repressão não cessam o cultivo e a produção, apenas provocam mudanças e deslocamentos entre regiões, e que os preços dos psicoativos têm diminuído nas últimas duas décadas. Concluiu-se que o mercado de drogas ilegais apresenta características próximas às de setores do tipo *oligopólio competitivo*, mas com altas margens de lucro de longo prazo possibilitadas pelo caráter ilícito e restritas às “empresas” líderes, que adotam como estratégias a flexibilidade e a coerência, destacando-se pela capacidade e velocidade de adaptar-se e de inovar. Finalmente, ressalta-se que a inovação não configura apenas uma vantagem competitiva, mas simboliza a condição de existência do mercado de drogas, contemplando o permanente processo de “destruição criadora” de Schumpeter.

Palavras-chave: Economia das Drogas, Abordagem Heterodoxa, Mercado de Drogas Ilegais, Ilegalidade, Setor Informal (Economia).

ABSTRACT

The field said Economy of Drugs covers complex social relations that consolidates an intense process of capital accumulation. This sector features specificities linked to underground, particularities associated to each product and similarities to other industries and sectors of the formal economy. This subject is studied in this dissertation, that has as goal to help explain the reasons which the anti-drugs policies can't cease this market. For that, a study of the products, the market and of the main actors was held, as well as the dynamics and logic inherent to the drugs business, it uses references, empiric evaluations (supported by estimates and data supplied by the United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC) and information associations available about the drugs business with theories and concepts of the heterodox economic approach. The main results showed that the global demand for drugs remained stable, that the repressive policies did not cease the cultivation and production, it just caused changes and relocation between regions, and that the prices of the psychoactive has declined in the last two decades. It follows that the illegal drugs market present characteristics close to sectors like oligopoly competitive, but with high profit margins for a long term enabled by the illicit character and restricted to leading “enterprises”, that adopt as strategies flexibility and coherence, standing out by its capacity and speed to adapt and innovate. Finally, it highlights that innovation not only sets up a competitive advantage, but symbolize the condition of existence of the drugs market, contemplation the permanent process of “creative destruction” of Schumpeter.

Keywords: Drugs Economy, Heterodox approach, Market of Illicit Drugs, Illegality, Informal sector (Economics).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Coeficiente de risco relativo utilizado na metodologia do World Drug Report	58
Tabela 2 – Estimativa de usuários de drogas ilícitas no mundo, em número e em proporção – 2000-2012.....	59
Tabela 3 – Uso de psicoativos ilícitos na população global, por grupo de droga, em número de usuários e em proporção da população entre 15-64 anos – 2012.....	60
Tabela 4 – Valor gerado no mercado global de psicoativos, número de usuários e participações percentuais, por grupo de droga, em US\$, em milhões de pessoas e em % – 2003	62
Tabela 5 – Demanda global e regional de cocaína, por número de usuários (em milhões) e por prevalência anual de uso (em percentual) – 2001-2005 e 2010-2012....	68
Tabela 6 – Cultivo global ilícito de coca, por hectare – 2000-2012.....	69
Tabela 7 – Fabricação potencial de cocaína 100% pura, em toneladas – 2002-2012 ...	72
Tabela 8 – Preço real do grama ao consumidor final (média ponderada) da cocaína por região, ajustado pela paridade poder de compra, em dólar internacional, e variação do preço, em percentual – 2011-2012.....	73
Tabela 9 – Preço médio da cocaína no atacado e no varejo ajustado pela inflação de 2009, na Europa e nos Estados Unidos, em US\$/grama – 1990-2009.....	74
Tabela 10 – Distribuição de receitas e participação do preço final, em bilhões de dólares e em percentual, do mercado de cocaína de US\$ 35 bilhões dos Estados Unidos – 2008	76
Tabela 11 – Demanda global e regional de opiáceos, por número de usuários (em milhões) e por prevalência anual de uso (em percentual) – 2000-2004 e 2010-2012....	77
Tabela 12 – Demanda global e regional de opióides, por número de usuários (em milhões) e por prevalência anual de uso (em percentual) – 2010-2012.....	78
Tabela 13 – Cultivo global ilícito de papoula, por hectare – 2000-2013.....	80
Tabela 14 – Produção potencial de ópio (total, processado e não processado em heroína) e produção potencial total de heroína no mundo, em tonelada – 2000-2013 ..	83
Tabela 15 – Demanda global e regional de <i>Cannabis</i> , por número de usuários (em milhões) e por prevalência anual de uso (em percentual) – 2000-2004 e 2010-2012....	89
Tabela 16 – Áreas cultivadas e erradicadas de cânhamo, por país, em hectare – 2010-2012	91

Tabela 17 – Preço real (média ponderada) da maconha por região, ajustado pela paridade poder de compra (em dólar internacional), e variação do preço (em percentual) – 2011-2012.....	92
Tabela 18 – Custos econômicos dos crimes nos Estados Unidos – 1965	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valor gerado no mercado global de psicoativos ilícitos, por grupo de droga, em bilhões de US\$ – 2003.....	61
Gráfico 2 – Proporção de consumidores de cocaína por região do mundo – 2001-2003, 2010, 2011 e 2012.....	69
Gráfico 3 – Cultivo global ilícito de coca, por hectare – 2000-2012.....	71
Gráfico 4 – Fabricação potencial de cocaína 100% pura na Bolívia, Colômbia e Peru, em toneladas – 2000-2012.....	72
Gráfico 5 – Preço médio da cocaína no atacado e no varejo ajustado pela inflação de 2009, na Europa e nos Estados Unidos, em US\$/grama – 1990-2009.....	75
Gráfico 6 – Cultivo global ilícito de papoula nos principais países, por hectare – 2000-2013.....	81
Gráfico 7 – Cultivo ilícito da papoula nas principais regiões do mundo*, por hectare – 2000-2013.....	82
Gráfico 8 – Produção potencial de ópio processado e não processado para heroína no mundo, em tonelada – 2004-2013.....	84
Gráfico 9 – Produção potencial de heroína no mundo, em tonelada – 2000-2013.....	85
Gráfico 10 – Preço de varejo da heroína, ajustado pela inflação, na Europa e nos Estados Unidos, em US\$/grama – 1990-2009.....	86
Gráfico 11 – Percentual adicionado no preço da heroína no varejo comparado com o preço de atacado, na Europa – 1990-2009.....	87
Gráfico 12 – Prevalência anual de uso de <i>Cannabis</i> na população entre 15 e 64 anos, por região, em percentual – 2000-2004 e 2010-2012.....	89
Gráfico 13 – Preço real (média ponderada) da maconha por região, ajustado pela paridade poder de compra, em dólar internacional – 2011-2012.....	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cadeia produtiva das drogas legais	18
Figura 2 – Cadeia produtiva das drogas ilegais	20
Figura 3 – Folha de coca e cocaína líquida, em pó e sólida (crack)	23
Figura 4 – Cadeia produtiva da pasta base de coca (PBC)	24
Figura 5 – Cadeia produtiva da cocaína e do crack.....	25
Figura 6 – Cadeia produtiva do ópio.....	29
Figura 7 – Cadeia produtiva da morfina, da heroína e de outros opiáceos	30
Figura 8 – Aplicações industriais do cânhamo	33
Figura 9 – Cadeia produtiva do cânhamo.....	35
Figura 10 – Conflitos de interesse das ordens política, econômica e de reprodução social.....	37
Figura 11 – Balas e pirulitos de <i>Cannabis</i>	50
Figura 12 – Venda de sementes de <i>Cannabis</i> pela Internet	127
Figura 13 – Modelo básico de escolha racional	150

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xv
LISTA DE TABELAS	xvii
LISTA DE GRÁFICOS	xix
LISTA DE FIGURAS	xxi
SUMÁRIO	xxiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A ECONOMIA DA DROGA	7
1.1 - Entre o proibido e o permitido: as drogas no processo de industrialização e de avanço do capitalismo.....	11
1.2 – Os mercados	16
<u>1.2.1 – Cadeia produtiva das drogas legais: esquema geral</u>	17
<u>1.2.2 – Cadeia produtiva das drogas ilegais: esquema geral</u>	18
1.3 – A mercadoria	20
<u>1.3.1 – Cadeia produtiva da cocaína e do crack</u>	22
<u>1.3.2 – Cadeia produtiva do ópio e dos opiáceos (heroína)</u>	26
<u>1.3.3 – Cadeia produtiva da <i>Cannabis</i> (maconha e haxixe)</u>	31
1.4 – Os atores	36
<u>1.4.1 – Os consumidores</u>	39
<u>1.4.2 – O narcotráfico</u>	42
<u>1.4.3 – O Estado</u>	47
CAPÍTULO 2 - O MERCADO GLOBAL DE DROGAS: ESTIMATIVAS DE OFERTA, DE DEMANDA E DE PREÇOS.....	53
2.1 – Metodologia	55
2.2 – O Mercado Global de Drogas Ilícitas	59
2.3 – O Mercado Global de Cocaína e de Crack	67
2.4 – O Mercado Global de Ópio e de Opiáceos (heroína)	77
2.5 – O Mercado Global de <i>Cannabis</i> (maconha e haxixe).....	88
CAPÍTULO 3 - ABORDAGEM ECONÔMICA HETERODOXA SOBRE O MERCADO GLOBAL DE DROGAS.....	95
3.1 – Concorrência, estruturas de mercado e formação de preços	98

3.2 – Organização e estratégias das empresas líderes	112
3.3 – Inovação.....	123
CAPÍTULO 4 - ABORDAGEM ECONÔMICA ORTODOXA SOBRE O CRIME E AS DROGAS: UMA REVISÃO CRÍTICA.....	133
4.1 – Drogas e Crimes: algumas teorias	136
4.2 – Teoria econômica do crime de Gary Becker e a escolha racional do traficante	141
4.3 – A irracionalidade e as falhas e limites da racionalidade: crítica à teoria da escolha racional.....	148
4.4 – O consumidor de drogas segundo a ortodoxia econômica: análises de elasticidade ...	155
4.5 – Algumas considerações adicionais sobre o consumidor de drogas.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177

INTRODUÇÃO

A distância que separa o dinheiro e as drogas é ínfima. Essas mercadorias, lícitas ou ilícitas, movimentam grandes cifras, enriquecem empresários e integram trocas comerciais no mundo formal e informal. Alguns psicoativos contribuem para o enriquecimento legalizado e a arrecadação do Estado, enquanto outros contribuem para a indústria do crime – o possível “4º setor” da economia; todos, entretanto, estão submetidos ao processo de acumulação de capital. De fato, essas mercadorias legais ou ilegais integram-se a um mundo de formalidades, de informalidades ou de criminalidades, apresentando, portanto, peculiaridades que estão inscritas na lógica econômica.

Nesse sentido, o estudo sobre a Economia das Drogas origina-se da busca, por parte dos economistas, de desvendar o comportamento dos agentes econômicos envolvidos nesses mercados. Esse interesse seria justificado não apenas pelo grande montante de dinheiro que movimenta esse negócio, nem somente pelo caráter ilegal de alguns agentes, mas também pelas características que são próprias dessas mercadorias, que, ao serem consumidas, implicam alterações no sistema nervoso central e possíveis mudanças no comportamento dos usuários, podendo causar dependência. Por essas especificidades, pode-se despertar ainda mais o interesse de economistas em realizar pesquisas nesse campo.

Apesar disso, o tema das drogas ainda é pouco explorado dentro da Ciência Econômica. Isso se deve, em parte, à dificuldade de se obter estimativas e dados para avaliar o setor; em parte, também, ao tom passional e, inclusive, moral inerente ao assunto. Alfred Marshall, por exemplo, ao discutir as necessidades dos humanos, criticou aqueles que, ao elevarem a própria renda, passavam a gastar extravagantemente com alimentos e bebidas, já que isso seria “mais para atender a desejos de hospitalidade ou de ostentação, do que para satisfazer os próprios sentidos” (MARSHALL, 1890, p. 153), pois o apetite do homem, conforme explica, é limitado. Esse renomado economista discutia as “paixões animais” como um contraponto ao

desenvolvimento da civilização e do espírito e criticava aqueles que buscavam satisfazer os próprios sentidos consumindo “os tipos mais grosseiros e mais embrutecedores de álcool” (MARSHALL, 1890, p. 155); além de criticar o uso que alguns homens faziam da liberdade e da individualidade, que os levavam aos maus hábitos, “como no caso do desenvolvimento mórbido do gosto pela bebida” (MARSHALL, 1890, p. 299).

Adam Smith, pelo contrário, ao problematizar a questão dos impostos e das relações comerciais entre países, discutiu o comércio de álcool e de ópio sem bloqueios moralistas, já que “raramente as pessoas consomem em excesso produtos por elas produzidos em sua faina diária” (SMITH, 1776, p. 470). Também o autor acrescenta que “ninguém se mostra liberal e bom companheiro tendo bebidas alcoólicas em abundância tão baratas quanto uma cervejinha” (SMITH, 1776, p. 470).

John M. Keynes também usou o álcool numa analogia sobre a introdução da moeda no sistema econômico. Conforme enfatizou o autor: “se nos vemos tentados a considerar a moeda como a bebida que estimula a atividade do sistema, não nos esqueçamos que podem surgir muitos percalços entre a taça e os lábios” (KEYNES, 1936, p. 178).

A propósito dos percalços, Marx retratou a problemática de algumas drogas e abordou a questão do ópio sob duas perspectivas: a da riqueza e a da pobreza. No primeiro caso, denunciou o processo de acumulação do monopólio coordenado pela Companhia Inglesa das Índias Orientais. No segundo, abordou “o infanticídio disfarçado e o tratamento de crianças com opiatos” (MARX, 1867, p. 32) como um drama vivido pelo proletariado. Além disso, ao retratar o padrão de vida de uma família de trabalhadores belgas, Marx explica como os membros não possuíam excedentes para luxo, supérfluos ou poupança, e, “mesmo assim, o pai e o primogênito devem fumar tabaco e ir ao botequim aos domingos” (MARX, 1867, p. 360). De modo semelhante, o autor incluiu algumas drogas na categoria de bens necessários aos trabalhadores, comparando-os, inclusive, a artigos como pão e leite¹. Conforme interpreta o historiador

¹ Conforme relata neste trecho: “Metade, 60/125, das categorias de trabalhadores industriais investigadas não consumia absolutamente cerveja, 28% não obtinha leite. A média semanal dos alimentos líquidos nas famílias oscilava de 7 onças entre as costureiras até 24 3/4 onças entre os tecelões de meias. A maioria das que jamais consumiam leite era constituída pelas costureiras de Londres. A quantidade de pão consumida semanalmente [...]”. (MARX, 1867, p. 285).

Henrique Carneiro (2002b), Marx mostra “a questão das necessidades se impõem pelo ‘hábito’ e não somente por uma suposta ‘necessidade fisiológica’” (p. 117)².

Embora esses exímios economistas tenham usado expressões e realizado considerações acerca de algumas drogas, nenhum deles teve como foco de suas pesquisas as substâncias psicoativas. Somente na segunda metade do século XX, especialmente nas décadas de 1960 e de 1970, economistas dariam as primeiras contribuições que abordariam diretamente esse tema. Interessados em observar o consumo de drogas como um resultado de preferências individuais determinadas pelo preço, quantidade e maximização da utilidade, esses estudos buscavam medir elasticidades dessas “enigmáticas” mercadorias. Nesse mesmo período, cujo cenário era de intensificação dos combates inseridos na Guerra às Drogas, também se firmaram os estudos sobre custo de oportunidade e escolha racional na questão do tráfico de drogas e de outros crimes.

Ao passo que esses estudos econômicos eram realizados, outras áreas elaboravam e desenvolviam pesquisas sobre a temática das drogas. Assim, a Medicina, a Química, a Biologia, a Farmácia, a Enfermagem, a Psicologia, a História, a Antropologia, a Sociologia, a Assistência Social, o Direito e muitas outras buscavam avançar no tema com debates setorializados ou interdisciplinares e, neste último caso, pouco puderam contar com a colaboração conjunta dos economistas.

Se, por um lado, as dificuldades atreladas às estimativas e aos valores morais tolhiam economistas a avançarem neste polêmico tema, por outro, as divergentes visões e correntes de pensamentos existentes dentro da própria Ciência Econômica também se configuraram como um fator destoante ao debate da Economia das Drogas, com alguns estudos econômicos não convergentes e, algumas vezes, até se contradizendo. Esse cenário reflete o predomínio da corrente ortodoxa no tema, que elabora pesquisas construídas sobre pilares ilusórios, aprisionadas em modelos econométricos que, não raramente, fogem à realidade sob a condicionante *ceteris paribus* (que mantém constantes os demais fatores). Essa orientação excessivamente economicista peca também por desconsiderar a interdisciplinaridade tão necessária a

² Conforme Carneiro explica: “conotação de *necessidade* presente em Marx é aquela que, além do conceito lógico de necessidade objetiva, identifica nas necessidades subjetivas da humanidade dois tipos: as que são básicas, de sobrevivência física, e as derivadas.” (2002, p. 117).

este campo. Por outro lado, a linha heterodoxa, que trabalha com abordagens mais realistas e configura cenários mais dinâmicos, ainda é pouco explorada, especialmente por apresentar menor número de profissionais com essa formação.

Apesar das diferentes correntes de pensamento, a Ciência Econômica faz-se necessária para explicar a dinâmica desse mercado criminoso. Atualmente, é recorrente o debate acerca da política de drogas predominante no mundo, pois organismos internacionais, políticos ou não-governamentais questionam os resultados e as consequências da repressão de tal mercado³; afinal, o tráfico de drogas não cessou e continua a movimentar muito dinheiro sujo. Ademais, o consumo de substâncias psicoativas também prevalece; e a violência decorrente do proibicionismo – tanto pela violência do narcotráfico, quanto pelo consumo problemático – revela um cenário preocupante dessa política.

A princípio, a proibição de psicoativos justificava-se pela tentativa de eliminar esse mercado por meio da repressão à oferta – cultivo, produção e comercialização – de drogas. Defendia-se que o uso de tais substâncias seria encerrado perante a ausência dessas mercadorias, isto é, na eliminação da oferta estaria o fim da demanda. Contudo, o argumento que visava ao objetivo é o mesmo que hoje justifica a falha: enquanto houver a demanda, haverá a oferta. Nesse sentido, ao justificar a permanência da produção de drogas, essas concepções tentam apontar a culpa aos consumidores. Alguns comerciais de televisão, inclusive, já realizaram campanhas com a ideia de que “se você consome drogas, você financia o tráfico”. Todavia, antes de qualquer acusação, cabe ressaltar um contraponto: o importante papel que exerce o comércio de psicoativos na demanda. Conforme argumenta a economista Coyle (2003), a experimentação de alguns psicoativos pode ser dada, inicialmente, por “amostra grátis”, distribuída em festas como *raves*. A autora também salienta que “uso de drogas parece ser uma característica permanente da humanidade” (COYLE, 2003, p. 26).

A discussão pode ficar mais complexa ainda quando é adicionado um terceiro elemento nesta economia: o Estado. No contexto das drogas, o Estado pode ser tanto o protetor do bem-estar social como o provedor da violência, devido à

³ Como exemplo, cita-se a Law Enforcement Against Prohibition (LEAP Brasil), a Comissão Global de Políticas sobre Drogas, a Drug Policy Alliance (DPA), Growroom, entre tantas outras.

repressão policial. Assim, muitos discursos vão culpar o Estado pelas consequências violentas da proibição de psicoativos, enquanto outros vão justificá-lo como necessário para tais fins; outros apresentarão soluções visando eliminá-lo, por meio de discursos neoliberais que visam à liberalização⁴ de todas as drogas, outros, ainda, vão pregar espécies de acordos que conciliam legalização e regulamentação pelo Estado.

De fato, quando se observa a realidade que engloba a questão das drogas, evidencia-se a complexidade do debate, que vai além de uma simples constatação sobre de quem é a culpa – da oferta, da demanda ou da (in)eficiência do Estado. Embora muitas dessas indagações vaguem pelo imaginário popular, essa discussão sobre a relevância do papel dos diferentes atores envolvidos na economia de psicoativos parece inviável para explicar o fracasso das políticas de proibição às drogas quando esses três elementos são avaliados separadamente. Nesse sentido, a ortodoxia econômica costuma fazer análises setoriais separando oferta e demanda, como se ambas fossem independentes. Essa prática é refutada pela heterodoxia econômica, que enaltece as relações de interdependência entre oferta e demanda, pois vê o mercado como uma construção conjunta dos atores e não como uma soma de partes individuais e isoladas.

Independentemente de como as correntes econômicas realizam seus estudos setoriais, é importante destacar que a separação entre esses elementos que fundamentam a Economia das Drogas busca apontar um culpado: a oferta, a demanda ou as instituições; o traficante, o usuário ou o Estado; ou ainda, o país produtor, o país consumidor ou a hegemonia política internacional. São por essas razões que um estudo sobre a Economia das Drogas Ilegais deixa de ser simplesmente um estudo setorial que busca analisar o mercado e passa a ser um estudo de economia política, já que considera os conflitos de interesse, a lógica do processo de acumulação de capital e o antagonismo entre a crescente concentração de poder e riqueza *vis-à-vis* os requisistos de bem-estar social.

Diante desses apontamentos, ainda permanece uma questão central: por quais razões as políticas de proibição às drogas não conseguem pôr fim a esse mercado? Com a intenção de contribuir para respondê-la, este trabalho tem como

⁴ Os termos que diferenciam liberalização e legalização são discutidos no Capítulo 1.

objetivo dissertar sobre o campo de estudo da Economia das Drogas, apoiando-se nos pressupostos da corrente econômica heterodoxa, ou seja, avaliando os elementos que buscam explicar a lógica desse mercado por meio de uma abordagem dinâmica e interdisciplinar, acompanhando informações empíricas sobre o comércio global.

Para isso, esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro define o campo de estudo da Economia das Drogas por meio da discussão sobre a proibição e a permissão, bem como das relações e diferenças entre mercados, mercadorias e atores. O segundo capítulo analisa as estimativas fornecidas pelo Escritório de Drogas e Crimes das Nações Unidas - UNODC, com periodização focada no século XXI, dos mercados globais de drogas ilegais, especialmente o de cocaína, de ópio e de *Cannabis*. Na sequência, o Capítulo 3 apresenta uma abordagem heterodoxa sobre os elementos que permitem melhor compreender a lógica de funcionamento desse mercado, as características estruturais desse setor e as principais estratégias adotadas pelos produtores. Por último, com o propósito de complementar as informações do leitor interessado em se aprofundar no tema, é realizada uma revisão dos principais estudos ortodoxos sobre a temática “crime e drogas”, bem como uma crítica à abordagem da escolha racional amplamente utilizada nesse campo.

Desse modo, pretende-se, então, fazer uma pequena contribuição a um tema de grande complexidade. Salieta-se, finalmente, que este trabalho tem a pretensão de estimular mais reflexões e incentivar mais pesquisas acerca da Economia das Drogas, já que esse campo possibilita oportunidades para se desenvolver e problemáticas para serem trabalhadas pela Ciência Econômica, especialmente por áreas do Desenvolvimento Econômico.

CAPÍTULO 1

A ECONOMIA DA DROGA

“A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa”.
Karl Marx

A questão das drogas é debatida e referenciada por indivíduos no mundo todo. Nos mais variados contextos, as substâncias psicoativas se fazem presente: em rituais religiosos, em confraternizações sociais, em atendimentos hospitalares, entre outros. Na Igreja Católica, por exemplo, o vinho é uma bebida sagrada, que simboliza o sangue de Cristo. No meio social, o consumo de álcool é facilitador da comunicação e da interação entre as pessoas, percebível no famoso convite para “tomar uma” no bar. Apesar da boa aceitação em alguns meios, o álcool não é apropriado para outros. Dirigir após consumir essa substância é passível de pena em alguns países. Trabalhar sob efeito de álcool também não é uma atitude nobre, exceto para reuniões executivas regadas a um requintado *whisky*. Por outro lado, se para alguns cargos o consumo de álcool é sinônimo de ostentação, para outros é de depreciação, já que é muito associado à ideia do “bêbado vagabundo”, pela qual se opõe trabalho a uso de substância psicoativa. Ao contrário, isso não é válido para o café – substância psicoativa capaz de proporcionar energia e manter uma pessoa mais acordada, atenta e concentrada – que é ingerido abundantemente nos mais variados ambientes de trabalho. Por isso, oferecer um “cafezinho” é um costume de bom grado e de educação.

Essas variadas situações descrevem o consumo de substâncias psicoativas e levantam a concepção de que existem drogas “boas” e “ruins”, já que umas são aceitas pela sociedade, enquanto outras não. Assim, o álcool pode ser bom para uso gastronômico, ao integrar um cardápio em um jantar. Também pode ser tão agradável ao ponto de ser consumido como motivo de vitória ou de comemoração: quando se

estoura uma garrafa de champanhe, por exemplo, para brindar a algo. Por outro lado, o álcool também pode ser sinônimo de violência, de brigas, de acidentes e de mortes. Isso exclui a hipótese de existirem drogas “boas” e “ruins”, mas implica a administração da dose e o uso atrelado a um *contexto*. Para Escohotado (1997b), a diferença entre o remédio e o veneno é a dose ingerida. Uma aspirina pode ser boa para um resfriado, mas muitas aspirinas ingeridas em pouco tempo podem intoxicar e matar um indivíduo.

Além da dose e do contexto, o uso de psicoativos pode implicar diferentes significados conforme a época. Em boa parte do século XX, o tabaco era sinônimo de liberdade e de autonomia, símbolo de sucesso entre celebridades do cinema internacional. Atualmente, o consumo de cigarro é vetado em locais fechados no Brasil, e a antiga imagem dos fumantes bacanas perdeu lugar para a imagem da “geração saúde”, assim denominadas, como alguns grupos de jovens que consomem substâncias naturais e cultuam a saúde e o corpo, mesmo que alguns ainda façam uso de outras drogas anabolizantes.

Ao longo da história da humanidade, as drogas tiveram distintos significados para o homem, sendo glorificadas ou demonizadas por diferentes povos, conforme relata Escohotado (1997b):

No Peru, as folhas de coca eram um símbolo Inca, reservadas exclusivamente para o corte e outorgadas aos servos como prêmio. Na Roma pré-imperial, o uso do vinho era liberado aos homens maiores de trinta anos, sendo que o costume admitia executar qualquer mulher ou homem mais jovem descobertos nas proximidades de uma taberna. Na Rússia, durante meio século, beber café foi um crime punido com tortura e mutilação das orelhas. Fumar tabaco causava a excomunhão entre católicos e a amputação de membros na Turquia e na Pérsia. Até a erva-mate, usada hoje em infusão pelos gaúchos dos pampas, foi considerada uma beberagem diabólica, e somente as missões jesuítas no Paraguai, dedicadas ao cultivo comercial desta planta, conseguiram convencer o mundo cristão de que suas sementes não foram trazidas à América por Satã, mas por São Tomás, o mais desconfiado dos primeiros Apóstolos (ESCOHOTADO, 1997b, p. 27).

Ademais, pelo fato de algumas substâncias serem associadas a costumes e a culturas de alguns povos, as drogas também simbolizaram a discriminação e a xenofobia de outros. Nos Estados Unidos, por exemplo, o álcool era comumente

associado aos irlandeses, enquanto a maconha era fumada pelos mexicanos, a cocaína era usada pelos negros e o ópio consumido pelos chineses (ESCOHOTADO, 1996; FIORE, 2005). No Brasil, o “pito de pango”, nome da maconha durante o século XIX, teve o consumo proibido em algumas cidades aristocráticas, como Rio de Janeiro, Campinas e Santos, como uma forma de oprimir os costumes dos escravos africanos, que trouxeram a droga às terras brasileiras (MOTT, 1984; LIMA, 2009).

Por isso, a relação que se apresenta entre as *drogas* e os *humanos* é complexa, pois acompanha uma série de atributos sobre saúde, comportamentos sociais, valores morais e contextos culturais e sociais, que vão direcionar, caracterizar ou estereotipar determinados indivíduos pelo uso de substâncias psicoativas que consomem (BARLETTA, 2009). É por isso que a palavra *drogado* (*a*) é tão reveladora, já que, na língua portuguesa, não há qualquer outro vocábulo capaz de denominar e de rotular um indivíduo pela substância que ele consome.

A problemática acerca das linguagens é destacada no tema das drogas, porque são carregadas de significados, valores e ideologias capazes de abordar o assunto sem imparcialidade, além de degradar e subjugar indivíduos, classes sociais ou povos inteiros. Nesse sentido, termos como “viciado” ou “drogado” são usados para se referir à problemática com um olhar opressor, uma visão que exclui e condena o uso de drogas de forma generalizada (CARNEIRO, 2002a). De modo semelhante, termos como “combate às drogas” ou políticas “antidrogas” são carregados de simbolismos violentos, pois fazem menção à guerra. Porém, como se lança uma guerra a “coisas” inanimadas? Como lutar contra substâncias? É por isso que a luta *contra as drogas* é transferida a um combate *contra pessoas*.

Assim, a questão das drogas pode ser relacionada com a questão da exclusão social. Em parte, por uma percepção comum de que o consumo de algumas drogas levaria o indivíduo a uma exclusão da própria vida. Nesse caso, é muito comum ouvir algum cidadão comentar que “Fulano perdeu tudo para as drogas” (ADMINISTRADOR, 2014; NA, 2014). Por outro lado, pode-se interpretar, também, que as drogas preenchem a vida vazia de indivíduos invisíveis⁵. É por isso que, muitas

⁵ Esse tema será retomado no item 1.4.1 sobre os consumidores de drogas.

vezes, as drogas são associadas a um *problema social*, já que podem perturbar alguns usuários e alimentar a violência inerente ao narcotráfico.

Embora a percepção mais geral atrelada às drogas seja a de um problema social, a qual os diferentes períodos, contextos e cenários influenciarão, elas são, antes disso, uma *mercadoria*, rica pelas particularidades e, especialmente, pela ilegalidade inerente a esse comércio, devendo, portanto, ser tema de estudo pela Ciência Econômica.

Pode-se compreender, portanto, o campo denominado *Economia das Drogas* como aquele destinado a estudar o funcionamento e o mecanismo dos mercados de drogas, a compreender o comportamento e os conflitos de interesses dos agentes envolvidos, a analisar as respostas dos atores às diferentes políticas que atuam sobre esse comércio, a identificar as interações entre setores e as relações construídas entre os meios legais e ilegais.

Ademais, é importante esclarecer que o campo da Economia das Drogas engloba distintos níveis de análise. No âmbito macroeconômico, o mercado de drogas pode alcançar diferentes proporções para cada país, podendo impactar no Produto Interno Bruto (PIB) ou na taxa de câmbio, dadas as dimensões do tráfico internacional (SALAMA, 2000). De modo semelhante, algumas especificidades microeconômicas podem ser indicadas no comércio de drogas, respondendo a muitas questões sobre a inovação dessa indústria, a estrutura do mercado, as formas de comercialização, a formação de preço, o comportamento do consumidor, entre tantas outras (RYDELL; EVERINGHAM, 1994; KOPP, 1998). Nessa dissertação, esses dois níveis de análise são desenvolvidos, respectivamente, nos Capítulos 2 e 3. Assim, este primeiro capítulo objetiva apresentar o campo de estudo da Economia das Drogas a partir do entendimento dos mercados (item 1.2), das mercadorias (item 1.3) e dos atores envolvidos (item 1.4).

No entanto, como o universo das drogas é imenso, foi necessário delimitá-lo. Assim, após uma caracterização inicial sobre as diferenças entre psicoativos lícitos e proibidos, optou-se por dar maior ênfase às substâncias ilícitas na maior parte do trabalho, já que as lícitas podem ser foco de pesquisas de outras áreas da economia, em estudos sobre a indústria farmacêutica, alimentícia, tabagista ou de bebidas.

Sendo assim, dessa distinção entre as drogas emerge uma primeira questão: por que umas são proibidas enquanto outras são legalizadas? A fim de discuti-la, este capítulo iniciará com uma breve exposição da história dessa divisão entre economias formais e economias ilegais (ou criminosas).

1.1 - Entre o proibido e o permitido: as drogas no processo de industrialização e de avanço do capitalismo

Atualmente, a questão das drogas é abordada como um grave problema social, que preocupa e reúne esforços de entidades internacionais e de governantes de países do mundo todo, que buscam enfrentar esse percalço. Contudo, as drogas, ao longo da história do homem, já foram endeusadas, idolatradas e cultuadas por diferentes povos, ou seja, implicaram diferentes significados.

No princípio, as drogas eram utilizadas em rituais religiosos e estavam associadas à magia, às confraternizações sociais e às festas. Muitas tribos faziam uso de substâncias enteógenas⁶ para se ligar aos deuses ou para curar doenças e males (ESCOHOTADO, 1995, v.1). Nessa época, as drogas apresentavam um importante *valor de uso*. Mais tarde, com o surgimento do comércio e, especialmente, durante o mercantilismo, as ditas *especiarias* estimularam a comercialização de drogas que traziam um sentido prazeroso e gastronômico ao seu consumo, como o açúcar, o tabaco, o café, o ópio, entre outras, e não tinham seu uso discriminado; pelo contrário, eram consideradas *mercadorias de luxo*. Nesse período, conforme a interpretação marxista de mercadoria, as drogas já teriam um *valor de troca*, pois a elas eram atribuídas propriedades que transcendiam o apreço individual, representando, assim, valores de uso sociais.

Contudo, ainda nessa época, as drogas não eram associadas a combates sociais, pois ainda eram utilizadas na sua forma natural. A partir do avanço do

⁶ A palavra *enteógeno*, do grego *entheos*, significa “deus dentro” e explica a condição de uma pessoa que recebeu um deus ou teve seu corpo tomado por uma entidade, dando, assim, um aspecto divino a determinadas substâncias alucinógenas (ESCOHOTADO, 1995, v.1).

capitalismo e da intensificação da industrialização, iniciaram-se os primeiros conflitos acerca dos psicoativos. Na China, em 1729, proibiu-se a importação e a venda de ópio (ESCOHOTADO, 1996; UNODC, 2008). Na Inglaterra, as aglomerações urbanas e as péssimas condições de vida da classe operária designaram percalços relacionados ao alcoolismo (ENGELS, 1845). Nesse sentido, o país decretou o *Gin Act*, em 1751, com o propósito de restringir e de taxar a produção dessa bebida, cujo teor alcoólico era grande⁷.

Embora alguns abusos do consumo levantassem preocupações, foi devido à disputa e à dominação de mercados que os grandes conflitos relacionados às drogas surgiram, implicando guerras entre países, como a Guerra do Ópio entre a China e a Inglaterra, bem como o nascimento da diplomacia, marcado pelo Tratado de Nanking, em 1842 (RIBEIRO, 2007).

Também no século XIX, o avanço da indústria química, que permitiu sintetizar compostos orgânicos de plantas naturais, contribuiu para a expansão da indústria farmacêutica, especialmente a alemã, sobre a qual muitas empresas mantêm o poder econômico até hoje. Assim, a descoberta da morfina, em 1804, da cocaína, em 1860, e da heroína⁸, em 1874, impulsionou a produção de psicoativos. Segundo Antônio Escotado (1996), historiador espanhol que é referência mundial no tema das drogas, a morfina foi a primeira grande droga utilizada no século XIX, cuja importância se revelou durante a Guerra Civil Americana e a Guerra Franco-Prussiana. Em seguida, outra droga derivada do ópio, a diacetilmorfina, surgiu no mercado com o nome de heroína e foi responsável pelo crescimento da indústria farmacêutica Bayer. Com alta capacidade de gerar dependência, esse fármaco⁹, ao contrário da morfina, proporcionava um aumento da produtividade do consumidor. De modo semelhante, a cocaína, com a promessa de aumentar a energia e curar a tristeza, teve seu uso aplicado por Sigmund Freud e pela indústria de bebidas, além de ter sido utilizada por soldados durante a I Guerra Mundial. Até mesmo o éter teve seu uso estimulado por prescrições médicas, na Irlanda, a partir de 1850, devido a uma campanha que visava à redução do consumo de álcool, promovida pelo clero local.

⁷ O *Gin Act*, conseqüentemente, foi o responsável por impulsionar a indústria de cerveja no país.

⁸ Heroína é originada da palavra alemã *heroisch* (heroico), por caracterizar, assim, os efeitos estimulantes e analgésicos dessa substância.

⁹ *Phármakon* é um vocábulo grego, que significa tanto *remédio* como *veneno*.

Foi nesse cenário que surgiram os primeiros conflitos sociais atrelados às drogas, que culminariam, no século XX, numa onda de políticas proibicionistas. Assim, em 1909, foi sediada em Xangai a primeira conferência internacional para discutir a questão do ópio (ESCOHOTADO, 1996; UNODC, 2008). Com a participação dos Estados Unidos, justificada pela preocupação com a saúde do povo asiático, promoveram-se os ideais de proibição.

De fato, a iniciativa de tornar as drogas substâncias ilegais partiu dos Estados Unidos, e existem muitas explicações e teorias que justificam essa postura tão moralista ou intervencionista, para um país cujo discurso é tão liberal, em termos econômicos. A primeira delas aponta a disputa pela hegemonia com a Europa. De fato, até o início do século XX, a Europa ocupava uma posição de destaque no cenário econômico, político e social. Assim, proibir as drogas, que eram mercadorias prósperas à indústria de fármacos, de alimentos e de bebidas (incluindo tanto chás como álcool), significava enfraquecer o poder da economia europeia (RODRIGUES, 2005). Outra justificativa, argumentada pelo sociólogo Howard Becker (1977), é atribuída ao caráter humanista, ao comportamento utilitarista e à religião protestante, que traziam um elevado moralismo ao consumo de psicoativos. Atrelada a essas duas hipóteses, a busca do controle social, manifestada pela ascensão do fordismo¹⁰, teria impulsionado a abstinência e direcionado o padrão de consumo de grande parcela da sociedade. Essa terceira teoria é defendida e justificada por Antônio Gramsci (1934), que atribuiu a política de “Lei Seca” aos interesses industriais.

Conhecida como *Prohibition*, a Lei Seca, aprovada em 1920, por meio da 18ª Emenda e do Ato Volstead, proibiu a fabricação, a importação, a comercialização e o

¹⁰ O fordismo foi um sistema de organização da produção, surgido no início do século XX, pelo qual o industrial Henry Ford estabeleceu um sistema de produção que uniu técnicas tayloristas de separação de funções, de planejamento da produção e das funções no interior da empresa, de controle do tempo e das tarefas e de bonificação por produtividade a melhorias de salário que permitiram a introdução de uma política de consumo de massa por parte dos trabalhadores (CASTEL, 2009). Esse novo modelo de montagem automobilística caracterizou-se pela divisão interna de funções, que fixou o operário no chão da fábrica, cessando qualquer possibilidade de ele perambular no ambiente de trabalho e controlando-o na realização de uma sequência de atividades monótonas, repetitivas e coercivas, já que a esteira levava o trabalho ao trabalhador, e este era manipulado e desprovido de qualquer liberdade – inclusive sem fazer pausas ou intervalos aleatórios (BOTELHO, 2008; PINTO, 2010). Embora iniciado nos Estados Unidos, o fordismo expandiu-se pelo mundo, especialmente pelo potencial de aumentar as economias de escala, resultado do processo também de verticalização da indústria, que permitiu minimizar prejuízos advindos de riscos e de incertezas nas diferentes etapas da cadeia produtiva, além de ampliar a velocidade da produção. Desse modo, o fordismo significou uma transformação não apenas nos processos de produção industrial, mas também nos mercados e na cultura do mundo todo (BOTELHO, 2008).

uso de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos¹¹, marcando o início das práticas proibicionistas de drogas. Embora tenha sido revogada em 1933, devido ao agravamento das questões de saúde e ao crescimento da criminalidade e da corrupção no país, a política de restrição ao mercado de drogas se manteve, pois permaneceram instituições e agências como o *Federal Bureau of Narcotics*, bem como outras foram criadas. Eram comuns, naquele país, intervenções no mercado, via taxaço de preços ou restrições de insumos necessários à produção de drogas (BECKER, 1977; ESCOHOTADO, 1996; RODRIGUES, 2005).

Essa sequência de medidas culminaria, em 1961, na Convenção Única das Organizações das Nações Unidas – ONU, pela qual muitos países concordaram em proibir drogas sob a justificativa de guardar a moral e a saúde da humanidade (UNODC, 2008). Desde então, uma série de transformações no mundo aconteceram: passando do movimento *hippie* da década de 1960-70 até o período atual, o consumo de drogas não cessou, o crime organizado tomou dimensões transnacionais e as questões sociais se agravaram, especialmente pela violência inerente à ilegalidade desse mercado. Essas evidências estão, atualmente, levando muitos países a questionarem suas políticas sobre as drogas.

De fato, o avanço neoliberal, a partir da década de 1970, acarretou uma série de transformações nos cenários econômicos internacionais, marcando o início de um período de instabilidades macroeconômicas. O enfraquecimento do Estado na promoção do *Welfare State* e das regulações na economia somado aos avanços das tecnologias de informação que conformam a III Revolução Industrial fizeram emergir a insegurança e a vulnerabilidade no mercado de trabalho, percebidas pelo enfraquecimento dos sindicatos e pelo aumento do desemprego (MATTOSO, 1995). A concentração e centralização do capital nas grandes empresas oligopolísticas representou o avanço do capital financeiro no predomínio da economia mundial que, frente à emergência dos ideais neoliberais, rompeu fronteiras e intensificou o fenômeno da globalização (SILVA, 2010).

¹¹ De modo semelhante, o Ato Harrison (1914) vetou o uso de ópio e de derivados, excetuando-se aqueles para fins médicos (como a morfina). A partir da Lei Seca, surgiram mais leis de restrição às drogas, como as leis de taxaço de maconha e a decorrente proibição de produção e de consumo de inúmeras drogas, que se constitui na política mundial de “Guerra às Drogas” que permanece até hoje.

A globalização, por sua vez, impactou significativamente no mercado de drogas, pois, ao mesmo tempo que se deram as aberturas de mercados formais, também se abriram os mercados ilegais. O aumento da concorrência em nível mundial, a redução da regulamentação financeira e a elevação das transações entre países intensificaram o mercado de drogas e reforçaram a degradação das questões sociais, agravando a situação da população pobre dos países desenvolvidos e elevando a criminalidade e a marginalização das populações dos países do terceiro mundo, ou seja, aumentando a desigualdade, deixando “os ricos mais ricos e os pobres mais desesperados” (WOODIWISS, 2007, p. 218). A própria globalização no mercado financeiro impactou no narconegócio. Conforme explica Woodiwiss, “a tendência à globalização dos mercados financeiros ao longo das décadas recentes foi acompanhada pelo rápido crescimento de três tipos de atividade financeira ilícita” (2007, p. 239), que são a evasão fiscal, a fuga de capitais e a lavagem de dinheiro. Essa última foi favorecida pelo acentuado descontrole e não acompanhamento das transações financeiras e comerciais no âmbito internacional, favorecendo a prática de limpar dinheiro “sujo” na grande “máquina” de investimentos denominada *mercado financeiro* – além de viabilizar a segurança monetária do criminoso, também possibilitou o aumento e a acumulação de lucros. Conforme argumenta Souza (2007):

o sentido do aumento da ilegalidade na sociedade contemporânea deve ser entendido com base nas transformações recentes do capitalismo: no que tange ao problema do emprego e da perda de coesão social, responsável por elementos como a “integração perversa” ao mercado de trabalho e superexploração da mão de obra [...]; e o surgimento de novas oportunidades para o crime global, que vai se beneficiar da redução de barreiras tarifárias, desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro, advento de novas tecnologias e de uma profunda capacidade de se adaptar às recentes exigências de flexibilidade (SOUZA, 2007, p. 87).

Portanto, pode-se compreender o agravamento da questão das drogas na transformação do sistema capitalista, via intensificação dos processos de concentração e de centralização do capital¹², cuja busca inexorável por acumulação de capital configura a lógica que motiva os agentes e os mercados. O entendimento dessa

¹² No entendimento marxista.

racionalidade econômica por trás dos comportamentos, bem como o reconhecimento do crescimento das desigualdades, da pobreza, do desemprego e da insegurança no cenário econômico moderno, devido ao advento do avanço neoliberal, que tanto afetou o consumo, o tráfico e, ainda, o Estado, são cruciais para compreender o mercado de drogas. Os principais atores da Economia das Drogas são abordados ainda neste primeiro capítulo. Contudo, faz-se necessário, antes, caracterizar as diferenças e as semelhanças entre os mercados legais e ilegais de drogas, já que o proibicionismo mostra-se, em um primeiro momento, uma incoerência aos ideais do liberalismo econômico, mas, em um segundo momento, o proibicionismo viabiliza a expansão dos lucros, principalmente diante de um Estado enfraquecido.

1.2 – Os mercados

Os fatores que determinam se uma substância psicoativa será proibida enquanto outra será legalizada envolvem questões de saúde, de segurança pública e de relações internacionais, além de problematizações históricas, culturais e ideológicas. Do ponto de vista econômico, algumas diferenças podem ser identificadas a partir da análise da cadeia produtiva das drogas legais e das ilegais.

O estudo das cadeias produtivas permite analisar o complexo de produção de um determinado setor da economia, desde as etapas que iniciam com o plantio ou extração de um insumo até a comercialização e o consumo dele. A análise de um setor a partir da observação de sua cadeia produtiva proporciona uma melhor compreensão não apenas dos processos de fabricação, como também das relações de interdependência entre os agentes envolvidos. Algumas dessas análises, inclusive, viabilizam a comparação entre diferentes cadeias de produtos que podem ser concorrenciais. Além disso, as cadeias produtivas constituem a base de informações sobre distribuição de renda, formação de preço e concorrência dos complexos industriais (DANTAS; KERTSNETZKY; PROCHNIK, 2002). Os subitens seguintes abordam o esquema das cadeias produtivas das drogas legais e ilegais.

1.2.1 – Cadeia produtiva das drogas legais: esquema geral

O mercado de drogas legais, como o de medicamentos, de café, de álcool ou de tabaco, inicia-se a partir da aquisição de insumos, bem como de investimentos e de pesquisas (P&D). O cultivo e a colheita de plantas naturais servirão à produção de insumos, que podem ser importados ou exportados pelo país produtor de determinada substância psicoativa. No mercado da indústria farmacêutica, por exemplo, a indústria brasileira importa a maior parte dos princípios ativos dos medicamentos que são produzidos internamente¹³. No caso da produção de tabaco, a região sul do Brasil (RS, SC e PR) caracteriza-se pelo cultivo de fumo e centraliza quase a totalidade da produção (SINDITABACO, 2013).

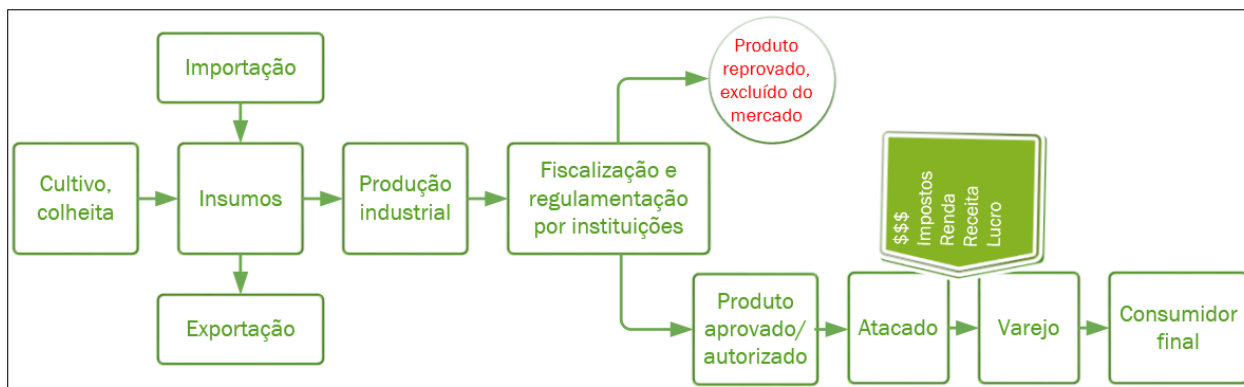
De modo geral, a partir da obtenção de insumos, é realizada a produção industrial dessas drogas que, por serem legalizadas, passam por uma etapa na cadeia produtiva responsável pela fiscalização das mercadorias. No Brasil, por exemplo, a Anvisa é a instituição responsável pela regulação de medicamentos e de cigarros; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – é o responsável pela indústria de bebidas alcoólicas.

Após a etapa da fiscalização por instituições, o produto pode ser reprovado ou aprovado. Quando reprovado, a mercadoria é excluída da comercialização, o que garante mais segurança à população. Quando aprovada, essa mercadoria será comercializada e, finalmente, chegará até o consumidor final.

Entre todas essas etapas, do cultivo ao consumo, valores são agregados em cada etapa da cadeia produtiva, que gera, por sua vez, renda a trabalhadores por meio de salários e ordenados, renda pela posse de propriedades (lucro, juros e aluguel), bem como renda indireta a outros setores e indústrias da economia, via aquisição de bens e serviços (custos) e de bens de capital (investimento), além de gerar renda ao Estado por meio do pagamento de impostos. Essa sequência da cadeia produtiva de drogas legais pode ser visualizada na Figura 1.

¹³ A divisão da cadeia produtiva farmacêutica foi definida, em 1987, pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, em quatro etapas principais: pesquisa e desenvolvimento, produção de farmoquímicos, produção de medicamentos e comercialização e marketing (PALMEIRA F; PAN, 2003). As duas primeiras etapas são as que mais agregam valor econômico e são denominadas como “indústria de farmoquímicos”. As duas últimas, como “indústria de medicamentos”. O Brasil geralmente concretiza grandes importações da indústria farmoquímica, contemplando especialmente a indústria de medicamentos, que agrega menos valor à economia.

Figura 1 – Cadeia produtiva das drogas legais



Fonte: Elaboração própria.

1.2.2 – Cadeia produtiva das drogas ilegais: esquema geral

O mercado ilegal diferencia-se do legal por não seguir regulamentações impostas pelo Estado. Essas regulamentações podem orientar questões que vão desde a contratação de trabalhadores e estabelecimento de salários quanto ao recolhimento de impostos e supervisão de padrões de controle de qualidade dos produtos finais. As relações comerciais não inseridas na legalidade são chamadas de contrabandos.

O contrabando, por sua vez, pode ser classificado como contrabando típico ou como contrabando ilegal. O primeiro está diretamente relacionado ao mercado paralelo. O segundo faz menção à venda de produtos proibidos. Assim, o narcotráfico diferencia-se dos demais mercados por produzir e/ou comercializar um produto que não tem somente a venda proibida, mas também a posse e o uso (KOPP, 1995).

Ademais, o narcotráfico está inserido na gama de atividades criminais, mas destaca-se, sobretudo, por criar riqueza dentro da economia global. Diferentemente de outros crimes, a indústria da droga, em diferentes etapas de produção, isto é, do plantio e da colheita das matérias-primas até a distribuição na venda de atacados e de varejos, gera empregos e agrega valor ao produto final em todos os níveis da cadeia produtiva. Essa é a principal diferença do narcotráfico para outras atividades criminais, como roubos, que simplesmente representam uma transferência de riqueza dentro do sistema econômico, já que a perda da vítima é a renda do assaltante.

Com relação às drogas ilegais, a cadeia produtiva inicia-se, também, a partir da obtenção de insumos que são os princípios ativos das substâncias psicoativas ilícitas. Alguns insumos podem ser importados ou transportados, mas normalmente a cadeia produtiva é continuada nas proximidades da localização onde ocorre o cultivo. Geralmente, o cultivo é realizado por camponeses e trabalhadores rurais informais, algumas vezes sob a condição de trabalho escravo.

A partir dos insumos ilícitos, ocorre a produção das drogas ilegais, que são destinadas aos narcotraficantes internacionais ou aos locais de venda por atacado e, na sequência, ao varejo. Nessas etapas, a mercadoria é comumente adulterada, inclusive, por substâncias que podem ser mais tóxicas que a própria droga. Além disso, por se tratar de um mercado ilegal, nenhum produto é padronizado ou fiscalizado, nenhum imposto é recolhido e quase nenhum trabalhador é formalizado¹⁴. Em muitos casos, há envolvimento de crianças no negócio, já que esta é uma mão de obra barata e estratégica. No Brasil, por exemplo, muitas crianças são contratadas por traficantes para transportar drogas na favela, já que a lei da maioria penal impede que menores que 18 anos de idade sejam presos. Conhecidos como “vaporzinhos”, esses jovens ingressam prematuramente na criminalidade (ZALUAR, 2004; SOUZA, 2011a).

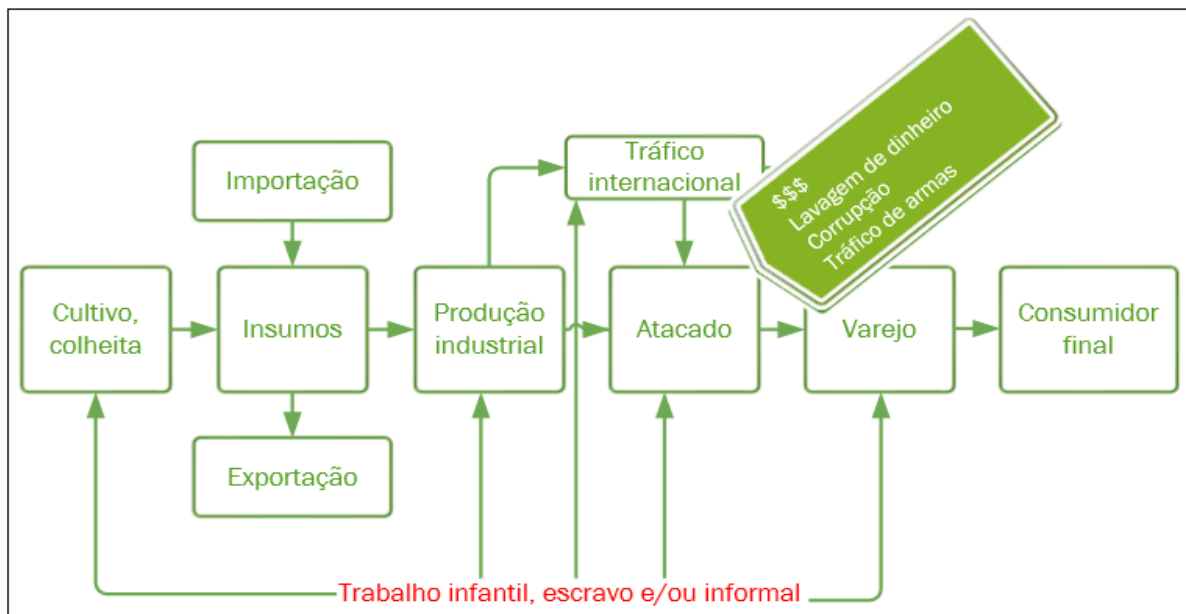
Ademais, para a realização da cadeia produtiva das drogas ilegais, em todas as etapas encontram-se gastos e ganhos com corrupção. O pagamento de propinas e de subornos é uma prática comum no mercado negro, já que a atuação do Estado, por meio de agentes que buscam a repressão do narcotráfico, é corrompida com pagamentos aos agentes estatais, de modo que Estado e crime organizado agem por cooperação mútua (OLIVEIRA, 2008). Também para a concretização da indústria ilícita, outros setores da criminalidade interagem com o mercado de drogas, como o caso do tráfico de armas, que supre o componente *violência*, inerente ao narcotráfico, que, por sua vez, usa de instrumentos violentos para proteger o bom andamento do negócio.

Por fim, a lavagem de dinheiro é uma prática utilizada para formalizar os ganhos do negócio ilegal. Em outras palavras, “limpa-se” um dinheiro “sujo” associando-o com outros negócios formais. Assim, o investimento em boates, bares e outros estabelecimentos comerciais caracterizam lavagens de dinheiro “rudimentares”;

¹⁴ Exceto para empresas de “fachada”.

enquanto empresas de consultoria e aplicações financeiras resultam em lavagem de dinheiro mais especializada, já que nessas atividades é mais difícil de constatar a origem ilegal dos rendimentos (SOUZA, 2011a). A Figura 2 apresenta o esquema da cadeia produtiva de drogas ilegais.

Figura 2 – Cadeia produtiva das drogas ilegais



Fonte: Elaboração própria.

1.3 – A mercadoria

A palavra *droga*¹⁵ é originalmente holandesa, sendo utilizada entre os séculos XVI e XVIII para se referir a determinados produtos naturais e secos que eram comercializados para fins gastronômicos ou medicinais (CARNEIRO, 2005). Atualmente, o termo é utilizado em diferentes contextos e significados. Na língua inglesa, por exemplo, o vocábulo *drug* é usado em artigos acadêmicos tanto para se referir a medicamentos fabricados pela indústria legal quanto para o mercado ilegal. No Brasil, campanhas de prevenção ao uso de psicoativos, com frases “Diga não às drogas”, representam como o termo é atribuído à problemática. Dificilmente se

¹⁵ Originada do termo *droog*.

encontrará um cidadão que comunicará que comprará “drogas” prescritas pelo médico para tratar um resfriado, ainda que alguns estabelecimentos comerciais utilizem o nome de “drogaria”. Por isso, é possível observar que a complexidade da questão das drogas é refletida no universo das linguagens, pois inúmeros são os termos utilizados – drogas, psicoativos, tóxicos, narcóticos, psicotrópicos, estupefacientes, entorpecentes, entre outros¹⁶.

Conforme apontado, as drogas têm uma relação muito próxima a dos alimentos. A principal diferença entre ambos é a intensidade da reação no organismo, sendo mais intenso o efeito das drogas que dos alimentos. Escohotado (1997b) explica que se pode dividir essas substâncias em dois grupos: o primeiro agrupa substâncias que agem somaticamente; o segundo, somática e emocionalmente. Essa interação, somática e emocional, se dá pela atuação nos neurotransmissores, e a essas substâncias dá-se a denominação de *psicoativas*.

Muitas são as classificações para essas mercadorias. Com relação aos insumos e à produção, as substâncias psicoativas podem ser classificadas como naturais, sintéticas ou semissintéticas. As naturais são extraídas e sintetizadas a partir de plantas ou de fungos. As sintéticas são produzidas exclusivamente em laboratórios, ainda que a substância principal seja muito semelhante a outras que podem ser encontradas na natureza¹⁷. As semissintéticas são produzidas a partir de componentes ou de drogas naturais, mas passam por processos químicos que alteram essas substâncias. Com relação ao uso, elas podem ter fins industriais, medicinais, recreativos ou religiosos. Com relação aos efeitos sobre o sistema nervoso central (SNC), também podem ser classificadas como estimulantes, depressoras ou perturbadoras¹⁸ (LACERDA, 2011). Há ainda diferentes classificações, não padronizadas, que dependem dos critérios e dos pesos adotados por cada instituição, quanto ao grau de risco do uso dessas substâncias; daí a ideia da existência de drogas “leves” ou “pesadas”.

¹⁶ Sobre esses vocábulos e os respectivos significados, recomenda-se ler Ribeiro (2007).

¹⁷ Esta dissertação não abordará especificamente o mercado de drogas sintéticas.

¹⁸ Sobre esta classificação, Escohotado (1997b) usa denominações associadas aos efeitos buscados pelos usuários. Assim, ele classifica as drogas como “de brio puro”, “de paz” e “de excursão psíquica”.

Quadro 1 – Classificação das drogas segundo os efeitos no Sistema Nervoso Central (SNC), o processo de produção e o que o consumidor busca

Classificação segundo: Efeito no SNC	Processo de Produção	Natural	Semissintética	Sintética	Processo de Produção o que o consumidor busca	Classificação segundo:
Estimulantes		Cafeína Nicotina Coca	Cocaína Crack	Anfetaminas		Em busca de Brio Puro
Perturbadoras		Maconha Haxixe Psilocibina	LSD	Ecstasy		Em busca da Excursão Psíquica
Depressoras		Ópio	Morfina Heroína Álcool	Opióides (Fentanil e Metadona) Barbitúricos		Em busca da paz

Fonte: Elaboração própria.

A vasta quantidade de drogas existentes e a velocidade com a qual novas substâncias surgem inviabilizam a exposição detalhada de todas essas mercadorias no presente trabalho. Optou-se, portanto, por apresentar mais atentamente três desses produtos, levando em conta a maior relevância econômica e o tamanho dos mercados¹⁹. Assim, esta pesquisa dará maior ênfase à cocaína, ao ópio e à *Cannabis*, bem como seus respectivos derivados. Todavia, quando necessário, outros psicoativos são destacados ao longo da pesquisa. A seguir, são discutidas as cadeias produtivas desses psicoativos.

1.3.1 – Cadeia produtiva da cocaína e do crack

A cocaína é um psicoativo obtido da folha de coca, planta da família das Erythroxilaceae, do gênero *Erythroxylum*, cultivada na região dos Andes, na América do Sul. Pode-se encontrar mais de 250 espécies da planta; no entanto, só é possível extrair o alcaloide a partir de duas delas (DELPIROU; LABROUSSE, 1986). Reconhecida pelos efeitos estimulantes e anestésicos, a cocaína é utilizada de

¹⁹ Também com o propósito de dar suporte à análise empírica do Capítulo 2 desta dissertação, onde são analisados os dados do mercado global de drogas, obtidos nos relatórios elaborados pelo Escritório de Drogas e Crimes das Nações Unidas – UNODC.

diferentes formas. Quando se apresenta em pó refinado (cloridrato de cocaína), a droga pode ser cheirada pelo usuário ou diluída em água para ser injetada. Quando se apresenta em formato sólido – e, neste caso, acrescida de outras substâncias que compõem os derivados como crack, merla e outros –, a droga é fumada.

Figura 3 – Folha de coca e cocaína líquida, em pó e sólida (crack)



Fonte: Google images.

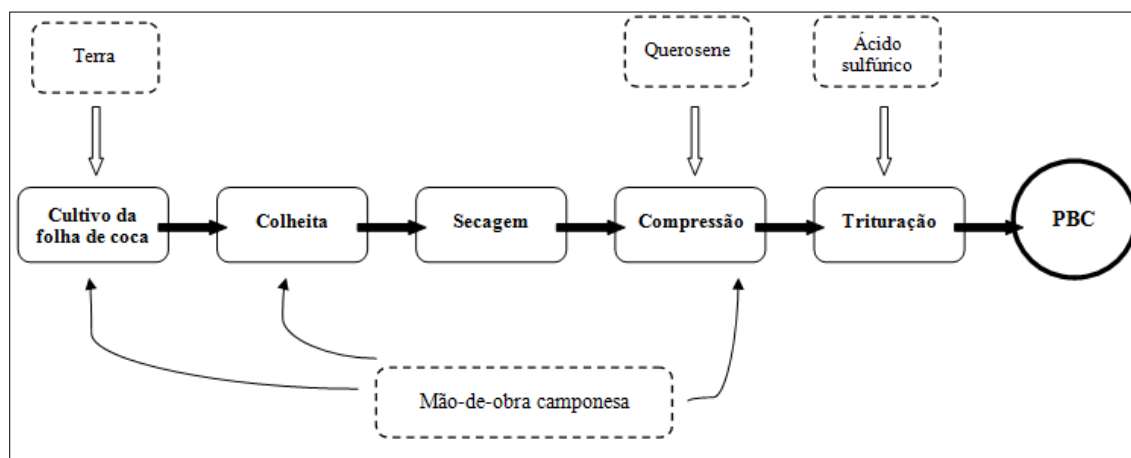
Obtida pelo químico Albert Niemann, entre 1858 e 1860 (DELPIROU; LABROUSSE, 1986), a substância foi amplamente utilizada pela indústria de medicamentos e de bebidas. Variados produtos que continham cocaína eram comercializados para curar dores de dentes, dar mais energia ou ser usado como xarope (como era o caso da Coca-cola, que substituiria a cocaína por cafeína alguns anos depois), além de integrar a indústria de bebidas, como o famoso vinho Mariani.

Desde a descoberta até a década de 1950, tanto a folha quanto o alcaloide compunham *commodities* que eram exportadas para o mundo todo, por mercados formais (GOOTENBERG, 2006). Atualmente, a droga continua sendo comercializada, mas por meios ilícitos. Entretanto, como hábito milenar, as folhas ainda são utilizadas por nativos, sendo mascaradas pelos povos da região andina, cujos efeitos da pressão, devido às altas altitudes, são atenuados pelos efeitos da folha de coca.

Com relação ao mercado de cocaína, sabe-se que a grande produção das folhas de coca é realizada na região andina, na América Latina, sendo a Colômbia, a Bolívia e o Peru os principais países produtores. Após o cultivo, as folhas de coca são colhidas e separadas em um local onde ocorre a secagem. Então, inicia-se o processo de compressão, no qual é adicionado querosene. Até essa etapa a mão de obra

utilizada é camponesa. Para a etapa seguinte, é acrescentado ácido sulfúrico à forma comprimida, quando se inicia o processo de trituração e forma-se a pasta base de coca ou de cocaína – PBC (ESCOHOTADO, 2002; NAPPO; SANCHEZ, 2002). A Figura 4 ilustra a sequência desses procedimentos.

Figura 4 – Cadeia produtiva da pasta base de coca (PBC)



Fonte: Souza (2011a, p. 54).

A pasta base de coca pode ser transportada e vendida diretamente ao atacado ou ainda passar pelo processo de refinamento em laboratórios. Nesse momento, pode ocorrer a ramificação da cadeia produtiva na obtenção de dois produtos: a cocaína e o crack. Inicialmente, essa derivação para a produção de crack surgiu da ausência de algumas substâncias necessárias ao refinamento da cocaína em “pó”. Por isso, o crack é um derivado da cocaína, que é usado na forma fumada. Conforme o contexto, o crack também pode ser considerado um subproduto da cocaína, especialmente quando ele é produzido a partir dos resíduos obtidos no processo de refinamento do “pó”. Além de promover um aproveitamento dos insumos, também é destacada a importância da droga em atender outro nicho de consumidores, já que é ofertada por um baixo preço. Essa possibilidade é uma estratégia adotada por traficantes para elevar os ganhos e diminuir as perdas do negócio.

Destaca-se ainda que, além do preço do crack no varejo ser inferior ao da cocaína, ele exige menores quantidades de PBC à produção. Segundo Escohotado

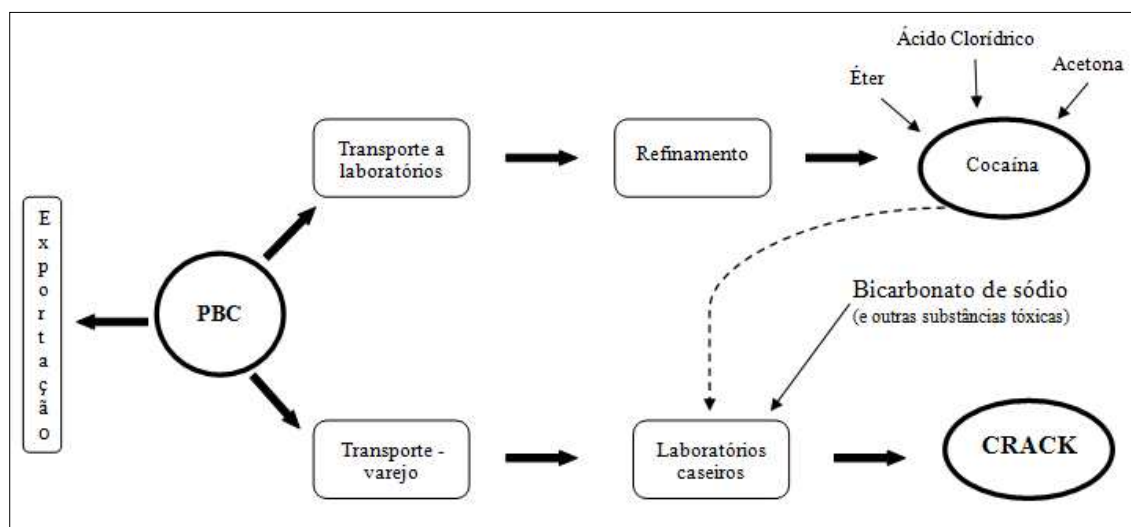
(2002), para se produzir uma quantidade de 1 quilo da cocaína é utilizado de 3 a 5 quilos de pasta base. Para se produzir o crack, não há necessidade dessa quantidade, especialmente porque são acrescentadas as mais variadas substâncias tóxicas, a fim de compor o formato final²⁰.

Ao estudar a ramificação de cadeias em mercados formais, Dantas, Kertsnetzky e Prochnik destacaram que:

O entrelaçamento de cadeias é comum. Muitas cadeias se repartem e outras se juntam. Mas não há por que presumir que a teia de cadeias produtivas se espalhe, de maneira uniforme, sobre a estrutura econômica (DANTAS; KERTSNETZKY; PROCHNIK, 2002, p. 37).

Esse entrelaçamento pode ser observado na cadeia produtiva da cocaína e do crack, conforme representa a Figura 5.

Figura 5 – Cadeia produtiva da cocaína e do crack



Fonte: Souza (2011a, p. 55).

²⁰ Essas incontáveis substâncias que compõem a droga são uma das razões pela qual o crack é mais prejudicial à saúde dos usuários, pois este produto é comumente adulterado. Outra razão está na forma do uso “fumado”, tendo em vista que a queima produz gás carbônico (CO₂).

1.3.2 – Cadeia produtiva do ópio e dos opiáceos (heroína)

O ópio é uma resina produzida pela flor da papoula, uma planta da família Papaveraceae, cuja espécie é *Papaver somniferum*. Essa planta atinge de 1 a 1,5 metro de comprimento e pode ser cultivada nos locais de mais difícil acesso. O ópio obtido da papoula origina diversos psicoativos que podem ser produzidos de forma natural ou sintetizada. Esses alcaloides derivados do ópio são denominados como opiáceos e incluem psicoativos naturais e semissintéticos (como a heroína). Há ainda um grupo de derivados que se denomina opióides, que incluem drogas sintéticas (como a meperidina, o propoxifeno e a metadona) (LACERDA, 2011).

Há registros de uso de ópio como fármaco desde 2.000 a.C., pelos povos sumérios. Nesse período, não havia relatos do uso abusivo da substância²¹, que foi considerada “a aspirina de seu tempo” (ESCOHOTADO, 1997b, p. 48). A relevância da droga era tal para a civilização antiga que “o ópio e a farinha foram as únicas mercadorias subvencionadas pelo Estado romano para impedir flutuações de preço, e este fármaco era tão acessível à plebe como é hoje a aspirina” (ESCOHOTADO, 1997b, p. 48).

Os primeiros conflitos atribuídos ao ópio surgiram a partir do avanço do cristianismo que passou a demonizar algumas plantas psicoativas bem como algumas bebidas alcoólicas, ao mesmo tempo que passou a divinizar outras, como o vinho, que simbolizou o sangue de Cristo. Frente ao contexto político e cultural que englobava as disputas de territórios e domínio de civilizações, a religião Islã se contrapôs ao consumo de vinho e se aliou ao de ópio e ao de café, como oposição à Igreja Católica. Também se destaca o início do imperialismo nos povos asiáticos dominados pelos Estados europeus, que precisavam exercer a hegemonia por meio de expansão da indústria farmacêutica, que encontrava no oriente um potencial mercado consumidor (ESCOHOTADO, 1997b).

Todavia, a imagem do ópio seria degradada na civilização ocidental, a partir da revolução industrial, no momento em que coincidiram a Guerra do Ópio na China com o aumento do uso de ópio pela classe proletária na Europa. Sem renda suficiente

²¹ Escotado explica que “nenhum texto grego ou romano fala da adição ao ópio. Os únicos aditivos conhecidos na época eram os alcóolicos.” (1997b, p. 49).

para consumir vinho ou licor, a população pobre consumia ópio. Além disso, conforme relatou Engels na obra “A situação da classe operária na Inglaterra”:

Algumas mulheres que trabalham ao domicílio e tomam conta dos seus filhos ou dos filhos dos outros, administram-lhes esta bebida para os manterem tranquilos e para os fortificar, pelo menos assim o acreditam. Desde que as crianças nascem, elas começam a dar-lhes estes remédios, desconhecendo os efeitos deste fortificante, até que as crianças morrem disso. Quanto mais o organismo se habitua aos efeitos do ópio, mais aumentam as quantidades administradas. Quando o Cordial²² já não age, dão-lhes por vezes láudano puro, frequentemente quinze a vinte gotas de uma só vez. [...] Podemos imaginar facilmente as consequências de semelhantes tratamentos para as crianças. Tornam-se pálidas, apagadas, fracas e na maioria morrem antes dos dois anos. O uso desta droga está muito divulgado em todas as grandes cidades e regiões industriais do reino (ENGELS, 1845, p. 145-6).

Apesar da crescente degradação do ópio na civilização ocidental, a chegada da morfina na indústria farmacêutica, em 1827, pelo laboratório da Merck, revelou uma importante utilidade medicinal da planta. Isolada em 1804, pelo alemão Friedrich Sertürner, a morfina foi assim batizada em homenagem ao deus do sono, Morfeu, pelas propriedades sedativas e analgésicas. Em meados do século XIX, defendia-se o uso de morfina inclusive no tratamento de alcoolismo. No entanto, ainda no mesmo século, levantaram-se as primeiras preocupações em torno dessa substância, que poderia viciar tanto quanto o álcool. Na época, era utilizada por classes sociais privilegiadas, e praticamente metade dos dependentes havia iniciado o consumo por indicação médica (ESCOHOTADO, 1997b). Isso perduraria até o início do século XX, já que:

as farmácias espanholas vendiam o grama a 3 pesetas, 50 centavos mais barata que o quilo de manteiga ou a dúzia de ovos. A produção em laboratório – sem partir do ópio ou da palha de papoula – foi obtida apenas em 1952, muito mais complexa e custosa. O preço, porém, nunca foi impedimento para seu consumo, exceto no caso dos adictos pobres (ESCOHOTADO, 1997b, p. 66).

Com o aumento do número de dependentes de morfina, aumentou-se o controle da comercialização e do uso desse fármaco. Ainda assim, até hoje, essa droga

²² Um dos medicamentos mais perigosos usados era o Cordial de Godfrey – um derivado do ópio, composto com láudano (ENGELS, 1845).

é utilizada pela medicina, devido à grande capacidade de aliviar as dores, sendo amplamente utilizada em tratamentos terapêuticos e procedimentos cirúrgicos.

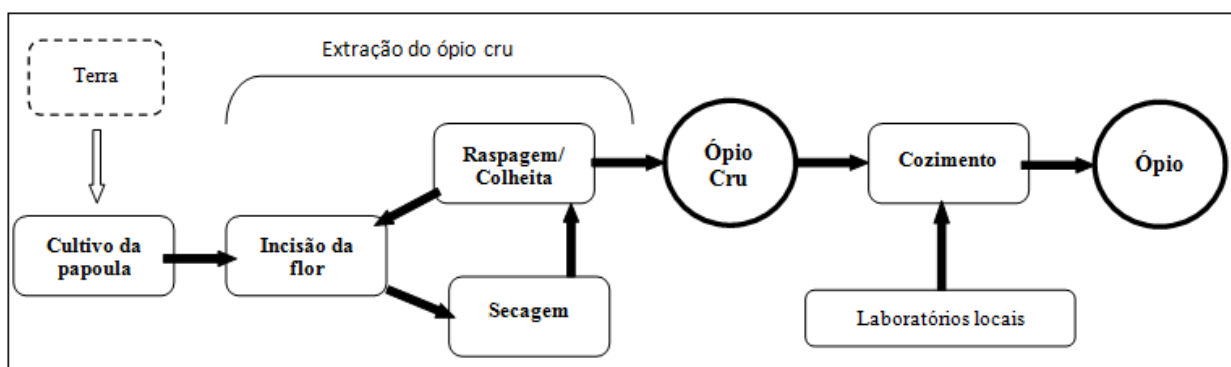
Outra substância derivada do ópio foi descoberta em 1832: a codeína. Apesar de ser menos potente que a morfina, a codeína é o opiáceo mais comercializado pela indústria farmacêutica, já que não encontra os controles e as barreiras dos demais psicoativos do grupo, sendo utilizada em medicamentos para tosse, analgésicos e sedativos.

Contudo, a substância derivada do ópio que seria mais consumida para fins recreativos surgiria em 1874. A diacetilmorfina ou heroína foi sintetizada pelo químico inglês Charles Wright e comercializada pela Bayer a partir de 1897. Inicialmente, a droga apresentou-se como importante substituto ao tratamento dos dependentes de morfina. Além disso, curava qualquer tipo de tosse, até mesmo de tuberculose, e diminuía o medo e proporcionava ânimo e energia – ao contrário da morfina, que induzia ao sono. Ademais, o preço da heroína era inferior ao da codeína, implicando a melhor relação custo-benefício da primeira. Por essas razões, a heroína rapidamente ganhou popularidade e passou a ser consumida por soldados em guerras, por tuberculosos, entre outros grupos de consumidores (ESCOHOTADO, 1997b).

Ademais, a cadeia produtiva do ópio inicia-se a partir do cultivo da papoula. Ao contrário da produção de coca, que é restrita à região andina, a papoula pode ser cultivada em outras regiões do mundo; entretanto, o Afeganistão tem centralizado a maior parte da produção ilegal (WATKINS; MacKERRROW; MERRIT, 2010). Nesse país, o cultivo inicia-se geralmente no mês de março, completando um ciclo que é anual. Assim, após o crescimento da planta, mas ainda antes do amadurecimento das sementes, inicia-se o processo de extração do látex do ópio com alguns cortes na cápsula de cada flor. Com essa incisão, um líquido branco (látex) entra em contato com o ar e, após algumas horas, torna-se mais seco e escuro (ESCOHOTADO, 1997b). Essa substância é recolhida por meio da raspagem utilizando espátulas em forma de pás. Esse procedimento é repetido inúmeras vezes (UNODC, 2013). No Afeganistão, por exemplo, é possível fazer a incisão na cápsula ao amanhecer e a colheita (raspagem) ao entardecer. Diversas incisões e raspagens são realizadas, podendo, esta fase da cadeia, durar mais de um mês (VOA News, 2001).

O “ópio cru”, que foi colhido com as espátulas, é armazenado nas próprias folhas da planta. Para ser consumido, o ópio precisa ser cozido a uma temperatura inferior a 80°C (ESCOHOTADO, 1997b)²³. O cozimento costuma acontecer em laboratórios locais, que não necessitam de qualquer tecnologia, pois não apresentam nenhuma complexidade. A Figura 6 apresenta o desenho da cadeia produtiva do ópio.

Figura 6 – Cadeia produtiva do ópio



Fonte: Elaboração própria.

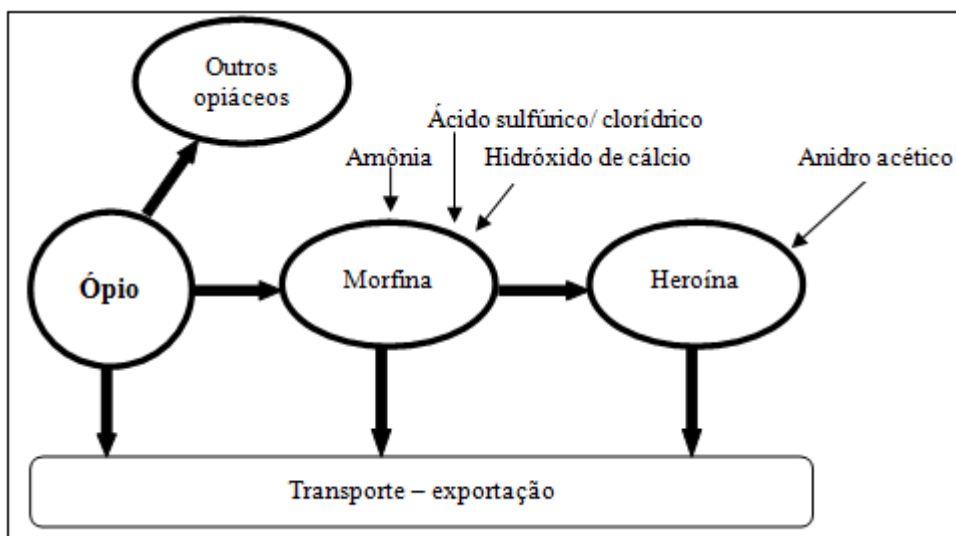
Após ser preparado, o ópio pode ser utilizado para a produção de outros opiáceos, já que são encontradas diferentes concentrações de variadas substâncias. No caso da morfina, estima-se que a concentração média é de 10%, enquanto a codeína é de 1%. Para se extrair morfina, alguns procedimentos de maior complexidade são necessários, nos quais são utilizadas outras substâncias como hidróxido de cálcio, amônia e ácido sulfúrico ou clorídrico²⁴. Finalmente, a partir da morfina, é possível produzir heroína com adição de anidrido acético²⁵. Em média, estima-se que 10 kg de ópio podem produzir 1 kg de heroína (UNODC, 2013). A cadeia produtiva da morfina, da heroína e de outros opiáceos pode ser visualizada na Figura 7.

²³ “Estes procedimentos são importantes pois o ópio cru é mal assimilado pelo estômago e pior ainda por outras vias” (ESCOHOTADO, 1997b, p. 51).

²⁴ Há dois processos de extração da morfina: processo de Thiboumery e Moht e processo de Robertson e Gregory. Para maiores informações, recomenda-se a leitura de Pais (2011).

²⁵ “A tradicional síntese de heroína consiste numa simples reação de acetilação, e normalmente é realizada adicionando um grande excesso de anidrido acético diretamente à morfina, ou ao extrato do ópio, seguido de aquecimento até ferver” (PAIS, 2011, p. 23).

Figura 7 – Cadeia produtiva da morfina, da heroína e de outros opiáceos



Fonte: Elaboração própria.

Tanto a morfina quanto a heroína podem ser consumidas de forma inalada (em pó), injetada ou ingerida (via oral). O uso por via intravenoso apresenta maiores riscos à saúde do usuário, que pode se contaminar com doenças transmitidas pelo compartilhamento de seringas, como a AIDs e a hepatite C. Além disso, a heroína apresenta um elevado nível de tolerância, ou seja, conforme aumenta o consumo, o organismo tende a tolerar melhor a substância, necessitando de maiores doses para suprir o efeito obtido anteriormente (ESCOHOTADO, 1997b). Essa é uma das razões principais da alta mortalidade por overdose, já que muitos usuários, ao cessarem o uso temporariamente, costumam retomá-lo após algum período usando a mesma dose que utilizavam antigamente, afetando violentamente o organismo²⁶. Também por causa da alta tolerância, a síndrome de abstinência apresenta um grande risco ao usuário que, se interromper bruscamente o consumo, pode morrer.

²⁶ A heroína também deprime o sistema cardio-respiratório, de modo que a respiração do usuário pode diminuir tanto com risco de levá-lo ao óbito por falta de ar.

1.3.3 – Cadeia produtiva da *Cannabis* (maconha e haxixe)

O cânhamo²⁷ é uma planta do gênero *Cannabis*, da qual se originam as drogas conhecidas como maconha e haxixe. Atualmente, existem mais de 700 variações das espécies desta planta, obtidas por seleções e cruzamentos, muitos deles, planejados pelo homem. Essa variedade é expressiva no tamanho das plantas, que podem revezar de 30 centímetros a 5 metros de altura, podendo, portanto, serem cultivadas em ambientes internos (*indoor*) ou externos (*outdoor*) (RICHARD; SENON, 2000).

Apesar da grande diversidade, as três principais espécies são *Cannabis sativa*, *Cannabis indica* e *Cannabis ruderalis*. A primeira é mais apropriada ao cultivo externo, pois apresenta grandes dimensões. A segunda já pode ser cultivada em ambientes internos por apresentar dimensões pouco superiores a 1 metro. A terceira tem dimensões menores, de 30 a 60 centímetros, mas é menos utilizada na produção de psicoativos, por apresentar baixas concentrações de THC (tetrahydrocannabinol) – substância com grande potencial psicoativo (ARAÚJO, 2012).

Além do uso recreativo, o cânhamo é utilizado para fins religiosos, terapêuticos, medicinais, gastronômicos e industriais. Em 1941, Henry Ford exibiu à revista *Popular Mechanics*, após 12 anos de pesquisa, o 1º veículo “nascido da terra”, construído com cânhamo, palha de trigo e sisal. Na indústria têxtil, a planta também é um potencial substituto ao algodão, já que fibras de cânhamo podem medir até “4,5 m, enquanto as fibras de algodão têm parcos 2 cm, o que, segundo consta, dá ao cânhamo uma resistência à tração oito vezes maior que a do algodão e uma durabilidade quatro vezes maior” (ROBINSON, 1999, p. 5), possibilitando a produção de cordas, sapatos, bolsas, chapéus e lingerie de seda. A planta também é utilizada na produção de papel (conhecido “papel de cânhamo”), de moradias²⁸, de cosméticos (cremes para o corpo, óleos de massagem, xampu), entre outros.

Com relação ao uso medicinal, o cânhamo é utilizado no tratamento para distúrbios digestivos, neuralgia, insônia, depressão, enxaquecas, inflamação, náusea,

²⁷ Nome da planta em português.

²⁸ A empresa francesa Isochavre possui a patente de um método de construção de casas, ecologicamente correto, cujo caule do cânhamo é tratado e utilizado como isolante, sendo um substituto para o concreto (ROBINSON, 1999).

febre, anorexia, alcoolismo, glaucoma, dificuldades respiratórias e convulsões. O primeiro registro da planta como medicamento é datado de 2.300 a.C., pelo imperador chinês Chen Nong; contudo, os fármacos compostos com a planta deixaram de ser ofertados em 1932 na Inglaterra, em 1942 nos Estados Unidos e em 1966 na Índia, devido às restrições ao uso da droga²⁹.

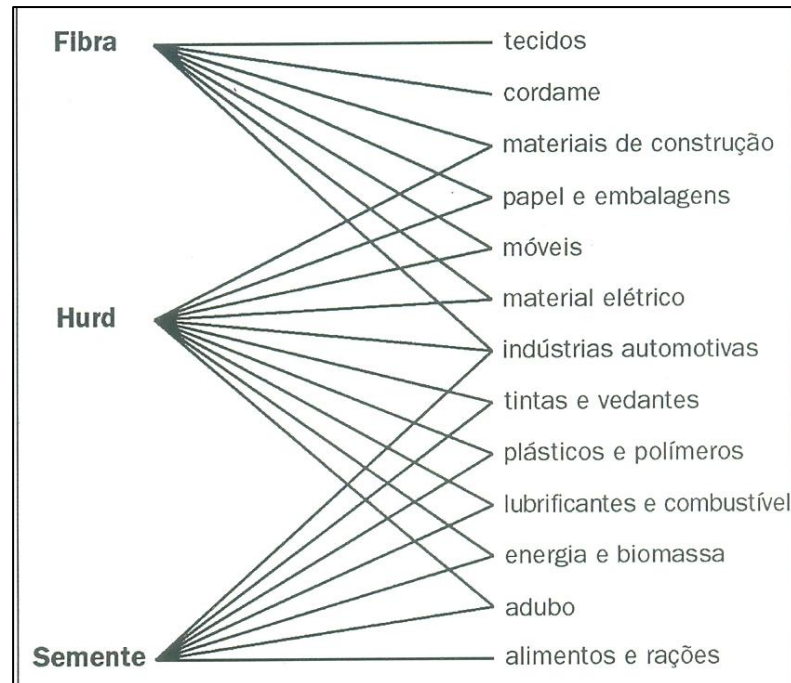
Outro aspecto do cânhamo está atrelado aos benefícios ecológicos. Além de serem utilizadas quase todas as partes da planta na indústria, o cânhamo limpa o solo e pode ser cultivado com rotação de culturas – como milho, açúcar, ervilha, cevada e aveia – acarretando benefícios à economia agrícola e ao meio ambiente. Não exige muitos cuidados ou uso de pesticidas – como o algodão. Com sistemas simples de irrigação constante, pode ser adaptado aos mais variados climas (ROBINSON, 1999).

Apesar das restrições à droga, o cânhamo pode ser cultivado em alguns países para fins industriais. Para isso, são impostas restrições às sementes (que devem ser estéreis) e à concentração de THC, que não deve ultrapassar 0,3%³⁰, evitando, desse modo, o desvio para uso recreativo (ROBINSON, 1999). De fato, da semente às folhas e às flores, o cânhamo apresenta inúmeros usos industriais. A Figura 8 resume tais utilidades da planta.

²⁹ Em 2014, a Anvisa autorizou a importação de CBD – canabidiol – para brasileiros que tenham prescrição médica. Em 2015, a instituição reclassificou a substância, retirando-a da lista de drogas proibidas e passando-a para a de controladas. O medicamento auxilia intensamente em alguns casos de epilepsia, convulsões, síndromes raras, entre outras (ANVISA, 2015).

³⁰ A França possui, inclusive, diversas associações de produtores. Na Grã-Bretanha, a produção de cânhamo para fins industriais foi autorizada em fevereiro de 1993 (ROBINSON, 1999).

Figura 8 – Aplicações industriais do cânhamo



Fonte: Robinson (1999, p. 23).

Com relação à cadeia produtiva da droga, são necessárias fundamentalmente as flores e as folhas ou a resina da *Cannabis*. Como o cânhamo é uma planta dióica³¹, usa-se principalmente a fêmea, já que esta concentra maiores teores de THC. Assim, após o preparo da terra e o cultivo, que consistem em “arar, desterroar, semear e revolver a área” (ROBINSON, 1999, p. 95), aguarda-se o período de maturação da planta, quando ocorrerá o corte dos ramos. Neste momento, é realizado um procedimento conhecido como “manicura”, quando são cortadas as folhas que não estão boas. Então, as plantas são colocadas nos quartos ou nos galpões de secagem, viradas para baixo, a fim de que a seiva fique concentrada nas folhas.

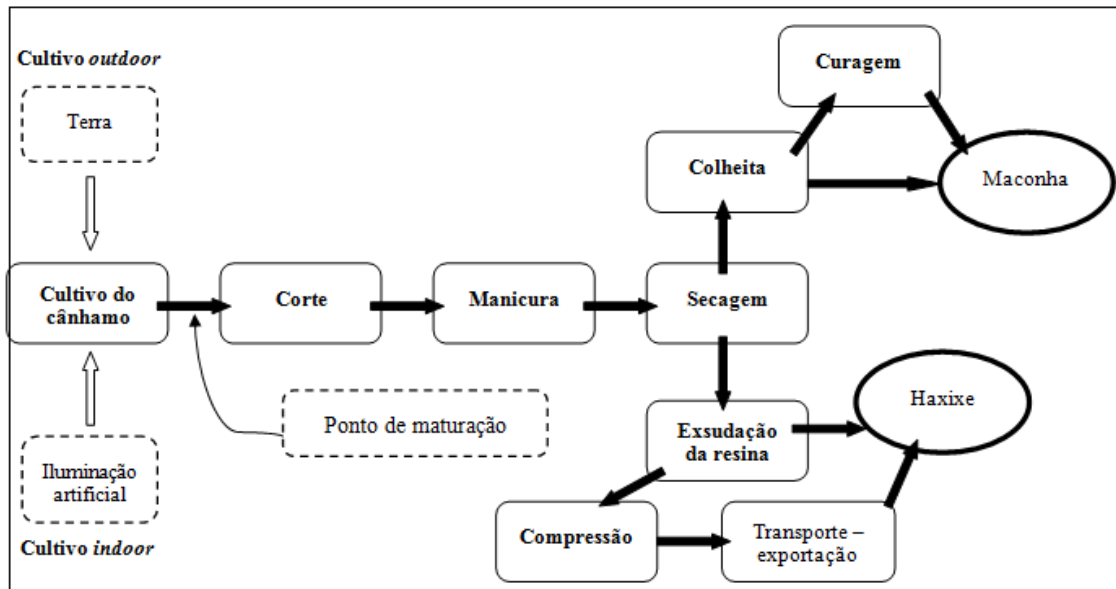
Esse procedimento é realizado tanto na cultura da maconha *indoor* e *outdoor* quanto na do haxixe. A diferença na produção das duas drogas é que, na maconha, são utilizadas as flores e as folhas, enquanto no haxixe são exsudadas as resinas da planta (ESCOHOTADO, 1997a; ROBINSON, 1999).

³¹ De sexos separados, macho e fêmea.

A partir da secagem, começa a ramificação da cadeia produtiva. Na produção de maconha, é realizada a colheita dos ramos com flores e com folhas. Neste momento, a erva já pode ser vendida ou utilizada no fumo. Todavia, cultivadores de ambientes internos costumam separar estas partes da planta em pequenos potes de vidro, deixando-as armazenadas por períodos que podem variar de 1 ou 2 meses até 1 ano – tal procedimento é denominado *curagem* (ESCOHOTADO, 1997a). O propósito é deixar a planta curtindo pelo período que o “jardineiro” preferir, abrindo os potes com uma frequência de apenas um dia na semana.

No caso do haxixe, após a secagem, inicia-se o processo de exsudação da resina. Esse procedimento, tradicionalmente marroquino, pode ser realizado de duas maneiras. A primeira consiste em reunir os ramos e sacudi-los em um pano estendido; a segunda, em colocar a planta em recipientes cobertos por um saco plástico e realizar batidas semelhantes ao movimento de quem toca um tambor (SIC Notícias, s.d.; ESCOHOTADO, 1997b). Em ambos os métodos, retira-se a resina solta da planta que, num primeiro momento, será separada e classificada como 1ª linha. Então, as batidas podem ser realizadas mais uma ou duas vezes, sendo as resinas obtidas de 2ª e de 3ª linha, respectivamente. A classificação da resina é um indício da qualidade da substância psicoativa e, conseqüentemente, do preço negociado (ESCOHOTADO, 1997b; VICE, 2013). Após a exsudação da resina, separa-se a quantidade para o consumo local e comprime-se o psicoativo que será vendido em placas, a fim de facilitar o transporte (VICE, 2013). Para melhor compreensão, a Figura 9 ilustra a cadeia produtiva do cânhamo.

Figura 9 – Cadeia produtiva do cânhamo



Fonte: Elaboração própria.

A produção da maconha *outdoor* e do haxixe é extremamente rudimentar e artesanal, exigindo mão de obra abundante (SIC Notícias, s.d.; VICE, 2013). Além disso, não são acrescentados compostos químicos para obtenção da droga, como ocorre na cadeia da cocaína ou da heroína, por exemplo. Mantêm-se, portanto, as características naturais da erva.

Por essas facilidades na produção da droga, a maconha (erva da *Cannabis*) é cultivada e consumida em praticamente todo planeta³². Assim, o transporte é realizado por pequenas distâncias, já que vários produtores regionais conseguem atender as demandas locais. Além disso, o desenvolvimento de tecnologias que permite o cultivo *indoor* propiciou o surgimento de um nicho de mercado diferenciado, no qual uma grande variedade de espécies de plantas (obtidas por cruzamentos das plantas) é cultivada e apreciada por consumidores que compõem, então, uma cultura canábica (VERÍSSIMO, 2013).

No caso do haxixe, a produção e o consumo apresentam-se em regiões mais restritas do globo. Assim, na região do Marrocos, por exemplo, é possível encomendar previamente a droga embalada para o transporte mais apropriado. É comum comprimir

³² Esse ponto é mais aprofundado no Capítulo 2.

o psicoativo e enrolá-lo em plásticos impermeáveis, no formato de cápsulas, para traficantes engolirem e liberarem a droga por defecação após atravessarem a fronteira para a Europa. Quando o transporte é realizado em automóveis, os produtores marroquinos indicam serviços que são destinados a esconder a substância no automóvel. Verdadeiros especialistas e conhecedores das técnicas dos fiscais da fronteira, esses indivíduos praticamente desmontam carros e escondem as drogas que, enroladas em espumas, inviabilizam a identificação por cães farejadores (SIC Notícias, s.d.). Por outro lado, com relação à maconha, é mais difícil estimar o volume, o preço e as técnicas de venda no mercado, pois é cada vez maior o número de cultivadores de ambientes internos.

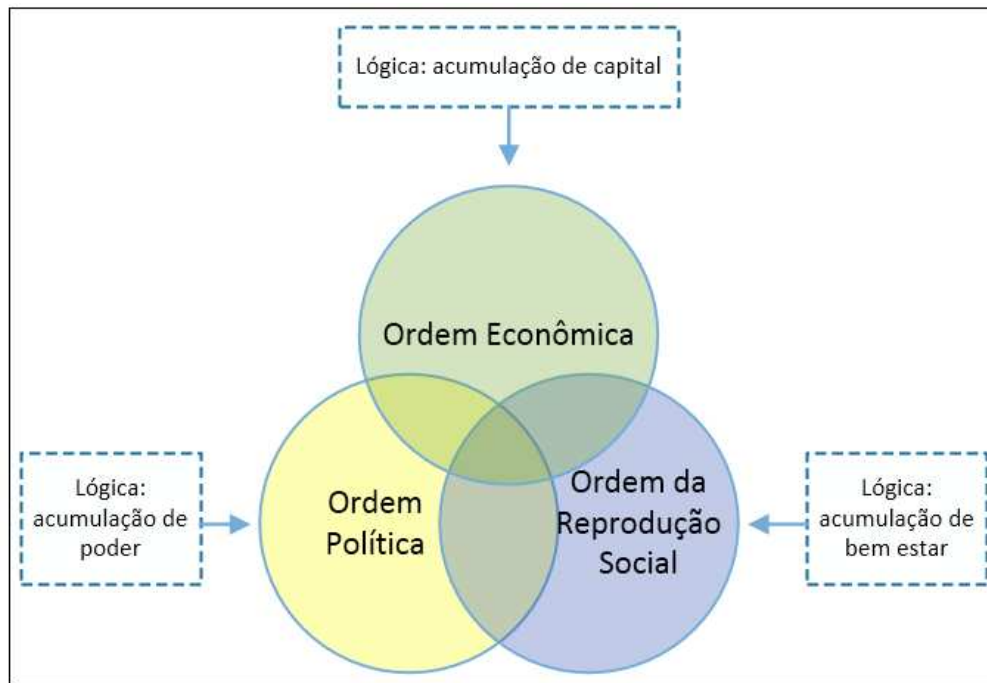
Muitas dessas particularidades do mercado canábico são retomadas nos Capítulos 2 e 3 da dissertação. Antes, porém, são discutidos os atores da Economia das Drogas.

1.4 – Os atores

Qualquer setor ou mercado engloba grupos de indivíduos que participam direta ou indiretamente do desenvolvimento de uma dada economia, que pode ser local, regional ou mundial. Do agricultor que produz os insumos até o consumidor final, diferentes agentes passam pela cadeia produtiva: empresas que realizam a produção de uma mercadoria, transportadores que deslocam esse produto a outras localidades, vendedores que a comercializam, bancos que financiam recursos ou que administram lucros, instituições que recolhem impostos ou fiscalizam o contrabando e reprimem o tráfico, entre outros. De fato, todos esses indivíduos, empresas ou instituições agem de acordo com uma legislação que pode variar de país a país, com a finalidade de manter a ordem econômica e social. Entretanto, os interesses que motivam determinadas leis, regras, mercados e consumos variam. Por isso, a ideia de *atores* para lidar com os agentes envolvidos em um mercado traz consigo a concepção de que cada um destes é movido por interesses particulares, onde todos *encenam* suas atividades em um *palco*.

Segundo Giovanni (2009), existem três grupos que agem por lógicas específicas, ao mesmo tempo que coexistem e têm reações e conflitos de interesses. O primeiro deles representa a ordem econômica, cuja atuação seguirá a lógica de acumulação de capital. O segundo, a ordem política, atuará seguindo a lógica de acumulação de poder. Por fim, o grupo de ordem da reprodução social buscará a acumulação de bem-estar. A Figura 10 representa a relação entre as três ordens e a lógica que motiva os interesses de cada uma.

Figura 10 – Conflitos de interesse das ordens política, econômica e de reprodução social



Fonte: Giovanni (2009). Adaptado.

Conforme a história demonstra, o consumo de psicoativos é uma prática milenar, que ocorre na intenção de acumulação de bem-estar, por meio da interação social, da religiosidade, dos tratamentos terapêuticos ou da busca pelo prazer e do alívio da dor (ESCOHOTADO, 1995; CARNEIRO, 2002b). Ao longo da história do homem, as mercadorias classificadas como drogas foram ganhando destaque pela ordem econômica e proporcionando acumulação de capital, desde as grandes navegações até atingir o seu ápice com a industrialização. Todavia, é preciso atentar

para o foco dado às mercadorias, pois, quando um objeto é foco de ganho e de lucratividade, ele tira o espaço da lógica de bem-estar. Quando isso aconteceu com as drogas, surgiu, então, uma série de percalços, atrelados ao abuso dessas substâncias. Esses problemas justificam a participação da ordem política no cenário das drogas: de um lado, a regulamentação do Estado propõe-se a organizar ou proteger a ordem econômica, de outro, busca conciliar o bem-estar social. Todavia, entre conflitos, ajustes e conciliações, a ordem política busca ser eficiente para justificar a própria existência ou permanência; em outras palavras, busca acumular poder.

A compreensão desses diferentes interesses permite refletir sobre algumas questões cujos interesses ocultos mascaram algumas respostas na questão das drogas. Isso explica, por exemplo, o fato de a indústria de bebidas alcoólicas ser uma das maiores no Brasil, ao mesmo tempo que o álcool é a droga mais usada, com maior uso problemático e maior número de mortes no mundo. Segundo a Organização Mundial de Saúde, no ano de 2012, ocorreram 3,3 milhões de mortes no mundo (5,9% do total de óbitos) por causa do álcool (WHO, 2014). Ainda assim, essa droga não encontra grandes obstáculos na comercialização ou na veiculação de propagandas, que são comumente associadas ao sexo, à juventude, à beleza e ao esporte, além de aparecer “como artigo de alimentação vendido em supermercados” (ESCOHOTADO, 1997b, p. 37). Os interesses da indústria e do empresariado de aumentar a produtividade também interferem na determinação de quais drogas ou medicamentos podem ser consumidos ou não. Assim, dessas e muitas outras maneiras o Estado atua conciliando conflitos e atendendo interesses da ordem econômica e social.

No mercado de drogas, é difícil discernir quem são os atores envolvidos. Dadas a dimensão, a extensão e a complexidade dessa economia, que contempla uma série de gastos públicos e lida com graves problemas sociais, como a violência, a criminalidade e a saúde pública, pode-se dizer que praticamente toda a sociedade é afetada pela economia das drogas. Ainda assim, pode-se compreender que os atores diretamente envolvidos são os consumidores (ou usuários), os narcotraficantes (produtores³³, transportadores, administradores, vendedores e demais trabalhadores do

³³ Deve-se atentar aqui a não utilização do termo “cultivadores” como narcotraficantes, ainda que muitos devam ser classificados como tal. Optou-se por não se generalizar os cultivadores como narcotraficantes, tendo em vista que parte deles realiza o cultivo para consumo próprio, a fim de evitar, inclusive, a rede ilegal.

ramo) e o Estado (ou instituições públicas). Na sequência, é discutido o papel de cada um desses atores.

1.4.1 – Os consumidores

O indivíduo que consome alguma substância psicoativa pode fazê-lo de modo ocasional, regular ou compulsivo. Esse ponto é importante, já que muitos trabalhos realizados com consumidores de drogas buscam identificar fatores que influenciam ou determinam o consumo, como preço e quantidade, mas ignoram o fato de que nem todos os usuários são dependentes. Alguns psicoativos podem ser consumidos ocasionalmente ou por tempo determinado, conforme a finalidade do uso, que pode ter fins medicinais ou terapêuticos, recreativos ou problemáticos.

Entende-se que o uso problemático de drogas interfere e atrapalha a saúde, as relações e a vida em geral do indivíduo que consome algum psicoativo. Ainda assim, é quase impossível determinar uma regra sobre uso e dependência imediata, e não há sequer uma comprovação científica de que alguma droga possa viciar no primeiro uso³⁴. De fato, o modo como a substância é consumida pode afetar na dependência, mas não há uma regra para isso. Uma explicação é o fato de que, quando fumada ou injetada, as drogas fazem efeito mais rápido no organismo, demorando apenas alguns segundos para senti-lo. Quando cheirada ou ingerida, os efeitos costumam ser mais lentos, iniciando após alguns minutos, pois a substância tem de “atravessar” muitas “barreiras” até alcançar o sistema nervoso central.

Atualmente, é difícil identificar um usuário de uma única droga, sendo o quadro mais comum o consumo de múltiplas substâncias (UNODC, 2014). É equivocado, portanto, apontar como usuário de crack a pessoa que consome crack, álcool, tabaco e outros psicoativos. Esse fato é observado nos tratamentos e nos programas de políticas públicas mais modernos, que buscam enfrentar o consumo do conjunto de substâncias e, não, de um psicoativo específico.

A problemática do usuário de drogas está, na maior parte, atrelada à ilegalidade do que ao uso em si. Nesse sentido, a criminalidade e a violência inerente a

³⁴ Ainda que alguns mitos corram a respeito disso. Como exemplo, cita-se o crack, droga que é apontada por causar vício imediato, sem que haja comprovação científica disso (GOMES; CAPONNI, 2011).

esse comércio colocam em risco o consumidor que pode se inserir no tráfico para comprar a substância e, em alguns casos, revender pequenas quantidades. Por isso, é possível verificar que muitos consumidores também se tornam traficantes, assim como traficantes também podem ser usuários. Todavia, o “mundo do crime” ainda se apresenta distante de determinados grupos de consumidores, simbolizando a periferia e as regiões mais associadas à pobreza.

nos circuitos de classe média e de elite, é muito comum que o consumo de drogas ilícitas esteja em boa parte desvinculado, como relação social, do tráfico profissional. Assim, o consumo não passa pela vinculação com a violência que o caracteriza internamente, ou em suas relações com a polícia. A moça publicitária que trabalha na Berrini quer fumar um baseado no final de semana, compra alguns gramas de seu amigo, que não vive disso, mas que comprou um pouco de outro amigo para dividir com conhecidos. Esse tem o contato de alguém que conseguiu uma boa quantidade, fez um telefonema e recebeu um pouco em casa, ou passou de carro rapidamente por alguma biqueira. Quem enviou a encomenda, ou quem trabalha na biqueira, sim faz algum dinheiro com o tráfico. E quem os chefia faz um pouco mais. E assim por diante. O que importa é que, nestes casos, a distribuição passa por tantas etapas antes de acessar o consumidor final, tão capilares, que aquele que acende o “baseado” já está bem distante, no plano das relações sociais, daquele indivíduo imerso na sociabilidade violenta do “mundo do crime”. O consumo, nestas circunstâncias, isola-se do circuito direto do tráfico de drogas, dos interesses que o disputam e da violência que o cerca. Isolado deste circuito, ainda que simbolicamente, o consumo é despojado da carga de violência que caracteriza o tráfico (FELTRAN, 2008, p. 120-1³⁵ *apud* RUI, 2012, p. 25).

Além disso, as drogas ilegais não passam por regulamentações e contam com diversas substâncias tão ou mais tóxicas que os próprios psicoativos³⁶. Por isso, um usuário de cocaína pode ter a saúde mais abalada ao cheirar cocaína misturada com pó de mármore, ao invés de usar cocaína pura.

Com relação à saúde do usuário, as drogas vão agir de modo diferente em cada organismo, ainda que sejam observadas semelhanças entre os grupos de substâncias. Assim, os diferentes graus de tolerância, de dependência e de abstinência vão interferir no abuso ou no uso nocivo.

³⁵ FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de Tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*, IFCH/Unicamp. Tese de doutorado, 2008.

³⁶ Para maiores informações, recomenda-se a leitura do quadro “Cocaine adulterants”, do World Drug Report de 2011 (p. 95).

Além das questões biológicas e das propriedades químicas, o contexto em que se realiza o uso de uma substância é determinante na questão das drogas, e é um erro não considerar outros fatores. Sobre isso, Escohotado explica que “tendemos a acreditar que as pessoas caem em dependência farmacológica por razões diferentes das que as levam a contrair dependências sociais, higiênicas ou sentimentais. Isso não é correto” (1997b, p. 33).

Ademais, o território ou o espaço onde um psicoativo é consumido modifica o consumo, de modo que se torna diferente consumir, por exemplo, determinada substância em um bar, em um trem, em uma casa ou na cracolândia (RUI, 2012). Isso porque:

O uso de drogas depende do que elas oferecem química e biologicamente, e também do que representam como *pretextos* para minorias e majorias. São substâncias determinadas, mas os modelos de administração dependem muito do que se pensa sobre elas em cada *tempo e lugar*. Concretamente, **as condições de acesso ao consumo são tão decisivas como aquilo que é consumido** (ESCOHOTADO, 1997b, p. 29, grifo nosso).

Apesar de algumas cartilhas que visam identificar o perfil do usuário de drogas acabarem por estereotipar e estigmatizar o indivíduo, pois muitas vezes o caracterizam como uma pessoa que peca nos cuidados da própria aparência e da higiene, elas ajudam a ressaltar que a própria questão da (falta de) higiene deve ser contextualizada. Dependendo da situação, a sujeira em que se encontram alguns usuários de determinadas drogas não é uma pura e simples consequência do uso nocivo, mas uma prática funcional, já que esta condição protege o usuário de uma série de riscos e vulnerabilidades a que ele está exposto, além de auxiliar na mendicância (RUI, 2012).

Ademais, salienta-se que o uso de algumas drogas se torna funcional³⁷ em determinados contextos. O uso de heroína por soldados em guerra inibe o medo, proporciona energia e alivia a dor emocional. O aumento do uso problemático de ópio no Afeganistão denuncia vivência de pessoas num país que permanece

³⁷ Sobre isso, Escohotado complementa que “as drogas só podem ser compreendidas de modo realista a partir de sua função, e que tal função depende estreitamente do caráter individual e das circunstâncias que rodeiam seu uso” (1997b, p. 86).

consecutivamente em guerras, durante as últimas décadas. De modo semelhante, o uso de crack pelas populações marginalizadas de rua é extremamente funcional, já que a droga diminui a fome e deixa o indivíduo “acordado”, atento. Por isso, é muito próxima a relação do aumento do consumo de determinadas drogas com crises sociais.

Portanto, quando se observa além dos danos causados no corpo físico do indivíduo, a justificativa à proibição do uso de drogas como preservação da saúde e da vida dos usuários é altamente questionável. Nesse sentido, o médico psiquiatra e professor Antônio Nery Filho, convidado a abordar a questão das drogas, da economia e da exclusão social, em um Simpósio organizado pela UNODC, discursou a seguinte conclusão:

Eu não sou capaz de dizer [...] qual a relação que a exclusão tem com a ordem econômica. Eu sou capaz de dizer que a exclusão é fator que contribui para o uso de substâncias psicoativas [...] Eu reconheço que a exclusão exige intervenções; a exclusão exige planejamento; a exclusão exige o reconhecimento dos excluídos; e isto não é pouco, porque os excluídos são, em geral, invisíveis, invisíveis socialmente. Neste sentido, talvez eu possa dizer que **os excluídos invisíveis não contribuem com o sistema econômico, com o sistema de consumo formal**. O que me interessou e me interessa sempre diante de um usuário de substância psicoativa excluído é reconhecer que a droga não é causa de morte, e que, em geral, **o uso de uma substância psicoativa por alguém que nasceu na exclusão, cresceu na exclusão e morrerá na exclusão, a droga, nesta circunstância, é causa de vida, não é causa de morte, é causa de suportar o insuportável** (NERY F., 2013, grifo nosso).

1.4.2 – O narcotráfico³⁸

O narcotráfico está inserido na gama de atividades criminosas, mas destaca-se, sobretudo, por criar riqueza dentro da economia global. Segundo a UNODC, “o tráfico de drogas continua a ser a forma mais lucrativa de negócio para os criminosos”³⁹ (UNODC, s.d.).

³⁸ Os mecanismos e funcionamento do narcotráfico são abordados mais detalhadamente no Capítulo 3 desta dissertação, mas pretende-se, nesta sessão, relacionar o narcotráfico com os demais atores na Economia das Drogas.

³⁹ “Drug trafficking continues to be the most lucrative form of business for criminals” (UNODC, s.d.).

A principal diferença entre o uso e a atividade econômica que engloba o mercado de psicoativos é que, na maior parte dos países, o cultivo comercial, a produção, o transporte e o comércio costumam ser mais criminalizados que o uso. Por isso, os traficantes de drogas organizam-se de modo a melhorar as técnicas de venda a consumidores bem como de se adaptar às políticas de repressão às drogas, montando toda uma estrutura que age estrategicamente para o bom funcionamento do negócio.

Essa forma de crime organizado, segundo a UNODC, é um “grande negócio” que não obedece a regras ou a fronteiras. Entre as principais características dessa indústria, estão a ilegalidade das mercadorias e das transações que são realizadas e a grande capacidade de adaptação e de mudança de estratégias adotadas. As atividades abrangidas pelo crime organizado não se limitam ao tráfico de drogas, integrando, em alguns casos, o tráfico de pessoas, o contrabando de migrantes, o comércio ilícito de armas de fogo, o tráfico de recursos naturais, o comércio ilegal de animais selvagens, a venda de medicamentos fraudulentos e os crimes cibernéticos (UNODC, s.d.).

Historicamente, o crime organizado surgiu na concepção da máfia, que, por sua vez, nasceu da ausência ou da incapacidade do Estado de resolver conflitos. Quando classes sociais de alta renda, com grande poder político, não encontravam soluções na devida proteção e na segurança da polícia e da Justiça, recorriam aos serviços da máfia, que cobrava para cometer roubos ou assassinatos, crimes que eram realizados como um método de “acertar contas” (OLIVEIRA, 2008).

De fato, o crime organizado surgiu para suprir uma série de falhas do Estado e mostrou-se tão eficiente que inspirou a constituição de alguns modelos de organização de estruturas de policiamento. No narconegócio, traficantes atuam para atender uma demanda de consumidores que não podem produzir ou comprar tais mercadorias no sistema econômico legal. Por isso, a corrupção é uma peça fundamental para que as transações consigam ser realizadas e os obstáculos das políticas de repressão sejam “pulados”, de tal modo que a cooperação entre Estado e crime organizado é financiada pelo pagamento de propinas.

Para começar, cabe lembrar que o crime organizado foi acentuado com a política de proibição de drogas. Esse fato pode ser constatado antes mesmo da Convenção Única da ONU, em 1961, pois eram notáveis os impactos negativos no

efeito da Lei Seca nos Estados Unidos, aprovada em 1920. Após essa medida, 170 mil botequins foram encerrados e todo o estoque de bebidas alcoólicas foi descartado (ARAÚJO, 2012). Inicialmente, o proibicionismo⁴⁰ teve apoio de grande parte da população estadunidense, conforme mostram as iniciativas anteriores e os resultados eleitorais posteriores à aprovação da lei⁴¹. Entretanto, o proibicionismo acarretou o aumento do número de homicídios, de prisões, de casos de corrupção e de fortalecimento da máfia. Segundo Escohotado (1996), em 1932, 34% dos agentes do proibicionismo eram mal avaliados no desempenho das suas atividades, sendo 11% dos agentes condenados por alguma forma de extorsão, de tráfico, de roubo ou de calúnia de informação; os ministros do Interior e da Justiça, que mantinham vínculos com gangues e contrabandistas, foram julgados culpados; 30 mil pessoas, aproximadamente, morreram por consumir álcool adulterado (ou envenenado); e mais de 100 mil tiveram algum tipo de dano permanente, causado pelo álcool metílico, cuja ingestão pode ocasionar cegueira. Essas consequências foram as principais razões que motivaram a opinião pública a lutar pela revogação, que só aconteceria com a eleição do presidente Roosevelt, em 1933 (ESCOHOTADO, 1996; ARAÚJO, 2012).

Como se o presente revivesse o passado, a política internacional de repressão às drogas tem apresentado uma elevação na criminalidade (RODRIGUES, 2005; ZACCONE, 2008), além de fortalecer os vínculos que ligam poder político e poder econômico ao crime organizado, que se encontra, portanto, na intersecção das duas ordens, já que visa à acumulação de capital ao mesmo tempo que necessita acumular poder político.

Essa relação é expressa pela interferência nas eleições, inclusive para presidência, de países latino-americanos pelo tráfico de drogas bem como de grupos políticos, como a relação entre as FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – e o narcotráfico colombiano (PÉCAUT, 2002). Nesse mesmo país, três candidatos a presidência foram assassinados pelo Cartel de Medellín⁴², cujo líder era Pablo Escobar, homem que ficou conhecido como o maior traficante do mundo. Quando

⁴⁰ Termo utilizado por Gramsci (1934) para se referir à Lei Seca estadunidense.

⁴¹ Alfred Smith, político católico que foi eleito governador do estado de Nova Iorque por quatro vezes, candidatou-se, em 1928, à presidência dos Estados Unidos, mas foi derrotado por defender o fim do proibicionismo (GRAMSCI, 1934).

⁴² O Cartel de Medellín também explodiu um avião da Avianca, com 107 passageiros, em 1989, na tentativa de matar o candidato e futuro presidente da Colômbia César Gaviria.

as técnicas de suborno não são suficientes, usa-se, portanto, a força e exercita-se a violência. No Brasil, também há relatos de envolvimento de políticos com o narcotráfico. Entretanto, muitos não são denunciados e, quando o são, acabam frequentemente impunes⁴³.

Entretanto, o narcotráfico não conta apenas com a cooperação da ordem política, mas também da ordem econômica. Empresas formais e bancos⁴⁴ atuam com o crime organizado, fornecendo insumos e prestando serviços para o processo de produção de drogas e lavando dinheiro. Na produção de psicoativos, é comum a utilização de substâncias que não são proibidas e são comercializadas pela indústria química. Muitas são controladas e definidas como “precursores químicas”⁴⁵ (UNODC, 2014). Além da interação entre a indústria legal e a ilegal, bancos também prestam serviços ao narcotráfico, lavando dinheiro e produzindo lucros que poderão ser reinvestidos no negócio, financiando o crime organizado. Sobre isso, a UNODC explica que:

Os lucros da maioria dos crimes são gerados como dinheiro em caixa (*cash*), o que é arriscado para os criminosos. Difícil de esconder, o dinheiro vivo aumenta a probabilidade de exposição, de roubo por criminosos rivais e de apreensão pela polícia. Quando esse dinheiro entra na economia legítima, é particularmente vulnerável à intervenção de identificação e aplicação da lei. Como resultado, os criminosos movimentam dinheiro para evitar atrair suspeitas. Por exemplo, eles podem movê-lo para o exterior ou eles podem usá-lo para comprar outros ativos ou tentar introduzi-lo na economia legítima por meio de empresas que operem com alta rotatividade de dinheiro. Como parte integrante do crime organizado transnacional, é estimado que cerca de 70% dos lucros ilícitos provavelmente tenham sido lavados via sistema financeiro. No entanto, menos de 1% dos rendimentos lavados são interceptados e confiscados (UNODC, s.d., tradução nossa⁴⁶).

⁴³ Um exemplo com registro formal foi apresentado na “CPI do Tráfico no Acre”, que denunciou a participação do ex-governador Orleir Cameli e do deputado federal e coronel da Polícia Militar Hildebrando Pascoal (LEONARDI, 2007).

⁴⁴ Nesse sentido, já foi constatado, por meio de investigações policiais, o envolvimento de grandes bancos internacionais com a lavagem de dinheiro do tráfico de drogas (HSBC, 2012; ZACCONE, 2008).

⁴⁵ Este ponto é discutido no Capítulo 2, item 2.2.

⁴⁶ “*The profits of most crimes are generated as cash, which is risky for criminals. Difficult to hide, cash increases the probability of exposure, theft by rival criminals and seizure by the police. When cash enters the legitimate economy, it is particularly vulnerable to identification and law enforcement intervention. As a result, criminals move to prevent cash from attracting suspicion. For example, they may move it abroad, or they might use it to buy other assets or try to introduce it into the legitimate economy through businesses that have a high cash turnover. As an integral part of transnational organized crime, it is estimated that some 70 per cent of illicit profits are likely to have been laundered through the financial system. Yet less than 1 per cent of those laundered proceeds are intercepted and confiscated*” (UNODC, s.d.).

Essa dificuldade em interditar a lavagem de dinheiro é decorrente do desmantelamento dos Estados perante o avanço neoliberal. Conforme explica Souza, “o comércio ilícito, em suas diversas formas [...], foi extremamente favorecido pela crise dos Estados Nacionais, cujo poder regulatório foi enfraquecido diante dos processos de ‘globalização’ e das inovações tecnológicas da ‘Terceira Revolução Industrial’ (2007, p. 43). Ele explica que “o enfraquecimento do aparelho burocrático do Estado decorrente do aumento da corrupção e da exação fiscal e o fato de que a capacidade de acumular lucros colossais transformou o crime organizado numa poderosa força política” (SOUZA, 2007, p. 145).

Quando o narcotráfico está situado em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, destaca-se ainda a busca pelo *status*, o que legitima o apoio social (além do estatal e do econômico) ao crime organizado. No México, traficantes líderes dos cartéis de droga financiam cantores para produzirem músicas em suas homenagens (MOVIMIENTO, s.d.). No Brasil, traficantes de algumas facções são respeitados e admirados por moradores, e isso é percebido no desejo de muitos jovens que querem ingressar em facções do narconegócio, porque veem no criminoso um símbolo (ZALUAR, 2004). Portanto, o crime organizado alia-se à comunidade e ocupa uma posição que deveria ser ocupada pelo Estado, cuja ausência abre portas e cria oportunidades para o tráfico de drogas, que emprega jovens cada vez mais cedo. A letra da música “Face Oculta”, da banda de rap “Trilha Sonora do Gueto” relata a participação de crianças no trabalho do tráfico:

- Zequinha, eu quero ser apenas seu amigo
Mas se você quiser pode trabalhar comigo
Eu pago pra você metade de 1 dólar
Cê ajuda sua mãe e leva o resto pra escola
Seu trampo vai ser boi
Cê vai ter que ficar
Parado na viela atendendo quem chegar
Cê pega o dinheiro, entrega o negócio
Se ocê representar no futuro é um novo sócio
(TRILHA, s.d.)

Ademais, as organizações criminosas adotam diferentes estratégias. Algumas optam pela exibição na demonstração da força e do poder, enaltecendo o medo sobre os atores, como é o caso do Primeiro Comando da Capital – PCC, que apresenta bandeiras com as siglas da irmandade em rebeliões carcerárias ou manifestações públicas que incendiam ônibus e matam presos e policiais. Outro exemplo é o Cartel de Medellín, cujo líder, Pablo Escobar, ficou conhecido internacionalmente, por ser um dos homens mais ricos e dos narcotraficantes mais perigosos do mundo (ARAÚJO, 2012). Por meio da violência e da corrupção com pagamentos de propinas de policiais, juízes e políticos, Escobar manteve o crescimento do negócio durante anos na Colômbia. Por outro lado, alguns grupos atuam com discrição, como era o caso do Cartel de Cali, formado na década de 1970 na Colômbia, que adotava como estratégia diferentes tipos de alianças (KOPP, 1995), bem como a N'drangheta, organização italiana que age por meio de redes espalhadas por diferentes cidades na região, onde atuam grupos menores, as *n'drine*, cujos chefes reúnem-se anualmente para tratar dos negócios, que são permanentemente familiares, já que os casamentos matrimoniais são realizados somente entre membros da família (NAPOLEONI, 2010).

1.4.3 – O Estado

O Estado e as instituições reguladoras associadas ao Governo são os responsáveis pela regulação, implementação e fiscalização das políticas sobre drogas. Quando um país adota uma determinada medida acerca dos psicoativos, espera-se uma reação de consumidores e de vendedores. Todavia, independentemente de como reagem esses dois atores, o caráter ilegal ou legal das substâncias é definido por um único ator: o Estado (PASSETTI, 1991).

A ideia da atuação das políticas pode ser observada sob duas perspectivas. A primeira refere-se à política num sentido mais amplo, que envolve representação política (partidos, eleições) e relações e conflitos de poder; seriam denominadas como *politics*, na língua inglesa. A segunda “política” (denominada como *policies*, em Inglês) refere-se a formas mais específicas, a uma determinada problemática, ou seja, está

associada aos programas e ações governamentais que visam solucionar problemáticas conforme as diretrizes e as orientações do sistema político (*politics*), abrangendo um caráter mais executivo do que legislativo (GIOVANNI, 2009).

Na questão das drogas, as políticas do primeiro tipo (*politics*) vão estabelecer a legalidade ou ilegalidade do produto. Atualmente, pode-se falar sobre quatro formas principais de políticas de drogas, são elas políticas de proibição⁴⁷, de descriminalização, de legalização e de liberalização. Com relação às *policies*, existem muitas formas de políticas e de ações, que englobam as áreas de segurança pública, saúde, assistência e educação e desenvolvem inúmeros programas e ações que buscam reprimir o tráfico de drogas e/ou o consumo, prevenir o uso de psicoativos ou auxiliar e assistir o usuário (por meio de tratamentos e de cuidados). Devido à complexidade e à multiplicidade das experiências, dos programas e das ações adotadas por governantes do mundo todo, optou-se por abordar, neste trabalho, apenas as políticas mais amplas (*politics*), já que essas tendem a impactar mais nas relações dos atores atrelados à Economia das Drogas.

Inicialmente, cabe destacar que o propósito das políticas de proibição de drogas é interferir no mercado. Os defensores da repressão acreditam que, ao prender traficantes e ao apreender psicoativos, ocorre uma redução na oferta de drogas, o que impactaria na elevação dos preços e, portanto, na redução do consumo. Entretanto, a lógica do mercado não tem mostrado essa estratégia como eficiente, já que a demanda não cessou e o tráfico permanece. De fato, a ilegalidade das substâncias reforça a criminalidade, a violência e a corrupção, além de agravar, em muitos países, o sistema prisional, decorrente da superlotação carcerária. Além disso, algumas propostas dessas políticas incluem a atuação das Forças Armadas no combate ao tráfico (PAINTER, 1995; INESC, 2002; MEJÍAS, 2012). Essas experiências têm impactos negativos, pois a participação militar não conseguiu exterminar a criminalidade organizada; as consequências foram o aumento da corrupção na instituição, devido à participação de militares de alta patente no narconegócio (LATORRAGA; MONTERO; RODRÍGUEZ, 2003; MEJÍAS, 2012), o enfraquecimento institucional, especialmente pela degradação

⁴⁷ Também conhecidas como políticas de repressão ou de criminalização.

da imagem junto à população, bem como a desconfiguração das funções militares⁴⁸, já que a finalidade das Forças Armadas é a defesa nacional e não o combate a nativos “criminosos” do país e muito menos à população⁴⁹.

Menos repressivas, as políticas de descriminalização configuram uma tentativa de amenizar a violência e a opressão do Estado, ao mesmo tempo que mantêm as drogas ilegais e o controle social, mas não caracteriza como crime o porte e o uso de psicoativos. Em geral, essa política evita agravos do sistema carcerário e da segurança pública, já que não trata o usuário de substância psicoativa como criminoso, evitando condenações e prisões e, portanto, reduzindo o estigma atrelado ao consumidor de drogas. A Espanha foi um dos primeiros países europeus que descriminalizou as drogas, começando em 1974 com a *Cannabis*. Como o país ocupa uma posição estratégica ao narcotráfico internacional, já que as terras espanholas são consideradas uma espécie de “porta de entrada” das drogas no continente europeu, as penas são mais duras para o tráfico: um traficante pode ser condenado a até vinte anos e três meses de prisão. Contudo, se a droga apreendida com o criminoso não estiver adulterada, a pena máxima passa a ser de um até três anos de prisão (EMCDDA, s.d.). Essa é uma tentativa de inibir os percalços da saúde pública causados pela alteração das mercadorias.

As políticas contrárias à proibição das drogas são as de legalização e de liberalização. Ainda que essa última não exista na prática, convém destacar a diferença entre os dois termos. A concepção de “liberar” as drogas está associada ao próprio liberalismo econômico, que defende o livre mercado. Por outro lado, a concepção de “legalizar” drogas apenas aponta que essas mercadorias não devem ser proibidas e enquadradas no mercado subterrâneo, e podem indicar que os psicoativos devem ser regulamentados pelo Estado. Atualmente, foram adotadas diferentes políticas de legalização da maconha em dois países que, por apresentarem diferenças e impactos relevantes, merecem ser destacados: o Uruguai e os Estados Unidos.

⁴⁸ No México, por exemplo, também surgiram conflitos entre as Forças Armadas e a polícia, o que demonstra o problema causado nas instituições devido à “crise de identidade” ou à mudança de função (MEJÍAS, 2013).

⁴⁹ Como exemplo, o Plano Colômbia destinou maiores gastos a ações militares que a ações sociais. Nesse sentido, cabe destacar as políticas de erradicação que fumigaram áreas de cultivo de coca com glifosato, causando prejuízos ao ecossistema da Amazônia e à saúde da população, que sofreu intoxicação e danos ao sistema respiratório, além de ficar vulnerável ao risco de um câncer específico (*Non-Hodgkin's Lymphoma*), causado por essa substância (INESC, 2002).

Em 2013, o Uruguai foi o primeiro país no mundo a legalizar a maconha para uso recreativo. A legalização foi acompanhada de uma forte regulamentação do Estado, que passou a controlar o cultivo, a produção, a distribuição, a comercialização e o consumo da erva. A droga só pode ser vendida a maiores de 18 anos; os compradores devem ser cadastrados num sistema nacional e autorizados a comprar, no máximo, 40 gramas por mês (UNODC, 2014). Essa proposta evita o consumo precoce e abusivo da substância.

Nos Estados Unidos, diversos estados autorizaram a produção e o uso de maconha para fins medicinais, mas apenas dois deles, Washington e Colorado, legalizaram a maconha para fins recreativos a partir de 2014 (UNODC, 2014). Como essa medida é recente, não há estudos específicos dos impactos, mas estima-se que os cartéis de Washington apresentem uma queda de 20 a 30% nos lucros e de quase 3 bilhões de dólares. No Colorado, o consumidor precisa ter mais de 21 anos e pode comprar até 28 gramas por ponto de venda, sem necessidade de registro, ou seja, sem controle sobre o montante consumido no mês. Além disso, o Estado não estabeleceu restrições quanto ao tipo de mercadorias a serem produzidas nem regulamentou as propagandas, o que a torna uma legalização arriscada, já que são observadas propagandas da *Cannabis* na capa de jornais, além de lojas canábicas que comercializam alimentos contendo a planta, inclusive balas e outras guloseimas coloridas, extremamente atrativas às crianças.

Figura 11 – Balas e pirulitos de *Cannabis*



Fonte: Google images.

Desde a queda do muro de Berlim e o início do avanço neoliberal, o Estado tem se enfraquecido, e o poder político vem perdendo posição para o poder econômico. Algumas consequências apresentadas anteriormente dos efeitos socioeconômicos dessas transformações nas economias mundiais reduzem a capacidade de o Estado proteger e promover o bem-estar social, o que acentua a desigualdade na população. Assim, a própria política de proibição de drogas torna-se funcional para o Estado que, incapacitado de atender certas demandas das classes sociais mais baixas, passa a apontar as drogas como causadoras dos problemas sociais, configurando, assim, uma transferência de culpa (SOUZA, 2011a), enquanto justifica a sua própria existência – já que é necessário que o governo enfrente a problemática.

Nesse sentido, as políticas de drogas têm servido para mascarar outros problemas (como a fome, o desemprego, a falta de moradia, a ausência de lazer, a desestrutura familiar, entre outros), excluir indivíduos (que sofrem estigmas, preconceitos e penalizações) e criminalizar a pobreza, já que a maioria dos condenados são os traficantes que atuam na base da pirâmide do narcotráfico. Sobre isso, o delegado Orlando Zaccone (2008) explicou que algumas leis, como a brasileira, não definem o que distingue usuário e traficante de drogas, o que conferiu mais poder aos policiais e aos juízes. O autor também relata situações em que policiais cariocas encontraram psicoativos em vistorias automobilísticas, mas definiram os jovens que estavam no carro como usuários, pois eles eram brancos e moradores de bairros de classe média. Contudo, Zaccone questiona se esse tratamento seria idêntico ao enquadrar um jovem negro, pobre e favelado, portando drogas no Rio de Janeiro. Ademais, destaca-se que “afirmar que o criminoso é caracteristicamente pobre facilita inverter os termos da proposição para afirmar que o pobre é caracteristicamente criminoso” (ZACCONE, 2008, p. 19).

Por último, salienta-se ainda a pouca interdisciplinaridade do Estado ao tratar da questão das drogas e elaborar políticas públicas. Em geral, são implementadas estratégias isoladas, onde atuarão políticas do setor da educação visando à prevenção, políticas das áreas policiais, militares e jurídicas visando à repressão, e políticas das áreas da saúde e de assistência visando aos cuidados. Poucas estratégias são elaboradas de forma intersetorial, o que pode ser até perigoso na questão das drogas.

Como exemplo, Kopp (1998) comenta que, frente a uma política de repressão ao uso de heroína na Europa, uma restrição à venda de seringas, na tentativa de inibir o consumo da droga, pode acarretar problemas de saúde mais graves, como a contaminação de doenças como AIDs e hepatite. O principal exemplo de como uma política pública pode implicar maus resultados é o caso da política de repressão ocorrida nos Estados Unidos, na década de 1980, aos precursores químicos necessários à transformação da pasta-base de coca em cocaína, que resultou no surgimento do crack – uma droga mais fácil de ser produzida, que pode ser comercializada a preços mais baixos e apresenta um risco de dependência maior. Nesse sentido, a Ciência Econômica pode ser uma útil ferramenta – e quase não é utilizada – nas políticas públicas sobre drogas. Afinal, a lógica do mercado e a análise dos agentes econômicos têm muito a contribuir para a compreensão da problemática das drogas (SOUZA, 2011b). Assim, o Capítulo 2 analisa as tendências do mercado global de psicoativos ilícitos.

CAPÍTULO 2

O MERCADO GLOBAL DE DROGAS: ESTIMATIVAS DE OFERTA, DE DEMANDA E DE PREÇOS

“Me pediram pra atravessar [...] a fronteira; mas atravessar era passar com um caminhão, uma tonelada de besteira. E o que você pudesse imaginar[...] eles pagavam o quanto fosse... só pra você atravessar, atravessar!”
“Fronteira” - O Rappa

O acompanhamento do mercado global de drogas ilícitas permite a avaliação de dados e de estimativas do número de usuários e da prevalência do uso em um período, bem como de cultivo, de produção e de preços das mercadorias, ou seja, os dados sobre os consumidores e os traficantes permitem obter informações aproximadas sobre demanda e oferta de drogas. A análise dos valores desse mercado é um importante instrumento que permite identificar o fluxo e a dinâmica dessas trocas comerciais, além de ser útil na orientação de políticas sobre drogas.

Segundo o relatório *Estimating Illicit Financial Flows Resulting From Drug Trafficking and Other Transnational Organized Crimes*, de 2011, o crime organizado teria gerado, em 2009, o correspondente a 1,5% do PIB mundial, sendo o narcotráfico a atividade criminal transnacional com maior rentabilidade (UNODC, 2011a). Em 2003, o mercado global de psicoativos ilegais foi estimado em 12,8 bilhões de dólares a preço de produção, em 94 bilhões de dólares a preço no atacado e em 321,6 bilhões de dólares a preço no varejo. Esse último valor corresponde a quase 1% do PIB global⁵⁰ do mesmo ano, além de superar o PIB de 88% dos países avaliados⁵¹ pelo *World Bank* (UNODC, 2005).

Essas estimativas foram calculadas a partir do trabalho desenvolvido pela *United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC, com base na união de

⁵⁰ Valor baseado nos cálculos do Banco Mundial.

⁵¹ Corresponde a 163 dos 184 países acompanhados pelo Banco Mundial.

informações disponibilizadas por diversos países do mundo. Fundada em 1997, a UNODC é um departamento da Organização das Nações Unidas, responsável pelo enfrentamento do tráfico de drogas, de armas, de pessoas, de animais e de recursos naturais, bem como do terrorismo e de outros tipos de crime, como os cibernéticos. O órgão trabalha a partir de projetos de cooperação técnica, de pesquisas e análises e de trabalhos normativos, que buscam auxiliar, orientar, levantar evidências e compreender as problemáticas das drogas e do crime, a fim de auxiliar na implementação de normas e de políticas nos países membros da ONU. Com relação especificamente às drogas, a UNODC publica anualmente o *World Drug Report*, um relatório com informações sobre rotas do narcotráfico e estimativas sobre a demanda e a oferta do mercado de drogas.

Até meados da década de 1990, a escassez de informações sobre o mercado de drogas era um empecilho ao desenvolvimento e à ampliação de pesquisas e de estudos científicos. Ao abordar a questão de informações e de estimativas na França, Kopp (1998) apontou para o problema das estatísticas, cujo foco era demasiado nos dependentes químicos, ignorando, muitas vezes, os consumidores ocasionais. O autor também identifica algumas incoerências em dados de diferentes instituições de um mesmo país, problema comum nas informações referentes às drogas, nas décadas de 1980 e 1990, que ainda permanece, em menor grau, até hoje.

A partir do fim da década de 1990, com a elaboração de relatórios anuais pela UNODC, pôde-se construir uma base de estimativas mais padronizadas e mais consistentes, devido ao acompanhamento da instituição junto aos países-membros da ONU. Nesse sentido, os estudos apresentados pela UNODC tornam-se importantes ferramentas no acompanhamento das mudanças e da dinâmica desse comércio global.

Entretanto, é importante destacar a tendência da UNODC de classificar os países subdesenvolvidos como produtores de drogas e os países desenvolvidos como consumidores de drogas. Essa distinção originou-se nos Estados Unidos e foi utilizada como um pretexto à expansão do imperialismo e à intervenção militar na América Latina (PASSETTI, 1991), já que transferia a culpa da problemática das drogas a outros países – os produtores. Essa qualificação posicionava os Estados Unidos como vítima, tendo em vista que os governantes desse país, ao projetarem a origem do mal das drogas às relações exteriores, ignoravam uma série de cultivos ilícitos que existiam no

próprio território, como as plantações de *Cannabis* em parques nacionais e estaduais (PASSETTI, 1991; RODRIGUES, 2005). Apesar dessas observações quanto à influência e à parcialidade na classificação dos relatórios, ainda assim, os dados podem ser importantes ferramentas ao estudo da Economia das Drogas.

Após a exposição apresentada no Capítulo 1, sobre o campo da Economia das Drogas, foi possível compreender quais são os atores e como eles se relacionam neste setor. Assim, a proposta deste segundo capítulo é apresentar as estimativas disponíveis do mercado global de drogas, com maior ênfase no período a partir dos anos 2000, de modo a relacioná-lo com algumas teorias da corrente heterodoxa – tais conceitos são desenvolvidos no Capítulo 3. Assim, este capítulo apresenta, inicialmente, a metodologia utilizada para o cálculo das estimativas (item 2.1). Na sequência, são apresentados os valores para o mercado global de drogas ilícitas (item 2.2) e, então, são abordadas as estimativas para o mercado da cocaína (item 2.3), do ópio (item 2.4) e da *Cannabis* (item 2.5).

2.1 – Metodologia

A composição de dados deste capítulo é obtida a partir de estimativas de relatórios apresentados pelo Escritório de Drogas e Crimes da Organização das Nações Unidas (UNODC). As estimativas são mensuradas a partir de diferentes metodologias, que vão desde a coleta de informações junto aos países até cálculos topográficos obtidos por imagens via satélite.

Inicialmente, são organizadas as informações obtidas por meio do *Annual Report Questionnaire – ARQ*, um questionário que é respondido pelos países anualmente e reúne informações sobre erradicação e apreensões de drogas ilícitas, prisões, número de usuários, número de usuários problemáticos, entre outras. Esse questionário apresenta algumas falhas nas respostas, já que nem todos os países dispõem da totalidade de informações solicitadas. Além disso, alguns países fazem levantamentos bianuais, implicando, desse modo, ausência de informações em alguns anos.

Essas omissões são preenchidas com base em diferentes cálculos, que vão depender da variável em análise. De modo geral, as informações sobre oferta de drogas (produção e tráfico) são mais completas que as informações de demanda (número de usuários e quantidades consumidas). Para o relatório de 2013, mais de 90% dos Estados-membros europeus responderam o questionário da UNODC. Na Ásia, 62% dos países entregaram o ARQ; enquanto 41% o fizeram nas Américas (sendo apenas 35% na América Latina e Caribe). A região da África participou com, aproximadamente, 13%, e na Oceania, apenas 2 países dos 14 membros entregaram as informações à UNODC.

Além dos questionários (ARQ), também são usados métodos indiretos de coleta de informações, como pesquisas escolares e levantamentos domiciliares realizados nos diferentes países. A UNODC observa e utiliza ainda os dados obtidos por outras instituições, como a Interpol e a Europol, que fazem levantamentos sobre o mercado de drogas ilegais. Ademais, alguns projetos específicos para monitoramento de cultivo e de produção são atendidos pelo *Global Illicit Crop Monitoring Programme (ICMP)*, que é um programa da ONU que auxilia alguns países no monitoramento de culturas ilegais.

Com relação à oferta de cocaína, os dados sobre cultivo e produção são estimados a partir de imagens via satélite e de pesquisas de campo, pelas quais são realizadas inspeções locais. Assim, calcula-se uma média da quantidade de folhas de coca obtidas por hectare de área cultivada, para se estimar a quantidade ofertada. Os valores destinados ao mercado consumidor partem do total produzido descontado a quantidade de folhas para consumo local e o número de apreensões de droga. Uma particularidade no cultivo dessa planta quando comparada a outros psicoativos é que as folhas de coca podem ser recolhidas várias vezes no ano, o que dificulta a estimativa do montante transformado em cocaína. Assim, as pesquisas de campo fornecem informações sobre médias de produtividade por hectare nas regiões acompanhadas.

A oferta de ópio é mensurada a partir de trabalhos de topógrafos que calculam o rendimento potencial do cultivo, multiplicando o número de cápsulas da papoula pelo tamanho médio das plantas. Esse é um método que simplifica a estimativa da produção de ópio, que é caracterizada por uma particular complexidade no cálculo

de rentabilidade da colheita do látex, já que o processo de incisão, secagem e coleta do psicoativo pode durar alguns dias, semanas ou mais de um mês, o que dificulta chegar com precisão ao cálculo da produtividade da droga. Desde 2008, introduziu-se uma nova metodologia que inclui estimativas indiretas como a quantidade de plantas apreendidas bem como de áreas erradicadas. Assim, busca-se estabelecer uma relação entre as apreensões da planta e o peso. Uma apreensão da papoula (incluindo o caule, as folhas, as sementes e as cápsulas) costuma pesar 2.800 a 7.200 quilos por hectare, sendo as maiores quantidades para campos irrigados pela chuva. Quando o cultivo é realizado em estufas, a quantidade apresenta uma variação menor – de 3.921 a 5.438 quilos por hectare. Na cadeia do ópio, a UNODC não considera essas diferenças entre tipo de plantação, calculando uma média desses rendimentos.

As informações sobre o cultivo do cânhamo são as mais difíceis de mensurar, pois a *Cannabis* dispõe de tecnologias avançadas que permitem cultivos em ambientes internos, totalmente fechados, de difícil consideração nos cálculos. Nesse sentido, as informações sobre a cultura da planta estão diretamente relacionadas com informações advindas de pesquisas de campo e de erradicações de plantações e de fazendas.

Salienta-se ainda que as estimativas sobre usuários de drogas são construídas com diferentes abordagens. Acredita-se que os levantamentos domiciliares realizados nacionalmente são bons indicadores para mensurar o uso de *Cannabis* e de cocaína, mas, por outro lado, não são adequados para estimar a quantidade de usuários ou a prevalência de uso anual de drogas como ópio e heroína, pois se entende que o consumo desses psicoativos é realizado por indivíduos menos integrados socialmente ou marginalizados, o que implicaria resultados subestimados (UNODC, 2013).

Os dados relativos à prevalência anual foram enquadrados à faixa de 15 a 64 anos, a fim de minimizar divergências entre os países. As informações de prevalência de uso estão atreladas ao número de pessoas que consumiram determinado psicoativo nos últimos 12 meses. Quando alguma dessas informações não é fornecida, busca-se extrapolar, quando possível, informações do uso de determinada droga na vida para o uso no ano. Como exemplo, essa relação é muito próxima para o uso de cocaína nos

países da Europa Oriental e Central, já que o coeficiente de correlação entre ambas as variáveis é altamente positivo (com $R=0,94$).

Com relação aos dados sobre o número de usuários problemáticos, adota-se um método de estimativa pelo qual são analisados os tratamentos relacionados, o uso injetável, a toxicidade e as mortes relacionadas para cada tipo de droga. Mensura-se, então, o número de usuários problemáticos relacionados com os fatores de risco de cada grupo que são classificados a partir da equivalência de um “usuário de heroína”. Assim, considerando o fator de risco de opiáceos como 100, a UNODC classifica como 59,9 o fator para um usuário de cocaína e 2,8 para um usuário de *Cannabis*.

Tabela 1 – Coeficiente de risco relativo utilizado na metodologia do World Drug Report

	Índice de tratamento	Uso injetável	Toxicidade	Índice de mortes	Coef. de risco relativo
Opiáceos	100	100	100	100	100
Cocaína	85,3	47,8	88	18,5	59,9
Amfetaminas	20,1	59,5	32	6,8	29,6
Ecstasy	3,8	6,1	20,7	1	7,9
<i>Cannabis</i>	9	0	1,5	0,6	2,8

Fonte: UNODC (2013). Adaptado.

Finalmente, as informações relacionadas ao preço e à pureza das drogas são observadas a partir dos questionários e de pesquisas institucionais de variadas regiões. Os países informam o preço da droga desde a saída das fazendas de cultivo (*farm-gate*) até os valores no comércio atacadista (*wholesale*) e varejista (*street-price*), além de colocar os preços máximos, mínimos e típicos cobrados pelos psicoativos. Para os relatórios, os preços são convertidos a uma única moeda, o dólar americano, para melhorar a comparação entre as regiões do planeta. A UNODC constatou que, de modo geral, os preços se mantêm estáveis por longos períodos, sendo, no curto prazo, o grau de pureza o componente mais afetado pelas variações de mercado.

2.2 – O Mercado Global de Drogas Ilícitas

O mercado global de drogas ilícitas tem se mantido estável na última década. Apesar do pequeno aumento do número de consumidores, este incremento é proporcional ao crescimento da população mundial. Conforme o *World Drug Report de 2014*, estima-se que 243 milhões de pessoas tenham usado algum tipo de substância psicoativa ilícita no ano de 2012, podendo esse número variar entre 162 a 324 milhões de consumidores. Isso implica uma proporção de 5,2% da população global da faixa de 15 a 64 anos. No início do século XXI, o número de indivíduos que fizeram uso de algum tipo de psicoativo ficou na faixa de 185 milhões de pessoas, ou seja, 4,7% da população entre 15 a 64 anos. A Tabela 2 apresenta a quantidade de consumidores no mundo e a prevalência anual de uso na população.

Tabela 2 – Estimativa de usuários de drogas ilícitas no mundo, em número e em proporção – 2000-2012

	2000- 2001	2001- 2003	2003- 2004	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nºde usuários (em milhões)	200	185	200	200	200	208	211	203	210	226	240	243
Proporção pop. 15-64 anos (em %)	4,7%	4,7%	5,0%	4,9%	4,8%	4,9%	4,9%	4,6%	4,8%	5,0%	5,2%	5,2%

Fonte: UNODC (2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2014). Elaboração própria.

O relatório também aponta que, embora pouco mais desses 5% da população esteja estimada como usuário de substância psicoativa, esse dado não implica, necessariamente, consumidores regulares, mas apenas que consumiram alguma droga ilícita nos últimos 12 meses. Com relação ao uso abusivo ou problemático, o número de usuários foi estimado em torno de 27 milhões de pessoas (0,6% da população de 15 a 64 anos).

Quando observado o uso por grupo de droga, constata-se que a mais consumida é a *Cannabis*. Os dados mais recentes apresentam um número de 177,3 milhões de usuários deste tipo de droga. Em segunda posição, encontram-se as anfetaminas, com 34,4 milhões de usuários. Em seguida, estão os opióides, com 33,04

milhões de usuários; seguidos do ecstasy, com 18,75; da cocaína, com 17,24 e, por último, dos opiáceos, com 16,37 milhões de consumidores. Conforme abordado no Capítulo 1, alerta-se novamente para o poliuso de psicoativos, ou seja, um usuário de um grupo de substância pode ser contabilizado também como usuário de outro grupo. A Tabela 3 apresenta os números de usuários e de proporção da população entre 15 e 64 anos desses grupos de psicoativos.

Tabela 3 – Uso de psicoativos ilícitos na população global, por grupo de droga, em número de usuários e em proporção da população entre 15-64 anos – 2012

	Nºde usuários* (em milhões)	Proporção pop. 15- 64 anos (em %)
<i>Cannabis</i>	177,63	3,80%
Anfetaminas	34,40	0,70%
Opióides**	33,04	0,70%
Ecstasy	18,75	0,40%
Cocaína	17,24	0,37%
Opiáceos	16,37	0,35%

* Considerando o poliuso de psicoativos, de modo que um usuário pode ser contabilizado em mais de um grupo.

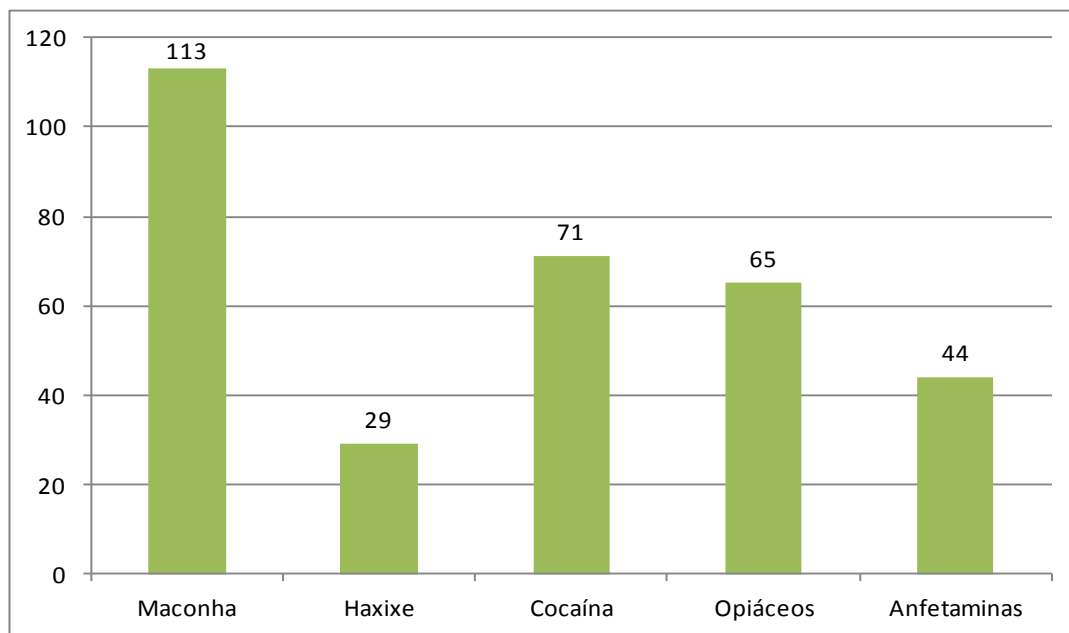
**Conjunto de substâncias psicoativas sintéticas derivadas do ópio.

Fonte: UNODC (2014). Adaptado.

Quando são observados os valores gerados na economia, os grupos de drogas mencionados não refletem, necessariamente, a mesma ordem de classificação de número de consumidores. Em parte, isso ocorre devido à diferença de preço das drogas, que indica um consumo maior ou menor conforme o contexto do consumidor. Por outro lado, o indicador do número de usuários revela a prevalência do uso anual, ou seja, o número de consumidores que usou determinada droga no ano anterior. Assim, um grupo de psicoativos pode gerar maiores receitas se for consumido em maiores quantidades, ainda que o mercado consumidor não se enquadre entre os mais populosos. Nesse sentido, conforme os dados levantados para o ano de 2003, foi constatado que, dos 322 bilhões de dólares gerados na economia global pelo comércio varejista de drogas ilícitas, o grupo com maior receita foi a maconha, que movimentou 113 bilhões de dólares naquele ano. O segundo grupo, nessa classificação, foi a

cocaína, com 71 bilhões de dólares; seguido dos opiáceos com US\$ 65 bilhões, das anfetaminas, com US\$ 44 bilhões e, por último, do haxixe, com US\$ 29 bilhões. O Gráfico 1 contempla esses valores.

Gráfico 1 – Valor gerado no mercado global de psicoativos ilícitos, por grupo de droga, em bilhões de US\$ – 2003



Fonte: UNODC (2005). Elaboração própria.

Desse montante, a *Cannabis* representou, em 2003, uma participação de quase a metade do valor gerado no mercado global, com 44,1%, sendo 35,1% para a erva (maconha) e 9% para a resina da planta (haxixe). Essa participação é maior ainda quando observado pelo número do mercado consumidor, pois abrange cerca de 74% dos consumidores de psicoativos no mundo. Já a cocaína tem uma participação de 22% em valor gerado na economia e 6% no volume da demanda de drogas. Os opiáceos participam com 20,2% em valor e 7% em consumo; e as anfetaminas, com 13,7% em valor e 12% em mercado consumidor. A Tabela 4 apresenta esses dados para comparação.

Tabela 4 – Valor gerado no mercado global de psicoativos, número de usuários e participações percentuais, por grupo de droga, em US\$, em milhões de pessoas e em % – 2003

	Valor (em US\$ bilhões)	Participação (em %)	Nº de usuários* (em milhões)	Participação (em %)
<i>Cannabis</i>	142	44,1%	160,9	74,2%
Cocaína	71	22,0%	13,73	6,3%
Opiáceos*	65	20,2%	15,94	7,4%
Anfetaminas	44	13,7%	26,16	12,1%
Total	322	100,0%	216,73	100,0%

* A UNODC não disponibilizou para esse período informações sobre o mercado de opióides.

**Inclui “dupla contagem” associada ao poliuso de parte do mercado consumidor.

Fonte: UNODC (2005). Elaboração própria.

Quando observadas as regiões do globo, também são encontradas algumas diferenças. Na África, a substância psicoativa mais utilizada é a maconha, especialmente na região ocidental do continente, com uma prevalência de uso de 7,5%, ou seja, praticamente o dobro da média do uso global. O segundo tipo de substância mais consumida é a anfetamina com 0,9% de prevalência, seguida pela cocaína com 0,4%⁵² e pelos opiáceos com 0,3% (UNODC, 2013). No continente americano, com exceção dos opiáceos, todos outros grupos de substâncias ilícitas apresentam consumos acima da média global. Na América do Norte, a *Cannabis* é a substância mais usada e apresenta uma prevalência de uso de 7,9%; em segunda posição, está a cocaína, com prevalência de 1,3%. Na América Latina e Caribe, a maconha também apresentou a maior prevalência de uso, com diferenças consideráveis entre a América do Sul e a América Central e Caribe, com índices de 5,7%, 2,6% e 2,8%, respectivamente. No Relatório de 2013, destacou-se a elevação do consumo do grupo “cocaína” (incluindo derivados, como o *crack*) nos países Brasil, Costa Rica e Peru. Na Europa, o cânhamo também é a substância mais consumida (prevalência de uso de 5,6%), sendo a cocaína a segunda, os opióides a terceira e as anfetaminas a quarta, com prevalências de 0,8%, 0,7% e 0,5%, respectivamente. A prevalência do uso da *Cannabis* praticamente dobra quando avaliada a Oceania, cujos consumidores consolidam 10,9% da população entre 15 e 64 anos. Nesse continente, o uso de

⁵² O número de usuários de cocaína na África Ocidental e Central é estimado em 1,6 milhão de pessoas, sendo a Nigéria o país com maior consumo de cocaína e de heroína no continente.

psicoativos é mais intenso, sendo a prevalência de uso de opióides de 3%, de ecstasy 2,9%, de anfetaminas 2,1% e de cocaína 1,5%. Finalmente, a Ásia revela um importante mercado consumidor, concentrando em torno de 25 a 40% de todos consumidores mundiais de drogas ilegais. Além disso, o continente asiático concentra 60% dos consumidores de opiáceos do planeta. Embora a prevalência de uso de *Cannabis* na região seja relativamente baixa (1,9%), quando comparadas às proporções das outras regiões globais, a Ásia apresenta o maior consumo do cânhamo, em números absolutos (53,3 milhões de usuários) (UNODC, 2013 e 2014).

Conforme mencionado, o uso de múltiplas drogas é outra tendência entre os consumidores, que podem fazê-lo tanto de forma lícita como ilícita. Assim, a UNODC (2013) destaca a preocupação com usuários que misturam substâncias ilícitas com medicamentos legais, especialmente tranquilizantes e sedativos, além de novas substâncias psicoativas que não têm ainda a venda proibida. Isso ocorre porque o acompanhamento dos relatórios anuais apresenta estimativas para os grupos de drogas listadas na Convenção Única da ONU de 1961 que, mais tarde, foram complementadas na Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, em 1971. Contudo, além desses grupos de psicoativos formalmente proibidos, outras novas substâncias são descobertas e comercializadas. A instituição explica que é preocupante o crescimento da quantidade de substâncias psicoativas que surgem no mercado mundial, por dois fatores principais: prejudicam a saúde pública e são consumidas sem informações adequadas sobre riscos e efeitos colaterais, já que não foram testadas cientificamente (UNODC, 2013). Com relação a estas substâncias, a UNODC explica que:

Enquanto as novas substâncias nocivas foram surgindo com regularidade infalível no cenário das drogas, o sistema internacional de controle de drogas está patinando, pela primeira vez, **aqueém da velocidade e criatividade do fenômeno conhecido como novas substâncias psicoativas (NSP)** (UNODC, 2013, p. xi, tradução e grifo nossos⁵³).

⁵³ “While new harmful substances have been emerging with unfailing regularity on the drug scene, the international drug control system is floundering, for the first time, under the speed and creativity of the phenomenon known as new psychoactive substances (NPS)” (UNODC, 2013, p. xi).

Assim, as novas substâncias psicoativas são drogas que não constam na lista das substâncias controladas pelas convenções internacionais, mas apresentam os mesmos riscos e, segundo a instituição, são substâncias de abuso⁵⁴. Esse fenômeno foi agravado recentemente, conforme é observado no número de NSP reportadas pelos países membros da ONU. Em 2009, a UNODC foi informada sobre 166 novas substâncias. Em 2012, esse número cresceu mais de 50%, já que, até meados de 2012, haviam sido relatadas mais de 251 NSP, superando, inclusive, a quantidade de substâncias inscritas nos controles internacionais. Entre essas substâncias, estão incluídas, por exemplo, alguns canabinóides sintéticos (os mais comuns são JWH-018 e JWH-073), fenetilaminas e catinonas sintéticas (como mefedrona e MDPV) ou ainda plantas como a *Salvia divinorum* (UNODC, 2013).

Outro ponto identificado no mercado global de drogas ilícitas é o impacto das substâncias denominadas *precursores químicos*. Essas substâncias não implicam necessariamente efeitos psicoativos, mas são fundamentais no processo de transformação de algumas drogas, sendo usadas amplamente pela indústria química⁵⁵. Ao mesmo tempo que são utilizados pela indústria legal e ilegal, os precursores químicos não foram proibidos, mas passaram a ser controlados desde a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas de 1988⁵⁶ da ONU, na qual se estabeleceram duas listas: a Lista I com 15 substâncias e a Lista II com 8 (sendo esta última correspondente a 93% do volume do comércio internacional de precursores químicos no ano de 2012) (UNODC, 2014).

Os precursores químicos da Lista I consolidaram somente 7% da balança comercial global de precursores ou apenas 0,04% das exportações de produtos químicos, no ano de 2012. O principal componente da lista é a substância “anidro acético”, utilizada, conforme descrito no Capítulo 1, na cadeia produtiva do ópio, sendo fundamental na produção da heroína. Esse precursor impactou em 0,4 bilhões de

⁵⁴ O termo “nova” não implica, necessariamente, a criação da substância ou a inovação do produto, mas pode significar a novidade no mercado, de modo que o psicoativo pode ser novo no uso dos consumidores (UNODC, 2013).

⁵⁵ Esses precursores não funcionam como simples reagentes ou solventes, pois são incorporados às moléculas das substâncias psicoativas, na produção de drogas.

⁵⁶ Apesar disso, a proposta de controlar precursores existe desde a Convenção para Limitação da Produção e Regulamentação da Distribuição de Drogas Narcóticas de 1931 (UNODC, 2014).

dólares no comércio legal global, representando cerca de 4% das exportações totais de precursores químicos (UNODC, 2014).

Quanto aos precursores da Lista II, o de maior impacto econômico é o tolueno, cuja utilidade está associada na indústria legal pela produção de solventes e de gasolina e na indústria ilícita pela produção de cocaína. Essa substância contemplou 40% das exportações globais dos precursores químicos em 2012. Outras substâncias compõem a lista, como a acetona e o ácido sulfúrico, impactando, respectivamente, com 22% e 14% das exportações internacionais de precursores químicos em 2012, podendo ser utilizadas na fabricação de fertilizantes, de detergentes, de medicamentos, de explosivos ou, ilegalmente, de cocaína, heroína e anfetaminas (UNODC, 2014).

O Relatório de 2014 indica a necessidade de aumentar o controle dos precursores, ao mesmo tempo que aponta as dificuldades para controlar a finalidade do comércio transnacional. Assim, a instituição coloca a concentração industrial como um facilitador desse controle, citando, como exemplos, a indústria química instalada na América do Norte e na Europa. Por outro lado, a dispersão do setor⁵⁷ é considerada um empecilho ao controle, pois facilita que precursores químicos sejam produzidos licitamente, mas sejam desviados para o mercado ilegal.

Ademais, a incorporação de estratégias e de técnicas utilizadas para burlar o controle, como ocorre, por exemplo, no comércio de precursores químicos, que misturam a venda legal para a indústria ilegal, bem como os meios de integrar empresas formais com fins ilícitos, é abordada mais detalhadamente no Capítulo 3 desta dissertação. Contudo, os precursores químicos estão inseridos na avaliação dos mercados específicos deste Capítulo, especialmente quando influenciam os valores relativos à oferta e aos preços das drogas.

Finalmente, sobre as técnicas de transporte e de tráfico de mercadorias ilícitas, as informações sobre apreensões⁵⁸ podem significar mudanças nas rotas ou no manuseio das mercadorias. Assim, considerando os principais meios de transporte, o

⁵⁷ Como exemplo de dispersão, a UNODC cita a organização do setor na Ásia.

⁵⁸ Geralmente, as informações sobre quantidades de drogas apreendidas são utilizadas na avaliação da eficiência das políticas de segurança pública e, portanto, implicam disputas políticas e governamentais. Assim, este trabalho evitou a exposição quantitativa destas informações por duas razões: 1) os dados sobre quantidades apreendidas não interferem diretamente no volume do comércio global, já que não se pode saber a proporção do que é apreendido *versus* o que circula; 2) essas informações entram no jogo das disputas políticas, especialmente quando são usados aumentos de apreensões como dados de eficiência policial, o que pode não apenas ser uma conclusão equivocada, quanto errônea, seguindo a lógica do mercado de drogas.

que carrega maiores quantidades de drogas por viagem é o marítimo. Em geral, as apreensões em navios e submarinos não superam 11% do total das ações policiais; entretanto, é possível apreender maiores quantidades de psicoativos, já que, em média, são confiscadas 30 vezes mais quantidades de droga em transporte marítimo que aéreo. Ademais, algumas operações contra o tráfico conseguem identificar o país de proveniência da mercadoria, que pode ser um país de produção ou de trânsito da droga. O Brasil, por exemplo, é considerado o principal país de trânsito da cocaína, já que as vastas fronteiras terrestres e marítimas permitem que a substância seja despachada a outros continentes. O Quadro 2 reúne os principais países mencionados em apreensões realizadas no período 2001 a 2012.

Quadro 2 – Proveniência de países, segundo as principais apreensões individuais, por tipo de drogas (incluindo todos os meios de transporte) – 2001-2012

	Cocaína*	Heroína	<i>Cannabis</i>
1	Brasil	Afeganistão	Marrocos
2	Colômbia	Paquistão	Afeganistão
3	Argentina	Tajiquistão	Jamaica
4	República Dominicana	Albânia	Holanda
5	Venezuela	Turquia	África do Sul
6	Peru	Holanda	Paraguai
7	Jamaica	Irã	Gana
8	Bolívia	Índia	Espanha
9	Costa Rica	Tailândia	Nepal
10	Holanda	Quirguistão	Albânia
11	Equador	Bélgica	Argélia
12	México	Bulgária	Moçambique
13	Panamá	Cazaquistão	Paquistão
14	Nigéria	Alemanha	Honduras
15	Gana	Nigéria	Índia
16	Espanha	Grécia	Irã
17	Guiné	Uzbequistão	Cazaquistão
18	Chile	Mianmar	Haiti
19	Senegal	Espanha	Estados Unidos
20	Trinidad e Tobago	Hong Kong, China	França

Fonte: UNODC (2013). Adaptado.

A relação entre alguns desses países e o grupo de psicoativos que estão relacionados será desenvolvida, a seguir, nos itens sobre os mercados específicos de cocaína, ópio e *Cannabis*.

2.3 – O Mercado Global de Cocaína e de Crack

O mercado global de cocaína tem apresentado uma demanda estável ao longo da última década. Estima-se que 17,2 milhões de pessoas tenham usado a droga no ano de 2012. No início dos anos 2000, esse número estava em torno de 13 milhões de usuários. Quando observadas as informações sobre o número de usuários e a região geográfica, são constatadas pequenas expansões ou deslocamentos que acompanham o crescimento populacional bem como as tendências de consumo dos países; contudo, não ocorre uma ampliação significativa no mercado consumidor global. Essa estabilidade da demanda fica mais nítida por meio das informações que indicam a prevalência do uso anual, que se mantém praticamente constante na última década, oscilando entre 0,3 a 0,4% a incidência do uso na população mundial com idade entre 15 a 64 anos.

A região com maior participação no mercado consumidor, em termos absolutos, é a América, cujo número de consumidores variou entre 8 e pouco mais de 9 milhões⁵⁹ neste século. Em segunda posição, está a Europa, com um número estimado entre 3,34 a 4,65 milhões de usuários. Em terceira, a África apresentou uma expansão significativa no uso da droga, já que se estimavam menos de 1 milhão de consumidores no início dos anos 2000, tendo esse valor incrementado para 2,59 milhões de usuários no período analisado mais recentemente. A Ásia também apresentou um incremento, pois o aumento do consumo passou da faixa que ficava em torno de 150 mil usuários no início do século XXI, para 1,33 milhões no ano de 2012. A esse aumento podem-se atribuir inúmeras razões, mas é muito relacionado à melhora de renda em alguns

⁵⁹ Com relação especificamente à América Latina, a UNODC fala sobre os efeitos “*spill-over*”, já que o consumo se daria pela ampla disponibilidade da droga bem como pelo baixo preço, ambos os fatores decorrentes da proximidade dos países produtores. Com relação à América do Norte, a instituição indica uma redução no consumo, especialmente nos Estados Unidos, no período de 2006 a 2011, e atribui como causas a redução da produção na Colômbia, a intervenção policial e a violência entre os próprios cartéis da droga (UNODC, 2013).

países emergentes asiáticos, já que o uso da cocaína “pode ser atribuído a muitos fatores, muitas vezes ligado ao *glamour* associado à sua utilização e à emergência de camadas mais favorecidas da sociedade” (UNODC, 2013, p. x, tradução nossa⁶⁰). Por último, a Oceania manteve um mercado consumidor pouco extenso, em números absolutos, dada a pequena população no continente, mas apresentou um consumo com uma prevalência que alcançou, nos últimos anos, patamares semelhantes ao continente americano. A Tabela 5 permite inferir a demanda de cocaína, pelas informações sobre número de usuários e prevalência de uso por região no mundo.

Tabela 5 – Demanda global e regional de cocaína, por número de usuários (em milhões) e por prevalência anual de uso (em percentual) – 2001-2005 e 2010-2012

	N° de usuários (em milhões)						Prevalência anual do uso* (em %)					
	2001 2003	2003 2004	2004 2005	2010	2011	2012	2001 2003	2003 2004	2004 2005	2010	2011	2012
América	8,70	8,93	8,44	7,15	8,24	9,26	1,57	1,60	1,50	1,20	1,30	1,50
Europa	3,34	3,42	3,52	4,65	4,60	3,67	0,62	0,60	0,70	0,80	0,80	0,70
África	0,94	0,95	0,96	2,78	2,54	2,59	0,21	0,20	0,20	0,50	0,40	0,40
Ásia	0,15	0,25	0,26	1,27	1,31	1,33	0,01	0,01	0,10	0,05	0,05	0,05
Oceania	0,21	0,18	0,18	0,37	0,37	0,38	1,05	0,90	0,90	1,50	1,50	1,50
Total	13,34	13,73	13,36	16,32	17,06	17,20	0,34	0,30	0,30	0,40	0,40	0,40

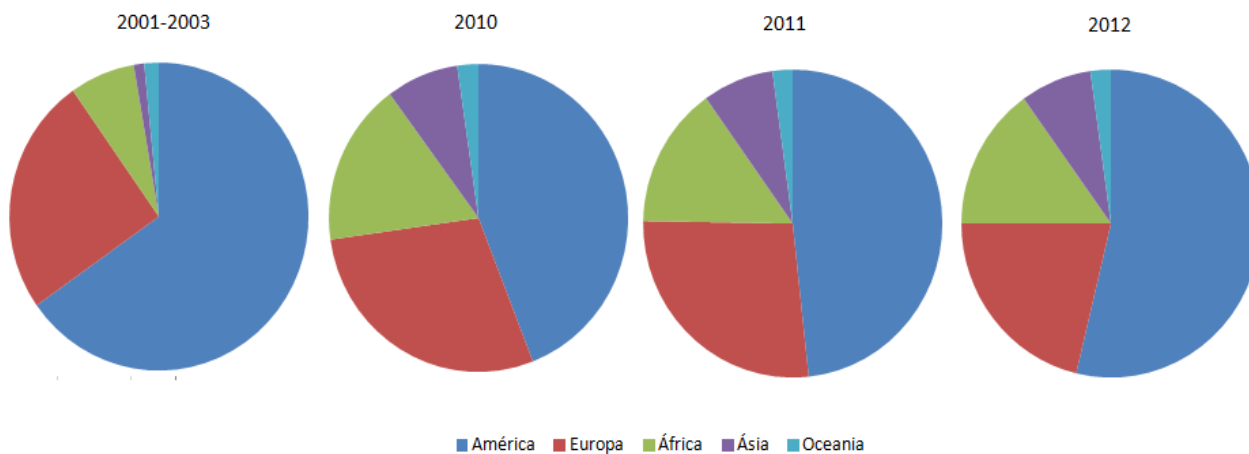
*Incidência do uso na população com idade entre 15 e 64 anos.

Fonte: UNODC (2004, 2005, 2012, 2013, 2014). Elaboração própria.

O consumo global parece mesmo acompanhar o crescimento populacional. Todavia, a cada período, é possível notar que ocorrem, por motivos diversos (alguns obscuros ou ocultos), deslocamentos geográficos no mercado consumidor, de tal modo que algumas reduções num continente são “compensadas” por elevações em outro. O Gráfico 2 permite visualizar alguns deslocamentos no mercado consumidor de cocaína no século XXI, especialmente a expansão do número de consumidores na Ásia e na África a partir de 2010 e as alterações no mercado europeu e americano, conforme observado na contração da fatia europeia no total de consumidores globais a partir de 2011, e uma correspondente retomada da fatia americana.

⁶⁰“ This can be attributed to several factors, often linked to the glamour associated with its use and the emergence of more affluent sections of society” (UNODC, 2013, p. x).

Gráfico 2 – Proporção de consumidores de cocaína por região do mundo – 2001-2003, 2010, 2011 e 2012



Fonte: UNODC (2004, 2012, 2013, 2014). Elaboração própria.

Para atender essa demanda, traficantes de cocaína precisam desenvolver suas atividades, que vão desde o cultivo da planta até as vendas varejistas. Com relação ao cultivo, a UNODC considera que praticamente a totalidade da produção de cocaína é iniciada em apenas três países situados na região andina, na América do Sul: Colômbia, Peru e Bolívia. Enquanto a Colômbia reduziu substancialmente a área cultivada de coca, o Peru foi elevando gradativamente o número de hectares cultivados da folha, superando, em 2011, a extensão cultivada nas terras colombianas. A Tabela 6 apresenta esses valores.

Tabela 6 – Cultivo global ilícito de coca, por hectare – 2000-2012

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Colômbia..	163.300	144.800	102.000	86.000	80.000	86.000	78.000	99.000	81.000	73.000	62.000	64.000	48.000
Peru	43.400	46.200	46.700	44.200	50.300	48.200	51.400	53.700	56.100	59.900	61.200	64.400	60.400
Bolívia	14.600	19.900	21.600	23.600	27.700	25.400	27.500	28.900	30.500	30.900	31.000	27.200	25.300
Total	221.300	210.900	170.300	153.800	158.000	159.600	156.900	181.600	167.600	163.800	154.200	155.600	133.700

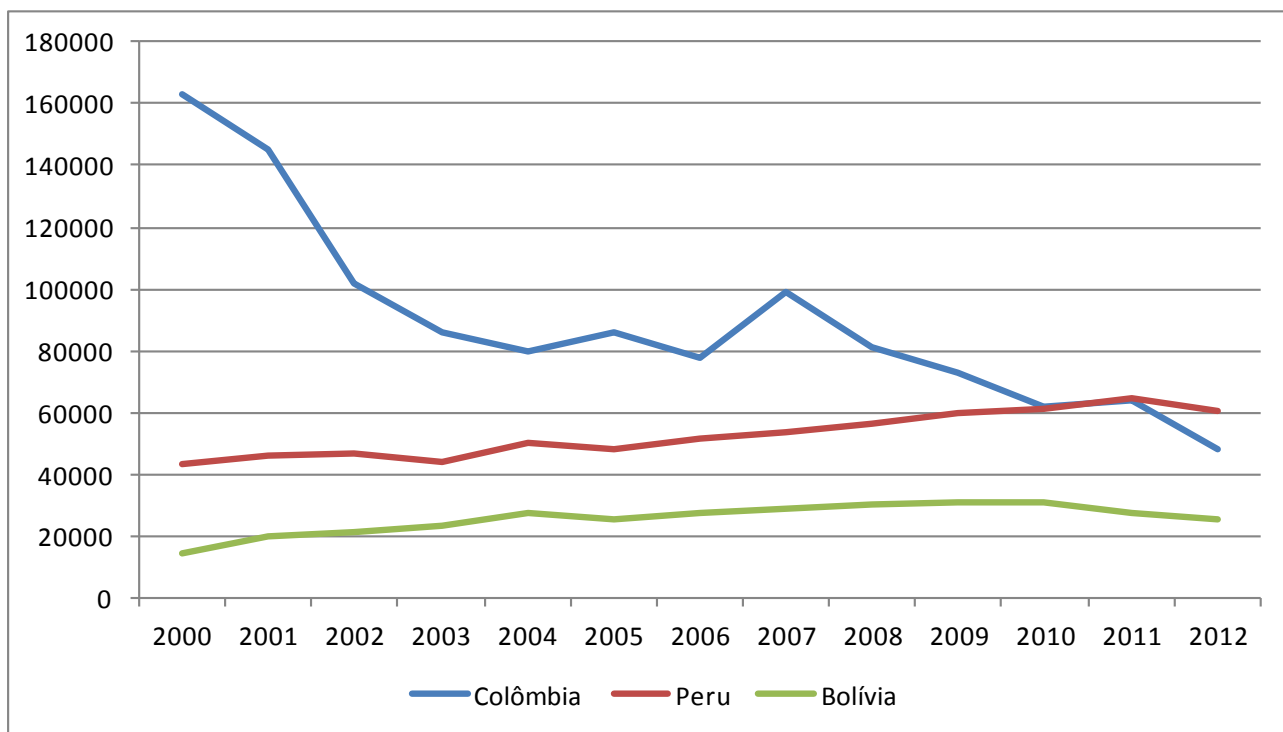
Fonte: UNODC (2003, 2014). Elaboração própria.

Parte da redução da área cultivada na Colômbia deve ser atribuída a esforços políticos nacionais e internacionais⁶¹, que realizam erradicações e pulverizações de arbustos. A primeira redução que se manteve em patamares semelhantes foi a de 102 mil hectares no ano de 2002 para 86 mil hectares no ano de 2003. Esse resultado foi a reunião do esforço de reduzir fortemente o cultivo em áreas colombianas que eram caracterizadas pela cultura cocaleira, como Guaviare, Putumayo e Norte de Santander, que diminuíram em 41%, 45% e 44%, respectivamente, as áreas cultivadas. Essas reduções tiveram como causa principal a erradicação das plantações; como causa secundária são indicadas erradicações voluntárias e evacuações dos campos, que são abandonados pelos conflitos armados na região. Neste mesmo ano, também se destacou “uma ligeira recuperação no setor agrícola da Colômbia, o que levou a um aumento dos preços de alguns produtos-chave dos campos. Isso também contribuiu para o decréscimo no cultivo da coca, devido à redução de incentivos para o cultivo” (UNODC, 2004, p. 96, tradução nossa⁶²). Mais recentemente, o governo colombiano forçou a redução das plantações, especialmente nas regiões de Nariño, Putumayo, Guaviare e Cauca. Em 2012, a Colômbia também erradicou manualmente mais de 34 mil hectares e direcionou a pulverização de mais de 100 mil hectares de áreas cultivadas (UNODC, 2014). O Gráfico 3 apresenta as linhas de redução e de aumento dos países produtores de coca.

⁶¹ Sobre isso, destaca-se o Plano Colômbia, que recebeu US\$ 1,32 bilhão dos Estados Unidos, US\$ 100 milhões da Espanha e US\$ 20 milhões da Noruega para combater o cultivo, a produção e o tráfico de cocaína no país (INESC, 2002).

⁶² “a slight recovery in Colombia’s agricultural sector, which led to an increase in the prices of some key farm products. This also contributed to the decrease in coca cultivation by reducing incentives for coca cultivation” (UNODC, 2004, p. 96).

Gráfico 3 – Cultivo global ilícito de coca, por hectare – 2000-2012



Fonte: UNODC (2003, 2014). Elaboração própria.

Como consequência da queda do cultivo, há uma tendência de redução do potencial de fabricação de cocaína 100% pura. Esse efeito é decorrente da drástica redução do cultivo na Colômbia, onde foi estimada uma produção potencial de 695 toneladas no início do século XXI, mas agora reduziu para menos da metade, com um potencial de produção estimado em 309 toneladas em 2012. Devido à falta de dados disponíveis para o potencial de produção de cocaína advindo do Peru e da Bolívia a partir de 2009, não se pôde concluir a tendência global, ainda que se espere um crescimento produtivo nesses países, devido o aumento do cultivo da planta na região. A Tabela 7 apresenta os dados disponíveis sobre a produção potencial de cocaína.

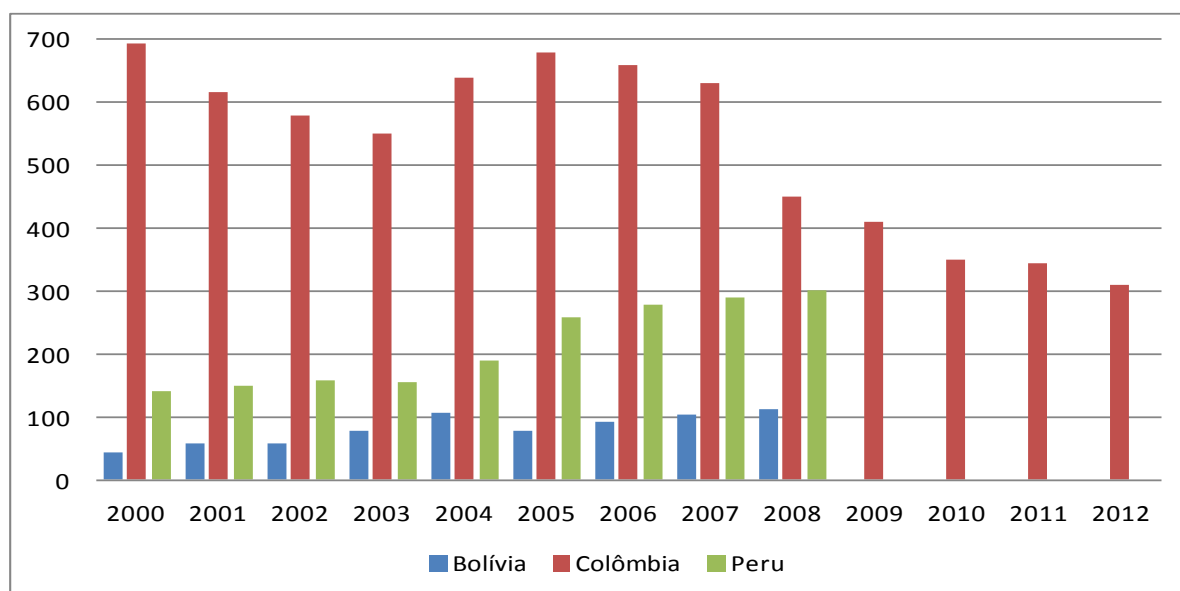
Tabela 7 – Fabricação potencial de cocaína 100% pura, em toneladas – 2002-2012

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bolívia	43	60	60	79	107	80	94	104	113				
Colômbia ..	695	617	580	550	640	680	660	630	450	410	350	345	309
Peru	141	150	160	155	190	260	280	290	302				
Total	879	827	800	784	937	1.020	1.034	1.024	865				

Fonte: UNODC (2003, 2014). Elaboração própria.

De fato, a queda da produção de cocaína na Colômbia implica um efeito positivo no enfrentamento às drogas no país, pois reduz consideravelmente a oferta do psicoativo, especialmente pelo fato de este país ter sido, por muitos anos, o principal produtor mundial da droga. Apesar do intenso esforço em reduzir a cultura cocaleira, indica-se um “efeito balão”⁶³, pelo qual produtores trocam de regiões e de países para continuar o trabalho da coca e escapar da repressão governamental. Assim, conforme o desenho do Gráfico 4, é possível visualizar uma expansão da produção na Bolívia e no Peru, frente à contração da produção colombiana. Esse efeito indica um desvio da localização da fabricação da droga, que não necessariamente cessa a produção, podendo simplesmente cruzar a fronteira e continuar o negócio.

Gráfico 4 – Fabricação potencial de cocaína 100% pura na Bolívia, Colômbia e Peru, em toneladas – 2000-2012



Fonte: UNODC (2003, 2014). Elaboração própria.

⁶³ Para maiores detalhes sobre esse efeito, recomenda-se a leitura de Gusmão (2009).

Com relação aos preços, a cocaína apresenta variações conforme a região no mundo. As informações disponíveis que permitem uma comparação de preços reais, isto é, ajustados pela inflação ou pelo poder de compra da região, são referentes aos preços do psicoativo para os anos de 2011 e 2012. Assim, a região com menor preço de aquisição da droga ao consumidor final foi a América do Sul, Central e Caribe, onde o preço médio ficou em aproximadamente 15 dólares o grama. Em segunda posição, a região da Europa Ocidental e Central apresentou valores na faixa de 77 dólares. Em seguida, a América do Norte teve um preço típico de 90 dólares. É importante ressaltar que essas duas últimas regiões mencionadas apresentaram queda nos preços, com variações negativas de 4% entre 2011 e 2012. A Tabela 8 apresenta esses valores e as respectivas variações anuais no período.

Tabela 8 – Preço real do grama ao consumidor final (média ponderada) da cocaína por região, ajustado pela paridade poder de compra, em dólar internacional, e variação do preço, em percentual – 2011-2012

	2011-2012	
	Preço real médio (em US\$)	Varição do preço (em %)
África	145	-
América do Sul, Central e Caribe	15	9
América do Norte	90	-4
Ásia	237	10
Leste Europeu	375	-11
Sudeste europeu	164	29
Europa Ocidental e Central	77	-4
Oceania	255	19

Fonte: UNODC (2014). Adaptado.

As informações do preço real, calculadas a partir da média ponderada, só passaram a ser disponibilizadas por região a partir do *World Drug Report* de 2014. Entretanto, até o ano de 2009, a UNODC disponibilizava as informações dos preços desse psicoativo em nível de atacado e de varejo, para Europa e Estados Unidos. Assim, conforme demonstra a Tabela 9, há tendência de queda no preço da cocaína nessas duas regiões. Não há um consenso sobre essa redução, mas alguns autores e instituições atribuem a diversas causas associadas ou potencializadas pela

globalização e a abertura de mercados (FLYNN, 1995; ALL, 2012; PALMER, 2012), entre outros aspectos microeconômicos que são discutidos no Capítulo 3.

Tabela 9 – Preço médio da cocaína no atacado e no varejo ajustado pela inflação de 2009, na Europa e nos Estados Unidos, em US\$/grama – 1990-2009

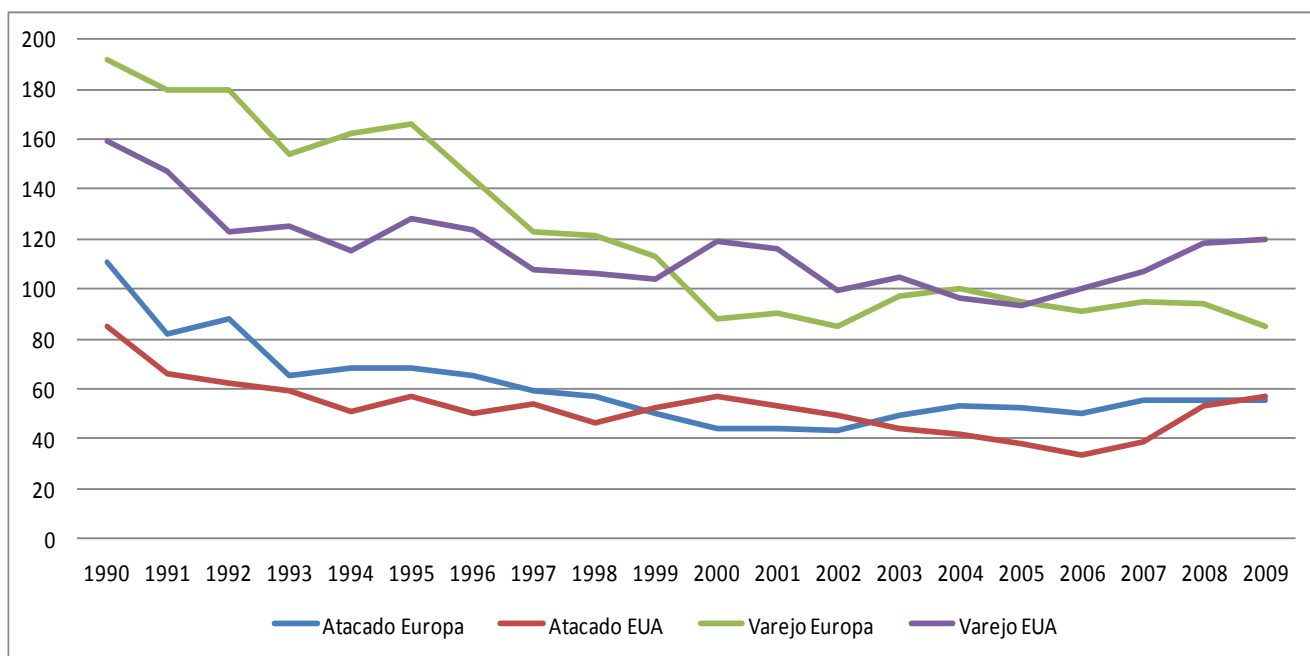
	Atacado			Varejo		Varejo/Atacado	
	Europa	Estados Unidos	Relação Europa/Estados Unidos	Europa	Estados Unidos	Europa	Estados Unidos
1990	111	85	1,31	192	159	1,73	1,87
1991	82	66	1,24	180	147	2,20	2,23
1992	88	62	1,42	180	123	2,05	1,98
1993	65	59	1,10	154	125	2,37	2,12
1994	68	51	1,33	162	115	2,38	2,25
1995	68	57	1,19	166	128	2,44	2,25
1996	65	50	1,30	144	124	2,22	2,48
1997	59	54	1,09	123	108	2,08	2,00
1998	57	46	1,24	121	106	2,12	2,30
1999	50	52	0,96	113	104	2,26	2,00
2000	44	57	0,77	88	119	2,00	2,09
2001	44	53	0,83	90	116	2,05	2,19
2002	43	49	0,88	85	99	1,98	2,02
2003	49	44	1,11	97	105	1,98	2,39
2004	53	42	1,26	100	96	1,89	2,29
2005	52	38	1,37	95	93	1,83	2,45
2006	50	33	1,52	91	100	1,82	3,03
2007	55	39	1,41	95	107	1,73	2,74
2008	55	53	1,04	94	118	1,71	2,23
2009	55	57	0,96	85	120	1,55	2,11

Fonte: UNODC (2010). Elaboração própria.

Essa comparação entre os preços do mercado atacadista e varejista dos Estados Unidos e da Europa pode ser observada no Gráfico 5, que permite uma visualização das diferenças nas duas etapas do comércio. Até 1998, a Europa manteve preços mais elevados que os Estados Unidos no mercado atacadista e, até 1999, no mercado varejista. Essa inversão repercutiu nos dois comércios durante quatro anos, sendo retomado o nível dos preços europeus como os mais caros. Mais tarde, a partir

de 2006, o mercado varejista na Europa passou novamente a cobrar menos pela cocaína que nos Estados Unidos. Essa inversão só ocorreria no atacado em 2009.

Gráfico 5 – Preço médio da cocaína no atacado e no varejo ajustado pela inflação de 2009, na Europa e nos Estados Unidos, em US\$/grama – 1990-2009



Fonte: UNODC (2010). Elaboração própria.

Por último, quando são calculadas as margens de preço colocadas nas ruas, constata-se que, com exceção de 1990 e de 1992, datas cujas margens significaram 87% e 98% sobre o preço de atacado nos Estados Unidos, todos outros anos na tabela superam margens de 100%, chegando, inclusive, a margens superiores a 200%, como no ano de 2006. Com relação às margens na Europa, o ano de 1990 resultou em 73% sobre o preço atacadista, sendo superado, então, a margens maiores que 100% até 2001. A partir desse período, o percentual cobrado em cima do valor de atacado começou a decair gradativamente. De fato, o Gráfico 5 mostra como os preços nos diferentes níveis de mercados e nas distintas regiões se aproximaram ao longo dos anos analisados, mas ainda se distanciam os preços da cocaína nas ruas das duas regiões. Uma possível explicação seria que, devido à abertura comercial e à globalização, o atacado manteve preços mais próximos e mais competitivos. Por outro

lado, os preços varejistas se diferenciariam, por ainda estarem sob a influência das condições locais.

Com relação à formação dos preços, estima-se que, no mercado europeu, a etapa inicial da cadeia produtiva, responsável pelo plantio e pela colheita das folhas de coca, representa apenas 1% do preço final da cocaína que chega para o consumidor europeu. Ainda que varie a cotação da planta, esse percentual não é quase alterado, pois as etapas finais da cadeia são as que agregam mais valor ao produto final. A etapa responsável pela exportação para os ditos países consumidores corresponde a cerca de 1,5% do preço final (UNODC, 2010). Na cocaína exportada para os Estados Unidos, por exemplo, onde se encontra o maior mercado consumidor da droga, estima-se que apenas 10% do valor de venda da droga sejam destinados ao custo pelo risco do negócio. Contudo, esse percentual pode variar, conforme forem se modificando as estruturas concorrenciais, em cada momento (UNODC, 2010). A Tabela 10 apresenta a distribuição de valor gerado no mercado de cocaína nos Estados Unidos.

Tabela 10 – Distribuição de receitas e participação do preço final, em bilhões de dólares e em percentual, do mercado de cocaína de US\$ 35 bilhões dos Estados Unidos – 2008

	Distribuição do valor final (em US\$ bilhões)	Participação no preço final (em %)
Fazendeiros nos países andinos	0,5	1,5%
Traficantes nos países andinos	0,4	1,1%
Traficantes internacionais (Colômbia -> Estados Unidos)	4,6	13,1%
Vendedores - Atacado para Traficantes (Estados Unidos)	5,3	15,1%
Traficantes para consumidores (Estados Unidos)	24,2	69,1%
Total	35,0	100%

Fonte: UNODC (2010). Elaboração própria.

2.4 – O Mercado Global de Ópio e de Opiáceos (heroína)

O mercado consumidor de opiáceos é foco de preocupação de muitos governantes, especialmente pelo alto risco e pela alta demanda por tratamento dos usuários. Segundo a UNODC, em 2005, cerca de 60% da procura por algum tipo de tratamento para drogas na Europa e na Ásia estava relacionada ao abuso de opiáceos (UNODC, 2005). Durante a primeira década do século XXI, o consumo foi relativamente estável, acompanhando a estabilidade do crescimento populacional. A partir de 2011, foi possível reverter o quadro e reduzir, ainda que modestamente, a estimativa de consumidores desses psicoativos.

Atualmente, a região com maior número de usuários é a Ásia, com quase 10 milhões de consumidores. A segunda é a Europa, com 3 milhões; seguida pela África, América e Oceania, com 1,8 milhão, 1,6 milhão e 40 mil, respectivamente. Com relação à prevalência do uso, a região com maior prevalência é a Europa (0,5% da população entre 15 e 64 anos). Apesar da demanda global ter permanecido estável, o uso de opiáceos reduziu na Europa e na Oceania, sendo “compensado”, entretanto, pelo aumento do número de usuários na África. A Tabela 11 apresenta esses valores indicativos da demanda por opiáceos.

Tabela 11 – Demanda global e regional de opiáceos, por número de usuários (em milhões) e por prevalência anual de uso (em percentual) – 2000-2004 e 2010-2012

	N° de usuários (em milhões)					Prevalência anual do uso* (em %)				
	2000 2001	2002 2004	2010	2011	2012	2000 2001	2002 2004	2010	2011	2012
Ásia	7,46	8,48	10,14	10,02	9,86	0,29	0,30	0,40	0,40	0,30
Europa	4,56	4,20	2,98	3,01	3,00	0,70	0,80	0,50	0,50	0,50
África	0,92	0,82	2,10	1,82	1,84	0,20	0,20	0,40	0,30	0,30
América	1,86	2,35	1,52	1,60	1,62	0,30	0,40	0,20	0,30	0,30
Oceania	0,14	0,09	0,04	0,04	0,04	0,63	0,40	0,20	0,20	0,20
Total	14,94	15,94	16,79	16,49	16,40	0,35	0,40	0,40	0,40	0,40

*Incidência do uso na população com idade entre 15 e 64 anos.

Fonte: UNODC (2003, 2005, 2012, 2013, 2014). Adaptado.

Do número de usuários indicados nas duas primeiras colunas da Tabela 11, a UNODC previa, até os relatórios de 2005, o número de indivíduos que faziam uso especificamente de heroína. Assim, estimava-se que, para o período de 2000 a 2001, conforme apresenta a primeira coluna, 71% dos consumidores opiáceos na Europa faziam uso de heroína, enquanto 48% dos usuários do grupo faziam uso da droga na Ásia, além de 100% na Oceania, África e América. No período de 2002 a 2004 (segunda coluna), essa proporção ficou próxima da totalidade na Europa, mas reduziu-se nas outras regiões, ficando em torno de 66% no continente americano, 62% no asiático e quase 70% no europeu, ou seja, indicando uma ocorrência do uso de outros opiáceos que não a heroína. A Oceania destacou-se pela drástica redução de usuários de heroína que, antes, abrangia 100% do grupo de usuários de opiáceos, passando, então, a representar 33% dos consumidores de opiáceos – equivalente a 30 mil pessoas naquele período (UNODC, 2003, 2005).

Embora o consumo de opiáceos, como a heroína, estejam apresentando uma discreta tendência à redução, é importante ressaltar a possibilidade da substituição por outras drogas. Nesse sentido, a UNODC passou a acompanhar também o grupo de opióides, que é um conjunto de psicoativos derivados do ópio, mas com processo de produção sintético. O continente americano é o maior consumidor de opióides, particularmente a América do Norte que, em 2012, englobou cerca de 12,5 milhões de usuários. A Tabela 12 apresenta indicações sobre a demanda global e regional, mais recente, por opióides.

Tabela 12 – Demanda global e regional de opióides, por número de usuários (em milhões) e por prevalência anual de uso (em percentual) – 2010-2012

	N° de usuários (em milhões)			Prevalência anual do uso* (em %)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
América	13,20	13,02	14,44	2,10	2,10	2,30
Ásia	10,56	12,19	11,92	0,40	0,40	0,40
Europa	4,06	4,04	4,01	0,70	0,70	0,70
África	2,20	1,92	1,93	0,40	0,33	0,30
Oceania	0,73	0,73	0,74	3,00	3,00	3,00
Total	30,78	31,90	33,00	0,70	0,70	0,70

*Incidência do uso na população com idade entre 15 e 64 anos.
Fonte: UNODC (2012, 2013, 2014). Elaboração própria.

Ainda sobre a demanda, a UNODC explica que, devido à complexidade da cadeia do ópio, dos opiáceos e dos opióides, é difícil mensurar separadamente consumo e produção da droga. Entende-se, portanto, que:

Essas camadas de produção e consumo estão interligadas. Por exemplo, o ópio é consumido como ópio e é ainda utilizado para a fabricação de morfina, que é, então, utilizada no fabrico de heroína. Além disso, opiáceos e outros opióides, química e farmacologicamente muito semelhantes, também são amplamente disponíveis e utilizados como produtos farmacêuticos lícitos, resultando num jogo que pode envolver mercados lícitos desviados para ilícitos em várias fases da cadeia de produtiva (UNODC, 2014, p. 23, tradução nossa⁶⁴).

Ademais, com relação ao cultivo da papoula, as estimativas de plantações ilícitas globais apresentam grandes variações. Em 2000, a área cultivada era estimada em, aproximadamente, 222 mil hectares. Essa extensão sofreu uma diminuição de 36% no ano seguinte, especialmente devido à brusca redução da participação das plantações afegãs⁶⁵. Logo em 2002, o Afeganistão retomou o crescimento da cultura, atingindo seu pico em 2007, quando o país participou com 82% das plantações ilegais de papoula no mundo todo. Entretanto, quando são observadas as áreas totais do globo, são constatadas quedas de produtividade seguidas de crescimento. Isso ocorre devido a processos de estocagem do ópio, condições climáticas favoráveis ou desfavoráveis, alternâncias com outras culturas agrícolas, bem como repressão por meio de políticas de drogas.

No início do século XXI, o principal produtor da papoula era Mianmar, cuja área ocupada abrangia mais de 108 mil hectares, contribuindo com 49% da plantação mundial. Em 2001, a participação do país atingiu 74%, devido à redução das terras afegãs. Desde 2002, Mianmar vem reduzindo a área cultivada da papoula e, ao que tudo indica, atingiu uma relativa estabilidade na extensão de áreas cultivadas. Com exceção do ano 2001, Mianmar contribuiu com menos da metade da produção de

⁶⁴ *“These layers of production and consumption are intertwined. For instance, opium is consumed as is and further used to manufacture morphine, which is then used in the manufacture of heroin. Furthermore, opiates and other opioids, chemically and pharmacologically very similar, are also widely available and used as licit pharmaceutical products, resulting in an interplay that may involve diversion from licit to illicit markets at various stages of the supply chain”* (UNODC, 2014, p. 23).

⁶⁵ Com o banimento do ópio no país, em 2001, devido à guerra com os Estados Unidos.

papoula no mundo. Essa participação do país foi reduzindo a 11% e 12% na metade da década, sendo retomada a proporções de 20% nos últimos anos.

Outro país que vem ganhando importância na plantação da papoula é o México. Distante das regiões de cultivo tradicional, esse país latino-americano vem ampliando a cultura da planta, de modo que a área utilizada de quase 2 mil hectares em 2000 passou para 6,9 mil hectares em 2007, 15 mil hectares em 2008 e 19,5 mil hectares em 2009, período que atingiu o máximo da extensão, via taxas de crescimento de terras de 117% entre 2007 e 2008, para ampliação da cultura do ópio. A Tabela 13 apresenta os valores de cultivo global pelos principais países.

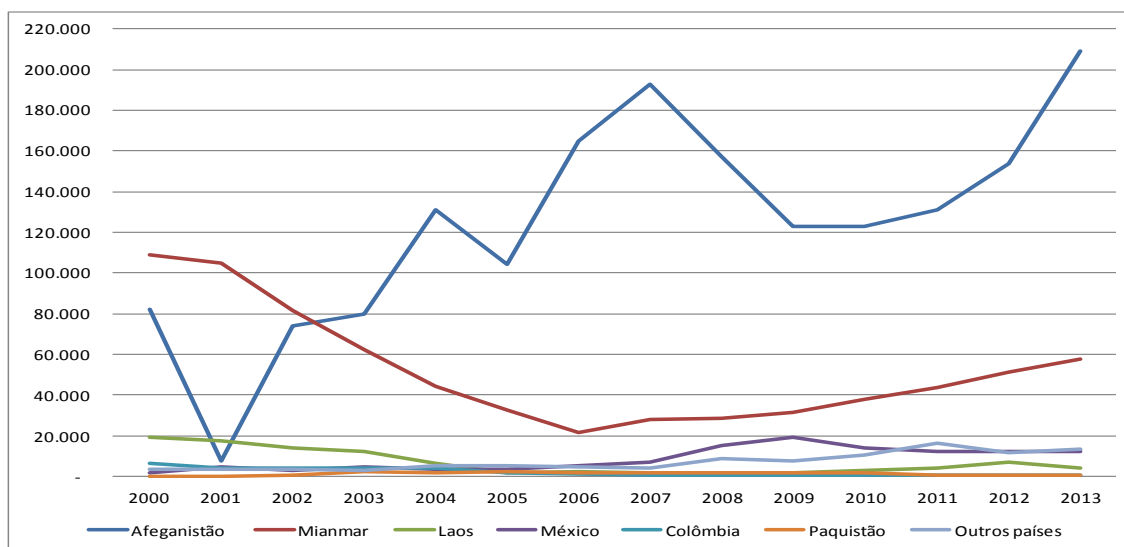
Tabela 13 – Cultivo global ilícito de papoula, por hectare – 2000-2013

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Afganistão	82.171	7.606	74.100	80.000	131.000	104.000	165.000	193.000	157.000	123.000	123.000	131.000	154.000	209.000
Mianmar	108.700	105.000	81.400	62.200	44.200	32.800	21.500	27.700	28.500	31.700	38.100	43.600	51.000	57.800
Laos	19.052	17.255	14.000	12.000	6.600	1.800	2.500	1.500	1.600	1.900	3.000	4.100	6.800	3.900
México	1.900	4.400	2.700	4.800	3.500	3.300	5.000	6.900	15.000	19.500	14.000	12.000	12.025	12.025
Colômbia	6.500	4.300	4.153	4.026	3.950	1.950	1.023	715	394	356	341	338	313	313
Paquistão	260	213	622	2.500	1.500	2.438	1.545	1.701	1.909	1.779	1.721	362	382	382
Outros países ..	3.369	3.320	3.250	3.074	5.190	5.212	4.432	4.184	8.600	7.700	10.500	16.100	11.900	13.300
Total	221.952	142.094	180.225	168.600	195.940	151.500	201.000	235.700	213.003	185.935	190.662	207.500	236.420	296.720

Fonte: UNODC (2014). Adaptado.

A análise da extensão das áreas cultivadas por cada país, representada nas linhas do Gráfico 6, permite visualizar a instabilidade da cultura nos grandes produtores da papoula. Ao contrário, o cultivo em pequenos países produtores apresenta uma maior estabilidade. Ainda assim, é possível observar uma elevação do cultivo em Mianmar, México e outros países, quando ocorre uma queda na plantação no Afeganistão. Esse pode ser um “efeito balão”, ainda que em pequenas proporções, o que indica o deslocamento do cultivo para outras regiões visando ao atendimento da demanda global.

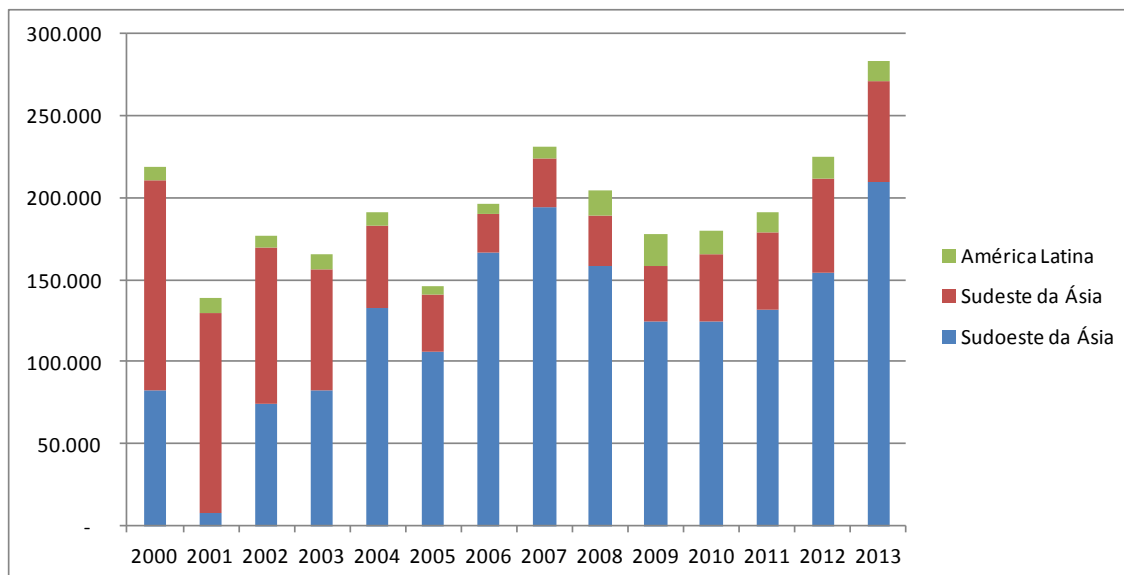
Gráfico 6 – Cultivo global ilícito de papoula nos principais países, por hectare – 2000-2013



Fonte: UNODC (2014). Elaboração própria.

Apesar de as plantações da papoula englobarem diversos países, especialmente quando comparadas às plantações de coca – que envolvem basicamente três países –, as lavouras estão concentradas essencialmente na Ásia. Ainda assim, é possível indicar um crescimento das plantações na América Latina, mas sem exercer um grande impacto no cultivo global. Para tanto, é possível identificar três regiões globais que concentram a produção do ópio: o Sudoeste da Ásia (que inclui Afeganistão e Paquistão), o Sudeste da Ásia (que inclui Laos e Mianmar) e a América Latina (que inclui Colômbia e México). A participação que cada uma dessas regiões representa no cultivo global da papoula pode ser observada no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Cultivo ilícito da papoula nas principais regiões do mundo*, por hectare – 2000-2013



*Exclui o cultivo classificado na categoria “Outros países”.

Fonte: UNODC (2014). Elaboração própria.

Outra preocupação acerca dessas três regiões está associada à complexidade em que se consolida o mercado de ópio. Sobre isso, ressalta-se que:

Em comparação com outras drogas à base de plantas, o mercado global de opiáceos ilícitos é talvez o mais complexo. Em contraste com a *Cannabis*, o cultivo e produção que alimentam o mercado de opiáceos ilícitos estão limitados a determinados países e regiões. Consequentemente, os opiáceos ilícitos são necessariamente traficados percorrendo grandes distâncias e múltiplos países, a fim de atender à demanda (UNODC, 2014, p. 22, tradução nossa⁶⁶).

Com relação à produção potencial de ópio, estima-se que tenham sido obtidas, aproximadamente, 4,7 mil toneladas de ópio no ano 2000. No ano seguinte, devido ao impacto do baixo plantio no Afeganistão, a produção caiu para 1,6 mil toneladas, retomando, então, os níveis anteriores de crescimento a partir de 2002. Em 2007, como um reflexo do bom cultivo da papoula, o ópio teve seu auge em quantidade

⁶⁶ “In comparison with other plant-based drugs, the global market for illicit opiates is perhaps the most complex. In contrast to *Cannabis*, illicit cultivation and production feeding the illicit opiate market are limited to certain countries and regions. Consequently, illicit opiates are necessarily trafficked across large distances and through multiple countries in order to meet demand” (UNODC, 2014, p. 22).

produzida, passando o total de 8 mil toneladas. As estimativas mais recentes variam entre 4,7 a quase 7 mil toneladas anuais para a produção potencial de ópio total. Da totalidade do ópio, parte (62% em 2013) é destinada ao processamento da heroína, sendo o restante destinado para outros opiáceos. Estima-se que, em 2013, a 4.283 toneladas processadas em heroína produziram 560 toneladas desse tipo de opiáceo (o correspondente a cerca de 13% da tonelagem de ópio processado para esse fim) no mundo. A Tabela 14 contempla o total potencial de produção em ópio (processado e não processado em heroína), bem como o total da produção potencial de heroína por ano.

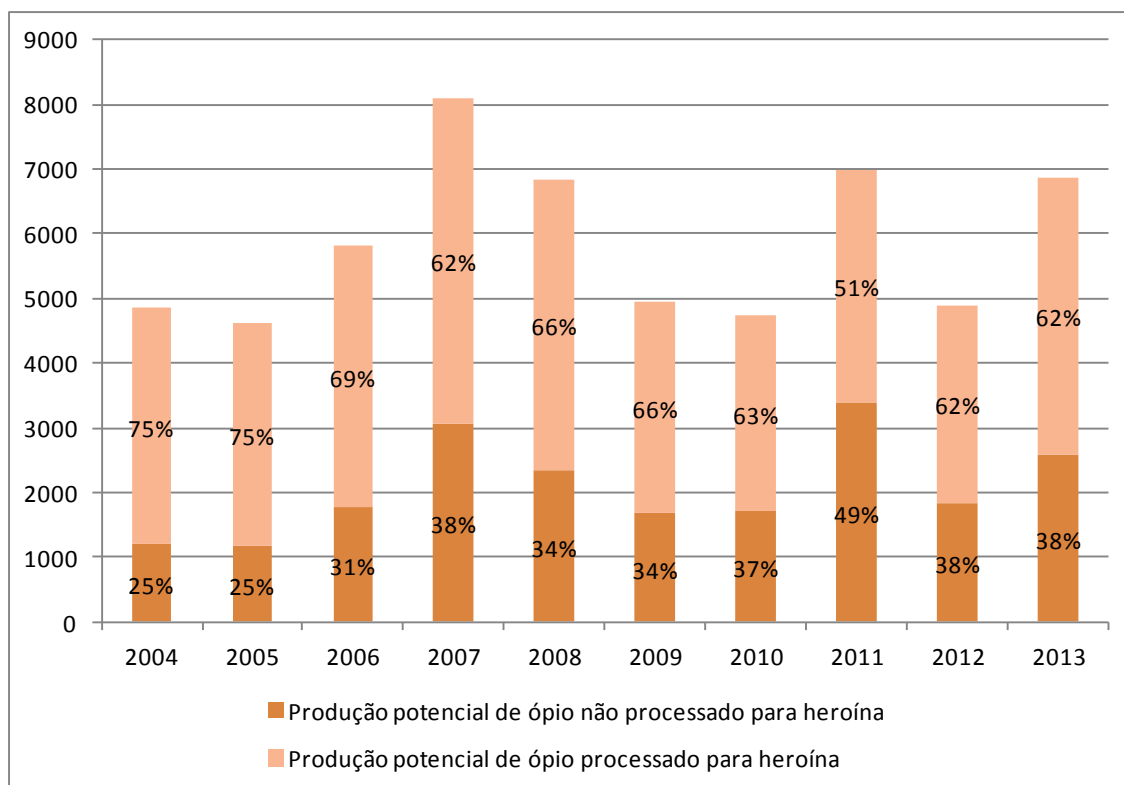
Tabela 14 – Produção potencial de ópio (total, processado e não processado em heroína) e produção potencial total de heroína no mundo, em tonelada – 2000-2013

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ópio - Total	4691	1596	4491	4662	4850	4620	5810	8091	6841	4953	4730	6983	4906	6883
Ópio - Não Proc. Heroína .					1197	1169	1786	3078	2360	1680	1728	3400	1850	2600
Ópio - Proc. Heroína					3653	3451	4024	5012	4481	3273	3002	3583	3056	4283
Total - Heroína	469	160	449	466	495	472	553	686	600	427	383	476	385	560

Fonte: UNODC (2006, 2014). Elaboração própria.

De fato, conforme apontado, os dados recentes revelam que a maior parte do ópio produzido ilegalmente é levada à produção da heroína (62% em 2013), o que indica que essa ainda é a principal substância psicoativa opiácea ilícita, mas já foi maior: em 2004 e 2005, aproximadamente 75% do potencial de produção de ópio foi destinado ao processamento de heroína. Em 2006, essa proporção reduziu, passando a 69%, caindo para 62% em 2007 e aumentando para 66% em 2008 e 2009. Excetuando o período de 2011, que acarretou a menor proporção de produção potencial em heroína (com 51%), os últimos anos têm apresentado participações próximas a 62%. O Gráfico 8 contempla a relação do ópio produzido processado e não processado em heroína.

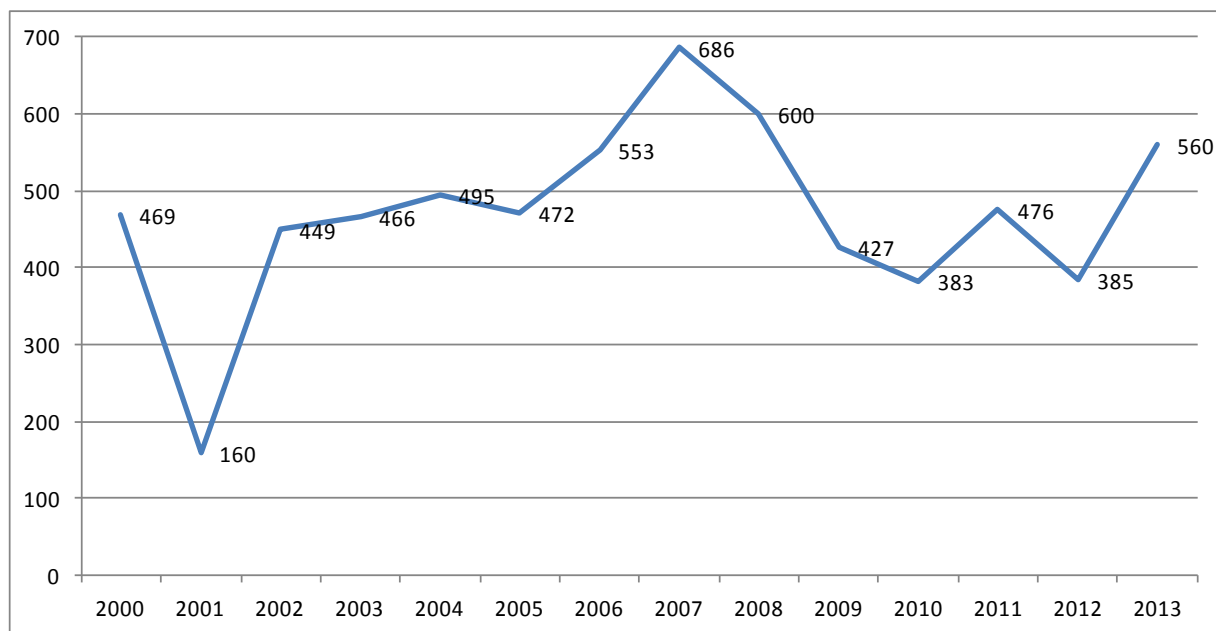
Gráfico 8 – Produção potencial de ópio processado e não processado para heroína no mundo, em tonelada – 2004-2013



Fonte: UNODC (2014). Elaboração própria.

Nesse sentido, é possível notar uma instabilidade com relação à produção potencial de heroína no mundo. Tais variações acompanham os efeitos adversos e favoráveis do cultivo da papoula. Ademais, acredita-se que picos de produtividade, como o de 2007, sejam acompanhados por decréscimos nos anos posteriores, pelo efeito de estocagem da droga. Como a demanda apresenta-se estável, um aumento na oferta de heroína em um dado período não aumenta, necessariamente, a rentabilidade, o que a torna menos atrativa para alguns empresários que dispõem de outras alternativas de negócio. O Gráfico 9 apresenta a linha, de 2000 a 2013, da heroína potencialmente produzida.

Gráfico 9 – Produção potencial de heroína no mundo, em tonelada – 2000-2013



Fonte: UNODC (2014). Elaboração própria.

Outro fator que influencia no processo de transformação de heroína é o acesso ao precursor químico anidro acético, cujo preço varia muito. No Afeganistão, por exemplo, essa substância custava, em média, 24 dólares por litro em 1998. Com o banimento do ópio no país⁶⁷ em 2001, o preço do anidro acético caiu para 8 dólares o litro em 2002, ou seja, representando cerca 2% do preço da heroína no Afeganistão. Em 2010, essa proporção já teria subido para 26% e, em 2011, o preço do litro do anidro acético estaria custando 430 dólares. Como consequência, fabricantes passaram a minimizar a substância, passando a usar entre 1 litro a 1,5 litros para cada quilo de heroína. O resultado é uma queda na pureza do psicoativo.

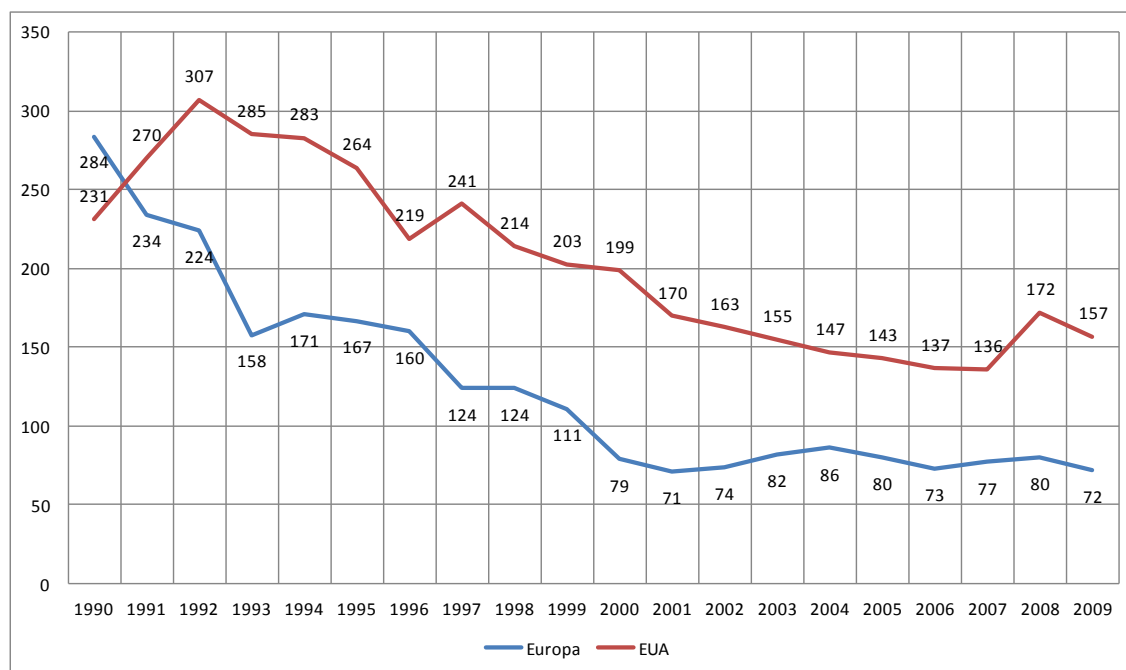
Enquanto a pureza típica da heroína afegã destinada à exportação no exterior havia permanecido em cerca de 70% (intervalo: 50-80%) por 153 anos, os dados enviados para UNODC pelo Laboratório de Ensaios e Pesquisas Especiais do *Drug Enforcement Administration* dos Estados Unidos mostraram que a pureza média de amostras de heroína apreendidas em todo o Afeganistão havia caído para 37% em 2007 e 32% em 2008 (UNODC, 2014, p. 87, tradução nossa⁶⁸).

⁶⁷ Devido à Guerra com os Estados Unidos.

⁶⁸ "While typical purity for Afghan heroin destined for overseas export had remained at about 70 per cent (range: 50-80 per cent) for years, data sent to UNODC by the Special Testing and Research Laboratory of the Drug Enforcement

Com relação ao preço encontrado nas ruas, a UNODC disponibiliza a média ponderada do preço ajustado pela inflação de 2009, por grama de heroína. Semelhante ao que vem ocorrendo com a cocaína, observou-se uma redução do preço da heroína nas duas últimas décadas, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Com exceção do preço apresentado para o ano 1990, em todos os outros períodos o psicoativo era encontrado mais caro nos Estados Unidos que na Europa. Uma possível explicação é a proximidade do continente europeu dos grandes produtores asiáticos, o que reduz o custo de tráfico da droga. Além disso, é possível que o preço das mercadorias ilícitas no comércio varejista não acompanhe tanto os efeitos da globalização, pois não sofre tanta pressão de competidores internacionais, já que cada localidade poderá ditar as regras do negócio e, portanto, dos preços. O Gráfico 10 apresenta o preço de varejo da heroína na Europa e nos Estados Unidos.

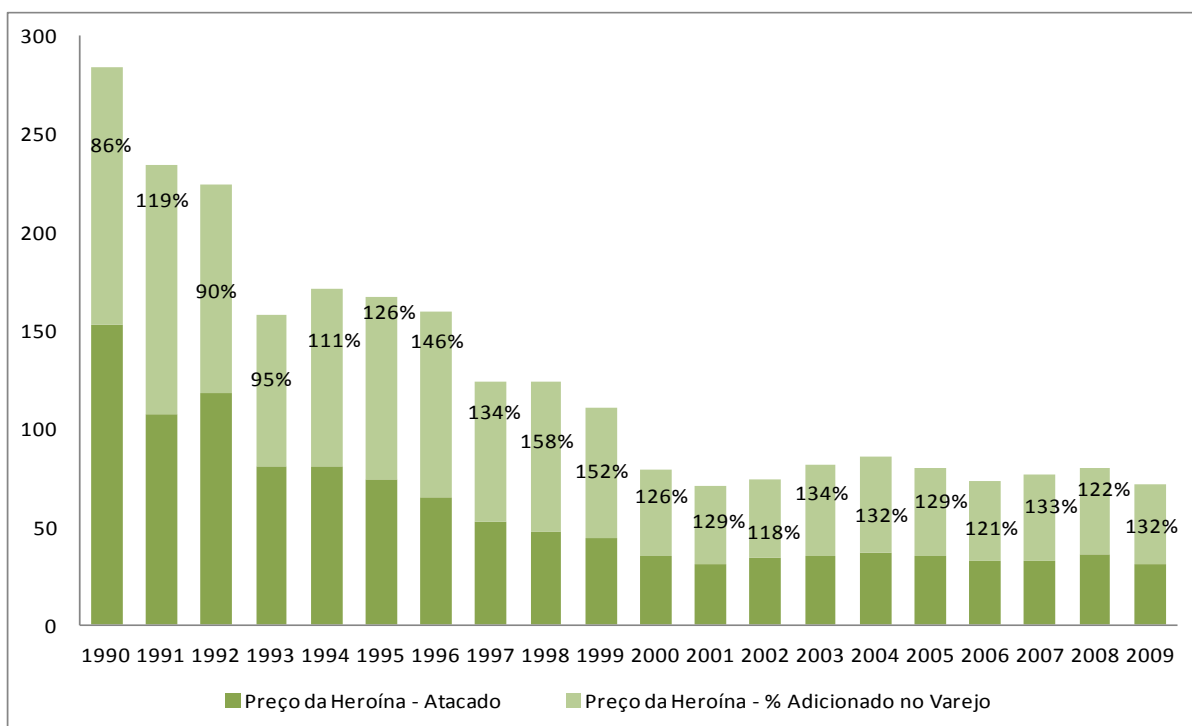
Gráfico 10 – Preço de varejo da heroína, ajustado pela inflação, na Europa e nos Estados Unidos, em US\$/grama – 1990-2009



Fonte: UNODC (2011b). Elaboração própria.

Com relação à diferença de preço entre atacado e varejo, a UNODC não disponibiliza as informações do comércio atacadista estadunidense. Todavia, no mercado europeu, as margens impostas no comércio varejista são altas, isto é, sobre o preço pago no atacado são remarcadas as “etiquetas” em preços que sobem entre 86% até 158%, dependendo do período. O Gráfico 11 apresenta essa relação entre os dois níveis de comércio.

Gráfico 11 – Percentual adicionado no preço da heroína no varejo comparado com o preço de atacado, na Europa – 1990-2009



Fonte: UNODC (2011b). Elaboração própria.

Desse modo, conclui-se que a redução do preço no atacado não reduziu necessariamente as margens sobre o preço no varejo. Alguns apontamentos sobre as margens de preços são referenciados no Capítulo 3. Antes disso, é apresentado o mercado global canábico, a seguir.

2.5 – O Mercado Global de *Cannabis* (maconha e haxixe)

O mercado da *Cannabis* abrange o maior número de pessoas no mundo. Estima-se que 177 milhões de consumidores tenham usado esse psicoativo em 2012, ou seja, aproximadamente 3,8% da população com idade entre 15 e 64 anos (UNODC, 2014).

A região com maior prevalência de uso é a Oceania, onde 16,9% da população entre 15 e 64 anos havia usado a droga no ano 2000 e 10,8% no ano 2012⁶⁹. Apesar da alta prevalência, a região apresenta o menor número absoluto de usuários, sendo 3,93 milhões no início do século XXI e 2,65 milhões no período mais recente. A segunda região com maior prevalência é a América, na qual se estimam aproximadamente 52 milhões de consumidores, sendo mais de 35 milhões residentes na América do Norte. De fato, o mercado consumidor da erva tem crescido nos últimos anos no continente americano, o que resultou na superação do número de consumidores africanos. A África é uma região onde a *Cannabis* é usada há milênios e, portanto, o número de usuários tem apresentado um crescimento estável, ou seja, proporcional ao aumento populacional. A Europa, que no início dos anos 2000 exibiu uma prevalência de uso próxima a da América, apresentou um afastamento desta nos anos seguintes: enquanto o continente americano elevou o número de usuários, o continente europeu reduziu de 34 milhões no ano de 2000 para 24 milhões em 2012, atingindo uma prevalência de 4,3% da população. Por último, a Ásia apresenta uma situação inversa à Oceania, pois engloba o maior mercado consumidor da planta, em termos absolutos, com quase 55 milhões de usuários, ainda que seja o continente de menor prevalência (1,9% em 2012). A Tabela 15 exibe os valores indicativos da demanda global de *Cannabis*.

⁶⁹ Com relação à expressiva redução, a UNODC não identifica uma causa objetiva e ainda salienta a possibilidade de mudanças na coleta dos dados e no cálculo das estimativas.

Tabela 15 – Demanda global e regional de *Cannabis*, por número de usuários (em milhões) e por prevalência anual de uso (em percentual) – 2000-2004 e 2010-2012

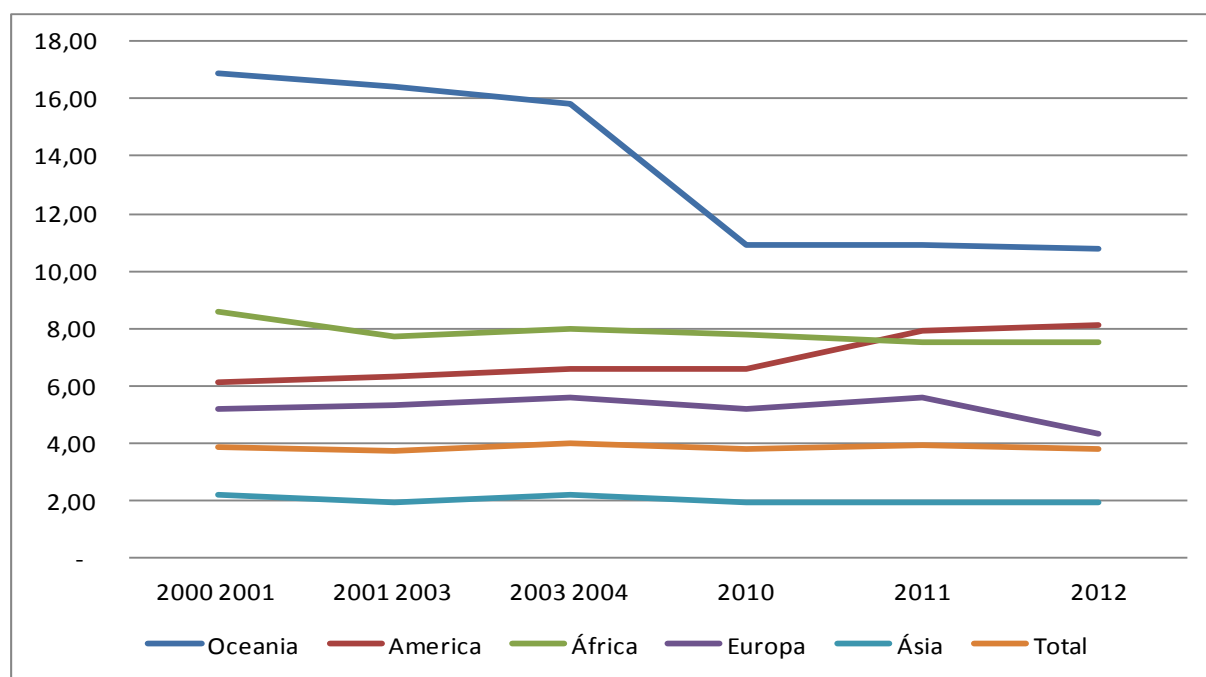
	N° de usuários (em milhões)						Prevalência do uso* (em %)					
	2000 2001	2001 2003	2003 2004	2010	2011	2012	2000 2001	2001 2003	2003 2004	2010	2011	2012
Oceania	3,93	3,40	3,30	2,63	2,63	2,65	16,89	16,40	15,80	10,90	10,90	10,80
América	36,70	34,90	36,90	40,81	49,06	51,82	6,10	6,30	6,60	6,60	7,90	8,10
África	33,21	34,60	37,00	44,96	43,93	44,56	8,60	7,70	8,00	7,80	7,50	7,50
Europa	34,09	28,80	30,40	28,68	30,92	24,00	5,20	5,30	5,60	5,20	5,60	4,30
Ásia	54,88	44,70	53,30	52,99	54,07	54,61	2,17	1,90	2,20	1,90	1,90	1,90
Total	162,81	146,30	160,90	170,07	180,62	177,60	3,88	3,70	4,00	3,80	3,90	3,80

*Incidência do uso na população com idade entre 15 e 64 anos.

Fonte: UNODC (2003, 2004, 2005, 2012, 2013, 2014). Elaboração própria.

De modo geral, o consumo total da *Cannabis* tem se mantido estável, apesar de grandes variações em algumas regiões. A Oceania e a Europa estão reduzindo a prevalência do uso; a África e a Ásia apresentaram uma discreta redução nesses patamares; e a América tem aumentado a prevalência do uso. O Gráfico 12 ilustra essas variações.

Gráfico 12 – Prevalência anual de uso de *Cannabis* na população entre 15 e 64 anos, por região, em percentual – 2000-2004 e 2010-2012



Fonte: UNODC (2003, 2004, 2005, 2012, 2013, 2014). Elaboração própria.

Com relação ao cultivo ou à produção da droga, esse mercado é o mais difícil de mensurar: primeiro, porque a planta pode ser obtida pelo cultivo pessoal, pelo cultivo de grande escala ou ainda pelo cultivo coberto ou fechado (*indoor*); segundo, porque o cultivo está generalizado em todas as regiões do mundo. Conforme apresentado no Capítulo 1, a cadeia produtiva do cânhamo dispensa precursores químicos ou complexos trabalhos em laboratórios, de modo que se pode obter a maconha ou o haxixe em simples procedimentos de produções naturais.

Por esses motivos, a UNODC afirmou que a “*Cannabis* é um fenômeno verdadeiramente global” (UNODC, 2012, p. 43, tradução nossa⁷⁰), afinal, a facilidade em cultivar a planta fez com que ela:

fosse produzida e negociada em quase todo o mundo, muitas vezes, em mercados locais. Dessa forma, grande parte da demanda de *Cannabis* pode ser coberta pela produção local, que os produtores podem também considerar mais seguro, uma vez que envolve menos tráfico e, posteriormente, reduz o risco de apreensão, embora muitos países continuem a relatar que uma proporção significativa de *Cannabis* vem do tráfico (UNODC, 2012, p. 43, tradução nossa⁷¹).

Apesar de a erva da *Cannabis* ser cultivada em praticamente todo o mundo, o cultivo da resina está concentrado em apenas três regiões: Norte da África, Oriente Médio e Sudeste da Ásia Ocidental (UNODC, 2014). A região do Norte da África compreende alguns países de origem árabe, onde um deles se destaca como principal produtor de haxixe: o Marrocos. Neste país, a produção ocorre pelo sistema tradicional, envolvendo muita mão de obra, inclusive familiar. Em geral, o período de janeiro a março é reservado para semear a terra, de abril a maio ocorre a limpa dos campos (quando são arrancadas as ervas daninhas) e de julho a agosto é realizada a colheita da resina do cânhamo. Ao todo, são destinados, em média, 9 meses de trabalho intenso por camponeses pobres, que devem administrar a renda ao longo de um ano⁷².

⁷⁰ “*Cannabis is a truly global phenomenon*” (UNODC, 2012, p. 43).

⁷¹ “*to it being produced and traded almost everywhere in the world, often in local markets. In this way, much of the demand for Cannabis can be covered by local production, which producers may also consider to be safer since it involves less trafficking and subsequently reduces the risk of seizure, though many countries continue to report that a significant proportion of Cannabis comes from intraregional trafficking.*” (UNODC, 2012, p. 43)

⁷² O cultivo do haxixe na região de Ketama, no Marrocos, emprega em torno de 800 mil pessoas (VICE, 2013). A proporção da distribuição de renda da cadeia é semelhante a das outras drogas apresentadas anteriormente: o cultivo e a produção estão associados a uma agricultura familiar, informal e pobre, enquanto o valor adicionado do

A região do Oriente Médio compreende plantações em países como o Afeganistão⁷³ e o Paquistão. A região do Sudeste da Ásia Ocidental inclui países como Índia e Sri Lanka. Entretanto, não há um monitoramento tão preciso nestas regiões como ocorre com as plantações de coca ou de papoula, por exemplo. A Tabela 16 apresenta algumas informações disponíveis nos Relatórios da UNODC sobre áreas cultivadas e erradicadas de plantações de cânhamo.

Tabela 16 – Áreas cultivadas e erradicadas de cânhamo, por país, em hectare – 2010-2012

	Áreas cultivadas (em hectares)			Áreas erradicadas (em hectares)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Afeganistão	9000-24000	12000	10000			
Azerbaijão			6			6
Brasil						22
Costa Rica			8			8
Egito				129,8		
Filipinas						21
Índia	552			552	1112	
Indonésia	600			178	306	
Jamaica				447	373	
Líbano			3500			800
Marrocos			52000	9400	8000	5000
México	16500	12000		18581	13430	9058
Nigéria		918		593,2	918	
Polônia						4
Sri Lanka	500					
Suazilândia	632,5			632,5		
Ucrânia	920		529	920	281	

Fonte: UNODC (2012, 2013, 2014). Adaptado.

Tendo em vista que as informações sobre a oferta de cânhamo são muito imprecisas e dispersas, é muito difícil acompanhar as tendências desse mercado ou

tráfico costuma ser nitidamente superior. Assim, uma placa de 100 gramas que é vendida por 100 euros pelos cultivadores marroquinos chega, na França, ao preço de 1000 euros (SIC Notícias, s.d.).

⁷³ Ainda assim, a UNODC destaca que o cultivo do cânhamo no Afeganistão é consideravelmente inferior ao da papoula. Como comparação, foram estimadas, em 2011, 12 mil hectares de área cultivada de *Cannabis* e 131 mil hectares para papoula. Além disso, os agricultores afegãos não cultivam o cânhamo regularmente, e sim, com uma frequência a cada 2 anos (ou períodos maiores). Ressalta-se a possibilidade de substituição de cultura entre as duas plantas, já que muitos cultivadores podem intercalar a plantação de ópio pela *Cannabis*, quando a última for mais rentável que a primeira.

concluir comportamentos que vão além da característica da generalização da droga no mundo.

Sobre os preços cobrados da erva da *Cannabis*, pode ocorrer uma variação muito grande, já que esse psicoativo pode vir transportado de grandes distâncias ou produzido em regiões próximas. No Brasil, por exemplo, há ervas que são provenientes do nordeste brasileiro (MOREIRA, 2007), bem como do Paraguai, pois ambas as regiões são produtoras de grandes quantidades. Por outro lado, o cultivo pessoal tem qualificado um nicho de consumidores que buscam psicoativos menos adulterados e mais diferenciados⁷⁴. Ainda assim, a UNODC estimou uma média ponderada do preço da maconha em diversas regiões do mundo, conforme mostram a Tabela 17 e o Gráfico 13.

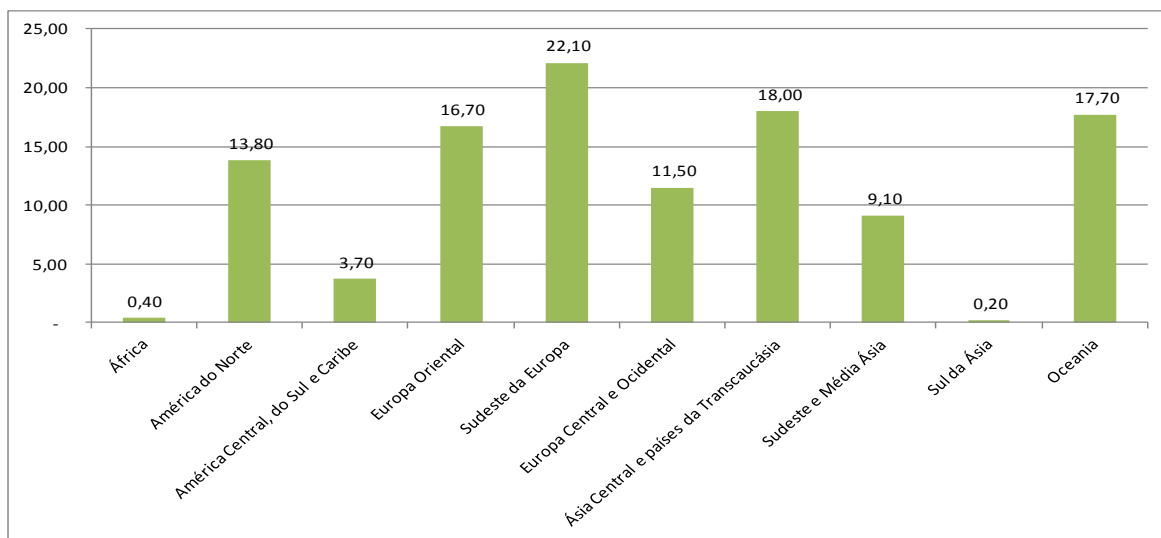
Tabela 17 – Preço real (média ponderada) da maconha por região, ajustado pela paridade poder de compra (em dólar internacional), e variação do preço (em percentual) – 2011-2012

	2011-2012	
	Preço real médio (em US\$)	Variação do preço (em %)
África	0,40	-7
América do Norte	13,80	-12
América Central, do Sul e Caribe	3,70	73
Europa Oriental	16,70	1
Sudeste da Europa	22,10	164
Europa Central e Ocidental	11,50	16
Ásia Central e países da Transcaucásia ..	18,00	205
Sudeste e Média Ásia	9,10	29
Sul da Ásia	0,20	-37
Oceania	17,70	4

Fonte: UNODC (2014). Adaptado.

⁷⁴ Esse ponto é explicado mais detalhadamente no Capítulo 3.

Gráfico 13 – Preço real (média ponderada) da maconha por região, ajustado pela paridade poder de compra, em dólar internacional – 2011-2012



Fonte: UNODC (2014). Elaboração própria.

De fato, a grande variação de preços nas diferentes regiões indica que, embora generalizado, o mercado da *Cannabis* não foi tão globalizado, ou seja, a erva ainda é proveniente de produções locais ou regionais, não sendo produto de uma grande indústria transnacional, como ocorre com a cocaína e a heroína, por exemplo. Por outro lado, o mercado canábico tem apresentado diferenciações e inovações de produto e de processos de produção. Essas particularidades que estão associados aos funcionamentos dos mercados de drogas são aprofundadas no Capítulo 3, a seguir.

CAPÍTULO 3

ABORDAGEM ECONÔMICA HETERODOXA SOBRE O MERCADO GLOBAL DE DROGAS

*“São poderes muito grandes.”
Marcola*

As empresas, as formas de organização industrial e as relações de mercado, temas englobados na Microeconomia⁷⁵, passaram por diferentes transformações ao longo do sistema capitalista, levando ao desenvolvimento de muitas teorias e estudos empíricos na área. O cenário atual é caracterizado pela maior complexidade e heterogeneidade de situações nos três níveis: empresa, estrutura de mercado e relações de mercado. Alguns aspectos permitem dividir a Microeconomia em duas correntes, que têm por base princípios bem distintos.

A primeira delas é a *Microeconomia reducionista (ou ortodoxa)*, na qual os princípios neoclássicos são consolidados. Essa linha considera que os agentes econômicos são caracterizados por suas propriedades intrínsecas, além de serem racionais⁷⁶, informados e independentes entre si, de modo que se chega ao nível de agregação setorial pelo somatório das empresas. Além desses conceitos, muitas particularidades que são utilizadas por essa corrente são criticadas por não configurarem situações reais. Na concorrência perfeita, por exemplo, as firmas não definem os preços de suas mercadorias, sendo “tomadoras” de preço. Na concorrência imperfeita ou monopolística, resultado similar é obtido sob o suposto de igualdade das curvas individuais de demanda⁷⁷ (em flagrante desacordo com a admissão de diferenciação de produtos). Assim, por um passe de mágica, em situação de lucro extra, novas firmas conseguem entrar no setor, pois é suposto que parte da demanda das empresas estabelecidas será repassada para as novas, mantendo-se a distribuição

⁷⁵ Microeconomia é o campo da Ciência Econômica que estuda as relações entre empresas, processos de concorrência e de produção, entre outras características do mercado.

⁷⁶ Racionalidade ilimitada.

⁷⁷ Essa colocação ficou conhecida como “hipótese heroica”.

homogênea da demanda entre todos os participantes do mercado, até que seja eliminado o lucro extra. Estes são apenas alguns exemplos da dificuldade da abordagem neoclássica de tratar efetivamente do processo de concorrência capitalista.

A segunda corrente é a *Microeconomia sistêmica e evolucionária (ou heterodoxa)*, pela qual os agentes têm racionalidade e informação limitadas, mas têm a capacidade de aprender e de adaptar-se; além disso, eles dependem de estruturas sociais e relacionais, já que a soma de cada firma não representa, necessariamente, o todo da indústria, isto é, a totalidade é constituída pelo todo e pelas partes (PRADO, 2006).

Os estudos disponíveis no campo da Economia das Drogas são apoiados na base teórica da primeira corrente e são revisados no Capítulo 4 desta dissertação⁷⁸. A proposta deste terceiro capítulo é inovar e tratar o mercado das drogas usando a referência da Microeconomia Heterodoxa.

Os capítulos anteriores (Capítulos 1 e 2) cumpriram a função de caracterizar de forma descritiva a Economia das Drogas nos seus principais aspectos: cadeia produtiva, condições de oferta, demanda e preços, além de informações esparsas sobre a distribuição de renda desse particular produto social. Agora, neste capítulo, esse conjunto de informações é submetido ao escrutínio da abordagem heterodoxa que trata das condições dinâmicas da concorrência nos mercados sob a lógica inexorável da busca de valorização do capital, pois é disso que se trata.

O ponto de partida, portanto, é o reconhecimento de que o mercado das drogas, como todos os outros mercados no sistema capitalista, visa à acumulação crescente de capital via sua constante valorização. Atender ao consumidor, seja ele qual for (inclusive o usuário de drogas), é uma contingência necessária para a realização do seu propósito maior, não sua finalidade. Ao contrário do que afirma a abordagem tradicional ortodoxa, não se trata de atender à soberania do consumidor revelada nos valores de demanda e suas elasticidades em face de variações de preço (*ceteris paribus*). Logicamente, a demanda e sua elasticidade são levadas em conta, mas de forma absolutamente subordinadas, secundárias e sujeitas a avassaladores

⁷⁸ Cronologicamente, os estudos ortodoxos discutidos no Capítulo 4 são antecedentes às abordagens heterodoxas.

estratagemas para que sucumbam aos ditames do capital e de sua permanente e incessante busca de valorização.

No referencial heterodoxo, um traço da atual etapa do capitalismo ganha relevo para que não se tenha uma visão ingênua dos limites dos mercados quando se trata da valorização do capital: o processo de globalização produtiva e financeira, sob a égide desta última. A visão heterodoxa tem permitido produzir excelentes análises de inúmeros setores produtivos⁷⁹. O desafio desta dissertação é utilizar esse referencial teórico, que é igualmente pertinente e apropriado também para estudar um setor tão cheio de particularidades e de idiosincrasias quanto o mercado de drogas ilícitas, e assim contribuir para explicar a dinâmica desse mercado que não consegue ser exterminado com políticas de repressão.

Inúmeras dificuldades emergem, mas a principal delas, sem dúvida, é a naturalmente enorme precariedade de dados, decorrente do seu caráter ilícito. As informações disponíveis são basicamente as apresentadas nos capítulos anteriores; ou seja, não há muito mais para se apoiar para enfrentar o desafio proposto, mas, apesar disso, se acredita na possibilidade de avançar na compreensão do setor utilizando para análise os “óculos”⁸⁰ da abordagem heterodoxa. Esses “óculos” nos fornecem a chave para compreender as características estruturais do setor e as decorrentes estratégias empresariais pertinentes, assim como o papel particular assumido pelas inovações (de toda natureza, com destaque para as inovações organizacionais) nesse ramo.

Como destacado no Capítulo 1 (item 1.2), diferentemente de outras atividades criminais, o mercado de drogas ilícitas não se limita à transferência de riqueza. Crimes como assaltos ou extorsões, por exemplo, não agregam valor à economia de determinada região, apenas distribuem riqueza, já que a perda da vítima resultará na renda do criminoso. No narcomercado, entretanto, a produção de psicoativos cria renda e acumula riqueza – em diferentes níveis, que vão desde o cultivo e a plantação até a venda do produto final ao consumidor (KOPP, 1995). Nesse sentido, torna-se fundamental conhecer os produtos, os processos de produção, a

⁷⁹ Por exemplo, os estudos sobre Economia Industrial e da Inovação realizados pelo Instituto de Economia da Unicamp e pelo Instituto de Economia da UFRJ, entre outras instituições importantes.

⁸⁰ Expressão inspirada em Lastres e Cassiolato (2003).

estrutura concorrencial, a formação de preços, as barreiras à entrada, as estratégias e as inovações, para compreender a dinâmica de funcionamento desse mercado.

Desse modo, este capítulo está dividido em três itens, cada um deles iniciando com uma breve revisão teórica e seguida de uma reflexão sobre o caso do mercado mundial de drogas, onde os dados apresentados anteriormente são revisitados de modo a embasar a análise heterodoxa proposta. Assim, o item 3.1 aborda concorrência, estruturas de mercado e formação de preço, o item 3.2 discute a organização e as estratégias das empresas líderes e o item 3.3 apresenta com mais ênfase a inovação nesses mercados.

3.1 – Concorrência, estruturas de mercado e formação de preços

O processo de concorrência é central para a compreensão da dinâmica dos mercados, mas o conceito de concorrência apresenta variações, de acordo com as diferentes escolas de pensamento econômico. Segundo Possas (2002), é possível considerar quatro noções principais sobre concorrência: a clássica, a marxista, a neoclássica e a schumpeteriana. A concorrência sob a visão clássica está associada à livre mobilidade de capital entre diferentes indústrias e indica a existência de uma tendência à igualação das taxas entre setores da economia. Já para a noção marxista, a concorrência é vista “como um mecanismo permanente de introdução de *progresso técnico*, capaz de tornar *endógena* à economia capitalista a capacidade de mudança estrutural, via inovações – na sua linguagem, de tornar o ‘desenvolvimento das forças produtivas’ uma ‘lei de movimento’ básica da economia capitalista” (POSSAS, 2002, p. 417). A noção neoclássica, que é uma extensão da clássica, introduz a noção de concorrência perfeita, atrelada ao atomismo de mercado, pela qual as empresas seriam tomadoras de preço, ou seja, elas não teriam poder de afetar o preço de mercado; assim, os preços seriam determinados pelo equilíbrio entre oferta e demanda, de modo que os preços de mercado seriam igualados ao custo marginal e o lucro seria nulo, indicando, portanto, a inexistência de acumulação de capital e, conseqüentemente, uma economia estática, sem crescimento. A quarta noção caracteriza-se por uma visão

dinâmica e evolucionária ao considerar a inovação como forma decisiva pela qual as empresas obtêm lucro; nessa visão schumpeteriana, as empresas buscam permanentemente se diferenciarem dos concorrentes para acumular vantagens competitivas.

A visão de concorrência que sustenta a abordagem heterodoxa apoia-se na visão marxista sobre o processo de acumulação de capital em geral e na visão schumpeteriana sobre a dinâmica de concorrência impulsionada pelas inovações, incorporando as contribuições dos autores clássicos de organização industrial que, a partir da crítica à abordagem neoclássica, construíram relevante contribuição para o entendimento das estruturas de mercado⁸¹, em especial o caso geral (oligopólio) em seus diferentes tipos.

Com relação às estruturas de mercado, os “manuais” de microeconomia são baseados na abordagem neoclássica. Esses manuais reúnem quatro tipos principais de organização dos mercados: concorrência perfeita, concorrência imperfeita (ou monopolística), monopólio e oligopólio. A concorrência perfeita é uma estrutura fictícia, na qual o mercado é atomizado, isto é, apresenta um grande número de vendedores, ao ponto de nenhum deles poder influenciar nos preços; não há barreiras à entrada de novas empresas; os produtos são homogêneos, ou seja, não há diferenças entre eles; e a concorrência se dá exclusivamente pelo preço, sendo a posição de equilíbrio a correspondente ao lucro normal. No modelo de concorrência imperfeita (ou monopolística), mantém-se a hipótese de atomismo de mercado, com grande número de vendedores, porém se introduz a diferenciação de produtos⁸² (portanto a possibilidade de concorrência via qualidade); apesar da diferenciação de produtos, o modelo supõe ainda a hipótese de ausência de barreiras à entrada, com equilíbrio na posição de lucro extra zero (como na concorrência perfeita). No modelo de monopólio, há uma única empresa que atua no mercado, ou seja, não há possibilidade de substituição de produtos por parte dos consumidores; por conta da existência de barreiras à entrada e ausência de concorrência, o equilíbrio pode ocorrer sem ou com

⁸¹ Sobre isso, recomenda-se ler Possas (1985; 1988) e Silva (2010).

⁸² Os manuais não informam, mas essa tentativa de maior aproximação à realidade ocorre em resposta às contundentes críticas de Sraffa (1926). Na prática, o realismo é abortado com a introdução da hipótese de distribuição uniforme das preferências dos consumidores que resulta em demandas individuais iguais para todas as empresas (como no modelo de concorrência perfeita). Para uma discussão mais detalhada, ver Silva (2004: cap. 1).

lucros extras, dependendo das condições de oferta e de demanda. Por último, o oligopólio é apresentado nos manuais ortodoxos de microeconomia como a estrutura que apresenta “poucas empresas”⁸³, cujos produtos podem ser homogêneos ou diferenciados; havendo barreiras à entrada e forte concorrência, que pode ir além da disputa de preços⁸⁴ (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008).

Essa classificação das estruturas de mercados, apesar de amplamente utilizada pela corrente ortodoxa que predomina nos cursos de graduação em Ciências Econômicas, não traduz a realidade dos mercados de economias capitalistas. Em primeiro lugar, esses modelos adotam a cláusula “*ceteris paribus*” e supervalorizam as variáveis “preço” e “quantidade”⁸⁵ para encontrar o equilíbrio entre as curvas de oferta e de demanda. Além disso, consideram oferta e demanda independentes entre si e em relação a outros setores, o que constitui uma grande limitação dessa abordagem, que se caracteriza por apoiar-se no *paradigma do equilíbrio*, incapaz de dar conta da dinâmica dos mercados.

Para essa abordagem neoclássica do equilíbrio, o *preço* é a variável central, e todos esses modelos de estruturas de mercado foram construídos com o objetivo de determinar o par preço-quantidade de equilíbrio de cada mercado, com as condições de demanda e oferta assumindo igual importância nessa determinação.

Essa não é a posição da abordagem heterodoxa, que ressalta os divergentes pesos da oferta e da demanda nos mercados e considera a *margem de lucro de longo prazo* como variável central, pois sintetiza as condições de concorrência de um setor, bem como seu potencial de acumulação de capital e, portanto, de transformação de sua própria estrutura de mercado. Ademais, a margem de lucro varia de setor para setor de acordo com a altura das barreiras à entrada, que são determinadas, por sua vez, pelas condições estruturais do referido mercado, que explicam as fontes das barreiras à entrada ou, dito de outra forma, as fontes das vantagens competitivas⁸⁶. Nesse sentido,

⁸³ Este ponto é criticado no Capítulo 4.

⁸⁴ Os manuais costumam apresentar vários modelos de oligopólio, mas todos obedecendo às hipóteses e aos critérios neoclássicos para determinação de posições de equilíbrio. A prática de cartel é comumente associada a essas estruturas.

⁸⁵ Sabe-se que a preferência por marcas, formatos, materiais, embalagens, *marketing* e, até mesmo, condições de crédito/pagamento implicam influências na escolha do consumidor.

⁸⁶ Com destaque para o grau de relevância das economias de escala e dos decorrentes diferenciais de custos que beneficiam as empresas de maior porte.

barreiras à entrada é a expressão-síntese usada para designar as condições estruturais de cada mercado⁸⁷.

Assim, de acordo com essas características estruturais, as empresas podem acrescentar aos seus custos diretos uma margem de lucro (de longo prazo) que cobre os custos indiretos e proporciona um lucro tão elevado quanto o possível, isto é, sem provocar entrada de potenciais entrantes, justamente porque são apoiadas nas barreiras à entrada estruturais. É essa margem de lucro *estável* que entra na fórmula do princípio do custo total (proposto por Hall e Hitch⁸⁸) e está na essência da ideia de determinação de preço apoiada na aplicação de um *mark-up* (conforme Kalecki)⁸⁹.

Conforme a abordagem heterodoxa, o caso geral de estrutura de mercado é o *oligopólio*, podendo ser ele mais ou menos concentrado⁹⁰, com maior ou menor peso da diferenciação de produtos, sendo possível agrupá-los em alguns tipos principais: oligopólio concentrado, oligopólio diferenciado, oligopólio misto (concentrado e diferenciado) e oligopólio competitivo (POSSAS, 1985)⁹¹. O oligopólio concentrado é, em geral, estável e tem como variável-chave na disputa concorrencial o *investimento* e os elevados ganhos em economia de escala; esse tipo de estrutura não apresenta produtos muito diferenciados e pode ser exemplificado pelos setores de produção de insumos e de bens de capital padronizados. O oligopólio diferenciado configura uma estrutura mais instável, cujos setores concentram menos tecnologia e recursos econômicos que o primeiro tipo, além de caracterizar barreiras à entrada decorrentes dos ganhos de escala de diferenciação de produtos; como exemplo o autor usa o setor de medicamentos, cigarros e bebidas (bens não duráveis). O terceiro tipo reúne características dos dois primeiros, onde são configuradas economias tanto de escala quanto de diferenciação e de tecnologias, bem como planejamento de excesso de capacidade de produção, inovação e diferenciação de produtos como fontes de vantagens competitivas e barreiras à entrada; como exemplo é apontado o setor de bens duráveis que, devido à a acelerada obsolescência dos produtos, apresenta

⁸⁷ Estas proposições estão apoiadas na literatura de Organização Industrial, em especial Bain (1956) e Labini (1956). Para uma discussão detalhada, ver Possas (1985) e Silva (2004: cap. 2).

⁸⁸ Hall e Hitch (1939) formalizam o Princípio do Custo Total (PCT) na fórmula: $p=v+qv$, onde “p” é o preço, “v” é o custo direto e “q” é a margem de lucro estável, convencionalmente aceita pelos produtores do setor.

⁸⁹ Para uma discussão detalhada, ver Silva (2004: cap. 2).

⁹⁰ Contrariando a ortodoxia, aqui o número de empresas em si é irrelevante como critério para identificação da estrutura de mercado oligopolística.

⁹¹ O autor também discute um tipo de “não-oligopólio” denominado como “mercados propriamente competitivos”.

estrutura não muito estável. O quarto tipo de oligopólio – o competitivo – configura uma estrutura de mercado instável, mas com lideranças estáveis; além disso, a diferenciação de produtos e as tecnologias não impactam nas economias de escala de forma significativa e, portanto, não são relevantes nesse tipo de oligopólio que é representado pelos setores de bens não duráveis, como alimentos não diferenciados, calçados e têxtil. Apesar de ser útil para compreender a heterogeneidade de cenários, bem como as semelhanças entre os diversos setores, Possas (1985) alerta que essa tipologia não deve ser tomada como “camisa de força”, mas sim utilizada como referência para a análise dos estudos de caso concretos. A concorrência, as estruturas de mercado e a formação de preços no mercado de drogas ilícitas são discutidas, a seguir.

O caso do mercado mundial de drogas

No setor de drogas ilegais, o estudo do funcionamento do mercado ainda é muito incerto. As informações sobre cadeia produtiva, sobre processos de produção e sobre formação de preços apresentam limites quanto aos dados e aos métodos, cuja cobertura e critérios de obtenção são diferentes, dificultando, desse modo, o aprofundamento de muitas pesquisas. Segundo o economista Pierre Kopp (1998), com plena certeza pode-se afirmar apenas que os preços das drogas são muito altos. Para o autor, a explicação pode estar tanto nos riscos assumidos pela ilegalidade do negócio quanto nas elevadas margens de lucro, associadas à falta de transparência e assimetria de informações em todas as etapas do processo produtivo.

Nesse sentido, Kopp (1998) indica três hipóteses desenvolvidas por economistas que buscam explicar a formação de preços no mercado de drogas: cartel em oligopólio, *mark-up* e preço aditivo. A primeira é levantada nos estudos de Ciro Krauthausen e Luis Sarmiento (1991) que relataram que grandes traficantes colombianos combinariam preços, consolidando a formação de cartéis, a fim de manterem os lucros do negócio. Ainda haveria concorrência entre pequenos traficantes, mas esses não impactariam tanto nos preços, especialmente àqueles para exportação, já que os pequenos traficantes não somam 20% da oferta do mercado. A segunda

hipótese, defendida por Jonathan Caulkins (1990) e criticada por Kopp (1998), aponta a formação de preços por um efeito multiplicador, pelo qual os traficantes manteriam o *mark-up* do preço final da droga. Assim, um aumento de 50%, por exemplo, nos custos dos insumos, implicaria um repasse do mesmo aumento no preço do mercado de varejo, a fim de proteger a margem de lucros. A última hipótese, apoiada por Kopp (1998) e desenvolvida por Kennedy, Reuter e Riley (1993), defende a formação de preço pelo “preço aditivo”, segundo a qual traficantes não teriam poder suficiente para formar cartéis e repassar *mark-ups*, por haver uma forte concorrência entre as regiões produtoras. Assim, se o preço da coca fosse inflacionado, refletindo no aumento do custo da cocaína, o traficante não aumentaria, necessariamente, o preço final do “pó” a fim de manter a margem de lucro, mas ele provavelmente misturaria à cocaína substâncias que manteriam a rentabilidade do seu negócio, ainda que isso reduzisse a pureza da droga. Essa última hipótese converge com a proporção de custos e de distribuição da renda dentro da cadeia produtiva de cocaína, mostrada anteriormente; além disso, ela é convergente com a tendência da estabilidade das margens e da queda dos preços das drogas.

De fato, a adulteração das substâncias psicoativas é recorrente no mercado ilícito. A análise das amostras de drogas apreendidas com traficantes e usuários indica a presença de vários componentes tóxicos, alguns, inclusive, mais prejudiciais ao corpo humano que os próprios psicoativos. Essa é uma das peculiaridades do narconegócio: revendedores têm autonomia o suficiente para arbitrar quantidades, custos e preços sem se preocupar com a qualidade dos produtos ou com aprovação de instituições fiscalizadoras.

A redução da pureza é uma possível explicação para a queda do preço da cocaína na Grã-Bretanha (ALL, 2012). A droga, que já costumava chegar ao país com um grau de pureza em torno de 65%, passou a ser mais adulterada com levamisol, um vermífugo usado em bois. Em 2007, a pureza caiu para 30 a 60% e, em 2012, para 10 a 35%, tendo em vista que traficantes passaram a adulterar o pó com benzocaína, o que dificulta a descoberta de adulteração, já que essa substância é um anestésico local que, ao ser esfregado na gengiva⁹², simula o efeito da substância psicoativa. Alguns

⁹² Prática comum para testar a pureza da cocaína.

consumidores, inclusive, diminuíram o uso da droga por conta dessa demasiada adulteração – outros usuários, por outro lado, desenvolveram métodos para filtrar o pó e eliminar as impurezas.

Essa tendência foi contestada recentemente, já que algumas notícias têm indicado uma recente elevação da pureza das drogas. Como justificativa, é atribuída a melhor qualidade ao aumento da concorrência com outros mercados de psicoativos ilícitos, como o das anfetaminas que, possivelmente, apresentam uma pureza mais elevada devido ao menor número de etapas da cadeia produtiva – já que essas drogas sintéticas são produzidas em laboratórios e podem ser vendidas diretamente a consumidores (WHY, 2015). Além disso, a venda realizada via internet permite a classificação das mercadorias por consumidores, o que implica a maior atenção à qualidade do produto. Portanto, é possível relacionar que a disputa concorrencial por maior parcela do mercado consumidor tenha repercutido na melhora da qualidade de cocaína, ao entender que narcotraficantes estejam perdendo parte de sua clientela para o mercado de anfetaminas ou de outras drogas – o que reforça, portanto, a relação de dependência entre os diferentes mercados de psicoativos ilícitos.

Por essas razões explicitadas acerca da formação de preço das drogas, entende-se que as hipóteses de Ciro Krauthausen e Luis Sarmiento (1991) sobre preços cartelizados, de Jonathan Caulkins (1990) sobre *mark-up* e de Kennedy, Reuter e Riley (1993) sobre “preço aditivo” não estão necessariamente equivocadas nem são contraditórias, apenas estão descontextualizadas com relação ao período a que se aplicam. Isso porque a abordagem da formação de preços por cartéis pode ser compreendida na década de 1980, quando não era disponível a atual gama de tecnologias de informação, o que acarretaria, portanto, o aumento do poder de determinação de preços por parte de traficantes colombianos. Também a hipótese sobre o preço aditivo é claramente convergente com as práticas de adulteração de psicoativos, tão comuns no narconegócio. Contudo, a estabilidade das margens adicionadas na etapa do comércio varejista converge com a hipótese defendida por Caulkins (1990), sendo possível, portanto, compreender que elas são consensualmente aderidas pelo setor de determinada região. Além disso, conforme indicado no referencial heterodoxo, é comum que a margem de lucro seja acrescida aos custos

diretos (HALL; HITCH, 1939), de modo que supere os custos indiretos e resulte lucros altos, já que o *mark-up* reflete uma determinação consensual do setor, tendendo à estabilidade ou à queda dos preços do mercado, de modo a não atrair potenciais entrantes – o que é percebido também para os mercados das drogas ilegais.

Todavia, se há *mark-up* ou preço adicionado, por que os preços das drogas são tão altos? Kopp (1995) atribui dois fatores principais a essa questão: a renda econômica e o custo de oportunidade. Para o autor, esses dois fatores estão diretamente relacionados ao nível de preços dos psicoativos, especialmente porque o narcomercado apresenta algumas particularidades. A primeira delas é em torno da renda econômica abrangida que afeta o ramo como um todo e não somente algumas organizações criminosas. A segunda particularidade diz respeito à possibilidade de novos entrantes no ramo conseguirem obter o mesmo nível de lucratividade que organizações dominantes. Essa seria uma situação atípica em mercados, já que as empresas que iniciam em determinada atividade costumam se beneficiar das vantagens em ser pioneira, obtendo maiores lucros, devido à maior domínio do mercado e menores custos. Por último, outra importante característica identificada é o fato de que a indústria das drogas ilegais não se apropria de nomes ou de marcas, ao passo que a lógica do mercado parece assegurar a renda do setor “tráfico de drogas” e, não, de determinado grupo criminoso (KOPP, 1995)⁹³.

Com base no referencial heterodoxo, é possível admitir a primeira justificativa e refutar a segunda. Conforme apresentado no Capítulo 2, o mercado de psicoativos ilegais é amplo e garante uma elevada renda econômica para o setor. Contudo, as condições de concorrência para os novos entrantes não são as mesmas que as das “firmas” já estabelecidas no ramo, pois estas já consolidaram uma acumulação de capital que permite angariar vantagens em relação aos novos concorrentes. Neste caso, somente a entrada de novas firmas com enfoque na inovação cria possibilidades de transformar a estrutura do mercado, reduzir barreiras à entrada e se estabelecer no setor com margens de lucro semelhantes às antigas firmas do narconeócio.

Além desses, outros mecanismos podem interferir no preço dos psicoativos. Contatos privilegiados, que facilitem o acesso a determinado insumo ou a alguma etapa

⁹³ Esse aspecto é contestado no item 3.2, que mostra como as empresas do narconeócio organizam-se e elaboram estratégias que acumulam vantagens competitivas e, portanto, criam barreiras a potenciais entrantes.

específica da cadeia produtiva, podem influir na redução do preço ou no aumento da margem de lucro de alguns traficantes. A assimetria de informações dos agentes, tanto na composição ou qualidade da droga quanto nas informações sobre preços e quantidades disponíveis no mercado, reforçam a incerteza e a chance de o consumidor pagar preços mais altos. Por outro lado, essa incerteza também reflete nas expectativas da narcoindústria, cuja clientela não é conhecida como nos ramos formais da economia, o que reforça a tendência à estabilidade dos preços nominais (ou à queda dos preços reais)⁹⁴.

Ademais, muitos economistas equivocadamente atribuem o alto preço à ilegalidade e ao “oligopólio” (conforme o entendimento da corrente ortodoxa), bem como à inelasticidade da demanda⁹⁵, afirmando que o traficante não enfrenta uma grande concorrência, devido aos riscos inerentes à ilegalidade do ramo, e, somando-se a isso, possuiria uma clientela disposta a pagar qualquer preço pela mercadoria, devido à dependência química; isso permitiria que os vendedores cobrassem o preço que lhes bem entendesse. Kopp (1995) considera essa suposição muito superficial e ressalta a importância de considerar o risco como um alto custo à indústria dos psicoativos.

O risco na indústria da droga é alto e afeta o nível de preço dos psicoativos. A dimensão do risco depende das leis e das ações governamentais de cada país, onde são ditadas as chances de apreensão de mercadorias, o que resulta numa perda irrecuperável, ou ainda, com risco mais agravado, na prisão de traficantes. Portanto, as políticas públicas e as instituições estatais obtêm os meios de elevar ou de reduzir o risco dos traficantes, pesando no custo deles⁹⁶.

Nesse sentido, Kopp (1995; 1998) questiona os “superlucros” atribuídos ao mercado de drogas, pois, se os riscos representam um custo, devem ser descontados do lucro – o que é muitas vezes negligenciado por economistas. Por isso, quando o Estado intensifica a repressão ao tráfico de drogas, costuma-se ouvir que traficantes tomam proveito da situação e elevam os preços das mercadorias. Entretanto, Kopp (1998) explica que a alta dos preços é justificada pelo aumento dos custos decorrentes

⁹⁴ Conforme mostrado nos gráficos 5 e 10, no Capítulo 2.

⁹⁵ Esse ponto é aprofundado no Capítulo 4.

⁹⁶ Todavia, como o mercado tende à estabilidade ou à queda de preços, espera-se que esse custo seja “diluído” em adulteração, o que reforça a ineficiência das políticas de repressão quanto à redução da oferta de drogas via elevação de preços.

do risco. Além disso, a falta de informações sobre o próprio mercado consumidor, bem como as fracas⁹⁷ barreiras à entrada e o crescimento endógeno do mercado não condizem com a ideia de que o narconeócio proporciona lucros desenfreados (KOPP, 1995). Contudo, independentemente do aumento do custo decorrente da elevação do risco que, por sua vez, implica a diminuição do lucro, os ganhos marginais no mercado de drogas podem ser menores, mas o tamanho e o volume do mercado apontam para grandes lucros totais, que podem vir de ganhos de escala. Logo, a maior capacidade de acumulação de capital por ganhos de escala são diferenciais no narcomercado, que encontra no crime organizado a liderança empresarial.

Ademais, conforme apresentado no Capítulo 2, as margens adicionadas dos preços atacadistas aos preços varejistas – mesmo com a recente tendência à queda – são muito altas. No mercado de cocaína⁹⁸, as médias das margens adicionadas entre as duas etapas para o mercado estadunidense foram de 115% nos anos 1990 e 150% nos anos 2000. De modo semelhante, as margens médias, no mercado europeu, foram de 118% na década de 1990 e 95% na década de 2000. Essa margem foi ainda superior no mercado de heroína⁹⁹ na Europa, cujas margens foram em média 122% na década de 1990 e 142% na década de 2000.

Essas elevadas margens são indícios das condições de concorrência e do potencial de acumulação de capital do setor. Além disso, elas reforçam que o setor é composto por *estrutura oligopolística* e aproximam os três mercados globais analisados – cocaína, heroína e *Cannabis* – ao tipo de *padrão de concorrência competitiva*¹⁰⁰, pois esses mercados não têm economias técnicas nem de diferenciação impactantes, têm assídua competição de preços e apresentam instabilidades no setor, mas com relativa estabilidade de “empresas” líderes do narconeócio.

Muitos autores, pelo fato de ser operada por grandes organizações criminosas, associam a indústria das drogas com a formação de cartéis ou, até mesmo, de monopólio nesse setor. Contudo, o mercado de drogas apresenta uma forte interdependência entre as empresas e barreiras à entrada e, portanto, é mais parecido

⁹⁷ Este ponto é contestado adiante.

⁹⁸ Ver Tabela 9, Capítulo 2.

⁹⁹ Ver Gráfico 11, Capítulo 2.

¹⁰⁰ Conforme a metodologia de classificação de Possas (1985).

com estruturas de mercado de empresas convencionais do que se possa imaginar, com predomínio da situação de oligopólio.

Com base nos modelos neoclássicos de estruturas de mercado, Kopp (1998) define esse setor como uma estrutura oligopolística, mas entende o oligopólio como uma estrutura de reduzido número de concorrentes, ainda que o autor defenda a existência de diferentes formatos (em função do reduzido número ser mais ou menos estreito¹⁰¹), dependendo da região e da etapa da cadeia produtiva. Para ele, a distribuição de cocaína aos atacados, até os anos 1990, por exemplo, era realizada por uma organização oligopolística “pouco cartelizada”, já que a trajetória desse produto “das fronteiras do país para as grandes cidades americanas, por exemplo, é obra de várias organizações criminosas que operam de maneira não coordenada”¹⁰² (KOPP, 1998, p. 96).

De fato, cada etapa da cadeia produtiva apresenta diferenças com relação ao grau de concorrência. Nos mercados de cocaína e de ópio (e opiáceos), a concorrência dependerá também do acirramento da repressão das políticas públicas bem como das condições climáticas da região de cultivo. Assim, a disposição de agricultores em cultivar coca ou papoula será viabilizada pela quantidade de chuva, disponibilidade de água, condições do solo e manutenção da lavoura, que não pode enfrentar políticas de erradicação. Além disso, a disposição em cultivar essas plantas também sofre influência das variações de preços de outros produtos agrícolas. O cultivo dessas plantas, por situar-se em regiões tradicionais, apresenta uma produção industrial mais estável e consolidada, atuando como fornecedores já fidelizados a produtores. Além disso, a possibilidade de violência no campo, em muitas dessas regiões, pode interferir na manutenção do cultivo e dos próprios preços dos fazendeiros. No mercado de maconha, a interferência desses fatores na concorrência mantém-se para grandes cultivadores que atendem mercados regionais. Contudo, a possibilidade de produção *indoor* e, principalmente, caseira aumenta a facilidade de se obter a droga e,

¹⁰¹ Aqui há uma interpretação enganosa, que associa o menor número de empresas a menor concorrência. Essa interpretação deriva da associação que se faz da concorrência à concorrência por preço. É verdade que, sob condições oligopolísticas, há tendência à rigidez de preços (para evitar as consequências desastrosas de guerras de preços). Mas disso não se deve deduzir que a concorrência entre reduzido número de grandes empresas é menos acirrada. Pelo contrário, elas são capazes de acionar poderosas estratégias agressivas de concorrência, apoiadas em *marketing*, P&D, etc.

¹⁰² Discorda-se desse ponto, conforme é discutido no item 3.2.

consequentemente, muda as condições de concorrência ao possibilitar a emergência de nichos de mercado¹⁰³.

Com relação à etapa de produção, o grau de concorrência dependerá fortemente do grau de complexidade de fabricação da substância psicoativa. No caso de traficantes que realizam a transformação da coca em cocaína e do ópio (em morfina e) em heroína, é possível indicar que a concorrência se dá entre um número de participantes menor que no mercado de maconha ou de haxixe, por exemplo. Esse número de concorrentes, especialmente nas décadas de 1980 e de 1990, era relativamente menor que nos demais níveis das cadeias produtivas por ser comum o domínio violento na região e a apropriação de contatos com traficantes de outros países. Por isso, até o século XX, era comum a identificação de poucos, mas grandes traficantes, sendo alguns indivíduos famosos por vender cocaína da Colômbia, enquanto outros eram amplamente conhecidos por levarem a droga aos Estados Unidos¹⁰⁴. Com o avanço das tecnologias de informação, a difusão das linhas telefônicas móveis e da internet facilitou contatos, diminuiu custos e difundiu informações atreladas ao tráfico de trânsito, colocando mais traficantes em concorrência direta. Essas facilidades decorrentes das novas tecnologias e da crescente globalização alteraram as condições de concorrência no tráfico de psicoativos¹⁰⁵.

Ademais, as condições de concorrência são diretamente afetadas pelas margens de lucro. Conforme o referencial heterodoxo, as margens de lucro, que influenciam fortemente na concorrência e na dinâmica de acumulação de capital – que, por sua vez, põe em movimento a estrutura do mercado¹⁰⁶ –, variam conforme as barreiras à entrada no setor. Nesse sentido, é importante ressaltar que o tamanho

¹⁰³ Por isso, no caso da maconha, muitos buscarão a diferenciação como estratégia. Este ponto é discutido nos itens 3.2 e 3.3.

¹⁰⁴ Como exemplo, vale destacar a história de Carlos Lehder Rivas, um pequeno traficante de maconha e assaltante de carros que, após sair da prisão por esses crimes, atravessou a fronteira e negociou uma quantidade relativamente grande de cocaína com traficantes colombianos. Lehder foi o responsável pelo início do comércio de grande escala nos Estados Unidos, conseguindo acumular grande riqueza (FILIPPONE, 1995). Essa história é contada no filme “Profissão de Risco” e inspirou a caracterização do personagem George Jung, interpretado pelo ator Johnny Depp.

¹⁰⁵ Palmer (2012) associou o avanço tecnológico e o tempo às economias de escala como explicação à queda dos preços. Ele cita vários exemplos de como, hoje, traficantes não precisam mais gastar tanto, graças a avanços tecnológicos tais como telefone celular e internet. A própria estabilidade de alguns mercados de atacado e de varejo, que continuam fluindo, também implica redução de certos custos que, no início da consolidação da narcoindústria, tinham maior peso.

¹⁰⁶ Conforme nos ensina Steindl (1952). Para um bom resumo da argumentação steindliana, ver Silva (2004: Cap. 3).

dessas barreiras (que são importantes fontes de vantagens competitivas) não diz respeito somente ao ingresso de novas firmas no ramo, mas, principalmente, às condições equiparáveis para que uma nova empresa possa entrar no setor e competir com as firmas bem situadas. Por isso, considera-se que o mercado de drogas apresenta fortes barreiras à entrada, já que possíveis novos narcotraficantes não competirão com antigos sob iguais condições.

Essa ideia contrapõe o posicionamento de Rydell e Everingham (1994) que afirmam que, frente às peculiaridades da clandestinidade, o mercado de drogas apresenta fracas barreiras à entrada, pois não há grandes empecilhos para ingressar no narcotráfico, como exigência de um grande capital para montar o negócio, uma mão de obra rara ou específica ou uma regulamentação institucional que autorize e fiscalize o funcionamento da indústria. Não se discorda, aqui, desses argumentos, mas ressalta-se que, na realidade, as barreiras somente são reduzidas para pequenos traficantes que vão atuar em pequena escala. Nesse caso, de fato, os obstáculos que eles enfrentam estariam nos custos necessários para descobrir e contatar produtores de drogas, e é nesse sentido que se pode dizer que, com o advento da globalização e das tecnologias de informação, as barreiras à entrada para pequenos traficantes tenderam a diminuir.

Também é necessário salientar que as políticas de repressão do Estado, por meio de apreensões e de prisões, não compõem, de fato, uma barreira, mas representam um custo e um risco inerente ao negócio. Assim, devido à ausência de barreiras formais nesse ramo, conforme a ideia de Rydell e Everingham (1994), traficantes buscam construir obstáculos a fim de desestimular ou de impedir a entrada de novos concorrentes no negócio. Para isso, não medem forças e exercem a violência para eliminá-los, investindo recursos em armamentos e alimentando outras cadeias da criminalidade, como o tráfico de armas e a corrupção, e montando, muitas vezes, verdadeiros exércitos para proteger o negócio¹⁰⁷ (RYDELL; EVERINGHAM, 1994; KOPP, 1998; ZACCONE, 2008). Isso é muito recorrente em biqueiras e favelas brasileiras, onde a disputa pelo mercado é tanta, que traficantes realizam grandes investimentos em armas de tecnologias avançadas que, inclusive, muitos exércitos

¹⁰⁷ Nesse sentido, destaca-se que muitas mulheres ingressam no tráfico de drogas para assumir o comando de algumas biqueiras e proteger o negócio da família, quando seus companheiros são presos.

nacionais sequer dispõem, além de se fazerem permanentemente presentes, guardando piamente o negócio¹⁰⁸.

Justamente devido à intensa disputa pelo mercado, traficantes temem elevar preços das drogas e atrair mais comerciantes; afinal, preços muito altos brilharham aos olhos de possíveis novos traficantes, ou seja, com medo de atrair concorrência, vendedores de droga temem a elevação de preços. Isso é enfatizado por Kopp, que explica que:

em nível de venda por atacado, a capacidade dos revendedores de droga, de influenciar a alta das cotações sobre os preços é determinada, de maneira endógena, pela ameaça que a entrada de pequenos traficantes, atraídos pela alta do preço, representa para o mercado. Consideramos que o mercado de droga funciona como um oligopólio constituído por bandos rivais oriundos da “criminalidade organizada”, submetido a uma forte pressão de “traficantes marginais” desejosos de derrubar a barreira da entrada para aproveitar as oportunidades de lucro desse mercado (KOPP, 1998, p. 97).

Se por um lado o preço é determinado endogenamente ao mercado e depende das condições concorrenciais e estruturais, o risco é determinado de modo exógeno, pois ele dependerá das políticas de cada Estado¹⁰⁹, bem como da sensibilidade de cada mercado consumidor – e não tanto da quantidade de droga em circulação (KOPP, 1995). Conforme apresentado na Tabela 4 do Capítulo 2, os vários mercados de drogas ilícitas são heterogêneos, apresentando pesos diferentes em termos de números de usuários e de geração de valor na economia. Todavia, pode-se concluir que o mercado de drogas ilegais caracteriza-se por ser um ramo de alta concorrência, com uma estrutura próxima da situação de oligopólio competitivo, com barreiras tradicionais (e não formais) à entrada. A partir da metodologia de “estrutura-conduta-desempenho”, nota-se que as condições técnicas que viabilizam economias

¹⁰⁸ Conforme o relato de Luis Eduardo Soares, membro da ABIN:

quem trabalha nos morros dificilmente desce à cidade. Há muitos [traficantes] que nascem e morrem, de forma precoce e cruel, antes dos 24 anos, sem jamais ter saído da favela, sem jamais ter ido à praia, ao Maracanã, aos pontos turísticos da cidade, por exemplo. Não têm nem mesmo meios de gastar o dinheiro que acumulam ou de fruir do rendimento de seus negócios escusos (*apud* OLIVEIRA, 2008, p.156).

¹⁰⁹ Ainda assim, a taxa de repressão efetiva é baixa, ficando em torno de 10% a média (KOPP, 1998).

algumas de escala na produção de drogas somada às instáveis¹¹⁰ condições de mercado, reforçam essa estrutura oligopolística do setor. Por fim, essa estrutura, que determina o nível e a natureza das barreiras à entrada no setor, dita as condutas das empresas que, por sua vez, condicionam o seu desempenho. Essas condutas são abordadas no item 3.2, a seguir.

3.2 – Organização e estratégias das empresas líderes

Apesar de operarem no mercado ilícito, os organizadores da produção e da venda de drogas apresentam grandes semelhanças com as empresas formais que operam nos mercados legais. Por isso, as condições estruturais do setor e suas implicações sobre os processos de concorrência e de formação de preços, vistas no item anterior, são cruciais para compreender a conduta adotada pela narcoindústria, em especial a sua forma de organização e as estratégias de concorrência adotadas.

Penrose (1952) alerta que, para a correta compreensão da natureza da empresa capitalista não se deve ficar preso aos aspectos jurídicos e formais de sua organização. Apesar da enorme heterogeneidade de situações (em particular a grande diversidade em termos de tamanho, linhas de produtos e formas de organização), a autora destaca que o conceito *empresa* abarca praticamente todas as situações, tendo em vista a essência comum que as permeia.

Para essa autora, as empresas são uma organização voltada para a valorização do capital, de modo que todas possuem em comum: 1) os objetivos de lucrar e de crescer, na busca inexorável pela valorização do capital; 2) um conjunto de ativos que devem utilizar de forma a cumprir os objetivos mencionados; 3) unidade de decisão autônoma com poder de comando, funcionando como uma estrutura de governo (*governance*), apoiada em uma estrutura de gestão¹¹¹.

¹¹⁰ Tais instabilidades são atribuídas à produção de produtos agrícolas e à ilegalidade inerente ao ramo, pois ambos os fatores interferem em todas as etapas da cadeia produtiva.

¹¹¹ Ver também Possas (1995).

Penrose (1959) destaca também o papel das inovações no processo de diversificação das firmas, pois essa é uma forma de dar continuidade à expansão da empresa, especialmente em situações cujos mercados não apresentam grandes possibilidades de lucro para novos investimentos. A diversificação é uma estratégia poderosa de crescimento para as grandes empresas¹¹², que permite dar vazão ao seu enorme potencial de acumulação de capital, direcionando-o para o desenvolvimento de produtos em segmentos variados de mercado, levando frequentemente a acréscimos verticais na organização da empresa, além de gerar vantagens competitivas adicionais poderosas.

De modo semelhante às indústrias formais, a indústria da droga busca acumular vantagens para se sobressair à competição do setor. Esse comportamento é comum nas firmas capitalistas, conforme Silva (2004) explica:

a busca perpetuamente renovada de vantagens competitivas é o traço fundamental do processo seletivo da concorrência no capitalismo, no qual cada empresa tenta diferenciar-se em relação aos concorrentes para sobre eles prevalecer (SILVA, 2004, p. 7).

Além disso, ao longo da trajetória capitalista, as empresas e os mercados passaram por variadas transformações, sendo a mais impactante delas a globalização do capital. Apesar dessas variadas transformações, algumas características se mantêm, por serem próprias do sistema capitalista, como o permanente processo de concentração e de centralização do capital, a expansão do tamanho, da diversificação e da internacionalização das firmas líderes¹¹³; o aumento da produtividade; a “prevalência das estratégias privadas das empresas multinacionais; propensão à mobilidade do capital, inclusive do capital produtivo (seja via investimento, seja via terceirização)” (SILVA, 2004, p. 4), entre outras¹¹⁴.

Nesse sentido, Chesnais (1994) contextualizou a “mundialização” do capital a partir das transformações conjunturais das décadas de 1980 e de 1990, quando os

¹¹² Como destaca Schumpeter (1942), as grandes empresas são “poderosas máquinas de crescimento”.

¹¹³ Consolidando a formação das “empresas-rede”.

¹¹⁴ Por isso, apesar da heterogeneidade dos mercados, pode-se afirmar que o oligopólio é caso geral, conforme apontado por Labini (1956). Na análise das empresas, constata-se a tendência das firmas capitalistas de ampliarem suas dimensões, principalmente para obter maiores ganhos de escala (de produção, distribuição, *marketing*, P&D e capacidade de organização), além de um crescimento da diversificação e da internacionalização.

níveis de investimento direto estrangeiro foram elevados, bem como o tamanho das empresas, que também sofreram processos de fusões e de aquisições. Essas mudanças consolidaram a internacionalização e a concentração das firmas capitalistas, que impactam, por sua vez, nas estruturas de mercado e nos padrões de concorrência, pontos da microeconomia já discutidos no item 3.1.

Todavia, essas transformações nos mercados refletiram modificações na organização e nas estratégias adotadas pelas empresas. Nesse contexto, Chesnais (1994) destacou o papel das *empresas-rede* como uma nova forma de organizar a antiga hierarquia das firmas e internalizar as antigas externalidades, com o propósito de garantir mais estabilidade ao papel dominante da empresa oligopolística que, então, passa a configurar alianças e serviços terceirizados que minimizam custos e perdas e aumentam o poder de comando da firma.

Esses aspectos da abordagem heterodoxa da firma podem ser observados no mercado de droga, especialmente quando o crime organizado toma configurações transnacionais, conforme discutido a seguir.

O caso do mercado mundial de drogas

O grau de organização de grupos criminosos interfere na minimização de riscos, redução de custos, elevação de lucros e expansão do negócio. Quando indivíduos da atividade criminosa se reúnem e organizam-se é possível distribuir custos e angariar economias de escala. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido, por exemplo, por 2 ou 3 traficantes de drogas implicará custos variados, com pagamentos de propina, armamentos, segurança, investimentos em bens de capital como aparelhos de comunicação, de transporte, entre outros. Quanto mais indivíduos trabalham de forma coordenada, melhores são as possibilidades de expansão do negócio e de distribuição de despesas, proporcionando maiores ganhos pela comercialização de grandes quantidades, isto é, por economias de escala.

Conforme apresentado no Capítulo 2, as margens de preço adicionadas no comércio atacadista e varejista apresentam-se elevadas quando comparadas a

economias formais, sendo possível, entretanto, observar uma tendência à redução dessas margens. Assim, entende-se que o crime na sua forma organizada propicia *economias de escala* e ganhos marginais que, no mercado de drogas, não são maiores pela elevação do grau de concorrência decorrente de fatores endógenos e exógenos ao setor, conforme abordado no item anterior. Nesse sentido, a expansão da “empresa” do tráfico torna-se uma importante estratégia para aumentar a lucratividade, acumular capital e, por consequência, angariar vantagens competitivas.

Atualmente, a principal forma de organização da criminalidade apresenta-se na *organização de redes* (SOUZA, 2007). Esse formato foi acentuado devido às transformações conjunturais dos anos 1990, quando a abertura dos mercados formais também “abriu” os mercados ilegais e intensificou o crime organizado transnacional (SOUZA, 2007; RUI, 2012). Consequentemente, os mercados enfrentaram intensas mudanças e transformações, que deixaram o cenário mais vulnerável e incerto. Frente a essa insegurança, a capacidade e a velocidade em se adaptar e incorporar as modificações dos mercados acarretou uma necessidade de maior organização da criminalidade, que pôde contar com o auxílio da difusão das tecnologias de informação. Nesse ambiente, a organização em rede da indústria das drogas facilitou o acesso à informação bem como a velocidade de adaptação às exigências do mercado (SOUZA, 2007).

Assim, Castells (1999)¹¹⁵ *apud* Souza (2007) aponta como características fundamentais à constituição do crime organizado em redes a *conectividade* e a *coerência*. A primeira está atrelada à capacidade de comunicar-se com os demais setores e níveis da cadeia produtiva sem implicar visibilidade, mantendo a discrição necessária à proteção da atividade ilícita. A segunda está relacionada aos interesses compartilhados entre a rede, que devem manter a coerência. Desse modo, o narcotráfico ganha mais *flexibilidade* para se articular com outras indústrias, formar alianças, adaptar-se com mais rapidez, externalizar custos e minimizar riscos (SOUZA, 2007). Para isso, também se destaca a importância de reforçar a descentralização e a integração na rede como importantes estratégias, que se contrapõem, recentemente, à ideia de *hierarquia*, muito difundida na história de grupos criminosos.

¹¹⁵ CASTELLS, Manuel. (1999) **A Sociedade em Rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

Para melhor compreensão, são exemplificados, a seguir, alguns grupos do crime organizado que adotaram diferentes estratégias empresariais: Cartel de Medellín, Cartel¹¹⁶ de Cali, N'drangheta e Primeiro Comando da Capital – PCC.

O Cartel de Medellín é um exemplo de empresa do narcotráfico bastante conhecido, pelas demonstrações violentas e por dominar mais da metade do mercado de cocaína colombiana até os anos 1990. Controlado por uma pequena elite desse país e liderado por Pablo Escobar, o cartel surgiu nos anos 1970, mas alcançou uma maior dimensão a partir de 1982. Por meio da coerção e da intimidação que amedrontavam as pessoas, Pablo Escobar comandou uma organização que empregou mais de 120 mil indivíduos, incluindo 2 ou 3 mil nos Estados Unidos (FILIPPONE, 1995). Mesmo no período em que foi “preso”¹¹⁷, esse traficante continuou dando ordens e comandando os negócios ilícitos. A extrema hierarquia e violência eram as características marcantes dessa organização, que subornava e assassinava quem fosse necessário: policiais, juízes, traficantes, entre outros (ARAÚJO, 2012). Contudo, essa estratégia pode trazer prejuízos ao crime organizado, pois a rigidez hierárquica não apresenta vantagens em um “mercado global extremamente rápido em que as oportunidades e os riscos mudam sem cessar” (NAIM, 2006, p. 35¹¹⁸ *apud* SOUZA, 2007, p. 148).

De fato, a exibição de poder e o conseqüente temor das táticas violentas desse traficante, que foi considerado um dos mais ricos do mundo, atraíram combatentes nacionais e internacionais, de modo que a própria repressão interferiu e atrapalhou a gestão do negócio, abrindo mais espaço à concorrência. Por conseqüência, a ascensão de outro grupo organizado colombiano, mas na cidade de Cali, emergiu da decadência do Cartel de Medellín.

O Cartel de Cali começou no início dos anos 1970, mas tomou um formato mais corporativo no final da mesma década. Liderado por quatro traficantes (Francisco Herrera, José Santacruz Londoño, Gilberto Rodríguez Orejuela e Miguel Rodríguez Orejuela, sendo os dois últimos irmãos), essa organização adotou estratégias de verticalização, supervisionando o mercado de cocaína desde o cultivo da coca,

¹¹⁶ Destaca-se que o nome “Cartel” dos grupos não implica a formação de cartel de fato, pois não eram adotadas estratégias de controle de preços.

¹¹⁷ Entre aspas, pois muitas reportagens de jornais internacionais mostravam Escobar passeando pela cidade, enquanto deveria estar supostamente encarcerado.

¹¹⁸ NAIM, M. **Ilícito**: O ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

realizando a produção e comandando a distribuição a traficantes de trânsito, que levavam a droga a países latino-americanos que, então, a distribuía nos Estados Unidos ou na Europa. Para isso, os líderes atuavam no início da cadeia produtiva, incentivando o cultivo da folha por meio de auxílios com financiamento, fertilizantes, sementes e materiais técnicos, que eram oferecidos a agricultores interessados em cultivar a planta. Quando necessário, também disponibilizavam pagamentos de propinas às autoridades que tentavam interditar a lavoura. De fato, esse grupo representa uma “indústria” multinacional com integração vertical, liderada por traficantes com grande tato administrativo. Apesar disso,

acredita-se que o Cartel de Cali é um sindicato, não compacto, de organizações que cooperam entre si, e é composto por cinco grupos semiautônomos. Cada um tem sua própria hierarquia de liderança e suas próprias redes de distribuição (FILIPPONE, 1995, p. 28, tradução nossa¹¹⁹).

Ao contrário do Cartel de Medellín, o Cartel de Cali evitou a violência e adotou a discrição como estratégia para o melhor funcionamento do negócio, mas mantinham a semelhança com seus antecessores na influência política, bem como nos meios de comunicação, nos bancos internacionais, nos exércitos privados, entre outros. Além disso, assumiam uma postura como defensores do progresso, pois apoiavam o nacionalismo e a preocupação com o bem-estar social. Sobre esse último ponto, faziam questão de pronunciar que não produziam nem comercializavam *bazuca*, uma substância derivada da cocaína que acarretava grave problema de saúde pública no país. Também buscavam angariar alianças com o próprio exército nacional bem como com governantes, já que “o sistema capitalista de livre empresa é a base dos seus negócios e do seu poder” (FILIPPONE, 1995, p. 29, tradução nossa¹²⁰) e se posicionavam, manifestamente, contrários aos exércitos esquerdistas bem como à guerrilha esquerdista, como o movimento M19. Ademais, eles “argumentam que a indústria do narcotráfico é benéfica para o seu país e atrai enormes quantidades de

¹¹⁹ “Se cree que el cartel de Cali es un sindicato, no compacto, de organizaciones que cooperan entre sí, y que está compuesto por cinco grupos semiautónomos. Cada uno posee su propia jerarquía de liderazgo y sus propias redes de distribución” (FILIPPONE, 1995, p. 28).

¹²⁰ “El sistema capitalista de libre empresa es la base de sus negocios y de su poder” (FILIPPONE, 1995, p. 29).

dinheiro, promove o desenvolvimento e ajuda a manter baixas taxas de desemprego” (FILIPPONE, 1995, p. 29, tradução nossa¹²¹).

De fato, o Cartel de Cali empregou muitas pessoas. A partir da liderança dos quatro principais traficantes, a estrutura da organização é amplamente ramificada, com a finalidade de proteger a “firma”, pois, ao descobrir e prender determinado setor, os demais são mantidos, e a empresa quase não é abalada. Por isso, esse grupo criminoso montou uma estrutura vertical, na qual comprava a folha de coca de inúmeros peruanos que a transformavam em pasta base já em regiões da floresta e a levavam para laboratórios de refino. Esses laboratórios, com o tempo, foram se espalhando, pois observou-se que, quanto mais descentralizados, menores eram as chances de interromper a cadeia produtiva frente à descoberta policial. Além disso, os traficantes compraram aviões que, a princípio, eram pequenos (com um só motor), mas passaram a aumentar a frota e incluir aviões de médio porte (do tipo DC-6) e, mais tarde, adquiriram os de grande porte, como Boeings 727 (FILIPPONE, 1995). Por isso, montaram torres de comunicação e aeroportos em variadas regiões, que abrangiam países latino-americanos, cujos aeroportos serviam, principalmente, para pouso e reabastecimento de combustível das aeronaves. Para toda essa estrutura, foi preciso empregar muitos profissionais, que não se limitam à figura de simples traficantes armados, mas compõem uma equipe altamente qualificada, com capacitação técnica para operar todas essas funções, como pilotos, arquitetos, químicos, entre outros. Esses profissionais eram muito bem remunerados, e o processo de “contratação” implicava investigações que eram realizadas por empresas terceirizadas, a fim de manter a segurança do narconegócio¹²². Por isso, os líderes do Cartel de Cali alimentavam um sentimento antiestadunidense e temiam viajar a este país para não correrem o risco de serem presos, já que lá eles eram vistos como criminosos, enquanto na Colômbia eram tratados como exímios administradores. Portanto, essa organização exemplifica uma configuração em rede, cujos lucros e poder de comando foram consolidados no mercado de cocaína.

¹²¹ *“Arguyen que la industria del narcotráfico es beneficiosa para su país ya que atrae enormes cantidades de dinero, promueve el desarrollo y ayuda a mantener bajas las tasas de desempleo”* (FILIPPONE, 1995, p. 29).

¹²² Além disso, todos guardavam informações, pois não só os funcionários, mas também as famílias deles, eram ameaçadas de morte frente a uma traição, como revelações de informações ou denúncias sobre o Cartel.

A N'drangheta¹²³ é uma organização criminosa italiana com características e estratégias um pouco diferentes. O grupo foi originado no período da unificação da Itália, por volta de 1860, quando alguns membros da máfia siciliana Cosa Nostra foram expulsos e resolveram mudar de região e fundar uma nova organização na região da Calábria. A identidade geográfica era uma forte característica do grupo que, até a década de 1980, agia nacionalmente, contando com alianças estratégicas que abrangiam as mais variadas instituições italianas, como empresas estatais e privadas locais, indústrias, bancos, entre outras, que eram costumeiramente corrompidas pelas práticas de corrupção e de intimidação exercidas pela máfia – tais práticas eram, sobretudo, discretas, já que a organização evitava assumir a autoria e divulgar a associação de assassinatos e outros tipos de violência ao nome da N'drangheta. A *coerência* entre os membros era estabelecida por meio do matrimônio consanguíneo, que fortalecia os vínculos entre eles com o advento da *família*. Ao contrário de outras máfias, esta não repetiu o modelo hierárquico piramidal (como a Cosa Nostra); pelo contrário, descentralizou a “gestão” e configurou uma organização horizontal, estabelecendo contatos e alianças com pequenos clãs ou famílias, denominadas *n'drine*, que se situavam em outras regiões. Anualmente, são realizadas reuniões entre os chefes dessas “filiais do crime organizado”. A desconfiguração da hierarquia é uma estratégia “para que a organização não possa ser decapitada nem desafiada por dentro” (NAPOLEONI, 2010, p. 76).

Atualmente, a N'drangheta é constituída por, aproximadamente, 160 famílias que abrangem em torno de 10 mil membros que atuam em diversas partes do mundo (Itália, Austrália, Estados Unidos, entre outros países) e coordenam boa parte do tráfico de drogas na Europa, através do recebimento de mercadorias pelo Porto de Gioia Tauro¹²⁴. Além disso, o grupo realiza uma série de atividades que caracterizam uma indústria vertical, pois abrange vários níveis da cadeia produtiva. Conforme Napoleoni explica:

Nenhuma outra entidade criminosa oferece esse tipo de serviço. A N'drangheta foi além do crime, ela tomou conta do mercado mundial de

¹²³ Nome originado da palavra grega *andragatha*, que significa “bravura” e “lealdade”.

¹²⁴ 3º maior porto da Europa e 18º maior do mundo (NAPOLEONI, 2010).

infraestruturas ilegais, oferecendo aos seus clientes um pacote completo que inclui desde o contrabando transoceânico à administração de carteiras de títulos (NAPOLEONI, 2010, p. 75).

Portanto, essa organização criminosa atua estrategicamente via oferta de uma gama completa de serviços, que vão desde a compra, recepção e distribuição de psicoativos (e outros produtos) ilícitos a diversas cidades da Europa. O pagamento é definido como 30% do valor total da mercadoria traficada – tal percentual é definido como a taxa de lucro pela autora. Ademais, a N'drangheta vem realizando alianças políticas e ampliando a influência desde 1970, quando alguns membros se integraram na maçonaria e estabeleceram vínculos diretos com o poder Judiciário bem como partidos políticos.

Outra organização que aderiu às redes e rompeu com a estratégia da hierarquia foi o Primeiro Comando da Capital – PCC¹²⁵, que se expandiu a partir dos anos 2000 e configurou a “única facção criminal hegemônica”¹²⁶ (FELTRAN, 2012, p. 233), localizada em todo o estado de São Paulo¹²⁷, bem como algumas cidades de outras unidades federativas brasileiras. O grupo que domina fortemente os presídios paulistas sofreu uma verdadeira revolução liderada pelo traficante Marcola – Marcos Willian Herbas Camacho – que enfrentou, apoiado pela população carcerária, os traficantes Geleirão e Cesinha, fundadores do PCC, e rompeu com a estrutura hierárquica piramidal. Desde então, o grupo que tinha como lema a “paz, justiça e liberdade” acrescentou um quarto ideal, a *igualdade*. Essa nova configuração fortaleceu a coletividade que substituiu a concepção de *punição* pela ideia de *consequência* que pode ser aplicada conforme a atitude de alguns membros. Assim, com linguagens próprias dos integrantes, são repassados *salves* (ordens) dos *pilotos* ou das *torres* seguindo os mandamentos construídos democraticamente pelos *irmãos*¹²⁸. Como exemplo, destaca-se a proibição da venda de crack nos presídios paulistas a partir de

¹²⁵ Também denominado como *coletividade* - Comando, Partido, Quinze, Família (RUI, 2012).

¹²⁶ O que se mostra de modo diferente, por exemplo, no estado do Rio de Janeiro, onde variadas facções do tráfico de drogas (Comando Vermelho, Amigos dos Amigos, Terceiro Comando, entre outras) se constituíram e não formaram redes nem alianças, permanecendo como inimigos e disputando violentamente os mercados de drogas.

¹²⁷ Sobre São Paulo, cabe destacar que:

“O tráfico é capaz de espriar-se pela rede urbana brasileira, destacando-se o papel estratégico do estado de São Paulo, onde rotas importantes passam pelo seu interior e sua região metropolitana é um grande centro consumidor e financeiro, tendo um papel importante na gestão dos negócios” (SOUZA, 2007, p. 156).

¹²⁸ Denominação dos membros batizados no PCC.

2004, pois os membros decidiram *consensualmente* que a droga estava acarretando prejuízos à população carcerária, já que o uso problemático desse psicoativo implicava dívidas impagáveis que, por sua vez, resultavam em homicídios de presos (RUI, 2012)¹²⁹.

Nesse contexto, cabe salientar que, além da questão da hierarquia ou da formação de “empresas-rede”, o uso da violência pelo tráfico de drogas pode, quando conveniente, deixar de ser utilizado e simbolizar uma importante estratégia do ramo. Além da finalidade de inibir a concorrência, a violência também é justificada para a manutenção e para o cumprimento de acordos com fornecedores, pagamento de consumidores, entre outros fatores, funcionando como uma espécie de “cláusula de contratos informais”. Sem a possibilidade de recorrer à Justiça ou a instituições reguladoras do crédito, agentes envolvidos na ilegalidade pagam as “multas” ou quitam as “dívidas”, muitas vezes, com a própria vida. A ameaça da morte funciona, nesse caso, como eficaz estratégia ao respeito de prazos de fornecedores bem como de consumidores inadimplentes (KOPP, 1998).

Kopp (1995) analisa os tumultos atrelados a essa indústria sob dois aspectos: um interno, outro externo. A violência interna ao tráfico é a descrita anteriormente, que visa à manutenção dos contratos informais, bem como à inibição de possíveis novos concorrentes. Já a violência externa é induzida na sociedade pela intensificação e expansão da indústria da droga, incluindo as ações impetuosas do Estado, que faz o uso da força bruta para combater a ilegalidade.

Nesse sentido, cabe destacar a hipótese defendida por Gabriel Feltran (2012) acerca das relações entre governos e criminosos, que resultaram em dois tipos de políticas de segurança, cada uma gerida por esses atores. Feltran analisa o cenário do estado de São Paulo, durante o período de 1992 e 2011, e atribui a redução do número de homicídios a essas duas gestões de políticas públicas, conforme é

¹²⁹ A antropóloga Taniele Rui registrou, em sua tese, parte do depoimento do traficante Marcola na CPI do tráfico de armas, conforme segue:

“O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vocês mesmos chegaram à conclusão de que o crack tinha que ser proibido, porque senão ele ia destruir as pessoas.

O SR. MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO (Marcola) - Exato. E tava destruindo mesmo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então vocês também devem ter algum tipo de interesse que o crack não destruía as pessoas fora dos presídios.

O SR. MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO (Marcola) - Se eu pudesse coibir o tráfico do crack, o senhor pode ter certeza, fora do presídio, eu faria. Só que eu não tenho força pra isso, não. São poderes muito grandes.” (RUI, 2012, p. 149).

explicitada a ideia no título do artigo “Governo que produz crime, crime que produz governo” (FELTRAN, 2012). Essa ideia se opõe à visão defendida por alguns economistas, como é o caso da tese premiada de Daniel Cerqueira (2010), que analisou a redução dos indicadores de violência do mesmo estado, nas décadas de 1980, de 1990 e de 2000. Este autor mostrou que os altos índices de mortes violentas que eram relativamente altos nos anos 1980, aumentaram ainda mais nos anos 1990, frente à conjuntura socioeconômica da época. Então, Cerqueira enaltece a drástica redução do número de homicídios na década referente aos anos 2000 e indica como causa o aumento dos recursos destinados às melhorias das políticas de segurança estaduais. Entretanto, Feltran indica a transformação de algumas estratégias no narcotráfico¹³⁰ que, por uma razão funcional, arranhou novas configurações, banindo a violência para alguns casos. Feltran comenta que, após uma série de assassinatos ocorridos em maio de 2006¹³¹, o crime organizado, representado pelo PCC, reestruturou suas estratégias substituindo as táticas de violência.

De fato, o crime organizado precisa “dispor da capacidade de responder e se adaptar rapidamente às novas oportunidades, além de mudar constantemente de localização, táticas e meios” (SOUZA, 2007, p. 148-9). Portanto, compreende-se que a organização do narcotráfico em redes viabiliza maior *flexibilidade* e facilita a adoção de muitas estratégias, conforme foi abordado nos casos da N’drangheta na Itália e do PCC no Brasil. A hegemonia dessas duas organizações criminosas com relação à territorialidade representa:

como um espaço-dos-lugares, privilegiando o estabelecimento de diversos tipos de relações com os habitantes (favores, apoio político,

¹³⁰ Destaca-se a mudança da cobrança de dívidas de consumidores de drogas que, comumente, eram assassinados por traficantes. O Comando incorporou, nas suas regras, o mandamento pelo qual “dívida de vivo se paga em vida”, pois assassinatos não se apresentam mais como funcionais ao mercado, já que atraem a polícia, acentuam a violência e elevam os custos e os riscos. A partir disso, os consumidores “endividados” passaram a ser *interditados*, ou seja, a eles ninguém mais pode vender qualquer psicoativo até que ocorra a quitação das contas.

¹³¹ Com relação aos “crimes de maio”, Feltran destaca que foram ocasionadas 493 mortes em apenas uma semana em São Paulo. Conforme ele explica:

“Os números indicavam 168 homicídios: 40 agentes do Estado mortos na ofensiva do *crime*, 128 pessoas oficialmente mortas pela polícia; 28 prisões efetuadas. Não foi noticiado que os indivíduos abatidos em “chacinas” e os “desaparecidos” estavam fora dessas rubricas. Um balanço mais realista foi melhor conhecido apenas seis meses depois. Apenas o jornal “O Estado de São Paulo” divulgou uma investigação realizada em 23 Institutos Médico-Legais do Estado, que indicava que entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, houve ao menos 493 homicídios em São Paulo. Destes, as acusações das entidades civis apontam para ao menos 221 praticados por policiais e, os números oficiais informam que 52 referem-se aos mortos nos ataques públicos do PCC” (FELTRAN, 2012, p. 247).

corrupção de agentes do governo, estabelecimento de vínculos com a economia informal) torna-se fundamental para explicar seu sucesso, mesmo num contexto de flexibilização das rotas, maiores possibilidades de fugir da repressão das autoridades, descentralização e diversificação das atividades. Assim, temos uma interação entre o espaço-dos-lugares e o espaço-dos-fluxos da qual se beneficia o crime organizado e que é favorecida pela formação de alianças estratégicas entre as organizações e pela sofisticação dos mecanismos de lavagem de dinheiro, que operam em nível internacional (SOUZA, 2007, p. 156).

Ademais, a capacidade de adaptar-se às mudanças de políticas públicas sobre drogas e de criar formas de superá-las (como a inserção de menores de 18 anos na entrega de mercadorias) bem como a competência de criar novas mercadorias ou novos mercados indicam a relevância de uma importante estratégia de crescimento da organização e de expansão do negócio: a inovação. Esse ponto é discutido, a seguir.

3.3 – Inovação

Dentre as diferentes estratégias adotadas pelas empresas, a inovação destaca-se por proporcionar uma importante fonte de acumulação de vantagens competitivas. Além disso, esse componente é permanente no sistema capitalista. Conforme Schumpeter:

O capitalismo, então, é, pela própria natureza, uma forma ou método de **mudança** econômica, e não apenas nunca está, mas nunca pode estar, estacionário. E tal caráter evolutivo do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica acontecer num ambiente social que muda e, por sua mudança, altera os dados da ação econômica; isso é importante e tais mudanças (guerras, revoluções e assim por diante) frequentemente condicionam a mudança industrial, mas não são seus motores principais. [...] **O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria** (SCHUMPETER, 1942, p. 112, grifo nosso).

Essa dinâmica do sistema, que cria e destrói permanentemente mercadorias, processos de produção, tecnologias, insumos, processos de gestão ou de transporte,

aponta a direção pela qual o “velho” é destruído e o “novo” é criado – ainda que o antigo e a novidade possam coexistir. Esse processo denominado como “destruição criadora” é inerente ao capitalismo “e suas consequências sociais modificam-se de **maneira pronunciada**” (SCHUMPETER, 1942, p. 111-2, grifo nosso). Por isso, o autor critica pesquisas que procuram avaliar somente as estruturas e as formas de organização das empresas no capitalismo, já que “o problema crucial é saber como ele as cria e destrói” (SCHUMPETER, 1942, p. 111).

O autor destaca que as estratégias ativas (agressivas) apoiadas na inovação são compatíveis com a prática simultânea de estratégias passivas (defensivas), visando proteger posições já conquistadas. Assim, as empresas líderes conjugam esforços permanentes de inovação (sujeitas a elevadas incertezas) com práticas monopolísticas (formação de cartéis, proteção por contratos ou patentes), apoiadas no seu poder de mercado.

Para maior compreensão dos processos de geração e de difusão das inovações, Dosi (1984) propõe os conceitos de paradigmas e trajetórias tecnológicas e identifica três importantes aspectos inerentes à dimensão econômica das inovações tecnológicas: grau de oportunidade tecnológica, cumulatividade nas capacidades tecnológicas e apropriabilidade privada das vantagens derivadas da inovação, que, respectivamente, direcionam o contexto que propicia uma inovação, os recursos e limites disponíveis para inovar e o retorno econômico dessa prática¹³².

Cabe destacar que a introdução de uma inovação no mercado depende da aceitação ou, numa linguagem evolucionista, da *seleção* dessa novidade. Por isso, uma inovação não deve refletir impactos apenas pela sua invenção, mas precisa ser aceita pelos agentes econômicos.

Outro aspecto está relacionado ao ritmo das inovações, pois englobam expectativas e padrões de difusão (ROSENBERG, 1982). Nesse sentido, o *momento* em que algo novo deve ser apresentado ao mercado impacta nos resultados obtidos pela inovação. Assim, o pioneirismo pode representar ganhos e vantagens, já que é comum a associação de uma invenção, por exemplo, à marca da empresa que lançou o produto primeiro. Por outro lado, esperar a implementação de um produto permite

¹³² Para uma discussão mais detalhada, ver Possas (1988).

observar falhas e defeitos e implementar melhorias, de modo que a espera do momento adequado se mostra, neste caso, vantajosa. Além disso, conforme destaca Rosenberg, os primeiros usuários que experimentam um produto novo também são inovadores, e essa é uma característica relevante, já que a novidade está inserida num ambiente de *incertezas*.

Finalmente, destaca-se que a ampliação do potencial inovativo da empresa está associada aos mecanismos de aprendizado. Dosi (1984) *apud* Possas (1988) aponta três modalidades principais: os investimentos em P&D (principal mecanismo cumulativo de aprendizado, via acumulação “tácita” de conhecimentos), os processos informais de acumulação de conhecimento (*learning by doing* e *learning by using*) e o desenvolvimento de externalidades intra e interindustriais (que inclui difusão de informações, mobilidade de mão de obra especializada e crescimento de serviços especializados).

Muitas dessas abordagens, que estão inseridas nos estudos desenvolvidos pela Microeconomia heterodoxa, podem ser associadas à Economia das Drogas. Essa relação é discutida a seguir.

O caso do mercado mundial de drogas

A inovação é uma das mais importantes estratégias adotadas pela indústria das drogas, estando presente em todos os níveis da cadeia produtiva, isto é, abrangendo desde a criação de novos psicoativos até a descoberta de novos mercados consumidores. Por isso, pode-se afirmar que a inovação é decisiva para o processo de acumulação de capital no mercado de drogas. A capacidade de adaptação às transformações do mercado e, principalmente, às políticas de repressão representa um aspecto fundamental para a manutenção da “empresa” do tráfico de drogas. Nesse sentido, a *criatividade* e a *inovação* tornam-se essenciais ao bom andamento dos negócios.

Conforme apresentado no Capítulo 2, a UNODC alerta para a *velocidade* com a qual novas substâncias psicoativas (NSP) são criadas. Isso não significa que essas drogas tenham, necessariamente, sido criadas recentemente, mas que a

descoberta de algumas substâncias tenha sido associada a efeitos no sistema nervoso central e, portanto, esses novos psicoativos passaram a ser comercializadas para fins recreativos (destaca-se, portanto, a inovação no “uso”). Além disso, é crescente o aumento de psicoativos sintéticos que, embora não tenham sido tratados com profundidade nesta dissertação, remete para as peculiaridades da indústria química ilícita que desenvolve novas drogas em (novos) laboratórios clandestinos.

Contudo, conforme destacou Rosenberg sobre o ritmo das inovações, é possível explicar a intensa velocidade da inserção de NSP no mercado como um fator associado à grande incerteza que abrange o setor. Como as informações são escassas – afinal, consumidores não têm acesso às composições das mercadorias, assim como narcotraficantes não dispõem informações precisas sobre o mercado consumidor –, o mercado de drogas ilícitas contempla um cenário cheio de incertezas. Portanto, torna-se mais difícil de planejar o momento mais adequado à implementação de uma inovação, o que justifica o ritmo mais acelerado de criações do setor, que, além disso, não se caracteriza pela precaução e não teme, portanto, se arriscar.

Ainda com relação à base teórica promovida por Rosenberg, indica-se a inovação por meio de novos mercados consumidores. Nesse sentido, a criação de variados tipos de ervas da *Cannabis*, decorrente do cruzamento das espécies, possibilitou um novo mercado consumidor, não apoiado nos ganhos de escala, mas sim na diferenciação de produtos e, conseqüentemente, na criação de nicho de consumo.

Essa diferenciação contou com a invenção e o aprimoramento de aparelhos fabricados para o cultivo *indoor*, que utilizam tecnologias de iluminação artificial aprimoradas e sistemas de irrigação, cujo funcionamento pode ser programado por temporizadores, eximindo a presença diária dos “jardineiros” no cultivo do cânhamo. Isso implicou a verticalização do processo de produção da planta, já que o produtor incorporou mais etapas da cadeia produtiva. Assim, a Internet abriu espaço para a compra de sementes das mais variadas espécies, além de aparelhos para cultivo *indoor*. Embora essa prática seja adotada para fins comerciais, é importante ressaltar que esse procedimento foi fortalecido por usuários que buscaram alternativas de não recorrer à criminalidade para manter o consumo de maconha, originando a formação de associações de cultivadores e de clubes canábicos que se organizaram em redes e

passaram a disponibilizar informações e técnicas aos usuários. Alguns tipos de sementes com os respectivos valores fotografados em um site na rede são exibidos na Figura 12.

Figura 12 – Venda de sementes de *Cannabis* pela Internet

 <p>Barneys Farm Utopia Haze €37.50 R\$99.00</p>	 <p>Barneys Farm Tangerine Dream €38.00 R\$100.32</p>	 <p>CBD Critical Cure €34.90 R\$92.14</p>	 <p>CBD Blue Shark €34.90 R\$92.14</p>
 <p>Barneys Farm Vanilla Kush €34.95 R\$92.27</p>	 <p>Green House The Doctor €12.50 R\$33.00</p>	 <p>Tangelo Rapido AUTO €23.50 R\$62.04</p>	 <p>Grape Muerto AUTO €23.50 R\$62.04</p>

Fonte: <http://www.plantarmaconha.com/>

Ademais, a variedade de sementes e técnicas tem caracterizado uma verdadeira disposição de ervas de diferentes sabores e aromas, caracterizando uma diferenciação do mercado canábico. Assim como existem os *sommeliers*, cujos conhecimentos sobre vinhos e cervejas são especializados, surge, também, o *canabier*, que é o especialista na cultura canábica (VERÍSSIMO, 2012). De fato:

vários cruzamentos e experiências são realizados no âmbito destas trocas, econômicas e de saberes, movidas em torno da chamada “cultura canábica”. Assim, vão ganhando o gosto e sofisticando o barato dos maconheiros. Ganham nomes próprios e personalidade, algumas, sabores frutados, como os vinhos apreciados em rodas de someliers. As sementes são patenteadas e seus criadores assinam suas criações através de pseudônimos (VERÍSSIMO, 2012, p. 7).

Nesse contexto, competições como o *Cannabis Cup* (ARAÚJO, 2012) e a *Copa Cannábica del Plata* (VERÍSSIMO, 2013) são alguns dos eventos que premiam as plantas vencedoras que competem e são representadas pelos seus *growers*¹³³. Segundo Veríssimo (2012):

o canabier, o apreciador de sabores “frutados” e combinações sofisticadas, pode tornar-se mais propriamente um criador, preparando plantas para tornarem-se competidoras, em competições canábicas – onde, segundo critérios previamente definidos, o vencedor é eleito por um júri e leva para casa um belo troféu (VERÍSSIMO, 2012, p. 5).

As peculiaridades do cultivo do cânhamo e o desenvolvimento de tecnologias para plantio hidropônico em pequenos ambientes fechados inviabilizam a ação e o controle das transações comerciais ilícitas, bem como da direção de políticas públicas repressivas. Isso jamais seria possível sem a organização de cultivadores e de usuários que buscaram meios de burlar a ilegalidade do tráfico e o aparato policial, mantendo um hábito milenar.

A respeito disso, destaca-se a permanente busca por modos novos e criativos de superar os obstáculos colocados ao mercado. Frente aos empecilhos criados via políticas públicas de repressão ao tráfico, a indústria das drogas não poupou esforços para burlar as regras e alavancar ganhos e vantagens nesse mercado. Assim, nem a proibição de substâncias principais nem o controle de secundárias, como os precursores químicos, mostram-se eficientes à redução da oferta. Conforme apresentado no Capítulo 2, a UNODC aponta a criação de laboratórios clandestinos bem como alguns considerados “de fachada”, isto é, estão aparentemente produzindo

¹³³ Cultivador de *Cannabis*.

substâncias para a indústria química, mas realizam vendas de precursores à narcoindústria.

Além disso, quando políticas de repressão às substâncias necessárias à produção de algumas drogas são implementadas, a indústria ilegal experimenta novas substâncias e produz novas mercadorias. O exemplo mais conhecido e já relatado neste trabalho é referente à política de repressão aos precursores químicos necessários para transformar a pasta base de coca em cocaína, ocorrida nos Estados Unidos, na década de 1980, que originou o crack. Embora essa droga tenha sido descoberta como uma consequência da restrição de precursores químicos, ela também propiciou a expansão de um mercado de consumidor de classe mais baixa, além de criar um aproveitamento das sobras da produção de cocaína.

A partir do procedimento que criou o crack, também é possível associar essa droga à alta incidência dos processos de acumulação tácita de conhecimento na indústria da droga. A prática do *learning by doing* e do *learning by using* coloca em risco tanto trabalhadores da cadeia produtiva quanto usuários de substâncias psicoativas que nem sempre contam com o apoio dos procedimentos formais e dos conhecimentos científicos apropriados ao desenvolvimento e à experimentação das novas drogas.

Contudo, é na etapa referente ao transporte e à distribuição das mercadorias que a criatividade é mais percebida, devido às notícias de jornais que revelam apreensões de psicoativos pela polícia. As formas surpreendentes impressionam ao exibirem as variadas estratégias criadas para traficar drogas. Em aeroportos, já foi possível descobrir psicoativos nos locais mais inusitados: escondidos em fundos falsos de bagagens ou dentro de mercadorias que, aparentemente, parecem ter sido compradas em lojas para uso próprio, mas são usadas para transportar os produtos ilícitos. Assim, traficantes podem transportar drogas dentro de objetos e de acessórios que passam despercebidos, como se fossem produtos para uso pessoal ou para revenda, como o jovem que levou cocaína para a Indonésia dentro de pranchas de surfe (BRASILEIRO, 2015) ou um indivíduo que diluiu cocaína em páginas de livros (ALVES, 2014) ou, ainda, o nigeriano que escondeu cocaína dentro de alças metálicas de bolsas femininas que estavam dentro das malas para serem supostamente revendidas (PF, 2014b). Quando não são escondidas em utensílios, as substâncias

psicoativas costumam ser transportadas por traficantes, conhecidos como “mulas”, que escondem a droga no próprio corpo. Nesse caso, é comum amarrar a mercadoria em membros do corpo, como nas pernas, bem como introduzi-las em orifícios, como é o caso de companheiras de presos que levam drogas para a prisão dentro de cavidades íntimas (MULHER, 2014) ou, ainda, como comentado anteriormente, ingerindo as drogas – escondendo-as no estômago – e eliminando-as na defecação (SIC, s.d.). Em geral, esses transportes caracterizam cruzamento de fronteiras por veículos aéreos e para pequenas quantidades.

O transporte de grande quantidade de drogas também é permanentemente criado e destruído, assim como as rotas utilizadas para o narcotráfico. Por isso, as cargas transportadas que se davam, a princípio, por caminhos terrestres, passaram a englobar, também, as rotas marítimas. Assim, a fabricação de submarinos criados especificamente para transportar cocaína simboliza o potencial criativo – e destrutivo, no sentido literal – do setor, conforme é relatado por Araújo (2012), sobre o tráfico de cocaína via submarinos para os Estados Unidos:

Cada embarcação custa cerca de 2 milhões de dólares e é descartável: completa a missão e vai para o fundo do mar. Com uma carga de 200 milhões de dólares, o investimento compensa. O importante é que ninguém intercepte o carregamento de 10 toneladas de droga em pó (ARAÚJO, 2012, p. 92).

Quando o transporte não é ocultado nos submarinos, a rota marítima também realiza a distribuição de drogas junto às cargas legais. A criatividade das embarcações também é extensa, e os psicoativos são escondidos nos locais mais inusitados, como dentro de canoetas de energia dos navios (DROGA, 2012), no interior de peixes congelados (PF, 2014a) ou até mesmo em caixas de gordura das cozinhas das embarcações (PF, 2013).

Todavia, a mais recente forma de distribuição de psicoativos está vinculada ao avanço das tecnologias de informação. Conforme destaca a UNODC (2014), houve um aumento de 300% no volume de apreensões de *Cannabis* comprada pela Internet¹³⁴

¹³⁴ “A ‘dark net’ não pode ser acessado por meio de pesquisas tradicionais na *web*; ela requer o login via uma *proxy web*, tais como a uma rede Tor, que liga a outro local na rede, assegurando que o endereço de Protocolo de Internet (IP) não é visível em ambos os lados da transação” (UNODC, 2014, p. 18, tradução nossa).

e enviadas pelos correios, entre 2000 e 2011. De modo geral, pesquisas com consumidores têm revelado que os psicoativos adquiridos virtualmente são de qualidade superior. Além disso, os sites que vendem as substâncias ilícitas (como “Black Market Reloaded”, “The Armory”, “The General Store” ou “Silk Road”) oferecem mais variedades de psicoativos, dos quais se destacam as anfetaminas, drogas que têm o transporte facilitado pelo tamanho. Conforme é alertado no Relatório Mundial sobre Drogas:

a variedade ofertada e comprada na “dark net” parece ser crescente e diversificada. Como as compras e vendas por meio da “dark net” representam desafios únicos à aplicação da lei e apresentam um nicho de mercado às drogas de alta qualidade e às novas substâncias psicoativas, [...] ela tem potencial para se tornar um modo popular ao tráfico de substâncias controladas, nos próximos anos (UNODC, 2014, p. 18, tradução nossa¹³⁵).

De fato, essa pode ser uma forte tendência na distribuição e na venda de psicoativos ilícitos. No Brasil, por exemplo, o enorme volume de pacotes conduzidos pelos correios inviabiliza a fiscalização ou a investigação de todas as encomendas, especialmente pelo quadro de funcionários disponibilizados para tal função. Assim, essa inovadora forma de comercialização minimiza riscos e perdas ao enviar pequenas e discretas quantidades. Essa inovação já foi aderida pelo mercado consumidor brasileiro (CORREIOS, 2014).

Por último, ao produto final também se incorporam criativas embalagens, destacando-se a venda de drogas com *design* inovadores. Esse é o caso das coloridas e diversificadas folhas que contém o LSD. A imagem de celebridades também é associada a alguns produtos – após a morte da cantora Amy Winehouse¹³⁶, algumas biqueiras cariocas passaram a comercializar esse derivado da coca com imagens da cantora (ROGERO, 2011). Nesse mesmo âmbito, a associação de marcas (legalmente registradas devido à legalização da maconha em alguns países) também está caracterizando uma inovação nas vendas. Isso é claramente percebido pelo registro da

¹³⁵ “the variety available and purchased on the “dark net” appears to be diverse and growing. Because purchases and sales through the “dark net” pose unique challenges for law enforcement and presents a niche market for high-quality drugs and new psychoactive substances, if the past trend continues, it has the potential to become a popular mode of trafficking in controlled substances in years to come” (UNODC, 2014, p. 18).

¹³⁶ Cantora britânica falecida em 2011, devido à intoxicação de substâncias psicoativas.

“Marley Natural” (MARLEY, s.d.), nome de uma empresa canábica que usou a associação do cantor Bob Marley com o produto final.

Desse modo, considera-se a inovação como característica essencial e dinamizadora dos mais variados mercados de drogas ilícitas. Esse componente, conforme mostrado, é usado em todas as etapas da cadeia produtiva e contempla a organização das firmas ilegais, a estrutura do setor e as estratégias dos atores. Essas transformações são evidenciadas por autores da economia heterodoxa, sendo, na maior parte, descartado pelos estudos da corrente ortodoxa, inclusive nos trabalhos sobre o ramo das drogas, conforme discutido no Capítulo 4, a seguir.

CAPÍTULO 4

ABORDAGEM ECONÔMICA ORTODOXA SOBRE O CRIME E AS DROGAS: UMA REVISÃO CRÍTICA

“Homem de ciência, e só de ciência, nada o consternava fora da ciência; e se alguma coisa o preocupava naquela ocasião, se ele deixava correr pela multidão um olhar inquieto e policial, não era outra coisa mais do que a ideia de que algum demente podia achar-se ali misturado com a gente de juízo.”

“O Alienista” – Machado de Assis

Conforme abordado anteriormente, os primeiros estudos realizados por economistas sobre as drogas surgiram nas décadas de 1960 e de 1970, período marcado por uma série de fatos que traziam em cena a questão dos psicoativos. Na economia, o cenário era marcado pela bipolaridade da Guerra Fria, que dividia os países entre capitalistas e comunistas. A economia estadunidense atingira seu auge nos anos 1960, ainda que permanecessem focos de pobreza e de preconceitos raciais. Até os anos 1970, a indústria não apresentava grandes inovações, permanecendo o padrão fordista de produção. De modo geral, o período posterior à II Guerra Mundial implicou a padronização tecnológica americana aos demais países, bem como a substituição das antigas fontes energéticas pelo petróleo (TEIXEIRA, 1983). Ainda nesse período, aconteceu uma série de libertações de colônias, onde diversas nações na Ásia e na África tornavam-se independentes. Além disso, a Revolução Cubana e a Guerra do Vietnã elevavam as tensões que pairavam mundialmente.

Nesse cenário, a Convenção Única da ONU de 1961 marcou a política internacional de proibição das drogas. Como oposição a toda conjuntura dessa década, o movimento *hippie* consolidou a contracultura ao modo de vida e aos valores da sociedade capitalista, contemplando o uso de substâncias psicoativas que representavam os ideais de liberdade, de pacificação e de amor, que fariam, portanto,

oposição à conjuntura de proibição e de guerra e à supremacia do individualismo preconizada pelo capitalismo.

A conseqüente elevação do consumo de drogas e a ameaça desses usos à sociedade capitalista – especialmente a americana – resumiram as principais preocupações dos cientistas que pesquisavam sobre o tema. Nesse contexto, o interesse de economistas sobre o mercado de drogas justificava-se pelas especificidades típicas da ilegalidade dessas mercadorias, bem como das propriedades desses produtos. Além disso, a possibilidade de essas substâncias causarem dependência instigava a curiosidade dos cientistas econômicos sobre como seria, nesse caso, o comportamento dos usuários de drogas. Assim, muitas pesquisas eram movidas por questões como “os consumidores de droga são senhores da sua escolha?” (KOPP, 1998, p. 55), “a demanda da droga diminui quando o preço aumenta?”, “a elasticidade das drogas é a mesma?”, “todos os consumidores têm reações idênticas face ao preço da droga?” (KOPP, 1998, p. 58).

Essas questões revelam dois pontos que devem ser destacados. O primeiro está associado ao contexto político e social da sociedade estadunidense, na qual prevaleciam os princípios dos ideais utilitaristas e da moral protestante. O segundo está diretamente vinculado à corrente ortodoxa de pensamento econômico, cujos fundamentos consolidam teorias elaboradas para o *homo economicus*, ser racional, individualista e egoísta, com escolhas e decisões orientadas no autointeresse.

Para a ortodoxia econômica, a Teoria do Consumidor busca analisar as preferências individuais desse ser racional, que fará escolhas objetivando maximizar sua satisfação (ou a sua utilidade), dadas as restrições orçamentárias. Para isso, algumas premissas são estabelecidas: as preferências dos consumidores são completas, conhecidas e passíveis de avaliação, de modo que eles podem ordenar quais mercadorias são preferidas, a partir de comparações de diferentes opções do mercado; são contínuas, se a cesta escolhida for preservada; são convexas, pois as médias são preferidas aos extremos, já que o consumidor opta por maior diversidade do que maior quantidade de um mesmo produto; entre outras premissas (PINDICK; RUBINFELD, 2010). Esses estudos compõem a área destinada à demanda de mercados.

De modo semelhante, a Microeconomia ortodoxa desenvolve pesquisas acerca da oferta de bens, as quais abrangem custos de produção, maximização de lucros, estruturas de mercados, entre outros temas (PINDICK; RUBINFELD, 2010). No campo específico das drogas, a contribuição que foi mais difundida pela corrente ortodoxa é do economista Gary Stanley Becker¹³⁷. A publicação do artigo “Crime and Punishment: an Economic Approach”, em 1968, significou um marco nos estudos econômicos que dariam origem às linhas de pesquisas definidas como “Economia do Crime”, que incluem os estudos sobre tráfico de drogas. Embora algumas pesquisas tenham sido realizadas anteriormente¹³⁸, o trabalho desenvolvido por Becker teve uma maior repercussão, dada à riqueza de detalhes com a qual o autor estudou e quantificou os diferentes tipos de crimes e de punições.

Embora o objeto de pesquisa dessa dissertação (que é contribuir para explicar por quais razões as políticas de proibição às drogas não são suficientes para terminar com esse mercado ilícito) tenha sido respondido no Capítulo 3 (com o apoio dos Capítulos 1 e 2), por meio da definição do campo de estudos da Economia das Drogas a partir da visão econômica heterodoxa, optou-se por adicionar ao trabalho este último capítulo, que objetiva apresentar uma revisão crítica sobre a perspectiva ortodoxa acerca da oferta e da demanda de substâncias psicoativas, a fim de reforçar a justificativa da escolha pela abordagem heterodoxa e de apontar as insuficiências da corrente ortodoxa. Além disso, entende-se que muitas abordagens trabalhadas pela ortodoxia, por melhor intencionadas que sejam, omitem problemáticas políticas e sociais – como a questão da pobreza, da desigualdade, das etnias, das culturas, entre outros contextos – ao atribuírem o uso e o tráfico de drogas às escolhas racionais e individuais. Esse ponto omite um perigo relacionado a possíveis posicionamentos ideológicos, pois, ao entender o uso e a venda de psicoativos como uma ação autônoma e exclusivamente individual, torna-se muito fácil inverter o combate contra a

¹³⁷ Gary Stanley Becker graduou-se em Economia, em 1951, na Universidade de Princeton. Logo em 1955, obteve o título de doutorado pela Universidade de Chicago. Foi professor na Universidade de Columbia, no período de 1957 a 1968, quando ingressou, então, na Universidade de Chicago, onde encerrou sua carreira como docente. O economista recebeu diversos títulos e prêmios, tendo seu auge em 1992, quando recebeu o Prêmio Nobel da Economia, por seus trabalhos. De modo geral, ele concentrou suas pesquisas nas áreas sobre investimento em capital humano, distribuição do trabalho e alocação do tempo nas famílias, economia do crime e discriminação nos mercados de bens e de trabalho (BECKER, S.d.).

¹³⁸ Alguns trabalhos anteriores, como os de Smigel (1965) e Ehrlich (1967) usaram funções como as do modelo de Becker, incluindo dados do Estado como unidade básica de observação e relacionando-os com alguns crimes relatados pelo FBI.

mercadoria droga para um combate contra *pessoas* – no caso, usuários e traficantes. Conforme discutido ao longo do trabalho, este não é o posicionamento da heterodoxia, que não vê o mercado como uma soma de organismos independentes, mas sim como um resultado de uma interação dinâmica entre todos. Por isso, a visão heterodoxa, no campo da Economia das Drogas, prioriza o *contexto* em detrimento a variáveis controladas, como *preço e quantidade*.

Desse modo, este capítulo aborda inicialmente algumas teorias sobre o crime que podem ser associadas à questão das drogas, nas quais a teoria de Gary Becker está inserida (item 4.1). Após, é explicado o modelo beckeriano para crimes, que é aplicado também aos estudos sobre psicoativos (item 4.2). A partir dessa compreensão, são discutidas a irracionalidade e as falhas e os limites da racionalidade, como método crítico à teoria da escolha racional (item 4.3). Também são revisados os principais estudos ortodoxos sobre os consumidores de psicoativos (item 4.4) e, finalmente, são discutidas considerações adicionais acerca desses trabalhos sobre os usuários (item 4.5).

4.1 – Drogas e Crimes: algumas teorias

A criminologia é uma ciência que busca estudar todos os componentes da criminalidade, que inclui desde o crime e o criminoso até a vítima e as penas. Shecaira explica que essa área do saber se diferencia dos demais campos do Direito por abranger “a interdisciplinaridade e a visão indutiva da realidade” (SHECAIRA, 2004, p. 63). Ele ainda explica que suas origens decorrem dos ideais iluministas, conforme ocorre com toda a base científica, bem como as instituições que permanecem na sociedade até hoje. Justamente por pertencer à área dos estudos das Humanas, a criminologia não segue uma única linha ou metodologia, de modo que a multiplicidade de visões, de teorias e de perspectivas desenvolve as diversificadas linhas de pensamento dentro desse campo.

As primeiras teorias desenvolvidas pela criminologia consolidam a linha denominada como “clássica”. Ela tachava o criminoso como um indivíduo pecador,

cujos caminhos teriam sido trilhados pelo mal; apoiava-se na filosofia de Rousseau, que mostrava o Direito como uma espécie de contrato social, pelo qual alguns indivíduos chegavam a um consenso que indicaria as regras e as relações da sociedade. Neste contrato, para se chegar a um acordo, era necessário ceder parte da própria liberdade. Assim, os infratores que não cumprissem os acordos sociais, deveriam ser punidos em proporção ao crime realizado.

Com críticas posteriores a essa teoria, surgiu a linha que se denominaria como “positivista”. Esse pensamento contrariava os pressupostos clássicos, pois refutava o livre-arbítrio ao ascender a hipótese do determinismo biológico ou social no comportamento criminoso. Assim, um desviante seria um doente ou um produto do meio social.

Nesse sentido, durante o final do século XIX e o início do século XX, os conceitos da criminologia eram divididos por essas duas correntes: a dos clássicos, que defendiam a hipótese de que cada crime deveria receber uma punição à altura; e a dos positivistas, que defendiam a hipótese de que a punição deveria servir como medida de segurança e com o objetivo de “curar” o infrator.

Uma terceira visão, muito propagada na Espanha e nas colônias espanholas, foi a “correcionalista”, pela qual o “criminoso é um ser inferior, deficiente, incapaz de dirigir por si mesmo – livremente – sua vida, cuja débil vontade requer uma eficaz e desinteressada intervenção tutelar do Estado” (SHECAIRA, 2004, p. 48). Essa visão exigia a existência de um Estado piedoso e pedagógico. Shecaira explica que, embora essa corrente não tenha uma grande adesão no Brasil, ela se aproxima muito da legislação que lida com adolescentes infratores.

Outra corrente, agora mais próxima do contexto econômico, é a denominada “marxista”. Ela apoia-se no determinismo social e econômico, de modo que explica o “crime como uma decorrência natural de certas estruturas econômicas” (SHECAIRA, 2004, p. 49). Assim, o infrator seria uma vítima do sistema econômico e social, de modo que a sociedade é que seria a culpada. Embora Marx não tenha elaborado muitos textos sobre a questão jurídica, ele colocava o Direito como um produto da burguesia, cujas regras ditariam os crimes sobre a base de produção. Conforme a sociedade sofresse transformações, as leis e os crimes também se modificariam.

Essas correntes principais dentro da Criminologia ainda apresentaram mais ramificações e desagregações à medida que foram integrando teorias de outras áreas científicas. Nesse sentido, Cerqueira e Lobão (2003) realizaram um estudo para identificar as principais abordagens que buscam explicar as causas da violência e do crime. Eles identificaram dez teorias: a de patologias individuais, a de desorganização social, a de estilo de vida, a de aprendizado social, a de controle social, a de autocontrole, a de anomia, a interacional e a ecológica, além da Teoria da Escolha Racional. Nesse trabalho, Cerqueira e Lobão buscaram apontar quais variáveis eram utilizadas nas pesquisas de cada uma dessas abordagens.

A teoria das patologias individuais está inserida dentro do campo da teoria biológica da corrente positivista descrita anteriormente. Ela buscava identificar no comportamento desviante algum tipo de patologia de ordem biológica, tão natural “como o nascimento, a morte, a concepção” (BARATTA, 2011, p. 39). Desenvolvida por Lombroso¹³⁹, essa abordagem deixou de ser utilizada após a II Guerra Mundial, pois implicou uma teoria racista e preconceituosa, já que caracterizava, muitas vezes, o criminoso pelo tamanho do crânio ou da orelha, entre outros fenótipos.

A abordagem da desorganização social vê o comportamento criminoso como reflexo da própria comunidade em que está inserido, sendo, comumente, o *status* econômico a causa que o levaria aos desvios. Além disso, questões como a estrutura familiar e problemas atrelados à urbanização também podem levar à criminalidade e podem ser consideradas dentro da abordagem da desorganização social.

A teoria do estilo de vida coloca como centro de pesquisa a vítima ao invés do agressor. Ela investiga qual estilo de vida da vítima viabilizará o sofrimento de algum ato criminoso. Ela explica, portanto, porque pessoas que levam um modo de vida mais caseiro não sofrem tantos crimes, por não ficarem tão expostas à violência. Embora, num primeiro momento, essa abordagem pareça um tanto óbvia, deve-se atentar para não culpar a vítima pela agressão sofrida, já que ela aponta hábitos e costumes da pessoa vitimada.

A teoria do aprendizado social ou da associação diferencial explica o crime como um produto da interação, da comunicação e das relações pessoais. Os focos

¹³⁹ Cesare Lombroso foi um cientista italiano que realizou pesquisa sobre criminologia, durante o século XIX, tendo como principal obra o livro “O Homem Delinquente”, de 1876 (BARATTA, 2011).

dessas pesquisas costumam recair sobre o jovem, de modo que buscam entender o controle familiar ou a influência de amigos e de vizinhos no comportamento desviante dele. Assim, ele se tornaria um criminoso por aprender esse comportamento de outra pessoa do seu meio.

A teoria do controle social¹⁴⁰ vai em direção oposta às demais teorias. Enquanto as outras buscam explicar o comportamento desviante – ou como na teoria do estilo de vida, o comportamento da vítima –, a teoria do controle social busca explicar porque algumas pessoas não ingressam na criminalidade. Desse modo, ela coloca mecanismos sociais, apoiados em normas ou “contratos”, como formas de coerção social.

A teoria do autocontrole justifica a inadequada formação do comportamento social de jovens, por parte dos pais, no período que vai dos primeiros anos de vida até a pré-adolescência. Ela costumava ser utilizada para justificar o envolvimento com drogas de muitos jovens como uma deficiência no processo de educação e de formação, no sentido de que eles não teriam recebido limites de comportamento durante seu desenvolvimento e, portanto, não desenvolveriam a capacidade de se autocontrolar. Por essa teoria, “o indivíduo, a partir da adolescência, passa a exibir uma persistente tendência de agir baseado exclusivamente em seus próprios interesses, com vistas à obtenção do prazer no curto prazo” (CERQUEIRA; LOBÃO, 2003, p. 10).

A teoria da anomia explica alguns comportamentos criminosos pelo sentimento de frustração decorrente do distanciamento das ambições individuais e das realidades ou possibilidades sociais. Ela explica como alguns indivíduos encontram no crime uma alternativa para atingir seus objetivos, sejam quais forem, como aquisições econômicas ou conquistas profissionais, já que não acreditam poder alcançá-los dentro das normas sociais ou legais, seja por falta de oportunidade ou de capacidade. Em outras palavras, essa teoria reflete no crime o resultado de um indivíduo tomado de tensões, que não consegue ver outra saída para resolvê-las, além da criminalidade.

A teoria interacional é muito próxima da teoria do aprendizado social e do controle social, pois busca ver no ato criminoso uma relação mútua, de causa e efeito, pela qual uma série de fatores sociais tanto explicaria o crime como seria uma

¹⁴⁰ Para ler mais sobre a teoria do controle social, recomenda-se a leitura de “Vigiar e Punir”, de Foucault.

consequência dele. Outro aspecto também seria incluído a fim de complementar essa abordagem: a perspectiva evolucionária, pela qual a iniciação à criminalidade se daria durante a pré-adolescência, atingiria seu auge antes dos 18 anos e se encerraria por volta dos 30 anos.

A teoria ecológica abrangeria inúmeras variáveis, de caráter individual, social, estrutural ou institucional, que seriam úteis para explicar o comportamento criminoso. Ela mescla diferentes teorias e tenta explicar o crime como um produto do indivíduo, das relações próximas a ele, do meio e/ou da sociedade. Essa abordagem é muito condizente para explicar a oferta de tráfico de drogas no Brasil, por enfatizar a problemática da desigualdade de renda e, principalmente, da exclusão social.

Por último, além da revisão dessas nove principais abordagens, Cerqueira e Lobão (2003) também destacaram a Teoria da Escolha Racional, desenvolvida por Gary Becker. Por essa abordagem, o criminoso escolheria racionalmente ingressar ou não na criminalidade, ao medir vantagens e desvantagens, de modo que o agente racional busca sempre a maximização da utilidade. Essa abordagem ficou conhecida como “Teoria Econômica do Crime” e desencadeou uma série de pesquisas de economistas sobre o crime, apoiadas em modelos econométricos, sendo amplamente utilizada em trabalhos posteriores que buscavam aplicar o modelo econômico do crime apoiados em séries temporais, de cortes transversais e/ou espaciais ou, ainda, em painel de dados. Nos últimos anos, essa teoria foi inserida como disciplina (“Economia do Crime”) em alguns programas de graduação nos Estados Unidos. No Brasil, diversos artigos desenvolveram esse modelo para diferentes tipos de crimes (SANTOS; KASSOUF, 2007; MELLO, 2010; CERQUEIRA, 2010). Por ter repercussão até a contemporaneidade, essa abordagem é mais detalhada a seguir.

4.2 – Teoria econômica do crime de Gary Becker e a escolha racional do traficante

O ensaio de G. Becker (1968) inicia com a discussão dos gastos públicos e privados dos Estados Unidos relacionados ao crime. O economista contextualiza essa problemática enfatizando que, a partir do século XIX, houve uma mudança na função do Estado, que deixou de apenas proteger pessoas e propriedades privadas e passou também a controlar mercados, a fim de conter o liberalismo econômico. O posicionamento liberal de Becker traz todo o sentido de seu trabalho, que expõe a preocupação em encontrar um equilíbrio – ou ponto ótimo – dos gastos públicos com combate e com prevenção ao crime¹⁴¹.

O autor explica que esse assunto abrange questões de criminologia, mas ele propõe que a visão econômica, fundamentada na Teoria da Escolha Racional, pode substituir as demais teorias sobre o comportamento criminoso. Assim, o modelo de Becker baseia-se na ideia de que a melhor escolha deve ser tomada considerando as infinitas necessidades e os escassos recursos. Por isso, a metodologia desenvolvida por ele busca encontrar um equilíbrio dos dispêndios públicos que minimizem as perdas sociais decorrentes da criminalidade.

Assim, a análise é iniciada a partir de uma tabela do relatório da Comissão do Presidente, do ano de 1967, que expõe os custos com crimes nos Estados Unidos. A tabela discrimina os custos por tipo de crimes, selecionando quatro grupos principais: crimes contra a pessoa, crimes contra a propriedade, serviços e bens ilegais e outros tipos de crimes. Além da soma total desses crimes, ainda são acrescentados os gastos públicos com policiamento, Ministérios Públicos e Tribunais, os gastos com correções e alguns gastos privados para combate ao crime. É possível observar essas informações na Tabela 18.

¹⁴¹ Becker explica que não existem dados de obediência à lei e entende, portanto, que os gastos públicos servem para prevenir e para combater a criminalidade.

Tabela 18 – Custos econômicos dos crimes nos Estados Unidos – 1965

Custos econômicos do crime	
Tipo	Custo (em milhões de dólares)
Crimes contra a pessoa	815
Crimes contra a propriedade	3.932
Bens e serviços ilegais	8.075
Alguns outros crimes	2.036
Total	14.858
Gasto público com polícia, Ministério Público e tribunais	3.178
Correções	1.034
Alguns custos privados no combate ao crime	1.910
Total global	20.980

Fonte: President's Commission (1967, p. 44) *apud* Becker (1968, p. 3). Adaptado.

Preocupado com as informações sobre o crime nos Estados Unidos, Becker salienta que os custos apresentados na tabela somam 21 bilhões de dólares, o que equivalia a 4% da renda nacional no ano de 1965. Esse quadro, na prática, devia ser mais grave, já que crimes não descobertos não foram contemplados no banco de dados. Além disso, o autor ressalta o crescimento da criminalidade a partir da década de 1930 e relaciona esse percalço à expansão de moeda em circulação no país, destacando a importância do dinheiro em espécie para a criminalidade, pois essa forma de acumulação não registra pistas e favorece os crimes de “colarinho branco” ou de lavagem de dinheiro.

A partir desses dados, Becker organizou todo o seu modelo, que tem por objetivo ser útil aos gestores de políticas públicas, de modo que eles possam aplicá-lo e sejam auxiliados na decisão da escolha ótima das políticas de combate ao crime. Assim, ele destaca cinco categorias principais para o modelo, que são as relações entre: número de delitos e respectivos custos; número de delitos e de punições; número de delitos, prisões e condenações e gastos públicos; número de condenações e custos de prisões e outras punições; e número de delitos e gastos privados em proteção e apreensão.

Ademais, para melhor compreensão do modelo, quatro variáveis são discutidas: danos, custo de apreensão e de condenação, oferta de crimes e punições.

O autor vê a atividade criminal como um subconjunto da classe de atividades que causam deseconomias, ou seja, atividades que geram perdas econômicas para a sociedade, especialmente pela parte que não é beneficiada com o crime.

A primeira variável, definida como “danos”, mensura os danos líquidos sociais resultantes da criminalidade. Definida como D , ela será o resultado dos danos sociais (H) reduzidos dos ganhos criminosos (G), de modo que $D(O) = H(O) - G(O)$.

A variável “dano” apresenta uma relação direta com o número de atividades criminosas. Segundo o autor, algumas atividades são proibidas porque causam danos à sociedade, por isso, ele aponta uma relação matemática direta entre os danos e a quantidade dessas atividades criminosas, de modo que: $H_i = H_i(O_i)$ ¹⁴². O autor ressalta ainda a diferença entre dano e custo social, pois alguns crimes não significariam, de modo geral, um custo social, e sim, uma transferência de riqueza. Um assalto, por exemplo, representaria uma transferência de riqueza, de modo que a perda da vítima resulta na renda do assaltante. Para homicídios, são considerados como danos os rendimentos que deixaram de ser recebidos pela vítima, não sendo contemplados, portanto, “o valor atribuído pela sociedade sobre a própria vida” (BECKER, 1968, p. 6, tradução nossa¹⁴³). Assim como os danos são diretamente proporcionais ao número de crimes, os ganhos sociais que, no caso, são os ganhos dos criminosos, também mantêm essa relação, de modo que $G = G(O)$. Complementarmente à variável G , Becker usa como premissa a teoria dos rendimentos marginais decrescentes, ou seja, conforme o crime expande, reduz o ganho por ato criminoso.

Na segunda variável, Becker separa os custos de condenação dos custos de prisão, tendo em vista que muitos esforços de policiamento e de julgamentos não resultam necessariamente na punição. Assim, os custos de apreensão e de condenação, definidos como C , variam em função do “estado das artes” (A), ou seja, quanto maior for o dispêndio com policiais, servidores de tribunais ou ainda com aparelhos especializados na captura, mais fácil será para descobrir os crimes e condenar os criminosos.

Assim, o autor sugere que sejam direcionados maiores investimentos em aparelhos e em desenvolvimento de tecnologias, tais como detectores de mentira,

¹⁴² Ou seja, os danos (H) para um período (i) mudam em função do número de ofensas (O) no mesmo período (i).

¹⁴³ “the value placed by society on life itself” (BECKER, 1968, p.6).

escutas telefônicas, computadores, entre outros, de modo que diminuam os gastos com salários. Ele percebe que 85 a 90% do custo da Tabela 18 é referente à folha de pagamento. Seguindo suas concepções neoliberais, ele sugere a redução de gastos com o grupo de despesa “pessoal”.

Ainda na variável “custos de apreensão e de condenação”, o autor faz uma aproximação para estimar o número de atividades do aparelho estatal de combate ao crime a partir do número de crimes levantados, de modo que $A \approx pO$, sendo “p” a proporção das ofensas apuradas pelo total de condenações. Esse “p” será utilizado mais tarde como probabilidade global de um crime ser descoberto por condenação. Assim, para aumentar “p” dever-se-ia aumentar os gastos nas atividades “a”, que representa a prisão e outros determinantes da atividade.

Nesse contexto, por indução, G. Becker chega à conclusão de que as condenações podem mensurar as atividades, ou ainda, se “p” e “O” tiverem iguais elasticidades, introduz-se a ideia de $A=h(p,O,a)$.

Com relação à oferta de crimes, essa variável baseia-se na propensão de o criminoso ser condenado ou preso. G. Becker (1968) que explica que existem divergentes teorias que buscam explicar o que leva um indivíduo ao crime¹⁴⁴, contudo, a maioria delas converge à ideia segundo a qual, *mantidos os demais fatores constantes*, se aumentarem as chances da pessoa ser condenada ou presa, reduz-se o número de crimes cometidos por ela, ainda que essa redução se apresente em diferentes proporções de acordo com cada caso (BECKER, 1968).

Ele também aponta algumas afirmações de juristas que alegam que mudanças na probabilidade de detenção provocam um maior impacto na redução de crimes do que uma mudança na punição, como uma lei, por exemplo, que aumente o período da pena¹⁴⁵.

¹⁴⁴ O autor cita, inclusive, algumas teorias apresentadas no item 4.1 desta dissertação.

¹⁴⁵ Becker recomenda a leitura de Cesare Beccaria, autor italiano do século XVIII, abordado até hoje na História do Direito, especialmente pela autoria da obra “Dos delitos e das penas”. Beccaria defendia o princípio do prazer-sofrimento, pelo qual as pessoas buscavam maximizar o prazer e minimizar a dor. Assim, ele entendia que as punições deveriam ser proporcionais ao crime, sendo classificado como utilitarista na criminologia.

A abordagem adotada aqui segue a habitual análise das escolhas de economistas e assume que uma pessoa comete um crime se a utilidade esperada para ela excede a utilidade que ela poderia obter usando seu tempo e outros recursos em outras atividades. Algumas pessoas se tornam “criminosas”, portanto, não porque a sua motivação básica é diferente da motivação de outras pessoas, mas porque seus benefícios e custos diferem. Eu não posso aqui fazer uma pausa para discutir as várias implicações gerais desta abordagem, exceto para observar que o comportamento criminoso se torna parte de uma teoria mais geral e não requer conceitos *ad hoc* de associação diferencial, anomia, e assim por diante, nem ele assume um conhecimento perfeito, cálculo extremamente rápido ou qualquer uma das outras caricaturas da teoria econômica (BECKER, 1968, p. 9, tradução nossa¹⁴⁶).

Desse modo, o modelo identificará “oferta de crimes” como o número de delitos cometidos num dado período j , o que implicará a relação de uma função desse número com a probabilidade de condenação (p), quando condenado, a punição (f) e outras variáveis (u), como a renda disponível para atividades legais ou outras atividades ilegais, os incômodos prisionais ou ainda a vontade de praticar um ato criminoso. De modo que: $O_j = O_j(p_j, f_j, u_j)$.

Ressalta-se também que as variáveis abrangidas por “ u ” sofrerão influência da probabilidade de condenação, ao passo que a variável “ f ” não sofrerá impacto por outros delitos cometidos.

Também gestores públicos podem antecipar alguns resultados a partir de transformações nas variáveis incluídas em “ u ”, já que, segundo o autor, uma elevação de salários do mercado de trabalho – ou de outras atividades criminosas – interferiria na escolha do criminoso. Do mesmo modo, um aumento nas obediências das leis, por um incremento em educação, ou ainda, uma substituição de punição – de multa para prisão – interferiria na oferta de crimes, desestimulando a expansão da criminalidade.

Ao longo do ensaio, G. Becker (1968) considera diferentes possibilidades de aumento em “ p ” e “ f ”, dada a aversão ou a propensão ao risco do indivíduo, de modo

¹⁴⁶ “The approach taken here follows the economists’ usual analysis of choice and assumes that a person commits an offense if the expected utility to him exceeds the utility he could get by using his time and other resources at other activities. Some persons become “criminals,” therefore, not because their basic motivation differs from that of other persons, but because their benefits and costs differ. I cannot pause to discuss the many general implications of this approach, except to remark that criminal behavior becomes part of a much more general theory and does not require *ad hoc* concepts of differential association, anomie, and the like, nor does it assume perfect knowledge, lightning-fast calculation, or any of the other caricatures of economic theory” (BECKER, 1968, p. 9).

que isso tem um efeito variante na utilidade esperada, mas não considera isso na renda. Sobre isso, ele conclui:

A generalização de que os criminosos são mais dissuadidos pela probabilidade de serem condenados do que pela punição quando condenados acaba por implicar a abordagem da utilidade esperada que criminosos têm quanto às preferências ao risco, pelo menos nas áreas relevantes de punição (BECKER, 1968, p. 11, tradução nossa¹⁴⁷).

No modelo, o número total de crimes é a soma de todos “ O_j ” e pode depender do conjunto: p_j , f_j e u_j . Embora as variáveis sejam parecidas para diferirem significativamente entre as pessoas, dadas as diferenças de inteligência, idade, educação, histórico de crimes prévios, saúde, educação familiar, etc., por simplificação, Becker considerou somente os valores médios, e escreve a função do mercado de crime como $O = O(p, f, u)$.

Becker trata ainda da noção geral na economia que atrela pessoas avessas ao risco à obtenção de rentabilidades mais altas em proporção ao risco, e pessoas propensas ao risco, com rentabilidade mais baixa. Ele considera isso para a análise da oferta de crimes, ao passo que infratores amantes ao risco se submeteriam a rendimentos marginalmente menores daqueles que poderiam receber exercendo um trabalho formal, por exemplo. Ele concluiu, desse modo, que a ideia de que “o crime compensa” não é um reflexo das más políticas públicas ou do baixo investimento do Estado, mas uma problematização da influência do risco no indivíduo desviante, exceto em situações cujas variáveis “ p ” e “ f ” exerçam maior influência que o risco. Nesse caso, o aparelho estatal pode interferir nos valores de “ p ” e de “ f ” a fim de forçar a escolha racional dos criminosos, trazendo a resposta de que o “crime não compensa”.

Por fim, Gary Becker (1968) explica a variável “punições”, pelas quais as diferentes penas podem ser comparadas por meio da conversão em moedas. “Por exemplo, o custo de uma prisão é a soma descontada da perda de rendimentos e o valor alocado sobre as restrições de consumo e de liberdade” (p. 13, tradução

¹⁴⁷ “The widespread generalization that offenders are more deterred by the probability of conviction than by the punishment when convicted turns out to imply in the expected-utility approach that offenders are risk preferrers, at least in the relevant region of punishments” (BECKER, 1968, p. 11).

nossa¹⁴⁸). Além disso, esses custos são diferentes para cada indivíduo, já que o crime produz diferentes rendas, assim como as punições variam em tipos e em período para cada delito.

Conforme o faz em todo o ensaio, G. Becker aborda com minúcias sobre os diferentes tipos de ofensas e as diferentes punições, que variam de multas até liberdade condicional e prisão e mostra como algumas punições, como o pagamento de multas, podem representar um custo para o infrator, mas também uma receita para parte da sociedade. Por isso, ele considera o custo social total das punições como custo para os criminosos acrescido do custo das vítimas ou deduzido o ganho das punições. Isso traz a noção de que alguns crimes, punidos por multas, reproduzem custos sociais nulos, mas outras punições, como as prisões, tendem a exceder o custo dos criminosos e, portanto, a resultar num custo social total positivo; já que os custos para os infratores tendem a ser menores que os custos para a sociedade, especialmente por produzir vítimas.

E, finalmente, ele faz uma reflexão sobre a complexidade do tema, mas lava as mãos da própria teoria ao isentá-la de qualquer simplificação por uma escolha metodológica “consensual”:

Homens razoáveis, muitas vezes, divergem sobre a quantidade de danos ou de benefícios causados por diferentes atividades. Do mesmo modo, quaisquer salários estabelecidos pelos competitivos mercados de trabalho são permitidos, enquanto para outros, as taxas abaixo de um certo mínimo são violações de direitos fundamentais; para alguns, o jogo, a prostituição e até mesmo o aborto deveriam ser liberadamente disponibilizados para qualquer pessoa disposta a pagar o preço de mercado, enquanto para outros, o jogo é pecado e o aborto é assassinato. **Essas diferenças são fundamentais para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, mas foram excluídas do meu inquérito.** Eu assumo o consenso sobre danos e benefícios e simplesmente tento elaborar regras para a aplicação ótima desse consenso (BECKER, 1968, p. 45, tradução¹⁴⁹ e grifo nossos).

¹⁴⁸ “For example, the cost of an imprisonment is the discounted sum of the earnings foregone and the value placed on the restrictions in consumption and freedom” (BECKER, 1968, p. 13).

¹⁴⁹ “Reasonable men will often differ on the amount of damages or benefits caused by different activities. To some, any wage rates set by competitive labor markets are permissible, while to others, rates below a certain minimum are violations of basic rights; to some, gambling, prostitution, and even abortion should be freely available to anyone willing to pay the market price, while to others, gambling is sinful and abortion is murder. These differences are basic to the development and implementation of public policy but have been excluded from my inquiry. I assume consensus

Justamente por esse princípio não ser consensual e por inúmeros fatores serem excluídos de seu modelo, Gary Becker recebeu diversas críticas. Essas oposições são apresentadas no item 4.3, a seguir.

4.3 – A irracionalidade e as falhas e limites da racionalidade: crítica à teoria da escolha racional

O trabalho desenvolvido por Gary Becker proporcionou algumas contribuições que facilitaram cálculos e estimativas aos gestores públicos, já que a metodologia elaborada pelo autor fornece informações que permitem análises mais gerais sobre os custos decorrentes da criminalidade. Contudo, algumas críticas sobre pontos específicos bem como sobre a essência do trabalho foram levantadas.

Com relação às críticas pontuais, ao considerar que a prisão de criminosos, como narcotraficantes, por exemplo, reduz a oferta de crimes, Gary Becker desconsidera o caráter cíclico da atividade ilegal. Isso ocorre especialmente nos casos em que a atividade criminosa é muito rentável, pois, ao retirar um indivíduo que exerce o crime, prendendo-o, outros indivíduos o substituirão, ocupando a função que o primeiro exercia na criminalidade. Entende-se, portanto, que a prisão não necessariamente reduz a oferta de ofensas e pode, inclusive, intensificar problemas como a superpopulação carcerária.

Também ao afirmar que “o custo de uma prisão é a soma descontada da perda de rendimentos e o valor alocado sobre as restrições de consumo e de liberdade” (BECKER, 1968, p. 13), o autor limita a restrição de liberdade de um condenado ao próprio condenado, anulando, portanto, que um traficante não produz renda e consumo somente para ele próprio, mas também fornece recursos, muitas vezes, para toda sua família. Assim, os impactos de uma prisão devem considerar as consequências não somente econômicas, mas também sociais, já que carregam problemáticas de desestruturação familiar, sendo, portanto, o custo projetado em futuras gerações.

on damages and benefits and simply try to work out rules for an optimal implementation of this consensus” (BECKER, 1968, p. 45).

Apesar dessas colocações pontuais, o principal apontamento desfavorável ao modelo beckeriano é com relação à demasiada simplificação de que o criminoso faz uma escolha racional sobre exercer uma atividade ilegal ou não. Ao discutir as origens do pensamento utilitarista de Gary Becker, Campos (2008) realiza uma crítica à teoria da escolha racional, pois “opções, escolhas, cálculos dos indivíduos não se dão em um vazio psicológico, muito menos em um vazio sociocultural, mas encontram-se sempre sujeitos a formas de condicionamento” (2008, p. 107); afinal, diversos aspectos interferirão nas ações dos seres humanos. Por isso, ele explica que:

Mecanismos como normas sociais ou emoções não são somente racionais, mas sim frequentemente irracionais, pois as normas sociais podem fazer com que as pessoas muitas vezes atuem contra seus próprios interesses; e as emoções podem fazer uma pessoa atuar contra os seus interesses e contra as normas sociais (CAMPOS, 2008, p. 108).

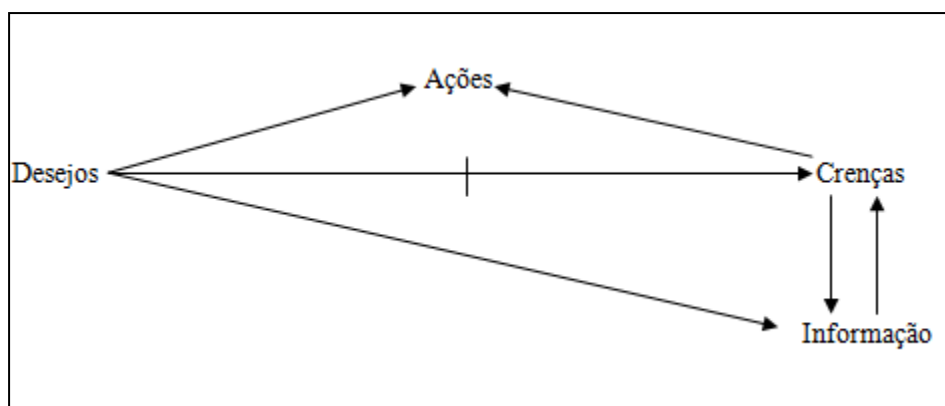
Essa ideia resume a essência do trabalho realizado pelo filósofo norueguês Jon Elster, renomado cientista social e político que lecionou em universidades nos Estados Unidos, incluindo a Universidade de Chicago, mesma instituição de ensino de Gary Becker. Em diversos trabalhos, Elster (1994) contrapôs os ideais da ortodoxia econômica que insiste em generalizar a existência do *homo economicus* – o indivíduo egoísta e racional. Primeiramente, o autor ressalta que a racionalidade e o egoísmo não são necessariamente mútuos, pois uma característica não explica nem implica a outra. Essa concepção da racionalidade foi desmistificada a partir de meados da década de 1970, quando psicólogos e alguns economistas comportamentais¹⁵⁰ passaram a identificar mecanismos de escolhas irracionais que englobam características psicológicas variadas que não necessariamente correspondem às satisfações pessoais. Além disso, uma pessoa pode ser classificada como racional, mas agir com irracionalidade, pois instintos e emoções interferem de modo a evitar, por exemplo, algum perigo eminente ou futuro, bem como sentimentos de vingança. Para Elster, o próprio indivíduo que age com extrema racionalidade, denominada como “hiper-

¹⁵⁰ A Economia Comportamental é um campo da Ciência Econômica que estuda como os agentes econômicos sofrem influências de aspectos psicológicos. São utilizados estudos sobre as estratégias da administração, do *marketing* e da publicidade que interferem no processo de decisão dos agentes no mercado.

racionalidade”, sinaliza uma espécie de patologia, cuja busca pela escolha ótima é abstrata.

Ademais, a hipótese da escolha racional acarreta duas condições que, na prática, dificilmente existem: o indivíduo precisa ser capacitado a escolher a melhor ação e necessita ter informações “ótimas”. Nesse sentido, Elster (2001) explicou que o processo de escolha e de decisão implica, além da ação de decidir e do autointeresse, informações incompletas e crenças. A Figura 13 ilustra esse processo.

Figura 13 – Modelo básico de escolha racional



Fonte: Elster (2001, p. 137). Adaptado.

Na teoria da escolha racional, existem três níveis distintos de otimização que exigem haver: racionalidade nas crenças, informações completas a respeito das oportunidades e baixo custo para adquirir informações. Conforme Elster explica:

Em primeiro lugar, para que uma **ação seja racional** tem que ser a melhor maneira de **satisfazer os desejos do agente dadas as suas crenças**. Em si mesma, trata-se de uma exigência muito fraca. Se queremos matar uma pessoa e cremos que a melhor maneira de fazê-lo é elaborar uma representação dela em forma de boneco e fincá-lo com agulhas, então, de acordo com essa definição superficial, atuaremos de maneira racional se construirmos o boneco e o espetarmos com agulhas. No entanto, dificilmente ficaríamos satisfeitos com essa conclusão, e não precisamente porque meus desejos homicidas são irracionais (podem ser imorais, mas essa é outra questão), mas porque

minha crença está precariamente fundamentada (ELSTER, 2001, p. 137-8, tradução¹⁵¹ e grifo nossos).

Portanto, ao não considerar as crenças, que são um produto do grau de educação, da religião ou ainda da experiência de vida de cada pessoa, a teoria da escolha racional falha ao simplificar o desejo de satisfação como a escolha racional adotada. Além das crenças, Elster (2001) explica que as oportunidades disponíveis ao agente pesam mais no processo de decisão que as próprias crenças. Pode-se pensar, num primeiro momento, que o indivíduo racional fará o **“melhor que puder”** perante uma ação. Entretanto, “necessitamos levar em conta que o conjunto completo de oportunidades objetivas disponíveis para o agente pode ser que não seja conhecido por ele” (ELSTER, 2001, p. 138, tradução nossa¹⁵²). Por isso, “a teoria nos dirá que **os indivíduos fazem o melhor que creem que podem fazer**” (ELSTER, 2001, p. 138, tradução¹⁵³ e grifo nossos).

Assim, para aprimorar o conhecimento acerca das oportunidades, o indivíduo precisará despende tempo, esforço e, muitas vezes, renda para melhorar o nível de informação disponível. Como exemplo, o autor cita um motorista que precisa se guiar numa cidade que nunca esteve antes. Sem conhecer as ruas, essa pessoa não consegue optar pelo melhor trajeto. Para isso, será preciso adquirir um mapa. Ainda assim, seria necessário “pesar” o custo de escolher o melhor trajeto com o custo de conseguir a informação necessária para isso. Esses pontos não são abordados pela escolha racional.

Pode-se identificar algumas contribuições obtidas com o desenvolvimento da teoria da escolha racional, como o processo de decisão do quanto gastar em dois produtos (devendo equalizar a utilidade marginal, e não a utilidade total e média) ou ainda como instrumentos a órgãos do governo responsáveis por políticas

¹⁵¹ “En primer lugar, para que una acción sea racional tiene que ser la mejor manera de satisfacer los deseos del agente dadas sus creencias. En sí misma se trata de una exigencia muy débil. Si queremos matar una persona y creemos que la mejor manera de hacerlo es elaborar una representación de ella en forma de un muñeco y pincharle con agujas, entonces, de acuerdo con esta definición débil, actuaremos de manera racional si construimos el muñeco y lo pinchamos con agujas. Sin embargo, difícilmente nos quedaríamos satisfechos con esta conclusión, y no precisamente porque mis deseos homicidas sean irracionales (puede que sean inmortales, pero esa es otra cuestión), sino porque mi creencia está manifiestamente mal fundada” (ELSTER, 2001, p. 137-8).

¹⁵² “necessitamos tener en cuenta que el conjunto completo de oportunidades objetivas, disponibles para el agente, puede que no sea conocido por él” (ELSTER, 2001, p. 138).

¹⁵³ “la teoría nos dirá que los individuos hacen lo mejor que creen que pueden hacer” (ELSTER, 2001, p. 138).

macroeconômicas, pois é possível avaliar as reações dos indivíduos frente a pequenas mudanças nas políticas fiscais e monetárias de curto prazo (ELSTER, 2001). Contudo, a teoria da escolha racional apresenta alguns limites e algumas falhas que devem ser identificadas para não serem reproduzidas em pesquisas, especialmente acerca dos estudos econômicos sobre as drogas.

Além dos pontos já discutidos, uma grave falha da teoria que deve ser destacada está na formulação de previsões que apontam como os agentes agirão, mas não correspondem à realidade, já que muitos não se comportam de maneira racional; sendo a irracionalidade não um caso de exceção, cujas paixões e emoções dominam a razão. Conforme mencionado anteriormente, a própria “hiper-racionalidade” resulta em irracionalidade, afinal, existem tanto indivíduos egoístas (ou autointeressados) quanto indivíduos altruístas, que agem de modo irracional (ELSTER, 2001).

Como limites decorrentes da concepção da escolha racional, a principal restrição está colocada pela incerteza generalizada que prevalece no mundo real. Segundo Elster, “a incerteza é definida como um estado em que não se pode atribuir de forma confiável probabilidades quantitativas para os possíveis resultados da ação” (2012, s.p.) e afirma, portanto, que “a teoria da escolha racional não tem quase nada a dizer sobre a forma de lidar com a escolha sob incerteza” (2012, s.p.). Sobre isso, o autor usa exemplos de fenômenos naturais, alterações climáticas, catástrofes ambientais, chuvas, entre outros, além de estratégias condicionadas, cujo indivíduo consegue tomar decisões racionais contanto que uma ação ou uma pessoa não tome outra escolha ou haja conforme o que se pensa. Todavia, o maior fator limitador da teoria é o mais simples – e principal argumento na hipótese da escolha racional para o tráfico de drogas:

Como se pode imputar a indivíduos de carne e sangue de verdade a capacidade de fazer em tempo real os cálculos que ocupam muitas páginas de apêndices matemáticos nas principais revistas e que podem ser adquiridos somente através anos de formação profissional? (ELSTER, 2012).

De fato, é praticamente impossível conceber a imagem de um traficante calculando o risco de ser preso, as possíveis penas e os lucros a serem atingidos, como

uma ação do processo de decisão em escolher se trafica cocaína ou se trabalha, por exemplo, no McDonald's. Conforme expôs a socióloga Alba Zaluar (2004), muitos jovens moradores de favelas brasileiras entram para a criminalidade por uma questão de *status*, de modo que o traficante passa a simbolizar o poder, a virilidade e a ascensão social dentro do espaço, da realidade, do mundo desses jovens. Além disso, a rivalidade e a decorrente violência gerada por facções rivais que compartilham espaços nas mesmas favelas fazem com que alguns moradores se aliem e ingressem em determinada organização criminosa pelos motivos mais variados, como busca por vingança ou por proteção de uma facção em detrimento da ameaça de outra (LINS, 2007).

Ademais, no campo da criminologia, Campos (2008) explica que, nas décadas de 1950 a 1970, predominava a concepção na qual o Estado constituía o papel de prevenir e de enfrentar a criminalidade. Essa ideia ficou conhecida como “Penal Welfarism” e encontrava apoio em teorias da criminologia como a de privação relativa e de anomia, por exemplo. Após as transformações socioeconômicas e o avanço neoliberal da década de 1970, passou a vigorar a “criminologia da vida cotidiana”, expressão utilizada por Garland (1999), segundo a qual o crime passa a ser:

um acontecimento normal, sem qualquer anormalidade ou patologia por parte do criminoso e que não necessita de algum tipo de explicação de saberes específicos que procurem explicitar as razões e motivações do crime. Os crimes são concebidos como fenômenos regulares, previsíveis, sistemáticos, como acidentes de trânsito e, por conseguinte, as políticas sobre a criminalidade devem deixar de ser uma ação sobre pessoas desviantes para se tornarem ações concebidas para governar os hábitos sociais e econômicos (CAMPOS, 2008, p. 103).

Essas transformações incorporam uma mudança de hábitos na sociedade, que passa, então, a evitar o uso de transportes públicos em prol de carros blindados, a selecionar condomínios com segurança privada, a não frequentar determinadas ruas e bairros para não se sentir vulnerável, entre outros costumes que vão instituir um consumo com segurança privada. Assim, a instalação de câmeras, a contratação de serviços de segurança particular, a compra de seguros e outros tantos títulos e equipamentos passam a compor a rotina de consumo da população, na qual pesam

custos e riscos que são diluídos na escolha racional e na previsível taxa de criminalidade (CAMPOS, 2008).

Essa concepção da teoria da escolha racional influenciou, portanto, nas modificações que aproximaram o Estado e o setor privado que, por sua vez, provocaram transferências de responsabilidades (GARLAND, 1999). Assim, o enfrentamento da criminalidade deixou de ter uma função exclusivamente pública e passou a ser uma responsabilidade de toda sociedade que passou a pagar (quando possível) por proteção e segurança privadas, alimentando a acumulação de lucros neste setor. Desse modo, essa participação do setor privado no combate ao crime agravou a desigualdade entre a população, que passou a enfrentar não apenas diferenças sociais e econômicas, mas também com relação à segurança, porque “a responsabilização de organismos não estatais para a prevenção da criminalidade [...] fez a segurança pública tornar-se mais um produto sujeito às regras do mercado” (CAMPOS, 2008, p. 104).

Sendo assim, a teoria da escolha racional aproximou a concepção da “criminologia da vida cotidiana” ao tratar o crime como algo normal ou economicamente compensador. Do mesmo modo, a responsabilização da sociedade civil e do setor privado em combater a criminalidade desviou os objetivos das políticas de segurança pública, que passaram a se dividir em “tentativas de fazer com que o crime desapareça magicamente, ao se aumentarem as penas e ao se investir na figura do criminoso como o mal a ser excluído, sem nenhuma semelhança com os indivíduos não-criminosos” (CAMPOS, 2008, p. 102) e em “políticas de cálculo de risco e de responsabilização de outros grupos sociais, além do Estado, na procura de proteção contra o crime” (CAMPOS, 2008, p. 102).

Todavia, não é apenas com relação aos atores envolvidos no narcotráfico que configuram os trabalhos sobre a racionalidade econômica. Essa hipótese também fundamentou pesquisas sobre o consumo de psicoativos. Esses trabalhos são discutidos no item seguinte.

4.4 – O consumidor de drogas segundo a ortodoxia econômica: análises de elasticidade

Os primeiros estudos sobre o comportamento do consumidor de drogas surgiram na década de 1970, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Neste mesmo período, o cenário era de uma preocupação crescente acerca das drogas, devido à expansão do consumo, do movimento *hippie* e da intensificação da proibição dessas mercadorias, reforçada na declaração do presidente Nixon, dos Estados Unidos, sobre a Guerra às Drogas.

Foi nesse cenário que economistas começaram a analisar as características dos consumidores de psicoativos, a partir de premissas da corrente ortodoxa da Ciência Econômica. As principais questões, hipóteses e metodologias desses estudos buscavam responder como o consumidor de drogas reagiria frente às mudanças no nível de preços dessas mercadorias.

A principal contribuição desse assunto é atribuída ao francês Pierre Kopp (1998), que reuniu uma série de estudos realizados por diferentes economistas acerca do consumidor de drogas. Inicialmente, Kopp (1998) levanta a questão sobre a responsabilidade da escolha e das decisões dos consumidores de droga, que seriam agentes econômicos incomuns, cujo comportamento econômico seria anormal por causa da propensão às drogas, de modo que os usuários de substâncias psicoativas não seriam autônomos nas suas escolhas. Essa abordagem, que Kopp refutará, é fundamentada na tese de Bernard Morel e Frédéric Rychen (1994)¹⁵⁴ *apud* Kopp (1998), pela qual a adição ditará a necessidade de consumo e a variação dos preços não terá qualquer efeito sobre o usuário; em outras palavras, a demanda por droga será inelástica ao preço.

Essa hipótese é considerada superficial, pois, conforme ressalta Kopp (1998), nem todos consumidores são dependentes e, quando o são, apresentam diferentes níveis de dependência. O autor afirma, inclusive, que muitos indivíduos que fazem uso de drogas mais pesadas – no sentido de causar maior dependência – ministram o próprio consumo, com o propósito de evitar a adição.

¹⁵⁴ MOREL, Bernard; RYCHEN, Frédéric. **Le Marché des drogues**. [s.l.]Éditions de l'Aube, 1994. 140 p.

Ademais, se a demanda fosse inelástica e, ainda, se o consumidor de drogas tivesse necessidade de doses cada vez maiores para obter o mesmo grau de satisfação em consumi-las, a curva de demanda agregada das substâncias psicoativas cresceria permanentemente. Os dados globais sobre a demanda foram analisados no Capítulo 2 deste trabalho e permitem apontar que essa não é uma afirmação verídica, já que o mercado de drogas ilegais é caracterizado pela estabilidade de consumidores.

Sobre a elasticidade-preço da demanda, o economista cita os primeiros autores que realizaram estudos sobre esse tema, no início da década de 1970: Arthur Little (1967), James Koch e Stanley Grupp (1971¹⁵⁵; 1973¹⁵⁶), Billy Eatherly (1974)¹⁵⁷ e Christopher Clague (1973)¹⁵⁸ *apud* Kopp (1998). Todos eles defendiam a inelasticidade da demanda por droga com relação ao preço.

Os primeiros autores que levantaram a ideia de uma possível elasticidade foram John Handreas e James Roumasset (1977)¹⁵⁹ *apud* Kopp (1998), que observaram o uso cotidiano de heroína por alguns dependentes e concluíram que o consumo era superior a real necessidade dos usuários. Nesse estudo, os autores elaboram um modelo cuja análise da elasticidade não se restringiu à variação do consumo com relação à variação do preço. Eles incluíram o consumo de outras mercadorias, de modo que puderam observar a eliminação ou redução de outros produtos para manter o consumo de heroína, quando esta tinha seus preços elevados.

Outros trabalhos que defenderam ideias semelhantes foram de George Brown e Lester Silverman (1974)¹⁶⁰ *apud* Kopp (1998) e de Lester Silverman e Nancy Spruill (1977). Eles utilizaram um indicador de elasticidade, que dependeria da pureza da droga e do preço durante os meses anteriores, e concluíram que a pureza pouco influenciava na elasticidade de longo prazo, pois para um grau de pureza de 2,5% a

¹⁵⁵ KOCH, James; GRUPP, Stanley. The Economics of Drug Control Policies. **International Journal of Addictions**. N. 6, p. 571-584, 1971.

¹⁵⁶ KOCH, James; GRUPP, Stanley. Police and Illicit Drugs Markets: some Economic Considerations. **British Journal of Addiction**. N. 68, p. 351-362, 1973.

¹⁵⁷ EATHERLY, Billy. Drug Law Enforcement: should we arrest pushers or users? **Journal of Political Economy**. N. 82-1, p. 210-214, 1974.

¹⁵⁸ CLAGUE, Christopher. Legal Strategies for Dealing with Heroin Addiction. **American Economic Review**. V. 63, n. 2, p. 263-269, mai. 1973.

¹⁵⁹ HANDREAS, James; ROUMASSET, James. Addicts, fences and the market for stolen goods. **Public Finance Quarterly**. p. 247-272, abr. 1977.

¹⁶⁰ BROWN, George; SILVERMAN, Lester. The retail price of heroin: estimation and applications. **Journal of American Statistical Association**. V. 69, n. 347, p. 595-606, set. 1974.

10%, uma elevação de 10% no valor da droga, acarretaria uma queda de 2,5% no consumo – ou seja, uma elasticidade-preço de -0,25.

Com relação à variação dos preços, Kopp (1998) ressalta um importante aspecto a ser considerado nas pesquisas com consumidores de drogas:

Se os preços estão baixos, os consumidores presentes no mercado não são os mesmos de quando os preços são aumentados. No primeiro caso, pode existir um considerável número de consumidores ocasionais, no outro, a maior parte é de toxicômanos (KOPP, 1998, p. 60).

Considerando isso, Roger Blair e Ronald Vogel (1973)¹⁶¹ *apud* Kopp (1998) sugeriram que a demanda é elástica quando os preços estão baixos e é inelástica quando os preços estão altos, ou seja, a elasticidade diminuiria conforme aumentariam os preços.

Contrariando essa tese, Michael White e William Lusksetich (1983) afirmaram que a elasticidade seria muito fraca quando os preços estão baixos e muito forte quando os preços estão altos, ou seja, a elasticidade aumentaria conforme o aumento dos preços, formando uma curva de demanda côncava. Isso porque esses dois autores defendem que os consumidores de heroína reorganizam suas “cestas”, isto é, substituem a heroína por outras drogas quando a primeira está cara ou escassa no varejo. Essa tese é apoiada também por outros pesquisadores, que encontraram resultados semelhantes, como Daniel Levine, Peter Stoloff e Nancy Spruill (1976)¹⁶² *apud* Kopp (1998), que afirmaram que, frente à alta dos preços, usuários de heroína conseguiam administrar o consumo da droga, diminuindo a frequência do uso e se injetando com uma frequência menor; quando não conseguem suportar a abstinência ou a dor, buscam os serviços de atendimento a dependentes químicos. Para esses mesmos autores, a redução de preços representa um forte estímulo ao consumo.

A diferença de resultados das pesquisas realizadas sobre a demanda de drogas impossibilita uma conclusão generalizada ou um consenso. Alguns autores, orientados pela opinião pública, apontaram a inelasticidade-preço da demanda; outros

¹⁶¹ BLAIR, Roger; VOGEL, Ronald. Addiction and Urban Crime. **Public Finance Quarterly**. V. 1, n. 14, p. 457-467, 1973.

¹⁶² LEVINE, Daniel; STOLOFF, Peter; SPRUILL, Nancy. Public Drug Treatment and Addict Crime. **The Journal of Legal Studies**. V. 5-2, p. 435-462, jun. 1976.

encontraram uma elasticidade baixa; em outros casos, foi constatada uma elasticidade alta para o curto prazo e baixo para o longo prazo, e vice-versa. Nesse último caso, o que diferencia um estudo de outro é que no primeiro a variação de preços muda os consumidores que formam a demanda do mercado; no segundo, os consumidores se mantêm, mas eles mudam as drogas consumidas.

Além disso, a utilidade marginal de cada produto consumido é decrescente. Isso significa que o consumo de um produto “x”, cuja utilidade pode ser quantificada com um valor em 100, por exemplo, terá uma utilidade menor no consumo da 2ª unidade, que, por sua vez, será menor na 3ª unidade, e assim por diante. A soma das quantidades consumidas será crescente, mas o valor marginal de cada item será menor que o anterior. Para a maioria dos economistas ortodoxos, essa concepção é válida para praticamente todos os bens, exceto para as drogas, pois se acreditava que o uso, com o decorrer do tempo, implicava o consumo mais intensivo, o que exigia doses mais altas para se alcançar o mesmo grau de satisfação.

Essa ideia foi desenvolvida por George Stigler e Gary Becker (1979), em um artigo titulado como *“De Gustibus non est Disputandum”*, expressão grega que traz a ideia de que “os gostos por cores não se discutem”. Nele, os autores criticam essa hipótese, pois acreditam na hipótese da estabilidade dos gostos dos consumidores. Para eles, quando há mudança nas cestas das pessoas, essas seriam decorrentes exclusivamente de transformações no nível de preços dos produtos ou na renda dos consumidores¹⁶³. Nesse trabalho, é incluída a questão da Teoria do Consumidor perante “bens viciantes”, que poderiam implicar tanto uma adição benéfica¹⁶⁴ quanto maléfica¹⁶⁵. Por isso, eles mostram como os usuários de heroína, por exemplo, tendem a aumentar a demanda, já que os efeitos da “euforia” reduzem com o tempo. A busca pela estabilidade da sensação provocada pela droga – ou seja, a busca pela estabilidade dos gostos – é o que justifica o crescimento da demanda de drogas, pois os usuários buscariam manter o nível de euforia e o hábito adquirido nesse consumo. Em outras palavras, o crescimento da demanda não seria uma consequência do vício

¹⁶³ “the economist continues to search for differences in prices or incomes to explain any differences or changes in behavior” (STIGLER; BECKER, 1977, p. 76).

¹⁶⁴ Eles citam algumas passagens de Marshall e discutem o exemplo do consumo de música como uma “adição benéfica”.

¹⁶⁵ O consumo de drogas, no caso, é classificado como uma adição maléfica.

em drogas, mas sim da estabilidade das preferências/gostos. Os autores também concluem que:

se o vício fosse concebido (em parte porque a entrada de mercadorias ou de tempo aumentariam com a idade), mas se não fosse claro se esse vício fosse prejudicial ou benéfico, a elasticidade da demanda poderia ser utilizada para distingui-los: alta elasticidade sugere um vício benéfico e baixa elasticidade sugere maléfico (STIGLER; BECKER, 1977, p. 81, tradução nossa¹⁶⁶).

Esse prognóstico foi desmistificado mais tarde, em outro artigo produzido por Becker e Murphy (1988), que resultaria no Modelo da Adição¹⁶⁷ Racional. Ao incluir as flutuações de demanda, os autores distinguiram dois elementos do “vício” no consumo de drogas: o hábito e a dependência. No primeiro, a mercadoria “droga” seguiria os padrões da Teoria do Consumidor, já que acarretaria uma utilidade marginal decrescente, pois o hábito do consumo dessas substâncias geraria uma tolerância nos efeitos da euforia de tal modo que a mesma quantidade consumida resultaria num efeito inferior. Assim, as quantidades que serão consumidas no futuro dependerão das quantidades consumidas no presente, ou seja, quanto maior for uso de drogas no momento presente, maior será o custo do vício no futuro. No segundo elemento, a dependência sujeitaria o usuário a consumir quantidades maiores com o passar do tempo, o que implicaria uma utilidade marginal crescente dessas mercadorias. Portanto, o consumo da droga seria quantificado por meio de uma função que consideraria o componente hábito – com sinal negativo – e o componente dependência – com sinal positivo, bem como a taxa de atualização, que mediria o valor que o usuário atribui ao futuro – a capacidade dele pensar e agir em longo prazo – e a taxa de depreciação dos usos anteriores – que consideraria os diferentes efeitos e resistências do uso de substâncias psicoativas em diferentes indivíduos.

Apoiando-se na concepção de que os indivíduos fazem escolhas racionais, a preocupação com o futuro os levaria a taxas de atualização menores e, conseqüentemente, a um grau de hábito inferior, pois consumiriam menores

¹⁶⁶ *“if addiction were surmised (partly because the input of goods or time rose with age), but if it were not clear whether the addiction were harmful or beneficial, the elasticity of demand could be used to distinguish between them: high elasticity suggests beneficial and a low elasticity suggests harmful addiction”* (STIGLER; BECKER, 1977, p. 81).

¹⁶⁷ A palavra “adicional” refere-se ao termo “adicto”, sinalizando a dependência química do uso de drogas.

quantidades de droga. Ainda que esse modelo seja construído sobre pilares da ortodoxia, ele representou um grande avanço dentro das pesquisas da economia sobre psicoativos, ao indicar diferentes efeitos e perspectivas biológicas com relação aos consumidores de drogas.

Ao analisar o Modelo da Adição Racional, Kopp (1998) identifica explicações para o efeito macroeconômico da demanda de drogas. Em primeiro lugar, se o consumo de drogas fosse, de fato, crescente, devido ao hábito e à dependência, a demanda agregada por drogas deveria crescer permanentemente. Todavia, os dados sobre o consumo global apontam uma tendência à estabilidade. Por isso, o modelo da adição racional, ao considerar diferentes posicionamentos dos consumidores, especialmente com a preocupação do futuro, justifica o não crescimento desenfreado da demanda. Também por esse motivo, a demanda sofre flutuações, porque os consumidores intercalam períodos de uso intenso, de uso regular ou de abstinência.

Ainda sobre o Modelo da Adição Racional, Becker e Murphy (1988) pecaram ao estudar todos os consumidores como dependentes químicos, pois, desse modo, descartaram parte da demanda ocupada por consumidores ocasionais. “O ‘modelo da adição racional’, portanto, só dá conta de uma fração da demanda da droga e do comportamento em relação a drogas pesadas, como a heroína, que acarretam esse grau de dependência” (KOPP, 1998, p. 83).

Por isso, entende-se que a demanda global resultará nas flutuações dos antigos consumidores acrescidas das entradas dos novos consumidores. Dadas as diferenças dos consumidores, dos graus de dependência e dos diferentes tipos de drogas, os consumidores reagirão de maneiras divergentes frente às políticas de drogas e às flutuações de preços. Isso explica o fato de uma política ter resultados diferentes.

Baseando-se no Modelo de Adição Racional, alguns economistas realizaram estudos a fim de calcular a elasticidade-preço da demanda de algumas drogas. Assim, Jonathan Caulkins (1990, 1994, 1995a, 1995b) obteve um valor de -1 a -1,5 para heroína, enquanto Frank Chaloupka e Henry Saffer (1995)¹⁶⁸ *apud* Kopp (1998)

¹⁶⁸ CHALOUKKA, Frank; SAFFER, Henry. **The Demand for Illicit Drugs**. Cambridge MA. National Bureau of Economic Research (NBER), 1995.

encontraram -1,8 e -1,6 para a mesma droga. Esses dois últimos autores também calcularam a elasticidade para a cocaína e encontraram valores de 0,72 a -1,1.

A análise de diferentes estudos realizados por variados autores permite reunir algumas conclusões. A primeira é que não há um consenso sobre a demanda de drogas e o comportamento do consumidor, nos moldes do modelo neoclássico. Os resultados desses estudos colocam em xeque tanto a confiabilidade das teorias neoclássicas da economia, que vislumbram estudos sobre um agente racional, quanto a hipótese da inelasticidade da demanda por drogas; afinal, muitos estudos comprovaram que consumidores de drogas são sensíveis a variações de preço. Para fins didáticos, o Quadro 3 resume as pesquisas realizadas por economistas e relatadas por Kopp (1998).

Quadro 3 – Pesquisas sobre a elasticidade-preço da demanda de consumidores de drogas

Resultados encontrados sobre elasticidade-preço da demanda	Autores	Ano
Inelástica	Bernard Morel e Frédéric Rychen	1994
	Arthur Little	1967
	James Koch e Stanley Grupp	1971
	James Koch e Stanley Grupp	1973
	Billy Eatherly	1974
	Cristopher Clague	1973
	John Handreas e James Roumasset	1977
Pouco elástica	George Brown e Lester Silverman	1974
	Lester Silverman e Nancy Spruill	1977
Elástica para preços baixos e inelástica para preços altos	Roger Blair e Ronald Vogel	1973
Inelástica para preços baixos e elástica para preços altos	Michael White e William Lusksetich	1983
Elástica ou estável ao preço	Jonathan Caulkins	1990
	Jonathan Caulkins	1994
	Jonathan Caulkins	1995a
	Jonathan Caulkins	1995b
	Frank Chaloupka e Henry Saffer	1995
Especialização do consumo. Hipótese da curva de preferência côncava	Michael White e William Lusksetich	1983
	Bertrand Lemennicier	1992

Fonte: Kopp (1998). Elaboração própria.

No caso das drogas legais, como álcool e tabaco, alguns estudos também indicaram resultados variados. Becker, Murphy e Grossman (1990) analisaram a elasticidade-preço da demanda de tabaco, no período de 1955 a 1985, e encontraram um valor de -0,8 a -0,7 no longo prazo e de -0,4 no curto prazo, indicando uma baixa elasticidade – menor, inclusive, que muitas drogas ilegais. Com relação ao consumo de álcool, estudos indicam uma elasticidade superior a do cigarro. Philip Cook e George Tauchen (1982)¹⁶⁹ *apud* Kopp (1998) encontraram valores de -1,8, enquanto Ornstein e Hanssen (1985)¹⁷⁰ *apud* Kopp (1998) encontraram de -0,8 a -1.

Quanto ao perfil de consumidores, alguns estudos concluíram que indivíduos mais jovens ou de classe social mais baixa são mais sensíveis às variações de preços (CHALOUPIKA, 1991¹⁷¹ *apud* KOPP, 1998; LEWIT; COATE, 1982¹⁷² *apud* KOPP, 1998).

Dada falta de consenso ou de resultados aproximados decorrentes das pesquisas apresentadas nesse item 4.4, Kopp (1998) destaca que estudos empíricos comprovam que o consumidor de droga pode ser sensível ao preço. Ainda assim, sob a abordagem ortodoxa, ele não deve ser considerado um consumidor como outro qualquer, e explica:

Geralmente, à medida que consome um produto, o consumidor fica disposto a consagrar à compra quantias de dinheiro cada vez menores, a reta da demanda decresce com o preço. Ao contrário, o consumo de droga gera necessidades crescentes de estupefacientes e as somas consagradas a esse produto são crescentes em relação às quantidades anteriormente consumidas (KOPP, 1998, p. 65).

Outras abordagens observadas nas pesquisas sobre consumidores de drogas tentavam mostrar as substâncias psicoativas como mercadorias que levariam o usuário a agir de forma anormal. Essa ideia era defendida com base na hipótese que contraria as preferências “convexas” desses consumidores, já que eles gastariam toda sua renda no custeio das drogas. Por isso, Michael White e William Lusksetich (1983) e

¹⁶⁹ COOK, Philip J. TAUCHEN, George. The Effect of Liquor taxes on heavy drinking. **Bell Journal of Economics**. V. 13, p. 379-390, 1982.

¹⁷⁰ ORNSTEIN, S. I.; HANSSSEN, D. M. Alcohol Control Law and the Consumption of Distilled Spirits and Beer. **Journal of Consumer Research**. V. 12, p. 200-213, set. 1985.

¹⁷¹ CHALOUPIKA, Frank. Rational Addictive Behavior and Cigarette Smoking. **Journal of Political Economics**. V. 99, n. 4, p. 722-742, 1991.

¹⁷² LEWIT, Eugene; COATE, Douglas. The Potencial for Using Excise Taxes to Reduce Smoking. **Journal of Health Economics**. V. 1, p. 217-230, ago. 1982.

Bertrand Lemennicier (1992)¹⁷³ *apud* Kopp (1998) desenvolveram suas pesquisas indicando que haveria uma especialização do consumo entre os usuários de drogas, já que eles gastariam toda sua renda no custeio exclusivo dessa mercadoria. Esse comportamento seria contrário à Teoria do Consumidor, segundo os moldes da visão neoclássica da Ciência Econômica, pois não atende à premissa das preferências racionais, porque o consumidor deixaria de gastar em outros produtos para adquirir maiores quantidades de drogas. Isso levaria à hipótese das preferências côncavas.

Outra questão que motivou pesquisas realizadas por economistas foi a relação “consumo de drogas e violência”. Conforme apresentado no Capítulo 1 e 3 deste trabalho, a oferta gera violência no mercado de substâncias psicoativas devido a variadas razões que vão desde a manutenção dos “contratos” até a criação de barreiras à entrada. Contudo, há uma preocupação acerca do usuário dessas substâncias que poderia apresentar comportamentos violentos por alterações psíquicas provocadas pelo uso da mercadoria, pela dependência que o levaria a atos criminosos a fim de manter o sustento do “vício” ou, ainda, pela própria criminalidade intrínseca ao proibicionismo. Ao perguntar-se sobre a questão “o consumo de droga incita à delinquência?”, Kopp comenta: “para alguns, é a vida delinquente que leva à droga e não o contrário. Outros acreditam que não são as substâncias consumidas pelos usuários que são criminosas em si, geradoras de crimes, mas a ilegalidade na qual a proibição as lança” (KOPP, 1998, p. 85).

Nesse contexto, alguns trabalhos procuraram desenvolver paradoxos sobre a política de repressão e a criminalidade, pois algumas pressões à redução da oferta, ao mesmo tempo que elevariam o nível de preços das drogas, também elevariam a criminalidade, caso os consumidores recorressem a essa alternativa para manutenção do próprio consumo. Por outro lado, a própria repressão poderia interferir na redução da demanda.

Assim, alguns estudos conseguiram identificar uma covariação entre aumento do consumo de alguns psicoativos e de crimes violentos, mas não o

¹⁷³ LEMENNICIER, Bertrand. Prohibition de la drogue: diagnostic et solutions. **Journal des économistes et des études humaines**. p. 493-523, dez. 1992.

comprovaram para longos períodos (GOLDSTEIN, 1985¹⁷⁴; 1992¹⁷⁵; McBRIDE, 1981¹⁷⁶ *apud* KOPP, 1998). Outros apontaram uma menor sensibilidade à intensificação das penas quando os presidiários são usuários de drogas (BACHMAN; WITTE, 1980¹⁷⁷ *apud* KOPP, 1998), bem como um aumento do número de assaltos a pessoas ou a propriedades frente a um aumento do consumo de heroína (BROWN; SILVERMAN, 1975¹⁷⁸ *apud* KOPP, 1998; SILVERMAN; SPRUILL, 1977).

Por outro lado, outros autores afirmam ser impossível sustentar a hipótese que o consumo de drogas levaria a delinquência, pois esta não é uma relação causal, ainda que exista alguma correlação (CHAIKEN; CHAIKEN, 1990¹⁷⁹ *apud* KOPP, 1998; HARRISON, 1992¹⁸⁰ *apud* KOPP, 1998).

Sendo assim, após a configuração dos estudos apresentados, é possível identificar a ausência de um consenso que permita indicar alguma resolução definitiva sobre o comportamento do consumidor de drogas. Conclui-se, portanto, que os consumidores não compõem um perfil definitivo. As razões, especialmente ao considerar o consumo de psicoativos, podem estar relacionadas ao contexto histórico, social, cultural, religioso e, até mesmo, familiar. As influências e os estímulos de um determinado período que vive uma sociedade tomam importância nas decisões do homem; afinal, o ser humano não é totalmente autônomo e independente e, muito menos, dotado de uma racionalidade ilimitada.

¹⁷⁴ GOLDSTEIN, Paul. The Drug/Violence nexus: a tripartite conceptual framework. **Journal of Drug Issues**. N. 15, p. 493-506, 1985.

¹⁷⁵ GOLDSTEIN, Paul; BROWNSTEIN, Henry; RYAN, Patrick. Drug-related homicide in New York: 1984-1988. **Crime and Delinquency**. V. 38, n. 4, p. 459-476, 1992.

¹⁷⁶ McBRIDE, Duane. Drugs and Violence. In: INCIARDI, James [ed.]. **The Drugs Crime Connection**. Beverly Hills: Sage, 1981. p. 105-124.

¹⁷⁷ BACHMAN, James; WITTE, Ann. The Effectiveness of Legal Sanctions on Individuals Addicted to Alcohol or Drugs. In: LEVESON, Irving [ed.] **Quantitative Exploration in Drug Abuse Policy**. New York: Spectrum Publication, 1980. p. 111-127.

¹⁷⁸ BROWN, George; SILVERMAN, Lester. **The Retail Price of Heroin**. Airlington, Virginia: Public Research Institute, Center for Naval Analysis, 1975.

¹⁷⁹ CHAIKEN, Jan; CHAIKEN, Maria. Drug and Predatory Crime. In: TONRY, Michael; WILSON, J. W. [eds] **Drug and Crime**. [s.l.]: University of Chicago Press, 1990. v. 13. p. 203-239.

¹⁸⁰ HARRISON, Lana. The Drug Crime Nexus in the USA. **Contemporary Drug Problems**. V. 19, n. 2, p. 203-246, 1992.

4.5 – Algumas considerações adicionais sobre o consumidor de drogas

Ao longo deste trabalho – e especialmente no Capítulo 1 –, diversas observações foram realizadas a respeito do consumidor de substâncias psicoativas. Todavia, este item final da dissertação ainda pretende fazer algumas considerações acerca do assunto.

O item 4.4, apresentado anteriormente, revisou as principais pesquisas realizadas por economistas da corrente ortodoxa com usuários de drogas, sendo possível obter como contribuição desses trabalhos duas conclusões principais. A primeira delas está relacionada à incompatibilidade dos resultados, dos quais não se pode traçar um perfil específico de consumidores de psicoativos, já que eles agem de diferentes modos frente às mudanças de preços e de quantidades ofertadas. A segunda diz respeito à contradição da hipótese da demanda inelástica, pois ficou comprovado que os usuários de psicoativos podem responder às alterações de preços e de oferta. Em outras palavras, é possível concluir e esclarecer que consumidores de drogas são sensíveis aos preços do mercado, mas não consomem as substâncias de forma necessariamente racional – no sentido da racionalidade econômica – nem tomam decisões exclusivamente baseados em preços e quantidades. Além disso, frente à escassez de oferta ou alta de preços, consumidores podem substituir o uso de determinada droga por outra (SOUZA, 2011a).

Conforme exposto anteriormente, o uso de psicoativos é um resultado de satisfação, de dor, de emoção, de razão, de vontade, de hábito, de cultura, de condição econômica, entre muitos outros fatores que compõem o *contexto* do uso. Além disso, em termos especificamente biológicos, é possível ainda observar que não há um padrão do efeito das substâncias em todos os organismos, isto é, enquanto um indivíduo pode sentir determinadas sensações, outro pode obter diferentes efeitos ao usar uma droga. Também outros fatores vão influenciar o consumidor, como o modo de uso da substância, se fumada, ingerida, injetada ou inalada. Quanto mais rápida, por exemplo, uma droga consegue fazer efeito, maior é a tendência de essa substância causar dependência. Propriedades genéticas também interferirão nos efeitos do uso e da possível dependência.

Do mesmo modo, cada indivíduo responderá de modos divergentes ao circuito do prazer¹⁸¹, ao efeito de “gatilho”¹⁸², ao *craving*¹⁸³, à abstinência¹⁸⁴, ao círculo de recompensa¹⁸⁵, à tolerância¹⁸⁶ ou à possibilidade de abuso e de dependência, cujas características genéticas exercerão influências e divergências entre cada pessoa (WHO, 2004b). Portanto, focar exclusivamente em variáveis *preço* e *quantidade* consumida implica uma inadequação em pesquisas que buscam identificar o comportamento dos usuários de drogas.

Por meio de uma abordagem diferente, o antropólogo Gilberto Velho realizou uma pesquisa semelhante, publicada no livro “Nobres & Anjos”, na qual o autor investigou o consumo de drogas por pessoas de classe média, moradoras da Zona Sul do Rio de Janeiro. Ao apontar informações minuciosas e relevantes – inclusive sobre preços das substâncias e renda dos usuários –, Gilberto Velho (1998) observou que os usuários viviam em constante insegurança, com medo do estigma, caso fossem identificados como consumidores de psicoativos. Então, ele constatou o surgimento da clandestinidade e as variadas estratégias que os usuários adotariam para comprar e consumir drogas. Assim, ele verificou nos usuários um “universo altamente diversificado”, “constituindo, de certa forma, uma categoria oprimida, na medida em que esse não dispõe de meios para garantir o exercício de sua própria concepção de mundo” (VELHO, 1998, p. 15). Nesse universo, “as diferenças internas, em termos de tipo de tóxico utilizado, faixa etária, características de estrato social, vão marcar, em muitas situações, fronteiras bastante nítidas”, mas que terão em comum os caminhos da ilegalidade e da clandestinidade.

O trabalho de Gilberto Velho seguiu a linha do seu antecessor, o sociólogo Howard Becker, da Universidade de Chicago, que publicou no livro “Outsiders” uma pesquisa sobre o desvio, o comportamento desviante e os usuários de maconha. Ao tratar de regras social ou legalmente impostas, H. Becker (1963) denominou como

¹⁸¹ Efeitos de prazer resultantes do uso da droga.

¹⁸² Características emocionais e psicológicas que podem “disparar” o consumo de substâncias psicoativas.

¹⁸³ Estímulos na região do prosencéfalo que “induzem, na pessoa dependente, uma necessidade imperiosa [...] de consumir uma dada substância” (WHO, 2004a, p. 15).

¹⁸⁴ “ocorrência de sintomas físicos e psicológicos quando o consumo da substância é reduzido ou interrompido” (WHO, 2004a, p. 12).

¹⁸⁵ Mecanismo pelo qual as estruturas neurais dão respostas que funcionam como recompensas e reforçam um determinado comportamento.

¹⁸⁶ “necessidade de quantias crescentes da substância para obter o mesmo efeito, ou da quantia habitual produzir menos efeito” (WHO, 2004a, p. 12).

“*outsiders*” aqueles indivíduos que não se enquadram nos grupos sociais cujas regras são ditadas. Esses indivíduos seriam, portanto, “desviantes”, já que cometeriam “desvios”, que não seriam nada além de infrações dessas regras; ou seja, a concepção de desvio é associada ao próprio conceito de desvio-padrão em estatística, já que o indivíduo desviante assim seria caracterizado por apresentar um comportamento diferente da média (ou do padrão social). Além disso, H. Becker relativiza o desvio e o desviante ao colocá-los como uma definição dada por um *ponto de vista*¹⁸⁷, já que a concepção do certo e do errado pode variar conforme a época ou o contexto.

Assim, o autor inicialmente critica as perguntas que problematizam as pesquisas científicas, por tratarem do *outsider* como um doente, como um “ponto fora da média”. Ele diz que é preciso antes pensar nos interesses, nos hábitos dos grupos e, principalmente, nos valores que dão origem a uma determinada lei. Nesse sentido, ele coloca como ator os formuladores das regras e, não, os infratores, porque, em primeiro lugar, as infrações seriam criadas pela sociedade; e, em segundo, porque os julgamentos desses atores sobre os ditos desviantes seriam imparciais e ocultariam uma série de questões a serem estudadas frente ao problema. Sobre isso, ele explica:

Observa-se com facilidade que diferentes grupos consideram diferentes coisas desviantes. Isso deveria nos alertar para a possibilidade de que a pessoa que faz o julgamento de desvio e o processo pelo qual se chega ao julgamento e à situação em que ele é feito possam todos estar intimamente envolvidos no fenômeno. À medida que supõem que atos infratores de regras são inerentemente desviantes, e assim, deixam de prestar atenção a situações e processos de julgamento, a **visão de senso comum** sobre o desvio e as **teorias científicas que partem de suas premissas podem deixar de lado uma variável importante**. Se os cientistas ignoram o caráter variável do processo de julgamento, talvez, com essa omissão, limitem os tipos de teorias que podem ser desenvolvidos e o tipo de compreensão que se pode alcançar (BECKER, 1963, posição 216, grifo nosso).

Quando esse envolvimento abrange a ciência, cujas pesquisas muitas vezes falham em apenas distinguir as relações socialmente estáveis ou instáveis, respectivamente denominadas por ele como funcionais ou disfuncionais, há um grave problema, já que os estudos reforçariam essa classificação do “desvio” ao invés de

¹⁸⁷ O “ponto de vista” pode ser comparado à “crença” descrita por Elster (2001) no item 4.3.

investigá-la de fato. Em outras palavras, ele reforça a problemática da imparcialidade política na ciência.

Nesse sentido, entende-se como uma crítica aos estudos ortodoxos discutidos neste capítulo a exacerbada visão economicista no estudo do campo das drogas. Esses trabalhos pecam por isolar a Ciência Econômica, por não interagir com outros saberes e por não considerarem contextos nem conflitos de interesses dos atores que integram a Economia das Drogas. Afinal, conforme argumenta Howard Becker, a “concepção funcional do desvio, ao ignorar o aspecto político do fenômeno, limita nossa compreensão” (BECKER, 1963, posição 271).

Portanto, frente à complexidade de fatores e ao dinamismo dos atores que configuram esse campo da economia, alerta-se sobre os perigos das pesquisas científicas que se apoiem em metodologias que limitem problemáticas a simples fatores ou, ainda, que permitam influenciar práticas sociais e políticas que possam oprimir pessoas, baseadas nas conclusões de tais trabalhos científicos. Numa sociedade que coexiste com preconceitos, explorações, exclusões, é preciso atentar às ideologias e cuidar das consequências de algumas teorias. Embora se admita a imparcialidade da ciência, espera-se que ela cultive o respeito à humanidade e sustente a incessante busca por conhecimento, pois:

Trata-se de coisa mais alta, trata-se de uma experiência científica. Digo experiência, porque não me atrevo a assegurar desde já a minha ideia; nem a ciência é outra coisa, Sr. Soares, senão uma investigação constante (ASSIS, 1882, s.p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho realizou uma discussão sobre o campo de estudos da Economia das Drogas e mostrou a complexidade do tema, que envolve diferentes áreas do conhecimento, cuja imparcialidade das diversas ciências amplia e inviabiliza o encerramento deste debate. Portanto, é preciso destacar, como uma primeira conclusão, a necessidade de se desenvolver mais estudos – inclusive por economistas – sobre a questão das drogas, já que essa problemática é estratégica para o desenvolvimento econômico e social, não somente por se tratar de geração de renda, perdas ou ganhos de produção na economia, mas também por se tratar de uma “guerra” e, por isso, acarretar problemáticas sociais, como questões relacionadas à pobreza, à desigualdade, à segurança e saúde públicas, bem como a um elevado número de mortes.

Desde o primeiro capítulo, procurou-se abordar a problemática das drogas como uma questão que está diretamente relacionada a um (ou vários) *contexto(s)*, ou seja, defende-se aqui a ideia de que a demanda ou a oferta de substâncias psicoativas não está atrelada a uma causa ou a uma consequência específicas, mas a inúmeros aspectos sociais, econômicos, culturais, entre outros. Contudo, pôde-se perceber que o consumo de drogas pode estar atrelado à manutenção do *status quo*, bem como ao estigma e ao estereótipo desse consumidor, quando é personificada a figura do “drogado”, o que enfatiza que o uso de drogas não é, por si só, um problema, mas que está inserido na gama de rótulos, de marginalização e de supervalorização social decorrentes da sociedade de consumo. Conforme colocou Escohotado (1997b), “as condições de acesso ao consumo são tão decisivas como aquilo que é consumido”.

Ademais, o consumo de drogas fez emergir preocupações que foram agravadas com o avanço da industrialização e do capitalismo que, quanto mais “selvagem”, tornou o mercado mais problemático. Isso porque o *abuso* de substâncias psicoativas, sob um olhar econômico, pode ser compreendido como uma consequência da lógica de *acumulação* de capital, o que representa o predomínio da “ordem

econômica” que impera sobre a do bem-estar social. Esse consumo abusivo de drogas não se limita ao mercado ilícito, pois, conforme abordado no Capítulo 2, a UNODC ressaltou a preocupação com uso demasiado de medicamentos legais, como sedativos ou calmantes. Nesse sentido, cabe atentar que a dependência química, no sentido da manutenção e da elevação do consumo – independentemente da substância – é conveniente à acumulação de lucro das empresas (criminosas ou não) que, conforme o grau de regulamentação da economia, pode ser agravada em maior ou menor grau. Nesse sentido, o mercado global de drogas ilícitas engendra um cenário de liberação de fluxos de capital e de mercadorias; afinal, as políticas proibicionistas pouco conseguiram interferir na redução do uso e da oferta de substâncias psicoativas que, na prática, são mais fáceis de serem adquiridas que qualquer droga regulamentada. Isso é claramente percebido no Brasil, onde é mais fácil comprar maconha ou crack que outras drogas legalizadas, vendidas sob a restrição de receitas médicas, como os medicamentos de tarja preta.

Com relação aos atores da Economia das Drogas, percebeu-se que o enfraquecimento do papel do Estado na regulação e na administração da economia, particularmente após o avanço neoliberal, agravou a problemática dos mercados ilegais que, adicionado o efeito “globalização”, impactou na queda dos preços e em maiores trocas comerciais ilícitas entre os países. Como contrapartida, observou-se que o controle do mercado de drogas ilegais e a política de Guerra às Drogas perderam não apenas o controle sobre esse setor, mas também o sentido de existência; conseqüentemente, a atual política de proibição de drogas contribuiu para o agravamento de questões como a corrupção, a violência, a criminalização da pobreza e as desigualdades sociais – reflexos dos estereótipos de usuários e de traficantes.

O Estado, então, com reduzido poder para promover o *Welfare State* e a regulação dos mercados, passou a apresentar mais cenários de corrupção e de opressão violenta que foram intensificados e refletidos pela massificação carcerária, cuja população pobre foi a mais sacrificada nesse combate. Por outro lado, a problemática das drogas mostrou-se funcional à manutenção da acumulação de poder visada pela ordem política, que passou a culpar as drogas por diversas mazelas sociais.

Conforme argumentou Garland (1999) e Campos (2008) no Capítulo 4, esse cenário proporcionou o crescimento do setor de segurança privado, que passou a acumular lucros perante a conjuntura degradante da Guerra às Drogas. Destaca-se que isso não é só uma causa da transferência para o setor privado da responsabilidade do governo sobre o enfrentamento à criminalidade, mas a própria consequência do avanço neoliberal e da selvageria capitalista que, nos termos de Marx, pode ser encaixada na questão das drogas como inerente ao processo de acumulação primitiva, pelo qual a concepção de primitivo pode ser entendida como *originária* ou como *violenta* de fato.

Assim ao dividir a responsabilidade da proteção e da segurança ao setor privado, aumentam as desigualdades e as vulnerabilidades das classes sociais mais baixas. Afinal, compra “segurança” quem pode pagar por ela e, quem não pode, morre ou vive sob permanente tensão nos locais que se situam as firmas do tráfico. Isso conduz parte da população pobre – especialmente em países latino-americanos – à perda do *status* de cidadania e à condição de vítima da intensa violação dos direitos humanos.

Ademais, convém destacar a importância de acompanhar o dinamismo, as direções e as transformações que ocorrem nesse campo da economia, para se observar e alinhar as estratégias adotadas e as devidas correções tão necessárias às políticas públicas. As informações sobre demanda e oferta revelam muito mais que as tão enaltecidas informações sobre apreensões ou prisões, que soam perigosamente como resultados que envaidecem governantes e exibem números em páginas policiais de fontes jornalísticas. Portanto, alerta-se sobre o perigo de se implementarem, isoladamente, políticas repressivas, pois elas não têm o poder de encerrar o narconegócio, apenas de produzir efeitos que o modificam; assim, uma política de repressão a uma droga menos problemática pode induzir o mercado ao desenvolvimento de drogas mais potentes, conforme foi discutido no trabalho com o próprio exemplo do surgimento do crack.

De modo geral, as análises obtidas a partir das estimativas sobre o mercado global de drogas ilegais mostraram um mercado consumidor relativamente estável, que cresce alinhado ao aumento populacional e oscila alternadamente em algumas regiões do mundo. Com relação à oferta, constatou-se uma tendência à queda dos preços, mas

com margens de lucro de longo prazo estáveis, configurando a estrutura e o padrão de concorrência oligopolístico do setor. Quando são observados os valores gerados na economia, os grupos de drogas mencionados no trabalho não refletiram, necessariamente, a mesma ordem de classificação de número de consumidores. Assim, a elevada participação no valor gerado para o mercado de cocaína dada a relativamente pequena participação no mercado consumidor pode ser explicada ou pelo uso mais intenso dos consumidores ou pelos preços mais elevados que refletem a complexidade e a centralização geográfica da região produtora que, por sua vez, implica custos mais elevados de transporte e de distribuição. Com relação ao mercado de opiáceos, vale destacar a recente tendência à queda das taxas de produção de ópio destinadas à fabricação de heroína. Esse pode ser um forte indício do deslocamento do ópio à produção de novas drogas, o que pode ser também refletido no elevado crescimento do consumo e do comércio de opiáceos.

Diferente dos mercados de cocaína e de ópio, que apresentam uma cadeia produtiva de maior complexidade, devido à necessidade de produção laboratorial dessas drogas semissintéticas, o mercado global de *Cannabis*, especialmente da maconha, apresenta características muito específicas. A facilidade do cultivo e a manutenção do psicoativo na sua forma natural pode ser apontada como fator explicativo à dimensão e ao volume do mercado, mas, sem dúvida, justificam o maior acesso à droga, já que ela pode ser produzida em todo planeta. Destaca-se também o papel inovador que tem promovido a formação de um mercado consumidor de nicho, pelo qual diferentes tipos de ervas têm sido disponibilizados.

A associação das informações sobre o mercado global (do Capítulo 2) ao referencial da microeconomia heterodoxa (do Capítulo 3) permitiu mostrar a capacidade de adaptação e de inovação do mercado de drogas ilegais, configurando-as como estratégias-chave adotadas pelas empresas do narconeócio como principal fonte de lucro e de acumulação de capital. A inovação é observada em todas as etapas da cadeia produtiva e é refletida também na elaboração de tecnologias que vão permitir a criação de novas drogas ou ainda novos processos de produção das antigas. Como essa etapa de inovação de mercadoria e de processo de produção exige um certo requinte relacionado a investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) bem como

a tecnologias, máquinas e engenharias, muitos desses procedimentos ocorrem em países desenvolvidos, o que explica, por exemplo, o crescimento do mercado de psicoativos sintéticos na Europa e nos Estados Unidos. No caso dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, onde é mais incidente o mercado de substâncias semissintéticas, como a cocaína e o crack e os opiáceos, a inovação é mais notável na criação de rotas e de processos de distribuição e de transporte das drogas.

Ademais, pôde-se concluir que o mercado de drogas ilegais, apoiado nas análises dos três mercados desenvolvidos ao longo do trabalho, caracteriza-se por configurar um setor do tipo *oligopólio competitivo*, mas com *altas margens de lucro no longo prazo* decorrentes das *barreiras tradicionais à entrada* associadas a peculiaridades do caráter ilícito do setor. Observa-se certa estabilidade ou mesmo queda dos preços decorrente do acirramento do grau de competição no ramo, que apresenta grandes ganhos de escala e baixa diferenciação de mercadorias (sobre este último ponto, o nicho de diferenciação no mercado de maconha apresenta-se como uma exceção), mas intensa inovação. As empresas do narconeócio têm substituído estratégias apoiadas na hierarquia e na violência por organização de empresas-redes e formação de alianças. Todavia, a principal estratégia adotada é a *inovação*, pela qual é explicada a dinâmica desse mercado e são justificadas as falhas nas tentativas de cessá-lo. Por isso, pode-se afirmar que a inovação é a estratégia dominante no processo de acumulação de capital do mercado de drogas, não simbolizando apenas uma opção à geração de lucros, mas sua própria condição de sobrevivência.

Ainda sobre a inovação, as práticas passivas (restritivas) que visam controlar mercados e preços via formação de cartéis, proteção do comércio e eliminação da concorrência – ponto aprofundado no item 3.2 – têm se mostrado contraproducentes no narconeócio, pois atraem autoridades que atrapalham o andamento do comércio via políticas de repressão. Ainda assim, a formação de alianças por meio da organização em redes é uma prática restritiva que garante bons resultados ao setor. Contudo, a inovação é a prática ativa que implica melhores resultados, já que o processo de “destruição criadora” pode ser aplicado diretamente na Economia das Drogas, pois, constantemente, mercadorias e firmas são eliminadas, mas novas drogas, processos de

produção, rotas e técnicas de distribuição e mercados consumidores são destruídos e criados.

A partir do estudo da configuração de quatro organizações criminosas discutidas no item 3.2, constatou-se a importância da conectividade, que pode ser entendida como um fator exógeno à firma e ampliado com o advento das novas tecnologias de informação, e da coerência, fator que pode ser observado como algo endógeno às empresas. Essa coerência pode ser associada ao sentimento nacionalista e desenvolvimentista representado pelo Cartel de Cali, aos laços familiares e nacionais simbolizados pela N'drangheta ou, ainda, à denominação de “irmãos” aos membros do PCC, representando a concepção de família e a aproximação de interesses entre os integrantes.

Sendo assim, os três primeiros capítulos apontaram a heterogeneidade dos mercados, que apresentam semelhanças e diferenças, decorrentes dos diferentes conflitos de interesses dos principais atores que encenam a Economia das Drogas. Essa pluralidade de situações e a complexidade e o dinamismo desse campo de estudo estão realmente afinados com a visão econômica heterodoxa. Por isso, o entendimento do campo da Economia das Drogas abordado no Capítulo 1, o acompanhamento dos dados e das estimativas dos mercados globais apresentados no Capítulo 2 e a compreensão do dinamismo e dos componentes das firmas líderes desse negócio ilegal com base em teorias do pensamento heterodoxo inaugurada no Capítulo 3 contribuem para responder por que as políticas de proibição têm sido insuficientes: elas estão inseridas na lógica do sistema capitalista, isto é, compactuam inexoravelmente com o processo de acumulação de capital que, por sua vez, implica a permanente estratégia de “destruição criadora”, contemplando a *inovação* como a energia vital do mercado. Complementarmente, o Capítulo 4, a partir da revisão dos estudos ortodoxos sobre o tema e da breve crítica sobre alguns trabalhos, permitiu exibir que a oferta e a demanda de substâncias psicoativas não se limitam, definitivamente, a variações de preço ou de quantidades de mercado e, muito menos, encenam atores cujas escolhas sejam ilimitadamente racionais.

Por último, salienta-se que as mortes decorrentes da “Guerra às Drogas” não foram abordadas quantitativamente nesse trabalho. Muitos estudos realizados por

economistas – especialmente no campo da Economia do Crime – buscam mensurar as perdas econômicas advindas do exacerbado número de homicídios. Entretanto, nessa dissertação, se evitou falar em perda de “capital humano” e se optou por desenvolver o estudo com uma perspectiva mais humana; afinal, não se trata apenas de dinheiro ou de geração de renda para consumo dentro da economia, mas se tratam de *vidas*, e isso é incalculável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRADOR de empresas conta como perdeu tudo por causa das drogas. Itatiaia. 24 mar. 2014 Disponível em: <<http://www.itatiaia.com.br/noticia/administrador-de-empresas-conta-como-perdeu-tudo-por-causa-das-drogas>>

ALL Cut up – Cocaine is cheaper, but weaker. **The Economist**. 12 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21560270>>

ALVES, Jamile. No AM, Polícia Federal encontra droga escondida em páginas de livros. **Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal**. 12 dez. 2014. Disponível em:

<http://adpf.org.br/adpf/admin/painelcontrole/materia/materia_portal.wsp?tmp.edt.materia_codigo=7195&tit=No-AM,-Policia-Federal-encontra-droga-escondida-em-paginas-de-livros#.VNS5ibHxlfk>

ANVISA. **Canabidiol é reclassificado como substância controlada**. 21 jan. 2015. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/anvisa+portal/anvisa/sala+de+imprensa/menu+-+noticias+anos/2015/canabidiol+e+reclassificado+como+substancia+controlada>>

ARAÚJO, Tarso. **Almanaque das Drogas**. São Paulo: Leya, 2012.

ASSIS, Machado de. (1882) O Alientista. In: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v.2

BAIN, J. **Barriers to new competition**. Cambridge: Harward U. O., 1956.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do delírio penal**: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Editora Renavan, 2011.

BARLETTA, Cleuse Maria Brandão *et al.* **Capacitação para Multiplicadores de Ações de Prevenção às Drogas**. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. Coordenadoria Estadual Antidrogas. Curitiba, 2009.

BECKER, Gary S. Crime and punishment: An economic approach. **The Journal of Political Economy**. 1968, 76 (2), p. 169-217.

_____. **Curriculum Vitae**. [S.d.] Disponível em: <http://home.uchicago.edu/gbecker/Becker_cv.pdf>

BECKER, Gary; MURPHY, Kevin M. A Theory of Rational Addiction. **Journal of Political Economy**. 1988, vol. 96, n. 4, p. 675-700.

BECKER, Gary; MURPHY, Kevin; GROSSMAN, Michael. **En Empirical Analysis of Cigarette Addiction**. Cambridge: National Bureau of Economic Research. 1990.

BECKER, Howard S. (1963) **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. 225 p.

BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à produção flexível**: a produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital. São Paulo: Anablume. 2008. 172 p.

BRASILEIRO acusado por tráfico de drogas será morto no domingo. **Gazeta do Povo**. 16 jan. 2015. Disponível em:
<<http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=1526461&tit=Brasileiro-acusado-por-trafico-de-drogas-sera-morto-no-domingo>>

CAMPOS, Marcelo da S. Escolha racional e criminalidade: uma avaliação crítica do modelo. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 22, 2008, p. 93-110.

CARNEIRO, Henrique. A fabricação do vício. Anais do XIII Encontro Regional de História-Anpuh-MG. **LPH-Revista de História**. Departamento de História/ICHS/UFOP, Mariana-MG, nº 12, 2002a, pp. 9-24.

_____. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Outubro**, IES, São Paulo, v.6, 2002b, p. 115-128.

_____. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (Org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005. p. 11-27.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 8 ed. Petrópolis: Vozes. 2009. 611 p.

CAULKINS, Jonathan. **The Distribution and Consumption of Illicit Drugs**: mathematical models and their policy implications. (Tese) Ph D. Massachusetts Institute of Technology. 1990.

_____. **Developing Price Series for Cocaine**. Santa Monica: The Rand Corporation, 1994.

_____. **Estimating the Elasticities and Cross Elasticities of Demand for Cocaine and Heroin**. [S.l.]: Carnegie Mellon University, Heinz School Working Paper, 1995a.

_____. Domestic Geographic Variation in Illicit Drug Prices. **Journal of Urban Economics**. N. 37, p. 38-56, 1995b.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos. **Texto para discussão nº 956**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Causas e Consequências do Crime no Brasil**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2010.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1994.

CORREIOS e Receita Federal têm parceria para coibir o tráfico de drogas. **Jornal Nacional**. 28 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/10/correios-e-receita-federal-tem-parceria-para-coibir-o-trafico-de-drogas.html>>

COYLE, Diane. **Sexo, drogas e economia**. São Paulo: Futura, 2003.

DANTAS, Alexis; KERTSNETZKY, Jacques; PROCHNIK, Victor. Empresa, Indústria e mercados. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

DELPIROU, Alain; LABROUSSE, Alain. **Coca coke**. Paris: Éditions La Découverte, 1986.

DOSI, Giovanni. (1984) **Mudança Técnica e Transformação industrial** – A teoria e uma aplicação à indústria dos semicondutores. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

DROGA é encontrada escondida em barco em Tabatinga, no Amazonas. **G1**. 13 out. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/10/droga-e-apreendida-escondida-em-barco-em-tabatinga-no-amazonas.html>>

EHRlich, Isaac. **The Supply of Illegitimate Activities**. Unpublished manuscript. New York: Columbia University, 1967.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro Relume-Dumará, 1994.

_____. **Sobre las pasiones: emocion, adicción y conducta humana**. Barcelona: Paidós, 2001.

_____. **Racionalidad e Interés: tratado de hombre económico contemporáneo**. Conferência. 14 de novembro de 2012. Monterrey, México. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aBfrWUXI9ns>>

EMCDDA – European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction. **Country Profile – Spain**. S.d. Disponível em:
<<http://www.emcdda.europa.eu/html.cfm/index5174EN.html?#>>

ENGELS, Friedrich. (1845) **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Porto: Afrontamento. 1975. 396 p.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia General de Las Drogas**. 3. ed. rev. aum. Madri: Alianza, 1995. 3 v.

_____. **Historia Elemental de Las Drogas**. Barcelona: Anagrama, 1996.

_____. **La cuestión del cáñamo**: una propuesta constructiva sobre hachís y marihuana. Barcelona: Editorial Anagrama S. A., 1997a.

_____. **O livro das drogas**: usos e abusos, preconceitos e desafios. São Paulo: Dynamis Editorial, 1997b.

_____. **Historia General de Las Drogas** – incluyendo El apêndice “Fenomenología de las Drogas”. 5. ed. Madrid: Espasa Calpe, 2002.

FELTRAN, Gabriel de S. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). **Rev. bras. segur. pública**. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 232-255. ago/set. 2012.

FILIPPONE, Robert. El Cartel de Cali y el Futuro de la Lucha Antidrogas. In: MacLANCHLAN, Colin M. [Ed.]. **El narcotráfico**: el estado de la industria ilegal de drogas hoy y las implicaciones para el futuro. México: IICLA, 1995. p. 25-48.

FIORE, Maurício. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (Org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005. p. 257-290.

FLYNN, Stephen E. Globalización del narcotráfico: las drogas y el crimen organizado. In: **Revista Occidental**: estudios latinoamericanos. México: Instituto de Investigaciones Culturales Latinoamericanos. v. 12, n.3, p. 253-302, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 24aed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**, n.13, nov. 1999, p. 59-80.

GIOVANNI, Geraldo Di. **As Estruturas Elementares das Políticas Públicas**. NEPP, Unicamp, Campinas, Caderno 83, 2009.

GOMES, Bruno Ramos; CAPPONI, Marília. Introdução. In: **Álcool e outras drogas: novos olhares, outras percepções**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. São Paulo: CRP/SP, 2011.

GOOTENBERG, Paul. Cocaine in Chains: the rise and demise of a global commodity, 1860 – 1950. In: TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (edit by). **From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000**. Durham and London: Duke University Press, 2006.

GRAMSCI, Antonio. (1934) Americanismo e Fordismo. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001. v.4.

GUSMÃO, Luiz Antônio. **O cultivo de coca nos países andinos** – efeito balão, fatores explicativos e marcos de regulação em Bolívia, Peru e Colômbia. 2009. (Dissertação) Mestrado em Ciências Humanas: Ciências Políticas. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro.

HALL, R.; HITCH, C. (1939) A teoria dos preços e comportamento empresarial. **Literatura econômica**. V. 8, n. 3, p. 379-414, out. 1986.

HSBC lavou dinheiro de cartéis de droga do México. **Carta Capital**. 18 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/hsbc-lavou-dinheiro-de-carteis-de-droga-do-mexico/>>

INESC - INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS . **Plano Colômbia: Perspectivas do Parlamento Brasileiro**. Brasília: INESC, 2002.

KALDOR, Nicholas. (1935) Market imperfection and excess capacity. **Econômica**. Reimpresso em **Ensayos sobre el Valor e la Distribución**. Madri: Technos, 1983.

KENNEDY, Michael; REUTER, Peter; RILEY, Kevin J. **A simple economic model of cocaine production**. Santa Monica: RAND Corporation, 1993. Disponível em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2006/MR201.pdf>

KEYNES, John M. (1936) **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1996.

KOPP, Pierre. **Colombie: trafic de drogue et organisations criminelles**. In: Problèmes d'Amérique Latine. N° 18, juillet-sept, 1995, p. 21-39.

_____. **A economia da droga**. Bauru, São Paulo, EDUSC, 1998.

KRAUTHAUSEN, Ciro; SARMIENTO, Luis. **Cocaina & Co, um mercado ilegal por dentro**. Bogotá: Tercer mundo, 1991. 239 p.

LABINI, Paolo Sylos. (1956) **Oligopólio e Progresso Técnico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

LACERDA, Roseli Boerngen de. (Coord.). Módulo 2 – Efeito de Substâncias Psicoativas no Organismo. In: **SUPERA - Sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas**: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento. 4. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. **Revista Parcerias Estratégicas**. N. 17. Dez. 2003. p. 5-29.

LATORRACA, Martín; MONTEIRO, Hugo; RODRÍGUEZ, Carlos. Política y corrupción policial. **Le Monde Diplomatique**. Maio 2003. p. 6-8.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Violência e direitos humanos nas fronteiras do Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 2007.

LIMA, Rita de Cássia Cavalcante. **Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional**: relação Brasil-Estados Unidos e os organismos internacionais. 2009. 365 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LITTLE, Arthur. In: **The Challenge of Crime in a free society**: a report to the President's Commission on Law Enforcement and Administration of Justice. Washington: 1967.

MARLEY Natural. Página oficial. [S.d.] Disponível em: <<http://www.marleynatural.com/products/>>

MARSHALL, Alfred. (1890) **Princípios de Economia**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1996.

MARX, Karl. (1867) **O Capital**. Livro Primeiro. Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1996.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MEJÍAS, Alda Sonia. La Participación Militar en el Combate contra la Violencia Criminal. In: Ministerio de Defensa. **Los Desafíos de La Seguridad en Iberoamérica**. Cuadernos de Estrategia nº 158. 2012. p.198-232

_____. **La Gendarmería en México**: um proyecto frustrado pese a ser um eficaz instrumento contra el crimen organizado. 2013. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/Elcano_es/Zonas_es/Comentario-Alda-reforma-gendarmeria-Mexico-crimen-organizado>

MELLO, João. M. P. Assessing the Crack Hypothesis Using Data from a Crime Wave: The Case of São Paulo. **Texto para Discussão Nº 586**. Departamento de Economia, PUC-Rio. 2010.

MOREIRA, Erika Macedo. **A Criminalização dos Trabalhadores Rurais no Polígono da Maconha**. 2007. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Universidade Federal Fluminense.

MOTT, Luiz. (1984) A Maconha na História do Brasil. In: HENMAN, Anthony; PESSOA JR., Osvaldo. (Org.) **Diamba Sarabamba**. São Paulo: Ground, 1986.

MOVIMIENTO Alterado Documental. [S.d.] Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=71jsfEV2eq0>>

MULHER é detida com droga em revista íntima na Penitenciária de Itirapina, SP. **G1**. 8 jun. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2014/06/mulher-e-detida-com-droga-em-revista-intima-na-penitenciaria-de-itirapina-sp.html>>

NA TV, modelo que perdeu tudo para o crack reencontra mãe e diz: “Quero a recuperação”. 30 nov. 2014. **Veja São Paulo**. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/loemy-marques-crack-cracolandia-rodrigo-faro/>>

NAPOLEONI, Loretta. **Economia bandida: a nova realidade do capitalismo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

NAPPO, Solange A.; SANCHEZ, Zila V. D. M. Sequência de drogas consumidas por usuários de *crack* e fatores interferentes. **Revista de Saúde Pública**. 2002; 36(4): 420-30.

NERY F., Antônio. **Drogas, Economia e Exclusão Social**. Simpósio Internacional Sobre Drogas: da Coerção à Coesão. 9 a 11 de setembro de 2013. Brasília. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NYaMmVH9b>>

OLIVEIRA, Adriano. **Tráfico de drogas e crime organizado – peças e mecanismos**. Curitiba: Juruá, 2008.

PAINTER, James. Políticas para frenar el narcotráfico en Bolívia. In: MacLACHLAN (Ed.). **El Narcotráfico: el estado de la industria ilegal de drogas hoy y las implicaciones para el futuro**. Tijuana: Revista Occidental, 1995.

PAIS, Tânia Afonso. **Drug Profiling: o caso da heroína**. 2011. (Dissertação). Mestrado em Química Forense. Universidade de Coimbra.

PALMEIRA FILHO, Pedro Lins; PAN, Simon Shi Koo. Cadeia Farmacêutica no Brasil: avaliação preliminar e perspectivas. **BNDES Setorial**. Rio de Janeiro, n. 18, p. 3-22, set. 2003.

PALMER, Brian. How did cocaine get so cheap? **Slate**. 13 abr. 2012. Disponível em: <http://www.slate.com/articles/news_and_politics/explainer/2012/04/cheap_cocaine_why_are_coke_prices_going_down_.html>

PASSETTI, E. **Das fumeries ao narcotráfico**. São Paulo: EDUC, 1991.

PÉCAUT, Daniel. Guerre, processus de paix, polarisation politique. In: _____. (dir.) **Colombie, l'escalade**. Problèmes d'Amérique Latine. N° 1044. Printemps, 2002.

PENROSE, Edith T. (1959) **A Teoria do Crescimento da Firma**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

PF apreende mais de 200 quilos de droga em embarcação em Manacapuru (AM). **O Impacto**. 6 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.oimpacto.com.br/policia/pf-apreende-mais-de-200-quilos-de-droga-em-embarcacao-em-manacapuru-am/>>

PF apreende 225 kg de cocaína escondidos em frigorífico de embarcação no interior do AM. **Portal Solimões**. 27 jul. 2014a. Disponível em: <<http://portalsolimo.es.com.br/pf-apreende-225-kg-de-cocaina-escondidos-em-frigorifico-de-embarcacao-interior/>>

PF prende nigeriano com cocaína em bolsas femininas em Cumbica. **G1**. 10 dez. 2014b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/12/policia-federal-prende-nigeriano-que-tentou-embarcar-com-cocaina.html>>

PINDICK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

PINTO, Geraldo A. **A organização do trabalho no Século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2010. 88 p.

POSSAS, Maria Silvia. **Notas acerca da lógica de decisão e de expansão da firma capitalista**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1995. (Texto para discussão, n. 52).

POSSAS, Mário Luiz. (1985) **Estruturas de Mercado em Oligopólio**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990. 2. ed.

_____. Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana. In: **Ensaio sobre Economia Política Moderna: teoria e história do pensamento econômico**. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 157-177

_____. Concorrência schumpeteriana. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PRADO, Eleutério F. S. Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica. **Nova Economia**. Belo Horizonte, n. 16, p. 303-322, mai-ago. 2006.

PRESIDENT'S Commission on Law Enforcement and Administration of Justice. **Crime and Its Impact – an Assessment**. Washington: U. S. Government Printing Office, 1967.

RIBEIRO, Maurides de Melo. **Políticas Públicas e a questão das drogas: o impacto da política de redução de danos na legislação brasileira de drogas**. 2007. Dissertação. (Mestrado em Direito). Departamento de Direito Penal, Medicina Legal e Criminologia. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo.

RICHARD, Denis; SENON, Jean-Louis. **Le Cannabis**. 3 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

ROBINSON, J. Imperfect competition revisited. **Economic Journal**. Set. 1953. Reimpresso em **Contribuições à economia moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ROBINSON, Rowan. **O grande livro da Cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico: um esboço histórico. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (Org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005. p. 291-310.

ROGERO, Tiago. Foto de Amy é usada em embalagem de droga. **O Estadão**. 10 ago. 2011. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,foto-de-amy-e-usada-em-embalagem-de-droga-imp-,756321>>

RONZANI *et al.* **Reduzindo o estigma entre usuários de drogas: guia para profissionais e gestores**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

ROSENBERG, Nathan. (1982) **Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

RUI, Taniele C. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

RYDELL, C. Peter; EVERINGHAM, Susan S. **Controlling Cocaine – Supply Versus Demand Programs**. Santa Monica: RAND Corporation, 1994.

SALAMA, Pierre. The economy of *narco*-dollars: from production to recycling of earnings. **International Journal of Politics, Culture and Society**. Vol. 14, n. 1, 2000.

SANTOS, Marcelo J. dos; KASSOUF, Ana Lúcia. Uma Investigação Econômica da Influência do Mercado de Drogas Ilícitas Sobre a Criminalidade Brasileira. **Revista EconomiA**. Maio/Agosto 2007. Brasília. V.8, n. 2, p. 187-210.

SCHUMPETER, Joseph A. (1942) **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. 398 p.

SIC Notícias. Tráfico de Cannabis – Marrocos. [s.d.] Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hKQ78PoFlpw>>

SILVA, Ana Lucia G. da. **Concorrência sob condições oligopolísticas**: contribuição das análises centradas no grau de atomização/concentração dos mercados. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp. IE, 2010.

SILVERMAN, Robin; SPRUILL, Nancy. Urban Crime and the price of heroin. **Journal of Urban Economics**. V.4, n. 1, p. 80-103, jan. 1977.

SINDITABACO. **Quem são os maiores produtores de tabaco do Brasil?** 2013. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/quem-sao-os-maiores-produtores-de-tabaco-do-brasil/>>

SMIGEL, Arleen. **Does crime pay?** An Economic Analysis. M. A. thesis, Universidade de Columbia, Nova Iorque, 1965.

SMITH, Adam. (1776) **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1996. v.1.

SOUZA, Marcos Barcellos de. **Capitalismo e clandestinidade**: os subcircuitos ilegais da economia urbana metropolitana. 2007. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Econômico – Área de concentração: Economia Regional e Urbana. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, Taciana Santos de. **A economia da droga**: o mercado de crack e as políticas públicas no Rio Grande do Sul. 2011a. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia – FACE. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Monografia premiada no XXV Prêmio CORECON / RS de Monografias ou Trabalho de Conclusão de Curso.

_____. **A Economia da Droga e a intersetorialidade como estratégia nas políticas públicas**: uma análise do mercado de crack na cidade de Porto Alegre. Monografia premiada no X Concurso Nacional de Monografia sobre Drogas. Brasília/DF: SENAD/MJ – CIEE, 2011b.

SRAFFA, Piero. The laws of returns under competitive conditions. **Economic Journal**. V. 36, 1926.

STEINDL, J. (1952) **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STIGLER, George; BECKER, Gary. De Gustibus Non Est Disputandum. **American Economic Review**. n. 67, p. 76-90, 1977.

TEIXEIRA, Aloísio. O Movimento da Industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no Pós-Guerra. RJ, **IEI/UFRJ, Texto para Discussão**, nº 25, 1983.

TRILHA Sonora do Gueto. **Face Oculta**. [S.d.] Disponível em: <<http://letras.mus.br/trilha-sonora-do-gueto-musicas/1320998/#radio>>

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global Illicit Drug Trends 2003**. Viena: United Nations Publication, 2003.

_____. **World Drug Report 2004**. Viena: United Nations Publication, 2004.

_____. **World Drug Report 2005**. Viena: United Nations Publication, 2005.

_____. **World Drug Report 2006**. Viena: United Nations Publication, 2006.

_____. **World Drug Report 2007**. Viena: United Nations Publication, 2007.

_____. **World Drug Report 2008**. Viena: United Nations Publication, 2008.

_____. **World Drug Report 2010**. Viena: United Nations Publication, 2010.

_____. **Estimating Illicit Financial Flows Resulting From Drug Trafficking and Other Transnational Organized Crimes**. Viena: United Nations Publication, 2011a.

_____. **World Drug Report 2011**. Viena: United Nations Publication, 2011b.

_____. **World Drug Report 2012**. Viena: United Nations Publication, 2012.

_____. **World Drug Report 2013**. Viena: United Nations Publication, 2013.

_____. **World Drug Report 2014**. Viena: United Nations Publication, 2014.

_____. **Transnational organized crime: the globalized illegal economy**. [S.d.] Disponível em: <<http://www.unodc.org/toc/en/crimes/organized-crime.html>>

VASCONCELLOS, Marco A. S.; GARCIA, Manual E. **Fundamentos de Economia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VELHO, Gilberto. **Nobres & Anjos** – Um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VERÍSSIMO, Marcos. **Do maconheiro ao canabier**: os autocultivos domésticos e outras domesticações. Trabalho originalmente apresentado na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil; no GT 60: “Psicoativos, Leis, normas rituais, usos do corpo, performances, movimentos sociais e etnicidade”.

_____. **Maconheiros, fumons e growers**: um estudo comparativo do consumo e do cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Niterói: Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2013.

VICE. Kings of Cannabis. Documentário. 2013. Disponível em: <<http://www.vice.com/video/kings-of-Cannabis-full-length>>

VOA News – Voice of America. **Fateful Harvest: The True Story of a Small Town, a Global Industry, and a Toxic Secret**. Documentário. 2001. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLE5CC5E8D52F7B265>>

WATKINS, Jennifer; MacKERROW, Edward; MERRITT, Terence. **Simulating the Afghanistan-Pakistan opium supply chain**. In: 1st International Conference Cross-Cultural Decision Making. 17 a 20 de julho de 2010. Miami.

WHITE, Michael; LUSKESITCH, William. Heroin Price Elasticity and Enforcement Strategies. **Economic Enquiry**. N. 21, p. 557-564, 1983.

WHO – World Health Organization. **Neurociências**: consumo e dependência de substâncias psicoativas (Resumo). Genebra: WHO Press, 2004a.

_____. **Neuroscience of psychoactive substance use and dependence**. Genebra: WHO Press, 2004b.

_____. **Global status report on alcohol and health**. Genebra: WHO Press, 2014.

WHY some illicit drugs are becoming purer. **The Economist**. 5 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/economist-explains/2015/02/economist-explains-4?fsrc=scn/fb/wl/ee/vi/whysomeillicitdrugsarebecomingpurer>>

WOODIWISS, Michael. **Capitalismo Gângster**: quem são os verdadeiros agentes do crime organizado. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de drogas. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa:** pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.